PATRIMÔNIO EM PRÁTICA

MESTRADO PROFISSIONAL DO IPHAN

VOLUME 1

INTERDISCIPLINARIDADE

IPHAN

PATRIMÔNIO EM PRÁTICA

MESTRADO PROFISSIONAL DO IPHAN

VOLUME 1

INTERDISCIPLINARIDADE







Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Turismo
Carlos Alberto Gomes de Brito

Secretário especial da Cultura
Hélio Ferraz de Oliveira

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Larissa Peixoto

Diretoria do Iphan
Arlindo Pires Lopes
Claudio Machado
Leonardo Barreto
Lívian Lima do Carmo Souza
Roger Alves Vieira

Departamento de Cooperação e Fomento
Claudio Machado

Centro Lúcio Costa: Escola do Patrimônio
Altair Vieira Ribeiro

Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan
Claudia Feierabend Baeta Leal

Divisão de Editoração e Publicações
Bruna da Silva Ferreira

PATRIMÔNIO EM PRÁTICA

MESTRADO PROFISSIONAL DO IPHAN

VOLUME 1

INTERDISCIPLINARIDADE

Organização

Ana Cristina Csepcsenyi
Filipe Rafael Gracioli
Hilário Pereira Filho
Joseane Paiva Macedo Brandão
Lia Motta
Luana Campos
Luciana Christina Cruz e Souza
Luciano dos Santos Teixeira

Rio de Janeiro, Iphan, 2022







Organização
Ana Cristina Csepcsenyi
Filipe Rafael Gracioli
Hilário Pereira Filho
Joseane Paiva Macedo Brandão
Lia Motta
Luana Campos
Luciana Christina Cruz e Souza
Luciano dos Santos Teixeira

Colaboração
Ana Nieda dos Santos Melo
Andressa Furtado
Gabriella Bicalho
Juliana Ferreira Sorgine
Marcelo Sotratti
Natália Leal da Silva
Oscar Liberal

Revisão e Preparação dos Textos
Ana Cristina Csepcsenyi
Claudia Feierabend Baeta Leal
Filipe Rafael Gracioli
Hilário Pereira Filho
Júlia Guedes Vianna
Luciana Christina Cruz e Souza

Direção de arte
Ronaldo Nogueira

Projeto gráfico e diagramação
Érica Cristina Ferreira dos Santos

Créditos das imagens
Oscar Liberal, Arquivo Central do Iphan - Seção RJ

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
www.iphan.gov.br
publicacoes@iphan.gov.br
mestrado.clc@Iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

I61

Interdisciplinaridade / Ana Cristina Csepcsenyi, (Organização) ... [et. al.]. _ Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). _ Rio de Janeiro : Iphan, 2022.

288 p. _ (Patrimônio em prática : mestrado profissional do Iphan ; v. 1)

Modo de acesso: www.iphan.gov.br
ISBN: 978-65-86514-85-8 – v. 1
ISBN: 978-65-86514-86-5 - série

1.Mestrado profissional. 2. Patrimônio cultural. I. Csepcsenyi, Ana Cristina. II. Série.

CDD 370.11

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120

Como usar este documento

Este documento foi projetado para ser visualizado digitalmente. Funcionará melhor no Adobe Reader ou Adobe Acrobat Pro versões X ou DC ou posterior em um PC ou laptop.

Navegação

O documento pode ser navegado de várias maneiras:

- Por meio do painel de favoritos no lado esquerdo da tela (revelado ao clicar).
  Clicar em hiperlinks na página de conteúdo ou embutido no texto (identificado pelo texto em azul).
  Usando a função de pesquisa (pressione Ctrl + F no teclado para abrir a caixa de pesquisa).
  Usando os botões na parte inferior de cada página:

Visualização Botões

Sumário | Sumário

| Próxima Página Para frente

Página Anterior | Para trás

Comentários

O documento pode ser anotado com comentários e emendas usando o ferramentas de comentários padrão da Adobe. As ferramentas de comentários serão diferentes dependendo no seu leitor - aqui estão as instruções para Acrobat X e Adobe DC Reader:

Acrobat X

Adobe DC Reader

Sumário

Apresentação 09
Altair Vieira Ribeiro e Claudia Feierabend Baeta Leal

A série 11
Organização

O Mestrado Profissional do Iphan no cenário da preservação no Brasil 14
Flávio de Lemos Carsalade

O ofício de supervisor(a) e seus modos de fazer: reflexões sobre as Práticas Supervisionadas no Mestrado Profissional do Iphan 36
Cyro Holando de Almeida Lins

Produtos das práticas supervisionadas 52

Relatório técnico do processo de consulta livre, prévia e informada sobre o registro dos desenhos gráficos Kene Kuĩ, do povo indígena Huni Kuĩ, como patrimônio cultural do Brasil 54
Leandro Ribeiro do Amaral

Estudo de caso e tratamento de dois processos de tombamento da fase inicial do Iphan – o Processo nº 001-t-38 (Igreja Matriz de São Pedro, RS) e o Processo nº 077-t-38 (Coleção Arqueológica de Conchais do Litoral Sul) 99
Nayara Cavalini de Souza

Relatório sintético das ações de salvaguarda do modo de fazer a viola-de-cocho realizadas entre 2012 e 2013 em Corumbá-MS pelo Iphan/MS 131
João Paulo Pereira do Amaral

Subsídios para elaboração de nota técnica sobre inventário das línguas Kuikuro, Kalapalo, Matipu e Nahukwa 150
Giovana Ribeiro Pereira

Entrevistas em São Pedro do Itabapoana: metodologia, aplicação e análise 163
Simone Campos Pires

Diagnóstico Preliminar da Atuação das Casas do Patrimônio de Pernambuco 231
Fernanda Gabriela Biondo

Patrimônio e interdisciplinaridade ou escritos sobre o caju 271
Francisco Sá Barreto dos Santos



Apresentação

Com muita satisfação trazemos ao público o primeiro número da série Patrimônio em Prática. Fruto do esforço coletivo de agentes do campo do patrimônio cultural, a publicação materializa parte da trajetória consolidada pelo Mestrado do Iphan há mais de uma década, quando o então Programa de Especialização em Patrimônio (PEP) foi criado em 2004. O processo de aprimoramento do nosso programa de pós-graduação, que passou a ser reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) como Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, a partir de 2012, contempla diversificadas ações propositivas, dentre as quais se destaca o nosso compromisso público com a difusão do conhecimento produzido por nossos alunos, professores e colaboradores.

A série Patrimônio em Prática surge com a proposta de agregar a produção técnica desenvolvida em diferentes unidades do Iphan ao olhar reflexivo propiciado pela pesquisa, no âmbito do Mestrado. Os artigos e textos têm a perspectiva de mesclar práticas e reflexões protagonizadas pelos nossos alunos, a partir de uma proposta dialógica de ensino-aprendizagem profícua, que inclui docentes convidados e técnicos especializados da instituição. O destaque conferido aos produtos das práticas supervisionadas pretende sublinhar as possibilidades de atuação efetiva dos mestrandos numa rede de esforços em prol da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

A série Patrimônio em Prática apresenta-se como uma das ferramentas que fortalece a construção permanente do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), cuja dinâmica de funcionamento é uma das ações do Iphan no âmbito das políticas públicas compartilhadas com outras instituições nos níveis municipal, estadual e federal. Sua publicação seriada visa difundir a produção técnica discente acumulada no Mestrado, além de incentivar novos olhares reflexivos no campo do patrimônio cultural, viabilizando, inclusive, a produção de conhecimento em outros meios de divulgação. No caso específico da série Patrimônio em Prática, cumpre sublinhar que se tem como estratégia difundi-la junto ao amplo público frequentador do Portal do Iphan, além de buscar outros leitores em potencial.

Concebida no contexto da reestruturação regimental da instituição, consolidada pelo Decreto n.° 9.238, de 15 de dezembro de 2017, a série Patrimônio em Prática é uma iniciativa do Centro Lucio Costa (CLC): Escola do Patrimônio, Unidade Especial do Iphan vinculada ao Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF). O CLC desenvolve, de forma articulada, atividades e programas de pesquisa, formação e difusão no campo do patrimônio, tendo na produção e no acesso ao conhecimento um de seus pilares de sustentação. Nessa medida, a publicação que ora apresentamos mostra-se como forma de compartilhar um amplo e rico repertório de trabalhos e reflexões responsáveis por construir, permanentemente, visões polifônicas sobre o patrimônio cultural.

Altair Vieira Ribeiro
Diretor do CLC: Escola do Patrimônio

Claudia Feierabend Baeta Leal
Coordenadora do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural

A Série

A publicação Patrimônio em Prática pretende compartilhar a produção técnica dos alunos do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan. Os textos nutrem-se das atividades cotidianas da preservação do patrimônio cultural, supervisionadas por técnicos da Instituição no âmbito do curso, e voltam-se para um público mais amplo, articulando os aspectos conceituais e práticos a partir da experiência daqueles que enfrentam problemas e desafios na preservação do patrimônio cultural.

Os trabalhos desenvolvidos contemplam uma perspectiva conceitual sobre o patrimônio cultural, discutindo questões como a atribuição de valor, critérios, concepções e desafios contemporâneos da preservação a partir da análise de experiências nesse campo, discutindo os seus fundamentos, os problemas colocados pela prática institucional voltada à preservação de bens culturais e os impactos gerados por essas ações.

Diante do vasto repertório de experiências, temas e questões oriundas das práticas, técnicos e alunos vêm propondo reflexões, soluções originais e inovadoras que, difundidas fora do âmbito das unidades do Iphan, poderão contribuir para ampliar e consolidar o debate e todo um arsenal de práticas de preservação.

Dar publicidade a esse repertório, desconhecido por muitos profissionais e estudiosos do patrimônio cultural brasileiro ou mesmo no âmbito da própria instituição, permitirá a livre circulação de uma produção variada, multidisciplinar e interdisciplinar do Mestrado Profissional do Iphan. Ao compartilhar esse material, almeja-se atrair e reunir outras experiências e práticas de profissionais, assim como estudos produzidos fora do âmbito de atuação do Instituto, incentivando, dessa maneira, a troca e o diálogo entre todos aqueles envolvidos com as práticas de preservação do patrimônio cultural.

A estrutura da publicação está composta por seções específicas: uma apresenta os produtos das práticas profissionais supervisionadas desenvolvidas pelos alunos do Mestrado e outras duas apresentam artigos de abertura e de fechamento dessas práticas, que são reflexões de convidados sobre essa produção. Os artigos são relacionados ao tema de interesse do campo da preservação e da atuação institucional respectivos ao tema apresentado na edição de publicação e são elaborados por pesquisadores, profissionais e por supervisores dos alunos nas diversas unidades do Iphan convidados pelo corpo docente do Mestrado.

Essas seções objetivam apresentar textos que resgatem as múltiplas práticas e reflexões que envolvem a preservação do patrimônio cultural no Brasil. A intenção é promover o debate a respeito de ideias, conceitos e teorias que abranjam os diferentes aspectos do patrimônio: os critérios, processos de atribuição de valor, metodologias de trabalho e investigação, agentes sociais, ações, políticas públicas, pesquisas diversas, entre tantos outros elementos que compõem a extensão e a complexidade do tema, para muito além da mera aplicação de instrumentos, tal como habitualmente é visto pelo senso comum.

Dentre o material produzido pelos discentes nas práticas profissionais supervisionadas, que constituem parte da proposta pedagógica do Mestrado, cabem várias possibilidades de seleção e diferentes recortes a serem apresentados na publicação, podendo ser temáticos, por áreas de graduação dos alu-

nos, ou regionais, entre outros. Para compor a presente edição, foram selecionados trabalhos cujos objetos de trabalho enfocam a diversidade temática e suas propostas multidisciplinares e interdisciplinares, abrangendo diferentes turmas.

Esta primeira edição conta ainda com um artigo inaugural elaborado pelo arquiteto e urbanista Flávio Carsalade, convidado não apenas pela sua contribuição para o campo da preservação do patrimônio cultural e como professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mas também pela sua participação no Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), que deu origem ao Mestrado Profissional do Iphan, como consultor indicado pela UNESCO para a avaliação que atestou a pertinência da atividade de formação neste Instituto e a importância de sua continuidade.

Dessa maneira, esperamos contribuir para um maior entendimento sobre a riqueza de discussões e possibilidades do campo do patrimônio, seus desafios e suas implicações sociais e políticas, e igualmente para o fortalecimento das práticas e reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural.

Organização



O Mestrado Profissional do Iphan no Cenário da preservação no Brasil

Flávio de Lemos Carsalade[1]

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (1979), Mestrado em Arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais (1997) e Doutorado pela

[1] Ao iniciar este artigo devo avisar ao leitor, por dever de honestidade, que ele é francamente simpático ao Mestrado Profissional do IPHAN, o qual considero como uma das mais importantes iniciativas atuais no campo da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Por outro lado, devo também considerar que esta simpatia não é gratuita ou acrítica, ao contrário, ela é escudada por um posicionamento sólido calcado nas circunstâncias e problemas pelos quais passa esta preservação no Brasil e no mundo e é sobre este tema que se desenvolvem os argumentos que passaremos a apresentar a seguir.

Universidade Federal da Bahia (2007). Foi presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (1999-2002) e do Instituto de Arquitetos do Brasil/ Departamento Minas Gerais (1995-1998) e Secretário Municipal de Administração Urbana Regional Pampulha da Prefeitura de Belo Horizonte (2004-2007). É professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais desde 1982, onde foi seu diretor (2008-2012) e seu vice-diretor (1988-1991). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projetos da Edificação e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: projetos arquitetônicos e urbanísticos, patrimônio cultural e ensino de arquitetura. Atualmente é Diretor da Editora UFMG.





Antecedentes

Como se sabe, o Mestrado Profissional do IPHAN teve sua origem no Programa de Especialização em Patrimônio (PEP/IPHAN) criado em 2004, com apoio técnico da UNESCO e dirigido pela Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação (COPEDOC/IPHAN).[2] A proposta nasceu no seio do Departamento de Patrimônio Material

[2] Este artigo teve como referência memorandos, circulares e comunicações internas sobre o PEP produzidos no âmbito dos trabalhos da COPEDOC/IPHAN.

com um objetivo inicial de fomentar estágios profissionais e a descoberta de novos talentos, objetivo que, com o desenvolvimento posterior do projeto, viria a ser sobejamente superado pela constatação de que, através do programa, outros objetivos de formação atendendo a uma ampla diversidade de questões, objetos e temas abrangidos pelo patrimônio também poderiam ser atingidos. Assim, logo de início, estabeleceu-se a perspectiva interdisciplinar como marco do Programa, através da formação de profissionais graduados em diversas áreas de conhecimento para atuarem no campo da preservação do patrimônio cultural.

A formulação do PEP respaldava-se na vocação formativa do IPHAN que, quando de sua criação em 1937, não contava ainda, no Brasil, com estudos acadêmicos na área do patrimônio em suas vertentes de conservação, restauro e gestão que pudessem fornecer ao órgão os técnicos capacitados para cumprir sua missão. Durante décadas, a formação desses técnicos teve que ser realizada na própria instituição, paralelamente ao seu trabalho cotidiano de preservação e a partir de solicitações práticas, muitas vezes urgentes, e que tiveram que ser respondidas através de constatações resultantes do saber empírico correspondente. A formação técnico-profissional na área patrimonial no Brasil ficou praticamente restrita ao órgão até a década de 1980 quando se verificou que as necessidades superavam em muito a capacidade formativa realizada internamente pelo IPHAN. Por essa década, a própria instituição fomentou a absorção dessa formação pelas universidades brasileiras, instituindo os três grandes centros iniciais de formação acadêmica na área do patrimônio cultural: na Universidade Federal da Bahia, o Curso de Especialização em Conservação e Restauro (CECRE), voltado para a área de conservação e restauro de edificações; na Universidade Federal de Minas Gerais, o Curso de Especialização em Conservação e Restauro de Bens Móveis (CECOR), voltado para

a conservação e restauro de pinturas, escultura, papel e conservação preventiva e, na Universidade Federal de Pernambuco, o Curso de Especialização em Conservação Integrada (CECI), voltado para a gestão urbana. Depois dessa primeira geração de cursos de pós-graduação *lato sensu*, também contando com o aumento do interesse do tema na sociedade brasileira e com o incremento da pós-graduação *stricto sensu* no país, surgiram várias pesquisas sobre o patrimônio e a criação de linhas específicas relacionadas a essa temática nos programas de mestrado e doutorado em várias das grandes universidades públicas nacionais.

Embora esta nova realidade obviamente signifique um ganho científico extraordinário para o campo patrimonial, duas características merecem ser consideradas para este nosso exame.

A primeira delas se refere aos locais de oferta, esmagadoramente nos programas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo, praticamente inexistente nos programas de história e artes, só para citar aqueles tradicionalmente mais ligados à temática, o que leva também a uma espécie de privilégio de atuação e conhecimento a apenas um segmento profissional. A segunda característica se refere ao saber produzido, em sua maioria distanciado da prática (muito poucos programas de especialização além dos três iniciais, CECRE, CECI e CECOR), privilegiando o conhecimento teórico acadêmico muito mais do que o profissional e, mesmo assim, centrado em poucos campos de atuação.

Atento a esses problemas, o PEP foi criado em 2004, contando com recursos financeiros do IPHAN e apoio técnico-administrativo da UNESCO, para a especialização de profissionais na área do Patrimônio recém-graduados em diversas áreas de formação. As turmas de bolsistas se constituíam em grupos de 25 alunos que cumpriam o programa em dois anos de formação, com entrada anual. Em resposta às questões elencadas no parágrafo anterior, o marco lógico do programa se estabelecia, portanto, em quatro pontos precisos:

- A diversificação dos profissionais que atuam na área patrimonial, com uma consequente diversidade de abordagens no amplo campo do patrimônio (e consequente busca de uma interdisciplinaridade);
- A geração de um saber extraído da prática;
- O aumento do alcance regional dos esforços de preservação do patrimônio em todo o território nacional;
- A renovação crítica da própria instituição, através do processo reflexivo que se instaura simultaneamente em suas regionais e do intercâmbio nacional que ocorre não apenas nos momentos das oficinas, mas durante todo o processo.

Para que tal marco fosse atingido, a proposta pedagógica do curso associava as práticas de preservação nas unidades do IPHAN, distribuídas em todo território nacional, ao aprendizado teórico-metodológico e à produção de conhecimento. Os alunos eram selecionados por meio de editais públicos organizados a partir do oferecimento de vagas por estas unidades, as quais definiam as áreas de formação, as atividades a serem desenvolvidas e os supervisores para acompanharem as práticas profissionais. Os alunos se integravam às práticas locais durante 24 meses, cumprindo 30 horas semanais e participavam de quatro Oficinas Nacionais, onde eram tratados os conteúdos teórico-metodológicos, em um total 160 horas, desenvolviam leituras dirigidas e uma monografia de final de curso a partir de um tema que identificassem em suas práticas supervisionadas nas unidades. Três turmas foram desenvolvidas nesse formato, com o reconhecimento positivo da própria instituição e da UNESCO.

Em relatório de avaliação por mim elaborado em 2009[3], algumas questões foram especialmente consideradas e me parece interessante revisitá-las no presente artigo. Seus pontos fulcrais foram sintetizados a partir da constatação de que a discussão sobre o saber e o ensino-aprendizagem impõe novas formas de saber e sua transmissão onde o *locus* natural não é apenas a academia, mas o local onde esse saber é produzido, até mesmo porque o trabalho sobre esse saber interessa, sobretudo, a seu produtor, associados à questão **ética e estratégica** de repasse dessa informação à sociedade como importante missão de uma instituição pública. Assim sendo, resgatamos aqui alguns pontos elaborados àquele momento, relativos à natureza do saber e do ensino-aprendizagem, os quais permanecem atuais na versão do Mestrado Profissional que sucedeu ao PEP.

A discussão empreendida naquele momento iniciava-se com a crítica ao privilégio do saber sistematizado acadêmico pela cultura ocidental desde o iluminismo, resultando no positivismo científico hegemônico e na infalibilidade do método científico como única forma legítima desse saber. O ponto central que se observava, então, não se referia tanto ao saber em si, mas quanto à legitimação desse saber.

Questionávamos se o saber acadêmico-científico seria o mais adequado à vertente cultural tão assentada em práticas coletivas, muitas delas resultantes das tradições e dos acúmulos transgeracionais e populares de conhecimento, submetidas a outras maneiras de legitimação, estas muito mais próximas ao que se compreende por patrimônio cultural coletivo e sua função social:

> Assim, se a legitimação do discurso científico se dá pelo reconhecimento de sua consistência interna e pela verificação instrumental, o saber paralelo não necessita da legitimação da comunidade científica e do estado, ele se exerce naturalmente, ou seja, enquanto o primeiro se torna uma força produtiva indispensável ao sistema, o segundo surge como

[3] Publicado como CARSALADE, 2010.

> um saber mais livre, crítico e reflexivo, mais difuso e local, menos "universal", mais concreto, menos abstrato. No nosso campo de reflexão ele se aproxima mais do saber da cultura e da memória popular, menos preciso, menos determinista, mas altamente compartilhado e prenhe de significados. (CARSALADE, 2010, p. 38).

Discutíamos, portanto, o saber não apenas como saber científico, sobretudo com relação às formas de legitimação, insistindo na sua diferença quando cotejada no âmbito cultural, onde o ethos é absolutamente outro, pois "enquanto a ciência se pretende universal, a cultura é local e, por essa característica, ela faz com que o patrimônio e o saber não científico também se legitimem no próprio grupo social"[4]. Nesse sentido, a prática de buscar o saber na empiria patrimonial cultural empreendida na proposta pedagógica do PEP – considerando que o saber popular e o saber cultural local apresentam seus próprios estatutos de legitimidade – estaria ainda mais próximo do objetivo da instituição na lida da preservação, na medida em que ambos, o patrimônio e essas outras formas de saber, dependem da legitimação popular.

Na sequência, considerando-se a necessidade de sistematização desse conhecimento, a prática do PEP oferecia ainda excelente oportunidade para isto, com uma agilidade dificilmente conseguida pelas academias. O amplo repertório e os novíssimos objetos de reflexão abertos pelos pesquisadores do PEP poderiam ainda resultar em ensaios de novas formas de preservação sequer imaginados nas teses e dissertações universitárias, em uma postura rizomática, ao gosto deleuziano, repleta de possibilidades e invenções, pontuais, exclusivas, pertinentes, localizadas, territorializadas.

O terceiro ponto ao qual gostaríamos de nos referir diz respeito não mais à direção realidade – academia, mas à direção inversa, ou seja, a da aplicação do saber da academia à construção de novas práticas preservacionistas ou de salvaguarda. Por sua natureza, o saber das instituições universitárias

[4] CARSALADE, 2010.

mais responsáveis não é apenas o de repasse de técnicas ou de reprodução de profissionais-padrão, mas como diria Paulo Freire, o da formação de homens livres. A "formação de homens livres" passa pela pesquisa e pela especulação filosófica, pelo ensaio de cenários possíveis para os problemas, muitos deles não aplicáveis de imediato à preservação do patrimônio cultural, por "avançados" demais ou porque ainda não validados pela sociedade mais ampla. Convém lembrar que embora tangências entre teoria e prática sejam possíveis e necessárias, a especulação teórica deve ter uma liberdade para se exercer no âmbito acadêmico, independentemente do compromisso da aplicação imediata ou mesmo de uma "automática" validação social. A este respeito citávamos Lyotard:

> Contudo, esta hipótese da instituição é ainda muito "pesada"; ela parte de uma visão "coisista" do instituído. Hoje sabemos que o limite que a instituição opõe ao potencial da linguagem em "lances" nunca é estabelecido (mesmo quando ele o é formalmente). Ele mesmo é, antes, o resultado provisório e a disputa de estratégias de linguagem travadas dentro e fora da instituição. Exemplos: o jogo de experimentação sobre a linguagem (a poética) terá seu lugar numa universidade? Pode-se contar histórias no conselho de ministros? Reivindicar numa caserna? As respostas são claras: sim, se a universidade abrir seus ateliers de criação; sim se os superiores aceitarem deliberar com os soldados. Dito de outro modo: sim se os limites da antiga instituição forem ultrapassados. Reciprocamente, dir-se-á que eles não se estabilizam a não ser que deixem de ser um desafio. Acreditamos que é nesse espírito que convém abordar as instituições contemporâneas do saber. (LYOTARD, 1986, p. 32).

É assim que o resgate da empiria como forma de obtenção de conhecimento e desenvolvimento de competências e habilidades estaria no cerne da proposta pedagógica do PEP e que, mais tarde, mesclou-se com o conhecimento acadêmico para a criação de uma terceira geração pedagógica, híbrida entre a empiria e a sistematização acadêmica, a qual veio a caracterizar o Mestrado Profissional, conforme veremos mais adiante.

É neste procedimento de ensino-aprendizagem que verificamos o ideal perseguido pela pedagogia de efetiva produção de conhecimento – e não apenas uma transmissão passiva – onde aprendem conjuntamente os estudantes e os mestres, com evidente potencial de reciclagem da própria instituição. Tal direção, já apontada enfaticamente por Paulo Freire, leva-nos à compreensão de que o conhecimento só tem sentido enquanto entendido como uma teoria da ação, onde a forma não se desvincula do conteúdo e o conhecimento não se desvincula da realidade vivenciada.

Tudo isto faz ainda mais sentido se associarmos estas ideias à missão institucional do IPHAN e sua performance histórica que nunca foi apenas a de preservar e proteger o patrimônio, mas também a de formar técnicos especializados e buscar novas formas de saberes, sempre preocupada em estabelecer um pensamento crítico sobre a questão patrimonial, capaz de alimentar o processo de renovação e atualização do pensamento nacional sobre o tema.

Considerando ainda outro aspecto, se o ensino de qualidade se fortalece quando em diálogo com atividades de pesquisa, também aqui a pedagogia PEP/Mestrado Profissional se consolida de maneira particular. Considere-se que a investigação realizada no IPHAN apresenta uma característica da pesquisa aplicada, do caso-a-caso, do dia-a-dia, regionalizada, local, viva.

Este conjunto de constatações aponta para o binômio ético-estratégico ao qual nos referimos no início desta seção. O compromisso ético da instituição com o saber apresenta características singulares por correr em uma raia própria, empírica, enraizada, territorializada, de acesso não muito fácil a outras instituições de ensino, com aplicabilidade também pontual, aderente, adequada, pertinente. Faz parte desse compromisso ético também a multiplicação e diversificação disciplinar para que o patrimônio seja mesmo coletivo, *comme il faut*, e de ampla apropriação. Do ponto de vista estratégico, cabem a ampla divulgação desses saberes construídos e a sua permeabilidade e difusão capilar, possíveis apenas em

instituições como o IPHAN de grande presença em todo o território nacional e bastante próxima dos cidadãos de cada lugar, de qualquer categoria social.

O Mestrado Profissional: dados pedagógicos e desempenho

Os resultados do PEP foram expressivos, conforme constatado não apenas através de meu relatório que cobria o período 2004-2008, no quadriênio de sua criação, mas também através de outros índices, apurados neste período e nos anos subsequentes. Estamos nos referindo tanto a resultados quantitativos (83% dos egressos aproveitados pelo mercado de trabalho na área de atuação do Mestrado Profissional, conforme avaliação do quadriênio 2017-2020), quanto qualitativos, através da produção intelectual, encontros de estudos e, especialmente, atingindo os objetivos de abrir a questão patrimonial para outras áreas de formação (pluri e interdisciplinaridade) e o arejamento da instituição através de uma reflexão ampla e continuada.

Externamente ao IPHAN, a pós-graduação no Brasil também já vinha iniciando a ampliação dos mestrados profissionais e em 2009, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do MEC (CAPES) os regulamentou em instituições que haviam constituído um domínio especial em determinado campo do conhecimento, como era exatamente o caso do IPHAN na área do patrimônio cultural. Parecia, então, muito natural que o PEP evoluísse de um curso de especialização para um mestrado, apresentando-se como um dos pioneiros em relação a outras instituições, exatamente porque já apresentava uma estrutura ativa na área pedagógica. Reforçavam esta direção, além do dado referente aos egressos apresentado anteriormente, a enorme procura pelo programa em todas as partes do país e os reflexos positivos no campo do conhecimento dentro e fora da instituição.

Tendo sua candidatura aprovada pela CAPES/MEC, o Mestrado Profissional do IPHAN se estruturou pedagogicamente a partir da experiência exitosa do PEP, mas, em função de sua nova personalidade acadêmica, teve que realizar algumas alterações. Assim sendo, foram mantidas a proposta pedagógica de associação das práticas profissionais aos conteúdos teórico-metodológicos e o caráter multi e interdisciplinar com diferentes abordagens do patrimônio cultural. As unidades do IPHAN continuaram a ser as bases de operação do curso quanto ao perfil das vagas oferecidas aos candidatos, mantendo a importante distribuição territorial e seu caráter empírico sempre ligados a problemas cotidianos e atuais de preservação e que se refletem nas dissertações, sempre resultantes das práticas supervisionadas.

As alterações foram muito mais no sentido de se adaptar ao novo formato acadêmico, do que propriamente de conteúdo filosófico-pedagógico: os módulos de aulas foram redimensionados, o trabalho final se tornou uma dissertação, com defesa em banca pública. Ainda de acordo com as exigências da CAPES, foi constituído corpo docente formado por professores majoritariamente em regime de dedicação integral, no entanto, sem desprezar, ainda que minoritariamente, a contribuição de colaboradores que tão bem havia funcionado no PEP, diversificando o processo de ensino-aprendizagem e que, historicamente veio se constituindo por servidores ativos e inativos da Instituição, ex-servidores, especialistas do campo do patrimônio e docentes de outros programas de pós-graduação aptos nas temáticas de preservação, todos contribuindo na forma de disciplinas ou palestras. Aos docentes permanentes couberam também outras formas de participação, além do ensino, como é usual na pós-graduação, através de atividades de pesquisa e orientações dos alunos do Programa.

Alguns outros dados fornecidos pelos coordenadores do Programa ajudam a esclarecê-lo:

- Área de avaliação pela CAPES: interdisciplinar.

- Duração: 24 meses, sendo 18 meses dedicados às práticas nas unidades com carga horária de 30 horas semanais + 3 meses dedicados aos módulos de aulas divididos e 3 meses dedicados à finalização da escrita da dissertação.
- Seleção: anual.
- Vagas oferecidas regularmente, a partir de 2018: 10 para candidatos externos (bolsistas) + 5 para candidatos servidores efetivos do IPHAN + 5 vagas para servidores e empregados públicos lotados em órgãos, autarquias e fundações.
- Unidades de lotação dos alunos: variam anualmente, dependendo das demandas das unidades do IPHAN.
- 1080 horas de estágio supervisionado.
- Produção mínima resultante da trajetória do aluno: três Produtos Técnicos, fruto da sistematização das práticas supervisionadas das quais o aluno participou, além da Dissertação de Mestrado, cujo objeto de estudo é definido a partir de uma questão identificada no cotidiano das práticas supervisionadas.

Vale ressaltar que os três módulos de aulas são oferecidos na sede do IPHAN no Rio de Janeiro e devido à pandemia do coronavírus (COVID-19) são, excepcionalmente, substituídas por aulas que utilizem "meios e tecnologias de informação e comunicação", conforme determinado por Portarias do Ministério da Educação. Hoje o Mestrado conta com 72 alunos matriculados em basicamente três turmas em andamento, ingressados no curso em 2018, em 2019 e em 2020. Até o final de 2020, o Mestrado recebeu 254

alunos (195 bolsistas, 39 servidores do IPHAN, 10 servidores de municípios, dois servidores de instituições estadual e distrital e oito servidores de outras instituições do Governo Federal), sendo abrangidas 34 diferentes áreas de graduação.

As “Jornadas” do Mestrado Profissional, evento que reúne especialistas e mestrandos, são atividades complementares destinadas à difusão e intercâmbio dos temas em estudo nos trabalhos dos estudantes e se constituem em importantes momentos de enriquecimento do campo.

Há ainda um aspecto importante a se considerar, embora mais geral quanto ao IPHAN, mas que certamente decorre também do êxito do PEP como experiência educativa. Através do Decreto n.º 9.238, de 15 de dezembro de 2017, o qual regula a nova estrutura do órgão, foi criado o Centro Lucio Costa, instituindo a Escola do Patrimônio como uma “Unidade Especial” da instituição. Trata-se de fato de grande importância porque reconhece, na prática, a necessidade de transbordo do conhecimento acumulado pela instituição em sua ação cotidiana e assume a sua função social ampla de formação nos mais diversos níveis, inclusive o internacional, onde se articula, inclusive, a sua atuação como Centro de Formação de Categoria 2 da UNESCO. A partir de 2008, quando se iniciaram as primeiras tratativas nesse sentido, foram realizadas várias reuniões nacionais para sua operação, dentre elas um encontro com instituições e especialistas nacionais em 2010, no Palácio Gustavo Capanema, cuja convocação apresentava a seguinte introdução:

> Em outubro de 2009 foi aprovada na Assembleia Geral da UNESCO, realizada em Paris, a proposta apresentada em 2008 pelo Brasil aos membros do Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO de criação no Rio de Janeiro de um Centro Regional para formação de gestores do patrimônio cultural. O *Centro Regional de Formação para Gestão do Patrimônio* será sediado no Palácio Gustavo Capanema, prédio onde funcionam as representações dos Ministérios da Cultura e da Educação no Rio de Janeiro. O objetivo principal do Centro consiste em reforçar a capacidade de gestão das instituições envolvidas na preservação

> do Patrimônio na Região, entendida aqui como o conjunto de países da América do Sul e – da comunidade de países de língua oficial ibérica - da África e da Ásia. São prioridades do Centro a formação de gestores públicos dos órgãos responsáveis pela preservação do Patrimônio e o fomento de estudos e pesquisas que possam contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de bens culturais e naturais. Dentre os objetivos inclui-se a responsabilidade do Centro em contribuir para a preservação dos bens da região incluídos na Lista do Patrimônio Mundial estabelecido pela Convenção da UNESCO de 1972 - conjuntos urbanos, sítios arqueológicos e paisagens, naturais e culturais – bem como para a ampliação da presença na Lista dos países da Região. Para atingir seus objetivos o Centro desenvolverá parcerias com instituições similares da Região e de organismos internacionais de capacitação. (IPHAN, 2010).

Embora muitos dos largos objetivos inicialmente cogitados não tenham sido atingidos, consolidaram-se os braços de Formação e de serviço de pesquisas aplicadas (Observatório de políticas e gestão e difusão), aliados a uma política crescente de internacionalização do instituto através da educação.

Como se pode observar, trata-se de números vigorosos que apontam a importância desta iniciativa educacional, cujos pontos qualitativos serão tratados a seguir.

Aspectos qualitativos do Mestrado Profissional do IPHAN

Para efeito da análise dos aspectos qualitativos do Mestrado Profissional do IPHAN, podemos considerar dois grupos. Um que trata dos benefícios sociais da iniciativa e que se referem aos seus resultados no cenário nacional e outro mais teórico, relacionado com o avanço do conhecimento e sua difusão. Iniciemos pelo primeiro grupo.

Dentre seus benefícios sociais, salientemos os seguintes pontos:

a) Alargamento do campo de conhecimento: historicamente os campos da arquitetura (prioritariamente) e história, seguidos depois pela antropologia e ciências sociais dominaram a área do patrimônio cultural no Brasil, apesar de suas formulações iniciais ligadas às questões étnicas e de cultura popular que estiveram presentes em seu berço. Talvez a premência e dificuldade de trato e gestão do patrimônio material tenham canalizado os esforços da instituição, refletindo-se na maciça presença da arquitetura e urbanismo nos seus chamados "anos heróicos", coincidentes com a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967). Nem a criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) na gestão de Aloísio Magalhães, em 1975, conseguiu alterar a hegemonia do chamado patrimônio de pedra e cal. Apenas nos anos finais do Século XX, o campo seria efetivamente alargado na prática, culminando com a instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural e criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial/PNPI (Decreto n.º 3.551 de 4 de agosto de 2000). Embora tardia, a presença de outros campos do conhecimento no cenário do patrimônio cultural é fundamental inclusive para consecução de sua função social. A formação ampla aplicada a esta área é condição para que esta abrangência se efetive na prática.

b) Difusão do conhecimento técnico do IPHAN, compartilhando com a sociedade o saber acumulado ao longo de seus mais de 80 anos. Este ponto já foi explorado ao longo do presente artigo, mas não poderia ficar ausente desta lista, na medida em que, como órgão público, uma das suas funções é exatamente a de compartilhar seus saberes com a sociedade. Embora pareça óbvio, esta não é exatamente a prática da grande maioria das instituições públicas brasileiras que guarda intramuros seus conhecimentos acumulados. Se esta prática de retenção não é

recomendável em nenhum caso, ela se torna ainda mais condenável em órgãos gestores do patrimônio cultural, posto que estes, por definição, têm origem na cultura e práticas sociais e necessita da legitimação social para sua efetivação. Além disso, também como já explorado em outros trechos deste artigo, trata-se de um saber especial, com raízes no cotidiano e nas tradições populares que necessita da empiria, da presença permeável e pontual para sua identificação, tarefa muito difícil de ser realizada pela academia ou por outras instituições de pesquisa, como também já explicitamos.

c) Estímulo à troca de experiências e conhecimentos entre profissionais de diferentes formações e perspectivas disciplinares: da maneira como foi formulado o programa de Mestrado Profissional, desde suas origens no PEP, o objetivo de alargamento da presença de diferentes áreas de formação associado ao trato de problemas cotidianos enfrentados pelo Instituto em suas diversas unidades regionais, privilegia a geração de novos conhecimentos dentro do processo de ensino-aprendizado, como convém a uma visão pedagógica contemporânea e progressista. Ao analisarmos o quadro de classificação das dissertações por áreas elaborado pela coordenação do Mestrado, podemos constatar a presença múltipla da produção[5] em subáreas de exame também de grande variedade, tais como paisagem cultural, patrimônio ferroviário e patrimônio imaterial, só para citar algumas das mais candentes.

d) Democratização do acesso ao conhecimento, através do oferecimento de vagas por meio de editais públicos e internos, favorecendo tanto a formação ampla da sociedade, quanto o apri-

[5] Apoio e sustentabilidade, Arqueologia (cerca de quinze produtos), Comunicação e promoção (cerca de seis produtos), Conservação, Educação patrimonial (cerca de seis produtos), Fomento, Identificação e reconhecimento/registro (cerca de 52 produtos), Licenciamento, Normatização (cerca de oito produtos), Patrimônio material, Pesquisa/Documentação (cerca de seis produtos), Redução e otimização de custos, Salvaguarda e Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.

moramento de seus próprios quadros técnicos. Este benefício se articula diretamente com os esforços para a criação e efetivação do Sistema Nacional de Patrimônio, distribuindo as vagas pelo território nacional, qualificando pessoal para o mercado de trabalho. Quanto a este ponto, lembramos dois aspectos importantes: o primeiro diz respeito ao crescimento exponencial de órgãos oficiais de preservação nos municípios brasileiros, resultado do aumento da consciência nacional para a questão, e que traz consigo também o crescimento do número de escritórios técnicos especializados e organizações não governamentais, todos necessitando de formação técnica adequada; o segundo diz respeito à formação de quadros para o próprio IPHAN, cujo corpo de funcionários, em sua grande maioria, se encontra em situação de breve substituição por aposentadoria. O Mestrado Profissional funciona assim, preventivamente, como banco de profissionais e, prospectivamente, como gerador de novas visões para o campo.

e) Aproveitamento da estrutura capilarizada do IPHAN, contemplando a maior quantidade possível de unidades nos editais, o que garante a distribuição do conhecimento em todo o território nacional, em contraste com a perversa concentração no Sul/Sudeste que facilmente constatamos no quadro brasileiro de distribuição de benefícios sociais. Ao analisarmos os locais contemplados pela ação do mestrado, identificamos a presença de, pelo menos, quarenta[6] locais diferentes em todo o país.

f) Renovação da instituição: a renovação da instituição não se dá apenas quanto à substituição de seu pessoal, conforme apontado em (d), mas pelo próprio arejamento interno trazido pelas

[6] Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Campinas, Campo Grande, Corumbá, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Goiás, João Pessoa, Laguna, Lençóis, Macapá, Maceió, Manaus, Natal, Ouro Preto, Palmas, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Cristóvão, São Luís, São Miguel das Missões, São Paulo, São Pedro da Aldeia, São Raimundo Nonato, Teresina, Tiradentes, Vassouras, Vitória.

pesquisas e pela interação entre técnicos de carreira das superintendências e departamentos centrais. Sabemos da velocidade das transformações do mundo contemporâneo e também dos significativos câmbios conceituais do campo patrimonial ocorrido nas duas últimas décadas.

A tensão entre os esforços de preservação/missão institucional do órgão e as novas visões conceituais do patrimônio exigem uma abertura de seus técnicos e uma capacidade de reciclagem responsável de procedimentos e ações junto à comunidade que não se constituem em tarefa banal, especialmente quando dualidades conflitantes como conservação/conservadorismo, reconhecimento social/rejeição estão presentes no dia a dia de órgãos de preservação. O movimento de renovação interna ajuda a superar tais dicotomias e resulta em maior eficiência e legitimidade das ações do órgão.

g) Aumento significativo das pesquisas no IPHAN: embora já tradicionais na sua prática, também conforme já apontado neste artigo, é inegável que a presença dos estudantes associada à criação de um corpo docente permanente de pesquisadores resultou em aumento exponencial das ações de pesquisa e ainda mais, conforme também já apontado aqui, em campos distintos daqueles preferenciais na academia.

O benefício social amplo quanto à contribuição à inovação e ao desenvolvimento de conhecimentos no campo constitui aspecto especial que compõe o segundo grupo de análise.

Iniciamos a análise deste grupo com uma questão, a meu ver, basilar e *sine qua non* para o campo do patrimônio, a qual podemos identificar como sendo a necessidade de renovação epistemológica do campo. A esta questão tenho dedicado meus estudos mais recentes, na medida em que desafios atuais não encontram respostas na teoria desenvolvida ao longo do século XX e que as críticas do século XXI ainda não conformaram um todo sistematizado. A grande virada epistemológica no trato com o patrimônio começou a ocorrer com a incorporação do conceito antropológico de cultura, o qual deixou de enten-

der como identidade dos povos apenas a “alta cultura”, onde se considerava patrimônio prioritariamente as expressões máximas da civilização, na esteira das discussões filosóficas que, na segunda metade do século XX, já se faziam sobre a natureza do conhecimento e sobre a clara expansão de seus domínios. Exemplo disso, para citar um campo correlato ao da preservação, ocorreu com a História que passou a reconhecer os seus limites quanto à sua capacidade de reconstrução dos fatos “como eles efetivamente ocorreram” e de estabelecer uma inquestionável “verdade histórica”, recuperando, antes, a sua capacidade analítica e se estendendo a múltiplas abordagens setoriais e recortes ainda não plenamente investigados, fazendo “as pazes” com a memória oral, vista com muita suspeição pelo positivismo científico.

No setor do patrimônio material, vimos que os conceitos de monumento e monumento histórico como expoentes da civilização - que perdurou na consolidação da preservação do patrimônio ao final do século XIX, quando se desenvolveu a disciplina do Restauro – foi a compreensão que passou a ser a referência para o trato dos bens patrimoniais, desde objetos até núcleos urbanos. Prevalecia a ideia de excepcionalidade e uma visão estreita de restauro baseada na obra de arte. O aporte antropológico e da Nova História, a democratização das nações, a consciência ambientalista e seu corolário, os “direitos difusos”, vieram a modificar o conceito de patrimônio cultural, ampliando-o e passando a entendê-lo como um conjunto de bens de caráter material e imaterial que conferem identidade e documentam a memória de um povo, em contraposição à ideia restrita de monumento. Assim, resgatou-se a sua importância como referência de orientação, identidade, senso de história e pertencimento e ampliou-se o leque de bens patrimoniais, considerando não só os excepcionais, mas também os exemplares e não só aqueles ligados à História Oficial – mas incluindo os ligados às diversas manifestações sociais e históricas, representativos de todas as épocas – substituindo-se a concepção do monumento isolado e incorporando-o nas ambiências urbanas. Uma radical transformação como esta inseriu vários novos agentes no trato com o patrimônio, bem como instituiu novos patrimônios. Difundiu-se o entendimento de que toda cida-

de e todas as pessoas têm sua própria história e o direito à preservação de suas memórias e referências próprias. Certos edifícios e objetos passaram a ser preservados não por sua excelência ou exemplaridade, mas por sua importância simbólica para as populações. A questão simbólica, pilar mestre da questão cultural, passou a se configurar também como elemento basilar da preservação do patrimônio cultural, trazendo consigo os problemas relacionados à intersubjetividade e ao jogo democrático.

Correndo paralelamente, inicialmente ligada às questões ecológicas, mas rapidamente atingindo todos os campos da presença humana em sua relação com seu habitat, apresentou-se a sustentabilidade como conceito e meta a ser perseguida, passando também a influenciar o campo patrimonial, na medida em que este, inflado e não mais restrito ao intocável e singular monumento – mais fácil de ser "congelado" – se viu obrigado a admitir a transformação na sua agenda. As sociedades se viram, então, frente a uma equação que admite termos de difícil trato na prática cotidiana: a sustentabilidade e a questão simbólica. Claro que esses termos levaram à necessidade de um aprofundamento teórico e a novos procedimentos metodológicos e de gestão, enfim a uma nova epistemologia.

Corolário desta questão é a necessidade da diversidade de saberes que necessitamos incorporar na busca por esta nova epistemologia do campo que não se esgota na discussão da pluri, inter e transdisciplinaridade a serem obrigatoriamente construídas, mas que flui também sobre a questão da fonte desses saberes, conforme apontado nas primeiras páginas deste artigo e que se referem à sua diversidade e à sua presença como alternativa ao conhecimento acadêmico. Esta característica peculiar das pesquisas realizadas no Mestrado Profissional cria uma importante via de mão dupla constituída pela dialética e diálogo com a academia que tende a enriquecer a ambos.

Considerações finais

Conforme se pode constatar ao longo deste texto, não são gratuitas as simpatias do autor à experiência didática desenvolvida no IPHAN através do PEP e seu desdobramento em Mestrado Profissional. Como último aspecto que gostaria de salientar está a evolução do processo, que em um período de apenas quinze anos, conseguiu produzir tantos resultados e desdobramentos. Espera-se que esta capacidade de renovação se mantenha para os anos subsequentes, especialmente se considerarmos o enorme potencial aberto pelo Centro de Lucio Costa: Escola do Patrimônio e a necessidade estratégica do país na consolidação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC). Os próximos passos parecem já estar previstos nos planos da própria instituição e incluem a regulamentação do edital de seleção para alunos estrangeiros e a perspectiva de criação do doutorado profissional, bem como o atendimento às demandas dos servidores do SNPC.

A preservação do patrimônio cultural no Brasil nasceu das ideias e esforços de intelectuais que buscavam construir um futuro no país, conectando o passado com as necessidades do presente, mas, sobretudo, com uma visão do devir. Assim também parecem se constituir os esforços pedagógicos do IPHAN, fiéis à sua própria tradição, como convém à sua missão.

Referências

CARSALADE, Flávio de Lemos. Avaliação do Programa de Especialização em Patrimônio do IPHAN/UNESCO (PEP) 2004-2008. **Relatório do Programa de Especialização do IPHAN:** Trajetória, Avaliação e Perspectivas. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

IPHAN. **Programa da Reunião de especialistas sobre a implantação do Centro Regional para gestão do patrimônio**. 11 e 12 de maio de 2010. Rio de Janeiro, Palácio Gustavo Capanema – Salão Portinari (mimeo).

LYOTARD, Jean François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986.

MACHADO, Jurema. A UNESCO e o Brasil: trajetória de convergências na proteção do patrimônio cultural. *In:* IPHAN. **Cadernos de estudos do PEP:** contribuição dos palestrantes da 1ª Oficina PEP 2006. Vassouras, Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

MACHADO, Jurema. Diversidade cultural e direitos: o alcance de uma convenção internacional da UNESCO. *In:* IPHAN. **Cadernos de estudos do PEP:** contribuição dos palestrantes da 1ª Oficina PEP 2006. Vassouras, Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

MOTTA, Lia; SORGINE, Juliana Ferreira. A conservação e restauração na proposta do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural no IPHAN. *In:* III ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO. 2014, Lisboa. **Anais** [...]. Lisboa: [s.n.], 2014.

UNESCO. **Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO**. Brasília: [s.n.], 2005 (mimeo).



O ofício de supervisor(a) e seus modos de fazer: reflexões sobre as Práticas Supervisionadas no Mestrado Profissional do Iphan

Cyro Holando de Almeida Lins

Servidor público federal, técnico em Antropologia na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Pará (Iphan-PA), onde exerceu o cargo de Superintendente en-

tre os anos de 2017 e 2019. Possui graduação em Ciências Sociais e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. Tem desenvolvido pesquisas nas áreas de patrimônio cultural, políticas públicas, memória e etnicidade, tendo ainda atuado como consultor em projetos culturais e de pesquisa junto a diversos grupos artísticos, culturais e comunidades tradicionais.





O título deste artigo é sugestivo para os leitores e as leitoras que tem algum contato com o campo das políticas de patrimônio, sobretudo o que se convencionou definir como patrimônio imaterial. Para quem não tem essa proximidade, explico: “Ofícios e Modos de Fazer” é uma categoria, ou são categorias, presentes na política federal de identificação, registro e salvaguarda do patrimônio cultural de natureza imaterial. Trata-se também de uma categoria do Inventário Nacional de Referências Culturais[7]. São ofícios e modos de fazer que são inscritos no Livro de Registro dos Saberes, quando são reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil, de acordo com o Decreto nº 3551/2000, a exemplo do Ofício das Baianas de Acarajé, ou do Modo de Fazer Renda Irlandesa.

O processo de registro de um bem de natureza imaterial como patrimônio cultural brasileiro envolve conhecer a fundo o bem que se quer reconhecer. É preciso identifica-lo e documentá-lo, além de apreender e descrever os sentidos e significados que lhe são atribuídos pelas comunidades, grupos e segmentos que o produzem, reproduzem e transmitem para as outras gerações. É necessário realizar uma descrição densa do bem, identificando seus personagens, suas principais características e elementos, técnicas e conhecimentos necessários para sua produção e reprodução, além das condições materiais e sociais de sua existência. Todo o conhecimento gerado a respeito do bem durante o seu processo de inventário, além de se constituir um importante acervo de informações sobre o bem, servirá também para o planejamento das ações de promoção e sustentabilidade, ou seja, para o que se convencionou chamar de salvaguarda do bem cultural. Enfim, é preciso conhecer a fundo a realidade social sobre a qual se pretende intervir, para que as ações alcancem os resultados desejados.

[7] “O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social”. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/685/. Acesso em: 2 out. 2021.

A comparação no título deste artigo serve não para reivindicar o trabalho da prática supervisionada enquanto um bem cultural, longe disso. Mas creio que pode ser interessante fazer um certo exercício de estranhamento da prática, nos termos que algumas disciplinas afeitas à pesquisa no campo do patrimônio imaterial, como a antropologia, costumam colocar. Creio também ser pertinente elaborar reflexões a respeito das condições de realização dessa prática, no sentido de verificar algumas de suas potencialidades e fraquezas, de modo a possibilitar avaliações e incrementos futuros. Nesse caminho, gostaria de aqui pontuar alguns sentidos e significados da prática supervisionada no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan, assim como refletir sobre algumas características e elementos dessa prática que a tornam ao mesmo tempo instigante e desafiadora, desvelando um pouco do universo dos modos de fazer as práticas profissionais sob supervisão e o ofício de supervisão desempenhado por técnicos e técnicas do Instituto.

Meu objetivo neste artigo, cumprindo a tarefa que assumi a partir do convite que me foi feito pela equipe de organização da presente publicação, não é fazer reflexões teóricas elaboradas a respeito das práticas educativas do Mestrado Profissional do Iphan. Desejo muito mais refletir, brevemente, a respeito de algumas questões mais pragmáticas, dilemas e desafios que encaramos no cotidiano institucional quando no exercício da prática supervisionada. Minhas reflexões partem, principalmente, da minha experiência enquanto supervisor, na Superintendência do Iphan no Pará, onde atuo como técnico em antropologia desde 2013, sobretudo nas áreas de patrimônio imaterial e educação patrimonial. Mas também buscarei dialogar com os produtos que fazem parte da presente publicação, considerando que muitos dos aspectos que abordarei são comuns à prática supervisionada como um todo na instituição, sendo todos esses produtos, em alguma medida, ilustrativos das questões e dilemas que procuro aqui por em evidência.

Inicialmente, procuro evidenciar um pouco mais detalhadamente alguns aspectos do funcionamento da prática supervisionada no âmbito do Mestrado Profissional do Iphan, de como a atividade é concebida dentro da instituição, o que se espera dos alunos e alunas, dos supervisores e supervisoras. Em seguida, passo a explorar os contextos dos diferentes "modos de fazer" práticas supervisionadas e os principais desafios e questões relacionados ao "ofício" da supervisão dessas práticas, referenciando, sempre que possível, os produtos apresentados nesta publicação. Ao final, busco apontar algumas avaliações e perspectivas, a partir das minhas próprias experiências em atividades de supervisão.

Uma busca rápida no portal do Iphan na internet nos permite conhecer um pouco mais sobre o seu Mestrado Profissional. Quanto ao seu formato, "O Mestrado é composto por práticas supervisionadas e atividades de natureza teórica - leituras, pesquisas, elaboração de dissertações e módulos de aulas[8]". Aprofundando a leitura das informações disponíveis no portal do Iphan (http://portal.iphan.gov.br/pep), verifica-se a ênfase e a importância dada à relação entre a formação teórica e empírica, esta última caracterizada pelo período de prática profissional supervisionada pela qual os mestrandos e mestrandas devem passar. A definição do objeto de estudo da dissertação deve ser feita "a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional[9]". As atividades realizadas durante o Mestrado são divididas entre aquelas de natureza prática e de natureza teórico-metodológica. As primeiras envolvem "Inserção nas práticas de rotina da Unidade do Iphan em que o aluno estiver lotado; Reuniões técnicas com equipe do Iphan; Encontros profissionais com parceiros da rede Iphan; Participações em eventos e seminários da área de preservação do patrimônio". Já as atividades de natureza teórico metodológicas envolvem as aulas, leituras, discussões, atividades de orientação, seminários internos, exames de

[8] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pep/pagina/detalhes/303. Acesso em: 11 out. 2021.

[9] Idem

qualificação, elaboração de dissertação e exame de defesa de dissertação, enfim, práticas acadêmicas rotineiras dentro dos programas de pós-graduação.

A necessária relação entre o objeto de estudo e a experiência da prática profissional do aluno ou aluna no âmbito do Mestrado Profissional do Iphan traz algumas implicações importantes. Primeiramente, considero ser absolutamente proveitoso o desenvolvimento de uma prática reflexiva teórico-metodológica associada às atividades institucionais cotidianas. Não quero aqui cair na já clássica armadilha maniqueísta de polarizar teoria e prática. Não se trata disso. Se a formação proposta no âmbito do Mestrado Profissional busca a produção de conhecimento para que se possa intervir numa realidade específica – a do campo das políticas de preservação do patrimônio cultural – é absolutamente pertinente (e necessário) que se tenha um conhecimento íntimo da realidade da Instituição promotora dessas políticas. Sara Santos Morais[10] nos dá um exemplo interessante sobre as intercorrências que a falta de compreensão a respeito da atuação institucional pode acarretar no âmbito da execução de políticas de patrimônio. No caso por ela analisado, a aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais por pesquisadores externos ao Iphan, vemos como uma falta de compreensão destes a respeito dos objetivos do instrumento de Inventário pode minar seu alcance enquanto uma importante ferramenta de mobilização social voltada à preservação dos patrimônios.

Outro aspecto importante a destacar nessa relação entre teoria e prática no âmbito do Mestrado Profissional do Iphan (assim como acredito ser em qualquer programa de pós-graduação profissional) é que a produção do conhecimento é, de partida, "enviesada", ou seja, busca atender não somente aos interesses acadêmicos do pesquisador ou pesquisadora, mas também busca suprir necessidades apon-

[10] MORAIS, Sara. Modos de fazer e usar o INRC: reflexões sobre sua dimensão prática. *In:* TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (org.). **A antropologia na esfera pública:** patrimônios culturais e museus. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019. p. 29-47.

tadas pela instituição promotora, no nosso caso, o Iphan. Antes de cada seleção, é feita uma consulta às diferentes unidades do Iphan (Superintendências, Escritórios Técnicos, Unidades Especiais e Departamentos da Área Central) a respeito do perfil de formação e temas de interesse, de modo a estabelecer a oferta de vagas. Se, por um lado, o perfil de formação e, sobretudo, os temas de interesse de pesquisa são previamente indicados, por outro, não significa que as posturas teóricas e críticas diante dos temas também o são. Não se pode perder de vista que o objetivo geral do Mestrado Profissional do Iphan é "capacitar os alunos para a análise crítica, formulação e desenvolvimento de ações de preservação, a partir de práticas profissionais e de um conhecimento abrangente que envolva aspectos sociais, históricos, jurídicos e tecnológicos aplicados ao campo do patrimônio cultural[11]". Nesse sentido, podemos afirmar que tem sido produzidas reflexões críticas bem interessantes no âmbito do Mestrado Profissional do Iphan, que muitas das vezes desafiam os próprios pressupostos da atuação institucional, o que, na minha avaliação, é absolutamente positivo, pois estimula (ao menos em teoria) a instituição a reavaliar os modos de operar a política.

Então, em que consiste exatamente a prática supervisionada no Mestrado Profissional? As Práticas Supervisionadas I, II e III estão previstas na grade de disciplinas do Mestrado, e equivalem a 72 créditos, totalizando 1.080 horas. De acordo com a ementa da disciplina[12]:

> As práticas supervisionadas constituem disciplinas do Mestrado Profissional do Iphan desenvolvida nas unidades de lotação dos alunos no serviço público (unidades do Iphan ou outras instituições), visando o desenvolvimento de um olhar sobre as práticas informado pelos conteúdos teórico-metodológicos do curso e visando, ao mesmo tempo, identificar questões da prática que possam incrementar, aperfeiçoar e potencializar as discussões

[11] Idem

[12] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1985. Acesso em: 20 out. 2021.

> teórico-metodológicas. Para avaliação do desempenho dos alunos está prevista a elaboração de três produtos técnicos a serem entregues à instituição onde as práticas são desenvolvidas e à Coordenação do Mestrado. De forma geral a disciplina tem por objetivo propiciar reflexões a respeito das atividades cotidianas de preservação de bens culturais desenvolvidas pelo poder público.

As práticas supervisionadas são realizadas nas unidades descentralizadas do Iphan e são obrigatoriamente acompanhadas por supervisor técnico local – técnicos ou gestores das Superintendências, Departamentos ou Unidades Especiais. O Art. 30 do Regimento Interno do Mestrado Profissional define assim as atribuições dos supervisores:

> I - Orientar os alunos nas suas atividades cotidianas e no desenvolvimento de suas pesquisas, estudos de caso e projetos;
>
> II - Avaliar sistemática e periodicamente o desempenho do aluno;
>
> III - Indicar leituras preliminares e especializadas sobre a preservação do patrimônio cultural ou que possam contribuir para os trabalhos desenvolvidos pelos alunos;
>
> IV - Acompanhar a elaboração e adequação do planejamento de atividades dos alunos, assim como de seus relatórios, apresentações e produtos previstos no Calendário do Programa;
>
> V - Verificar se as atividades descritas nos relatórios mensais estão condizentes com aquelas desempenhadas pelos alunos, atestando-os e encaminhando-os à Coordenação do Mestrado, observando o Calendário do Programa;
>
> VI - Atestar e enviar mensalmente à Coordenação do Mestrado o controle de frequência dos alunos;
>
> VII - Tomar ciência e atestar qualquer trabalho escrito do aluno a ser encaminhado para a Coordenação do Mestrado;

VIII - Acompanhar a participação dos alunos nas oficinas nacionais;

IX - Participar das decisões referentes ao Mestrado nas oficinas nacionais;

X - Organizar, promover e coordenar os seminários profissionais internos nas unidades do IPHAN, visando à troca de conhecimento técnico;

XI - Formalizar suas análises sobre o desempenho anual dos alunos em um parecer e encaminhá-lo à Coordenação do Mestrado, no prazo previsto no Calendário do Programa.

Como podemos perceber, a função de supervisão técnica das práticas supervisionadas extrapola o caráter exclusivamente técnico da tarefa. Para além de algumas funções formais, burocráticas, como acompanhar frequência, atestar e encaminhar documentos, faz parte também dessas atribuições algumas tarefas mais formativas, que se aproximam das atividades de orientação acadêmica, como a indicação de leituras especializadas, acompanhar as atividades e a produção intelectual dos alunos e alunas, etc. E aqui residem algumas questões a respeito de nossa atuação enquanto supervisores e supervisoras que gostaria de pontuar, e que me surgiram desde a minha primeira oportunidade no desempenho da tarefa: qual o limite entre uma função e outra? Como equilibrar o acompanhamento “técnico” e o “teórico-metodológico”? É possível separar essas duas dimensões? Sobretudo, como não “invadir” o domínio da orientação propriamente dita?

São questões que, a priori, parecem simples ou evidentes. Mas que, de fato, demandam uma maior reflexão a respeito do lugar do técnico ou técnica na função de supervisão das práticas supervisionadas e, sobretudo, a respeito da compreensão a respeito das atribuições do aluno ou aluna que vivencia a prática. Colegas que já tiveram a experiência de supervisão, assim como professoras e professores do Mestrado, irão concordar quando afirmo que, muitas das vezes, o mestrando ou a mestranda acabam por desempenhar um papel um pouco além do que se espera, fazendo-se às vezes de corpo técnico na unidade

em que atua. Provavelmente isso se deve à deficiência do quantitativo de técnicos e técnicas necessário para dar conta das diversas atividades que envolvem a atuação nas unidades. Esse é um motivo para que tenhamos uma constante vigilância sobre nossa atuação enquanto supervisores e supervisoras e nossa relação com alunos e alunas. Imersos em meio ao turbilhão de funções desempenhadas nas unidades do Iphan, não é difícil sobrecarregar os alunos e alunas com tarefas que vão além de suas atribuições, ou demandar deles e delas um desempenho além de suas possibilidades. Assim sendo, vejo a prática de supervisão como uma atividade educativa também para o técnico ou a técnica que está na função. Se acolhemos a ideia de que podemos aprender com a função, é possível também incrementar nossa atuação institucional. E podemos levar esse aprendizado a um outro domínio, quando nos referimos aos conteúdos das reflexões contidas nos produtos das práticas supervisionadas propriamente ditas.

As experiências práticas dos alunos e alunas nas atividades técnicas rotineiras das unidades do Iphan tem como resultado a elaboração dos Produtos Técnicos que podem ter os mais diversos formatos: um relatório, um diagnóstico, um levantamento, um inventário, uma planta, uma maquete, uma minuta, um documento de referência, um projeto, um termo de referência, entre outros. Segundo as “Orientações para elaboração da capa, da apresentação e das referências”, documento elaborado pela equipe docente do Mestrado Profissional, “Toda e qualquer atividade que o aluno acompanhar cotidianamente pode se tornar um Produto da Prática Supervisionada, desde que seja coerente com as atividades que estão sendo desenvolvidas na unidade e atestadas pelo Supervisor” (IPHAN, 2013, p. 6).

Como já mencionei anteriormente, algumas reflexões produzidas no âmbito do Mestrado Profissional, seja nas dissertações ou nos produtos técnicos podem questionar os parâmetros de atuação do próprio Iphan. Por outro lado, essa produção pode apontar caminhos interessantes para a superação de problemas e avaliação de resultados das políticas de patrimônio. Isso se deve também ao fato de que,

muitas das vezes, os mestrandos e mestrandas têm a possibilidade de esmiuçar dados sobre os quais dificilmente temos a oportunidade de refletir mais detidamente, considerando a quantidade de tarefas cotidianas a desempenhar na instituição. A deficiência no quantitativo de pessoal no Iphan é alarmante. Até pouco tempo atrás, antes do último concurso, realizado em 2018, poucas Superintendências possuíam técnicos especializados na área de patrimônio imaterial, por exemplo[13]. Decorre disso o fato de estarmos sempre atuando no limite de nossa capacidade, tendo pouca oportunidade de fazer uma avaliação mais detida dos resultados das nossas ações. Mesmo não sendo a situação ideal, mestrandos e mestrandas que se dedicam às atividades das Práticas Supervisionadas, acabam "desafogando" um pouco as atividades dos técnicos, possibilitando atuar em frentes que, como indiquei, dificilmente conseguiríamos enfrentar sozinhos.

Os Produtos das Práticas Supervisionadas apresentados nesta publicação são exemplos bastante ilustrativos dessa situação. Me pergunto até que ponto a área técnica da Superintendência do Acre teria fôlego para elaborar uma reflexão tão pormenorizada quanto a que fez Leandro Ribeiro do Amaral a respeito da construção de um processo de consulta livre, prévia e informada sobre o registro dos desenhos gráficos kene kuĩ, do povo indígena Huni Kuĩ; ou se a Superintendência do Espírito Santo teria pernas para construir um processo de interlocução tão bem sucedido com os moradores de São Pedro do Itabapoana, sem a atuação de Simone Campos Pires, somente para citar alguns exemplos.

[13] Na Superintendência do Iphan no Pará, eu sou o único técnico em Antropologia desde 2015, sendo que entre 2017 e 2019 assumi o cargo de Superintendente, deixando a área de patrimônio imaterial sem um técnico dedicado às suas ações nesse período. Somente em 2019, com a chegada de uma historiadora, a área voltou a contar com profissional dedicado às atividades. Vale ressaltar que o Pará possui seis bens registrados, todos em processo de salvaguarda, o que demanda um enorme esforço por parte dos técnicos e técnicas responsáveis pela implementação da política.

Alguns produtos “denunciam”, em certa medida, nossas lacunas institucionais, apontando caminhos para soluções e incremento das políticas públicas e da atuação institucional como um todo. Para citar outros exemplos, a análise feita por João Paulo Pereira do Amaral a respeito do processo de contratação de instrutores de oficinas do Modo de Fazer Viola de Cocho no Mato Grosso do Sul revela a insuficiência e a inadequação dos instrumentos administrativos existentes para a execução de ações de salvaguarda eficientes. Assim como o estudo de caso e o tratamento de dois processos de tombamento da fase inicial do Iphan, realizado por Nayara Cavalini de Souza, coloca em evidência fragilidades físicas e materiais dos suportes dos processos, mas também apontam para algumas debilidades em seus conteúdos, assim como na própria política institucional de preservação de seus acervos. Novamente chamo a atenção para a necessidade de, enquanto supervisores e supervisoras, termos atenção e abertura para as reflexões e críticas que acompanham os produtos técnicos elaborados por mestrandos e mestrandas, para que possam de fato se converter em incremento da política pública e da atuação institucional.

Quando me refiro a ter abertura para acolher reflexões e críticas, chamo a atenção para um outro aspecto importante da atuação do técnico ou técnica responsável pela supervisão de alunos e alunas do Mestrado Profissional: é possível que, em alguns momentos, as questões e reflexões feitas pelos mestrandos e mestrandas apontem para incoerências na nossa atuação enquanto técnicos e técnicas. Nesse momento, é preciso ter atenção para que nossas convicções, tão consolidadas por anos de atuação institucional, não nos torne insensíveis para as possibilidades de autocrítica e mudanças. Lembro-me bem que algumas críticas feitas por estudantes no âmbito de práticas profissionais por mim supervisionadas acarretaram mudanças significativas (embora com alguma relutância) na forma de condução da política de salvaguarda no âmbito da Superintendência[14].

[14] Desejo manifestar meu agradecimento à Lorena Mendes (turma de 2013) e Gleycilene Pereira (turma de 2015).

A prática supervisionada nos convida a um exercício de estranhamento de nossa própria atuação enquanto técnicos e técnicas, e nos instiga a desnaturalizar e a, digamos, “desautomatizar” a rotina de funções e trâmites na qual estamos imersos. Por outro lado, para os mestrandos e mestrandas, as práticas profissionais supervisionadas permitem o contato com um universo formal das instituições e da administração pública que a formação acadêmica *lato sensu*, via de regra, não nos oferece. Na minha área de formação – a Antropologia – apesar do setor público ser um dos principais campos de atuação do profissional formado, desconheço cursos de graduação em Ciências Sociais que contemplem, por exemplo, noções básicas de administração pública ou de orçamento público. Nesse sentido, via de regra, os cursos de graduação e de pós-graduação nas universidades privilegiam a formação teórico-metodológica. Geralmente, ao iniciarmos nossa atuação no âmbito da administração pública, levamos alguns anos até nos familiarizarmos com o conjunto de leis, normas e procedimentos. Esse caminho poderia ser encurtado, caso tivéssemos a oportunidade de uma formação prática associada, a exemplo da proposta do Mestrado Profissional.

No início deste artigo me dei a liberdade de jogar um pouco com as categorias, ao trazer o universo de definições da política de identificação do patrimônio imaterial para a realidade sobre a qual pretendia refletir. É certo que o ofício de supervisor(a) é eivado de dilemas e desafios que nos exigem e proporcionam um pouco mais de reflexividade sobre as tarefas que desempenhamos cotidianamente na instituição. Os diferentes modos de fazer as práticas supervisionadas colocam em constante interação e contato universos de atuação e de conhecimento de naturezas distintas, mas complementares. Como toda interação, essa relação não está livre de tensões e conflitos, mas é preciso, como nos ensina Georg Simmel , perceber – e aproveitar – a potência criativa dos conflitos.

Por fim, gostaria de abordar, de forma breve, um último aspecto referente às Práticas Supervisionadas, que tem a ver com o tema condutor desta publicação, qual seja, a interdisciplinaridade. Não irei aqui problematizar as diferentes compreensões a respeito do tema, por isso irei trata-lo de forma genérica, ou seja, enquanto o exercício de relacionar diferentes disciplinas na apreensão de um determinado campo ou fenômeno social. Nesse sentido, como podemos perceber a partir da leitura dos produtos aqui publicados, a interdisciplinaridade constitui um caminho deveras fecundo na análise da atuação institucional e, de forma mais ampla, no desempenho geral das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. Sem mencionar ainda o enriquecimento que o formato interdisciplinar adotado pelo Mestrado Profissional do Iphan proporciona à formação dos alunos e alunas. Contudo, do ponto de vista do técnico ou técnica responsável pela supervisão de mestrandos e mestrandas, a interdisciplinaridade também pode se apresentar enquanto mais um elemento desafiador. Inicialmente, temos que uma das funções dos supervisores e supervisoras é de apresentar aos mestrandos e mestrandas todo o funcionamento da unidade na qual se desenvolve a prática supervisionada. Isso já nos faz sair um pouco de nossa zona de conforto, na medida em que necessitamos, nós também, aprender um pouco das diferentes áreas de atuação institucional (seja na área meio ou na área fim), para que possamos introduzir minimamente mestrandos e mestrandas a este universo. Além disso, via de regra, as práticas supervisionadas são acompanhadas por técnicos e técnicas especialistas nos temas que serão objeto da supervisão. Também é de praxe que o mestrando ou mestranda tenha formação (graduação) naquela área de atuação demandada pela Superintendência ou Unidade Especial que, geralmente, coincide com a área de formação e/ou especialidade do técnico ou técnica responsável pela supervisão. No entanto, nem sempre ocorre dessa maneira, e não são raros os casos em que mestrandos e mestrandas tenham formação distinta de seus supervisores e supervisoras. Ao mesmo tempo que isso pode se tornar um aspecto interessante e proveitoso, no sentido de permitir olhares distintos sobre um mesmo objeto, também pode se tornar

problemático, quando os olhares são tão distintos a ponto de conflitarem. Quando isso ocorre, é necessário um exercício de compreensão e também de autocrítica. Como já apontei, não é difícil nos sentirmos pessoalmente afetados, sobretudo quando há alguma forma de questionamento da nossa atuação. Mais uma vez, é necessário ter disposição para o debate e, sobretudo, para a construção conjunta de caminhos que possibilitem uma boa mediação dos conflitos.

Busquei ao longo deste artigo por em evidência algumas questões e dilemas com os quais nos deparamos durante nosso exercício de supervisão das Práticas Supervisionadas no âmbito do Mestrado Profissional do Iphan, demonstrando um pouco das particularidades desse ofício e as vicissitudes inerentes aos seus diferentes "modos de fazer". Ao longo da minha exposição, procurei expor situações e problemas não na intenção de emitir qualquer juízo de valor, mas apenas de apontar algumas dificuldades de potencialidades que o exercício dessa função nos propicia enquanto agentes de políticas públicas. As situações que expus aqui apontam para a necessidade de termos, enquanto supervisores e supervisoras, uma leitura mais ampla das práticas supervisionadas e, sobretudo, disposição para a construção de avaliações e soluções de forma dialógica, entre técnicos e técnicas, docentes e discentes do Mestrado Profissional. Isso implica, antes de tudo, uma concepção de processo educativo e formativo dialógico que, assim como nos ensina Paulo Freire , leve em conta as diferentes formas de conhecimento e que seja transformadora tanto dos sujeitos como das práticas institucionais.

Conhecer mais a fundo as condições práticas da atuação de técnicos e técnicas no exercício de supervisão das práticas supervisionadas deve contribuir para refletir um pouco mais atentamente sobre essas condições e, quem sabe, identificar alguns aspectos que possam ser potencializados, transformados, melhorados ou melhor aproveitados.

O Mestrado Profissional do Iphan tem formado profissionais extremamente comprometidos com os objetivos das políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro, que tem, em grande medida, contribuído para seu monitoramento, controle e avaliação. Nesse aspecto, acredito que o Mestrado Profissional cumpre um papel relevante, no sentido de contribuir com o preceito constitucional de participação e controle social das políticas públicas. Cada profissional formado é um potencial agente de implementação dessas políticas, seja no âmbito público ou privado.

Como já apontei anteriormente, o conhecimento gerado no âmbito do Mestrado Profissional, por sua natureza crítica, pode expor fragilidades e inconsistências da atuação institucional e da própria política de preservação do patrimônio cultural. Mas também aponta para caminhos interessantes de resolução de problemas e melhoria de serviços. Nesse caminho, é sempre bom questionar em que medida a produção de conhecimento gerada no âmbito do Mestrado Profissional do Iphan tem sido, de fato, aproveitada pela instituição, no sentido de influenciar as tomadas de decisões e/ou mudanças nos direcionamentos da implementação das políticas de preservação do patrimônio cultural. O Iphan possui um estoque riquíssimo de conhecimento e avaliações críticas de sua atuação, e é preciso saber aproveitá-lo de modo a possibilitar a otimização de seus recursos e o incremento das políticas públicas pelas quais é responsável.

Produtos das práticas supervisionadas

O Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan conta em sua proposta pedagógica com o desenvolvimento de práticas profissionais nas unidades da Instituição em que o discente está lotado, relativas à sua missão e atribuições legais. Essas atividades são supervisionadas por técnicos do Iphan e constituem uma oportunidade de diálogo entre os conhecimentos práticos oferecidos pela Instituição e os mestrandos no âmbito das disciplinas Práticas Supervisionadas do curso.

O aluno produz três Produtos Técnicos que podem ser apresentados em diferentes formatos, refletindo assim suas vivências profissionais e contribuindo, ao mesmo tempo, para os trabalhos do Iphan. Esta seção apresentará seis produtos elaborados por alunos das turmas de 2012 a 2016.

Importa ressalvar que as imagens e referências bibliográficas contidas nos produtos das Práticas Supervisionadas são de inteira responsabilidade desses alunos. Optamos por manter a organização e a numeração, inclusive, os diferentes formatos de citações adotados em cada texto que virá ao longo da publicação. Ademais, as informações contidas em cada texto se referem àquelas que vigoravam à época da escrita, ou seja, existem situações em que a unidade do Iphan passou por transformações

administrativas. Cabe ainda frisar que, para efeitos desta publicação, respeitamos os tempos verbais utilizados pelos alunos ao se referirem às suas inserções no cotidiano profissional das diferentes unidades do Iphan.







RELATÓRIO TÉCNICO DO PROCESSO DE CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA SOBRE O REGISTRO DOS DESENHOS GRÁFICOS KENE KUĨ, DO POVO INDÍGENA HUNI KUĨ, COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO BRASIL

Aluno:
Leandro Ribeiro do Amaral

Supervisor (a):
Juliana da Mata Cunha

Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – Turma
Práticas Supervisionadas Superintendência do Iphan no Acre

Março de 2013

A vaga oferecida ao Mestrado Profissional pela sua Superintendência do IPHAN no Acre, em 2012, destinava-se a atividades de identificação e registro para a preservação de bens de comunidades indígenas. O aluno selecionado à época, historiador formado em 2010, é servidor público federal efetivo junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), desde 2018.

O mestrando atuou no IPHAN, em relação à demanda do povo Huni Kuĩ pelo registro de seus grafismos Kene Kuĩ como patrimônio cultural brasileiro, desenvolvendo ações de pesquisa de campo e bibliográfica, além de refletir acerca da preservação cultural para esse grupo social.

Com isso, o autor construiu uma abordagem teórico-metodológico fundamentada e uma reflexão concatenada sobre tal exercício, registrada nos três produtos das Práticas Supervisionadas requeridos pelo Mestrado. Seu primeiro produto, aqui apresentado, trata da iniciativa de informar a comunidades Huni Kuĩ acerca do processo de preserva-

ção e conhecer seus entendimentos a partir daí. O segundo produto, o “Levantamento bibliográfico – Proteção ao ‘patrimônio cultural’ de povos indígenas”, e o terceiro, “Consagrando bens culturais de povos indígenas a patrimônio cultural do Brasil: considerações críticas”, documentam a continuidade da pesquisa.

A experiência e a vivência na prática da preservação empreendidas pelo aluno contribuíram para seu processo de aprendizado, consubstanciado na dissertação “Patrimônio cultural e a garantia de direitos intelectuais indígenas: construção de sentido a partir da experiência Huni kuin”, defendida em 2014. Nela, o mestrando analisa e discute, entre outras questões, os limites e as possibilidades da política de preservação cultural, sob um olhar atento e sensível às necessidades desse grupo social.

Apresentação

Este produto técnico é parte concernente às atividades da disciplina Práticas Supervisionadas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan. Lotado na Superintendência do Iphan no Acre, tenho acompanhado ações direcionadas à identificação e salvaguarda de bens culturais de comunidades tradicionais, em específico de comunidades indígenas.

Este Relatório Técnico se refere à parte de uma ação que está sendo desenvolvida por esta unidade do Iphan no Acre. Esta atividade está integrada ao Programa Temático “Cultura: preservação, promoção e acesso na ação de identificação e reconhecimento de bens culturais como patrimônio cultural brasileiro”, a partir do qual está sendo desenvolvido o Projeto Básico Realização de Fóruns Temáticos em TIs para esclarecimento sobre o processo de registro do patrimônio cultural pelo Iphan e consulta sobre anuência do povo Huni Kui acerca do registro do Kene.

A ação foi idealizada pela Superintendência do Iphan no Acre e a primeira parte dela é alvo deste relatório técnico, motivada por uma antiga demanda do povo Huni Kuĩ do estado do Acre solicitando o Registro de seus grafismos Kene Kuĩ como patrimônio cultural brasileiro. Para tanto, esta regional do Iphan julgou pertinente a realização de Fóruns Temáticos de consulta livre, prévia e informada perante essa comunidade antes de dar início ao pedido de Registro. O objetivo da consulta é informar no que consiste o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e suas implicações, para que os Huni Kuĩ possam avaliar se as ações do Iphan atendem às suas expectativas em relação à proteção de seus desenhos Kene para que, ao final, possam conceder ou não a anuência para a instauração do processo de Registro de seus desenhos.

Desta forma, este relatório técnico tem por objeto a realização do primeiro Fórum Temático junto ao povo Huni Kuĩ, realizado entre 12 e 15 de dezembro de 2012, na Aldeia São Joaquim (Centro de Memória), da Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, localizada na região do município de Jordão-AC. No entanto, na busca de situar esse primeiro encontro, vamos apresentar, a priori, os princípios que nortearam a realização desta atividade, o processo como foi se constituindo a partir de um diálogo entre a Superintendência do Iphan no Acre e uma empresa privada contratada para organizar os Fóruns e, mais especificamente, com a equipe técnica formada pela empresa para assessorar a realização dos encontros. Em seguida, apresentaremos uma síntese do fórum dia a dia na aldeia. Por fim, teceremos alguns comentários avaliativos deste primeiro encontro, na busca de destacar os pontos fortes e os pontos fracos dessa ação.

O objetivo de se fazer um relatório técnico de uma atividade dessa natureza é apresentar, a partir de um caso específico e concreto, o diálogo entre o Iphan (enquanto órgão cultural representante do Estado) e um grupo indígena na constituição e preservação de seus conhecimentos tradicionais, ou do

patrimônio cultural dessas comunidades. Um pouco mais a fundo, partimos de uma ressalva feita por Antônio Augusto Arantes que, ao refletir sobre a "maneira como se tem lidado com os conhecimentos e expressões da cultura popular no âmbito das políticas de preservação deste tipo de patrimônio", identificou e creditou à falta de "voz ativa das populações produtoras dessa cultura", como o principal fator que leva essas políticas sociais a alcançarem "com frequência apenas parcialmente os seus objetivos" (ARANTES, 2004, p. 11-12).

Atento à consideração levantada por Arantes, esperamos, de forma singela, que a ação alvo deste relatório técnico sirva não como exemplo a ser seguido, mas como uma referência a ser avaliada criticamente. Assim, foram elencados seus pontos fortes e fracos que possam fornecer subsídios para o desenvolvimento de outras ações direcionadas à preservação do patrimônio cultural de comunidades indígenas.

Por mais que um relatório técnico tenha por obrigação ser objetivo e imparcial, o que será relatado e avaliado aqui tem, inevitavelmente, as marcas de um olhar específico sobre as políticas de preservação do patrimônio cultural e da ação em questão, isto é, o olhar do autor. Ao entender a leitura como um processo criativo, deixo livre ao leitor fazer seu papel de ator e criador, tecendo, em seguida, suas próprias considerações.

1 Motivos e princípios que nortearam o projeto básico

1.1 Um pouco de história

A criação da 16ª Superintendência do Iphan no estado do Acre data de 2009. Antes disso, a gestão do patrimônio cultural "nacional" do Acre esteve sob responsabilidade da Superintendência do Iphan no estado de Rondônia.

Em 2006, foi enviado ao Iphan um documento assinado por algumas organizações representantes do povo Huni Kuĩ[1] solicitando o Registro de seus desenhos Kene Kuĩ[2] como patrimônio cultural brasileiro.[3] Em 2007, um segundo documento, sob os auspícios da Federação do Povo Huni Kuĩ do Acre (Fephac) foi encaminhado novamente ao Iphan no sentido de reforçar a demanda anterior. No entanto, conforme consta no Projeto Básico (2012, p. 3), à época dos pedidos havia um equívoco dos Huni Kuĩ sobre a política de preservação do patrimônio cultural imaterial feita pelo Iphan e o registro de marcas e patentes realizado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI e, por isso, os pedidos ficaram sem desdobramentos.

---

[1] Iglesias (2010, p. 19) afirma que os Huni Kuĩ (gente verdadeira) são o maior grupo "indígena" do estado do Acre. Foram denominados e ficaram mais conhecidos a partir do contato com o "branco" como Kaxinawá (gente do morcego). Falam o Hãtxa Kuĩ (língua verdadeira), pertencente à família linguística Pano. "Pouco mais de 5.800 no estado do Acre vivem em doze terras indígenas". Também existe Huni Kuĩ vivendo no território peruano, somando "pouco mais de 1.400". Observa-se que em contagem não oficial, realizada por pesquisadores Huni Kuĩ, sustentam que esse grupo soma, atualmente, um total aproximado de 10.000 pessoas. Em respeito à forma como eles se identificam vamos nos referir a eles como Huni Kuĩ.

[2] Na língua Hãtxa Kuĩ, Kene significa desenho. Os Kene são desenhos gráficos com padrões geométricos que, segundo a tradição dos Huni Kuĩ, foram transmitidos pela Yube à jiboia encantada. Tradicionalmente, é um saber eminentemente feminino. Os Kene, além de fazerem parte da cosmologia desse povo, são aplicados na pintura corporal, na tecelagem com algodão para a confecção de roupas e outras indumentárias, na pintura de cerâmicas e, atualmente, na confecção de adornos feitos com miçangas. Ver: MONTENEGRO, Mayara. OPIAC. **A Arte do Kene:** a arte dos Huni Kui. Rio Branco, [s.d], p. 9.

[3] Ver: Projeto Básico (2012, p. 3): Este Projeto Básico é parte de uma das ações da Superintendência do Iphan no Acre e está sendo desenvolvido sob a supervisão da historiadora/técnica do Iphan-Acre Juliana da Mata Cunha.

Assim, foi só a partir da criação da Superintendência do Iphan no Acre que essa demanda do povo Huni Kuĩ pôde ser retomada. De antemão, tendo claro a especificidade da política cultural do Iphan em relação ao registro de marcas e patentes auferido pelo INPI, o Iphan-Acre julgou que o Registro do Kene como patrimônio cultural brasileiro poderá granjear benefícios aos Huni Kuĩ, no sentido da valorização, preservação e fortalecimento dessa manifestação cultural, sobretudo em regiões onde ela se encontra fragilizada (Projeto Básico, 2012, p. 3-4). Contudo, a Superintendência do Iphan-Acre adotou como premissa a necessidade de se realizar Fóruns Temáticos de consulta junto aos Huni Kuĩ antes de prosseguir com o pedido de Registro.

1.2 O direito à consulta: Convenção n.° 169 da OIT

O direito dos "Povos Indígenas e Tribais" à consulta livre, prévia e informada sempre que se tratar de qualquer ação legislativa ou administrativa que resultará em implicações nessas comunidades é um preceito da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em Genebra em 1989 e ratificada pelo Brasil em 2003, quando passou a ser seu signatário.[4]



Padrões do Kene em tecelagem (foto: op. cit. Opiac, p. 14).

[4] Ver: Decreto n.° 5.051, de 19 de abril de 2004. Este Decreto presidencial promulgou a Convenção n.° 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais que segue apensa por cópia ao próprio Decreto. Disponível: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_federal/DECRETOS/CONVENCAO_169_OIT_DECRETO_5051_2004.pdf. Acesso em: 20 jan. 2013.

Foi tomando por base esse princípio que a Superintendência do Iphan no Acre optou pela necessidade da realização de fóruns temáticos junto a essa comunidade. O objetivo dessa ação é informar e esclarecer no que consiste a política de preservação do patrimônio cultural do Iphan, especificamente o Registro de bens culturais de natureza imaterial e suas implicações para, em seguida, o povo Huni Kuĩ, ciente de tal política cultural, decidir sobre a anuência ou não para o início da instrução do processo administrativo que antecede o Registro de seus grafismos Kene Kuĩ como Patrimônio Cultural do Brasil (PROJETO BÁSICO, 2012, p. 4).

1.3 Objeto e objetivos do Projeto Básico

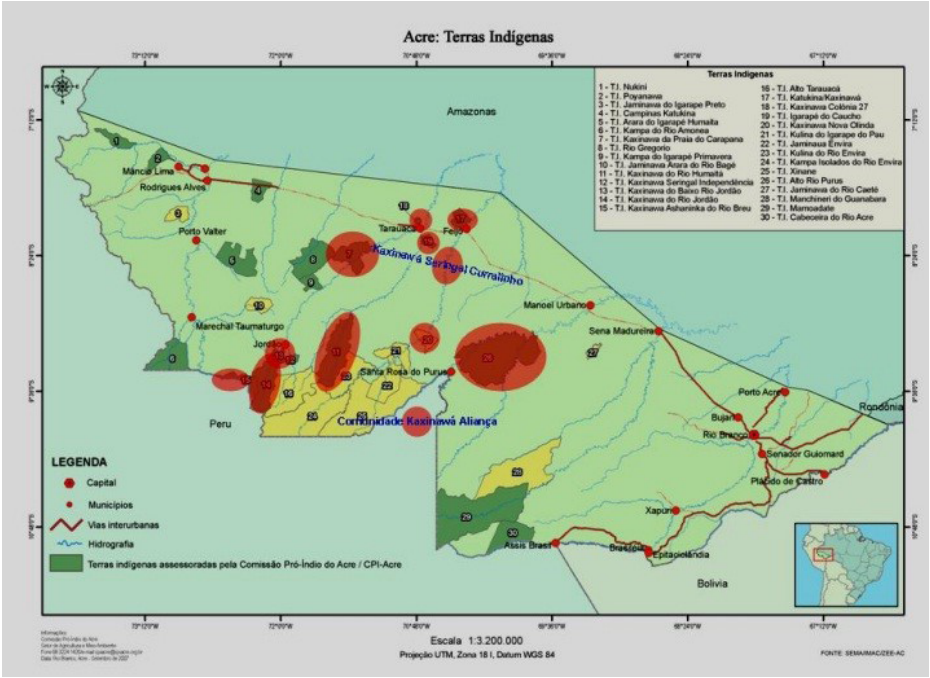
Tendo em vista o número reduzido de funcionários da Superintendência do Iphan no Acre[5], da falta de experiência desta no trabalho com povos indígenas, além da dimensão dessa atividade (considerando tanto o grande número da população Huni Kuĩ, quanto sua dispersão pelo estado do Acre, e sendo imprescindível considerarmos as características físico-geográficas desta região da Amazônia brasileira)[6], o Projeto Básico teve por objeto:

> Contratação de Pessoa Jurídica para organização técnica e logística de reuniões em Terras Indígenas para consulta sobre a anuência do povo indígena Huni Kui em relação ao pedido de Registro do Kene como Patrimônio Cultural Brasileiro. (PROJETO BÁSICO, 2012, p. 5).

[5] A 16ª Superintendência do Iphan conta, no momento, com apenas dois técnicos: um historiador e um arquiteto.
[6] Vamos tratar e aprofundar essa questão no tópico: Articulações necessárias para a realização de ações nas comunidades indígenas no Acre.

No entanto, se o objeto do Projeto Básico foi a contratação de pessoa jurídica para organização técnica e logística das reuniões com o povo Huni Kuĩ, os objetivos da ação, como expostos anteriormente, consistem na ratificação ou não de uma antiga demanda sobre o registro de um bem cultural desse povo junto ao Iphan. Contudo, informar, esclarecer e debater a política cultural do Iphan antes de obter a resposta sobre a anuência dos Huni Kuĩ sobre o Registro do Kene insere-se no escopo da ação. Não obstante, buscam-se, ao final da ação, informações mínimas sobre o bem cultural em questão e a construção de algumas diretrizes para a fase posterior de pesquisa, caso o pedido seja aceito como pertinente pelo Iphan (PROJETO BÁSICO, 2012, p. 5, p. 11).

Aqui começa uma relação entre instituições públicas e privadas que tem sido frequente nas ações de gestão do patrimônio cultural brasileiro nos últimos anos, relação esta que tem se demonstrado necessária tanto pelo intuído objetivo de descentralização na preservação desses bens culturais para além da tutela do Iphan, quanto pelo déficit[7] no quadro de funcionários deste Instituto, o que demanda algumas considerações a respeito.



Mapa de localização das Terras Indígenas Huni Kui do Estado do Acre (destacadas em balões vermelhos).

Fonte: [KAXINAWÁ, Joaquim Paulo de Lima. **Confrontando registros e memórias sobre a língua e a cultura Huni Kui:** de Capistrano de Abreu aos dias atuais. 2011. 194f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, 2011, p. 20, apud. PROJETO BÁSICO, 2012, p. 2].

[7] A insuficiência no quadro de funcionários do Iphan tem sido uma realidade na trajetória do órgão nos últimos anos. Tanto é que em 2009 o Ministério Público Federal acionou a justiça para que o Iphan apresente número mínimo de funcionários para a gestão do patrimônio. Ver: Defender: defesa civil do Patrimônio Histórico. Disponível em: http://www.defender.org.br/mp-aciona-justica-para-que-o-Iphan-apresente-o-numero-minimo-de-funcionarios-para-fiscalizar-monumentos/. Acesso em: 5 mar. 2013.

2 O diálogo entre instituições públicas e privadas na gestão do patrimônio cultural brasileiro

2.1 O processo de descentralização na gestão do patrimônio cultural e a introdução de agências privadas no campo da preservação

É comum encontrarmos em estudos que historicizam as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil - e, dessa forma, a trajetória e atuação do próprio Iphan - que a partir de meados da década de 1970 deu-se início a um processo gradual de descentralização na gestão do patrimônio cultural nacional. Nesse processo, o Instituto foi deixando de ter o papel majoritário e, por que não, exclusivo no trato dessa temática (FONSECA, 2005, p. 142-43; SANT'ANNA, 2003, p. 155).

Concomitante com esse processo, ocorreu uma expansão da noção de patrimônio cultural para além dos bens de "excepcional valor" ou àqueles referentes a fatos "memoráveis" da história nacional, como rezava a política cultural do Iphan por meio do Decreto-lei n.° 25/1937, que lançou os fundamentos para a atuação do órgão até aquele contexto. Nessa nova conjuntura, passou-se a contemplar bens culturais da chamada cultura popular, denominados posteriormente de patrimônio cultural imaterial, aos quais os preceitos para sua preservação e valorização se encontram expressos nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal brasileira de 1988. Contudo, foi só com o Decreto n.° 3.551/2000, que instituiu o Registro de bens culturais de natureza imaterial que essa categoria de bem cultural passou a ter um instrumento legal para sua proteção.

O alargamento da noção de patrimônio cultural contribui, inevitavelmente, para um crescimento significativo dos bens passíveis de patrimonialização e tudo o que essa política cultural demanda (pesquisa, ações de preservação, acompanhamento/gestão). Esse novo momento implicou, para tanto, no agenciamento de outras instituições, públicas e privadas, para dar conta da proteção do patrimônio cultural nacional.

Se por um lado esse processo de descentralização/democratização trouxe em si fatores positivos, como, ao congregar outras instituições para a gestão desses bens enriqueceu o olhar sobre o patrimônio cultural nacional, e, relacionado a esse ponto, ocorreu uma valorização por parte do Estado de bens culturais considerados importantes para um conjunto maior da população brasileira, por outro lado, podemos avaliar e assinalar fragilidades desse processo. Tentarei defender este ponto de vista a seguir.

2.2 O Iphan no estado do Acre: efeitos da presença tardia

A partir de uma situação concreta, restringirei minha reflexão à introdução de instituições privadas na gestão do patrimônio cultural nacional, tendo como limite específico uma realidade típica do estado do Acre e, no máximo, uma situação que pode se estender para algumas regiões do norte do Brasil no que concerne à preservação do patrimônio cultural sob a responsabilidade do Iphan.

Numa reflexão dessa natureza, o primeiro ponto a ser destacado diz respeito ao recente contexto de atuação do Iphan no Acre e região. Fato de fácil comprovação tendo em vista que a criação de uma Superintendência do Instituto no Acre, data de 2009. Não obstante, a Superintendência do estado de Rondônia, sob a qual a gestão do patrimônio cultural “nacional” do Acre fez parte, foi criada em 2006. Contudo, o primeiro e o único bem do Acre reconhecido como patrimônio nacional, a casa de Chico Mendes,

foi tombada em 2008. Nesse sentido, a presença do Iphan neste estado e região, levando em conta que o órgão público foi criado em 1937, dá os seus primeiros passos. Esse fato, como tentarei demonstrar, desdobra-se em outras questões.

A concepção de patrimônio cultural expressa no Decreto-lei n.° 25 de 1937 que regulamentou e lançou as bases para a atuação do antigo Sphan, hoje Iphan, e levada à frente em boa parte da trajetória do órgão, ao contemplar apenas os bens de "excepcional valor" ou aqueles vinculados a "fatos memoráveis da história do Brasil"[8], em sintonia com o "projeto" político nacional sob o qual o Serviço foi criado, restringiu em muito o campo de atuação do órgão (CHUVA, 2003, p. 314).

Dessa forma, se fizermos um mapa da localização do patrimônio cultural eleito e preservado pelo Iphan ao longo de boa parte de sua trajetória, verificar-se-á que foi na faixa do litoral brasileiro, nas regiões de mineração do século XVIII, sobretudo onde hoje se localiza o estado de Minas Gerais, e outros poucos pontos isolados que a atuação desse órgão se fez sentir efetivamente (CHUVA, 2003). Assim, fato consumado, não é difícil compreendermos que a construção de um saber intelectual e técnico necessário para a gestão desses bens ficou concentrada ou restrita às regiões onde o Iphan se fez presente.

Apoiando-se mais num sentido lógico do que numa pesquisa empírica propriamente dita, no entanto, a inserção na rotina da Superintendência do Iphan no Acre permite certa dosagem de empirismo; podemos constatar que é muito mais difícil angariar empresas privadas com certo saber e experiência com as noções de patrimônio cultural trabalhadas pelo Iphan no Acre do que em Minas Gerais ou no Rio de

[8] Ver: Decreto-lei n.° 25, de 30 de Novembro de 1937, Art. 1º. Disponível: http://portal.Iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo. do?id=284. Acesso em: 26 mar. 2013.

Janeiro.[9] Ora, se não existia patrimônio de valor nacional no Acre até um período recente, por que haveria de ter empresas capacitadas para atuar na área neste estado?

Por mais que os processos de licitação com objetivo de contratar empresas para assessorar as ações do Iphan estejam abertos à concorrência nacional, agências das regiões sul, sudeste ou nordeste, onde se construiu historicamente um saber técnico maior nessa área, não se interessam por desenvolverem atividades no Acre e região pela inviabilidade e o custo do deslocamento de seus técnicos para essas regiões.

Nesse sentido, a realização de um projeto básico, da abertura do processo de licitação e de seus trâmites legais até chegar à contratação efetiva da empresa que prestará consultoria na gestão do patrimônio cultural no Acre e região demanda tempo e recursos. Considerando a empresa vencedora, a equipe técnica que prestará assessoria ao Iphan terá dois perfis de profissionais: um familiarizado com as noções, conceitos e objetivos da política nacional de preservação do patrimônio cultural do Iphan (os técnicos da casa), mas sem experiência profissional com povos indígenas, e outro com reconhecido saber e experiência antropológica, mas sem o domínio do saber necessário para a gestão do patrimônio cultural. Daí a necessidade de um tempo mínimo para que os discursos, os saberes e os objetivos sejam afinados, no sentido de encontrar uma simetria que proporcione a realização de um serviço qualificado para o que estamos tratando como patrimônio cultural de comunidades indígenas.[10]

[9] Por exemplo, no processo licitatório para a contratação de pessoa jurídica para a organização e realização de Fóruns Temáticos em Terras Indígenas aberto pela Superintendência do Iphan no Acre em 2012, e que acompanhei, apenas uma empresa pleiteou essa contratação. Contudo, a baixa concorrência tem sido uma realidade comum nas licitações desta Superintendência.
[10] Só para a elaboração do Projeto Executivo feito pela equipe técnica formada pela empresa contratada para assessorar a Superintendência do Iphan-Acre na ação alvo deste relatório foram realizadas oito reuniões. Ver: Primeiro relatório parcial – Elaboração do Projeto Executivo, 2012, p. 4.

Considerando o exposto, o tempo necessário para a contratação de empresa privada e para o diálogo entre seus técnicos e os técnicos do Iphan na busca do que chamo de simetria para um trabalho qualificado, poderá acarretar morosidade nas ações de preservação do patrimônio cultural. Contudo, inevitavelmente, esse processo demandará mais recursos para a gestão desses bens: seja relacionado à morosidade das ações e, assim, aos custos dos técnicos da instituição, seja à estimativa fatal de lucros da empresa contratada. São esses dois pontos, tempo e recursos, que avalio como negativos nesse processo de incorporação de empresas privadas na gestão do patrimônio cultural nacional no estado do Acre.

3 Articulações necessárias para a realização de ações nas comunidades indígenas

3.1 Especificidade do Povo Huni Kuĩ e da região acreana

Sendo os Huni Kuĩ, numericamente, o maior dos povos indígenas do Acre e estando divididos em doze Terras Indígenas espalhadas por este estado, a realização de uma consulta e outras ações nesse tipo específico de situação demanda certa articulação prévia e necessária.

Esta região da Amazônia brasileira apresenta certas características específicas e que precisam ser consideradas para organizar ações destinadas a essas comunidades.

Estrategicamente, a primeira delas diz respeito ao acesso a essas comunidades. Nesse sentido, as aldeias onde ocorrerão os Fóruns, ou o acesso, são feitos por meio de "varação"[11] ou através dos rios por meio fluvial. Contudo, os equipamentos necessários para a realização dos Fóruns acabam inviabilizando uma caminhada dentro da mata e, para o acesso fluvial, muitos rios da região só são navegáveis durante seis meses do ano. Assim, tem-se um limite para a realização de atividades dessa natureza com povos indígenas no Acre.

Levando em consideração esse limite, é imprescindível uma articulação prévia tanto com instituições responsáveis pela fiscalização de entrada e saída de terceiros em comunidades indígenas, como, por exemplo, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI – e outras instituições estaduais e locais, mas também e principalmente com as lideranças das próprias comunidades e das aldeias onde a ação ocorrerá. Um simples desajuste, falta de informação ou de autorização necessária pode minar a realização de um encontro que estava previsto para ocorrer, no qual os técnicos já haviam se deslocado e investido na logística necessária para a realização do encontro. Caso essas articulações não sejam bem amarradas e uma interrupção imprevista ocorra, a realização da ação pode ficar comprometida e mesmo não mais ocorrer dentro do prazo previsto.

[11] Varação é um termo comum no vocabulário da região para denominar a caminhada dentro da mata e com o objetivo de se chegar a um lugar específico.

4 O diálogo entre o Iphan e o povo Huni Kuĩ: sistematizando a realização do primeiro encontro

4.1 O planejamento didático: organização e objetividade flexiva

De acordo com o planejamento didático elaborado pela equipe técnica que está assessorando o Iphan-Acre, cada Fórum está previsto para ocorrer em três etapas, sendo desenvolvida uma etapa por dia. Ressalta ainda que essas etapas não são fixas, estando sujeitas às intempéries do campo. O método escolhido pela equipe técnica foi o das "oficinas pedagógicas participativas", isso porque afirmam que os Huni Kuĩ e as aldeias onde irão ocorrer os Fóruns já têm experiências com essa metodologia e atividades dessa natureza. Por conseguinte, observam a necessidade e o objetivo de uma oficina bilíngue tanto como um desafio teórico, quanto metodológico.[12]

Com o intuito de contrapor alguns pontos do Planejamento Didático com a realização do fórum no seu dia a dia, apresentaremos brevemente as etapas previstas para sua realização:

Etapa 01. Primeiro dia:

- Rodada coletiva de apresentação dos presentes, suas funções e as atribuições dos órgãos que eles representam;

[12] Ver: Planejamento Didático, 2012, p. 3.

- Entrega do glossário bilíngue com “palavras técnicas” sobre “patrimonialização e consulta” a serem apresentadas e discutidas;
- Explanação sobre o direito de consulta livre, prévia e informada segundo a Convenção n.° 169 da OIT.

Etapa 02. Segundo dia:

- Breve recapitulação das discussões do dia anterior;
- Formação de grupos para leitura dos documentos de 2006 e 2007, discussão em grupo dos documentos e aplicação de questionário com questões norteadoras para reflexões sobre o Kene, a Consulta, o Registro e a proteção dos Kene;
- Apresentação das impressões de cada grupo sobre as reflexões surgidas a partir das questões propostas;
- Debate coletivo e esclarecimentos sobre as apresentações e reflexões dos grupos.

Etapa 03. Terceiro dia:

- Breve recapitulação das discussões do dia anterior;
- Pergunta derradeira sobre a anuência ou não dos Huni Kuĩ presentes no fórum sobre o início do processo de registro do Kene como patrimônio cultural do Brasil;
- Escolha de três representantes das Terras Indígenas presentes no primeiro Fórum para partici-

parem do último Fórum (“Fechando a Volta”), sendo que, dentre os três, ao menos um tem que ser mulher.

A exposição da sequência didática tem por objetivo fornecer um parâmetro para que, ao final, possamos verificar em que grau a realização do fórum no seu dia a dia respondeu às expectativas e planejamentos, tanto da equipe técnica por meio de seu Projeto Executivo e do Planejamento Didático, quanto do Iphan-Acre segundo o Projeto Básico.

4.2 Primeiro dia: 12/12/2012

Para uma compreensão mais completa e inteligível dos três dias do fórum, talvez uma apresentação mais próxima do método etnográfico fosse mais producente; contudo, fazer uma descrição densa, detalhada de toda a discussão ocorrida na reunião no seu dia a dia pode nos desviar da objetividade necessária a um relatório técnico. Nesse sentido, selecionamos apenas algumas das falas mais importantes, além de fazermos pontuações dos principais assuntos tratados.

Parte da manhã: síntese

Apresentação dos representantes do Iphan-Acre, da equipe técnica, dos colaboradores Huni Kuĩ para a articulação e organização dos Fóruns e das demais lideranças do povo Huni Kuĩ; apresentação, leitura, esclarecimentos e requalificação do glossário com palavras técnicas relacionadas ao campo da preservação do Patrimônio Cultural produzido pela equipe técnica para facilitar o entendimento dos Huni Kuĩ acerca de algumas noções fundamentais que compõem o vocabulário do Iphan.

Considerações

1 Itsairú, liderança Huni Kuĩ e importante colaborador na organização do Fórum em sua aldeia, explicou que a representação das aldeias Huni Kuĩ dos rios Jordão e alto Tarauacá se organiza atualmente em sete grupos, cada um deles presidido por uma aldeia (“Central”). São eles: Grupo 1: aldeia Paz do Senhor; Grupo 2: aldeia Três Fazendas; Grupo 3: aldeia Novo Natal; Grupo 4: aldeia Boa Vista; Grupo 5: aldeia Novo Astro; Grupo 6: aldeia São Joaquim (Centro de Memória) e, Grupo 7: aldeia Altamira. Estavam presentes no Fórum representantes de todos os grupos, principalmente das aldeias que presidem cada um dos sete grupos. Essa organização dos Huni Kuĩ foi utilizada pela equipe técnica quando da necessidade de realização de atividades em grupo. Contudo, foi formado um oitavo grupo só de mulheres Huni Kuĩ, que incluiu representantes femininas dos sete grupos listados.

2 Constou na lista de presença da parte da manhã do dia 12 o total de 101 pessoas na reunião. Mas, no decorrer do dia, foram chegando várias famílias, somando um total aproximado de 150 participantes Huni Kuĩ (sem contar as crianças).

3 Como a maioria absoluta dos participantes do Fórum era Huni Kuĩ e devido ao fato de boa parte deles (principalmente os mais velhos) não falar a língua portuguesa, muitas falas foram pronunciadas na língua Hãtxa Kuĩ.

4 Relacionado ao exposto, boa parte das falas feitas pela equipe técnica e pela representante do Iphan-Acre foi sendo traduzida para o Hãtxa Kuĩ.

5 Os Huni Kuĩ presentes no Fórum faziam parte das seguintes Terras Indígenas: Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Terra Indígena Kaxinawá do Alto Rio Jordão e Terra Indígena Kaxinawá Seringal Independência.

Contando com a presença de homens, mulheres, crianças, representantes e lideranças comunitárias, agentes de saúde, agentes agro-florestais, pajés e caciques Huni Kuĩ, teve início por volta das 9h30 de 12 de dezembro de 2012, na aldeia São Joaquim (Centro de Memória), da Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, pertencente ao município de Jordão-AC, o primeiro fórum temático de consulta junto ao povo Huni Kuĩ sobre o pedido de Registro de seus desenhos Kene como Patrimônio Cultural do Brasil. Foi aberto com uma fala e saudação na língua Hãtxa Kuĩ, seguido por um canto entoado pelo Pajé Txana Bixku[13] e acompanhado por um coro cantado pelos homens Huni Kuĩ.

Em seguida, os representantes do Iphan-Acre, da equipe técnica, colaboradores para a realização e organização do encontro, além de algumas lideranças Huni Kuĩ fizeram uma breve fala em que se apresentaram e teceram alguns comentários sobre seus encargos e as funções das instituições que eles representam.

Desse momento inicial, cabe destacar a fala de Siã Huni Kuĩ[14] (liderança e presidente da Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão-ASKARJ), que teceu os seguintes comentários:

- Ressaltou a importância deste momento e do encontro para o povo Huni Kuĩ;
- Fez um agradecimento em especial ao Iphan, considerado por ele um grande parceiro no processo

[13] Txana Bixku, na língua portuguesa, se chama Nilo Pereira.
[14] Na língua portuguesa, Siã é registrado com o nome de Osair Sales Kaxinawá.

de valorização da cultura de seu povo;

- Afirmou que os Huni Kuĩ, em relação à economia dos “brancos” são pobres, mas são ricos culturalmente por possuírem os desenhos Kene;
- Fez menção ao processo de perda da cultura de seu povo durante o ciclo da borracha e ocupação das terras onde hoje se localiza o estado do Acre pelos “brancos”;
- Ressaltou que, atualmente, os Huni Kuĩ passam por outro processo: o de resgate de sua cultura “perdida”. Nesse processo de resgate cultural, destacou a importância das comunidades Huni Kuĩ da região do Jordão por terem “guardado” elementos importantes da cultura de seu povo;
- Chamou a atenção para o fato de hoje serem muitos os elementos vindos de fora e que podem chocar-se negativamente com a cultura dos Huni Kuĩ;
- Ressaltou a importância da participação de lideranças Huni Kuĩ na articulação e realização deste encontro, citando: Ninawá (Presidente da Federação do Povo Huni Kui do Acre – FEPHAC), Judite Kaxinawá (Presidente da Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão (APAMINK- TAJ) e de Joaquim Maná (linguista, pesquisador e membro da equipe técnica).

Finalizado esse momento inicial de apresentação, o coordenador da equipe técnica disponibilizou e apresentou o glossário bilíngue feito pela equipe técnica[15] com 45 palavras técnicas relacionadas ao campo de preservação do patrimônio cultural.

[15] Para conhecimento, algumas das palavras técnicas são: “Patrimônio cultural”; “Bem cultural”; “Registro”; “Proteção”; “Salvaguarda”; “Propriedade intelectual”; “Consulta”; etc. Todas as palavras técnicas foram traduzidas da língua portuguesa para o Hãtxa Kuĩ pelo pesquisador e linguista Huni Kuĩ Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá. Ver: Projeto Executivo, 2012.

Ressaltou a importância do esclarecimento à comunidade antes de se buscar sua anuência para implementação de políticas públicas junto a elas. Em seguida, de forma pausada e vagarosa, foi feita uma leitura em língua portuguesa e traduzida (por mais de um intérprete e tradutor) para o Hãtxa Kuĩ das palavras técnicas do glossário.

A leitura de cada palavra técnica foi acompanhada de explicações, esclarecimentos de dúvidas e, também, de contribuições dos próprios Huni Kuĩ sobre o acerto de algumas traduções de acordo com as variações linguísticas da região, o que contribuiu para requalificar o glossário para as próximas reuniões.

Concluída esta parte da reunião, foram dados alguns informes e fez-se uma pausa para o almoço.

Parte da tarde: síntese

Apresentação feita por Juliana Cunha, técnica do Iphan-Acre e coordenadora da ação, sobre o histórico do pedido de registro do Kene como patrimônio cultural junto ao Iphan em 2006 e 2007, da política e do processo de registro do patrimônio cultural imaterial feito pelo Iphan, além de outros esclarecimentos acerca. Esta parte contou ainda com a fala de algumas lideranças Huni Kuĩ sobre tal política cultural, com esclarecimentos e informações prestados pelos organizadores e realizadores da reunião, além de outras participações dos presentes na reunião.



Homens e mulheres Huni Kuĩ participam da Reunião
Fotografia: Marcos de Almeida

Por volta das 14h20, teve início a segunda parte da reunião. Foi aberta com um canto entoado por alguns Bixku (Pajés).

Segue-se com uma fala e apresentação feita por Juliana Cunha, técnica do Iphan-Acre, norteada por dois grandes eixos:

1 Histórico do pedido de registro do Kene como patrimônio cultural brasileiro ao Iphan (documentos de 2006 e 2007) e;

2 Explanação sobre a política de preservação do patrimônio cultural imaterial e o processo de Registro do Iphan.

Os principais pontos apresentados e levantados na fala de Juliana Cunha foram:

- Atender uma antiga demanda dos Huni Kuĩ sobre o Registro do Kene como Patrimônio Cultural pelo Iphan foi o motivo principal deste encontro;
- Destacou que a Superintendência do Iphan-Acre resolveu realizar algumas reuniões de consulta junto com os Huni Kuĩ para buscar saber se tal pedido de Registro era um consenso entre eles;
- Explicou que o objetivo da reunião é informar aos detentores do Kene a política de Registro do patrimônio cultural imaterial do Iphan e as implicações dessa patrimonialização para, em seguida, confirmar ou não a anuência dos Huni Kuĩ para dar seguimento ao pedido de Registro do Kene como patrimônio cultural brasileiro;
- Informou que o Iphan é um órgão Federal vinculado ao Ministério da Cultura e a instituição responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro;

- Elucidou que o Iphan divide o patrimônio cultural por ele gerenciado em duas categorias: Patrimônio Cultural Material (composto por edificações, objetos e outros bens de natureza material) e Patrimônio Cultural Imaterial (representado pelas celebrações, formas de expressão, músicas e outros bens de natureza intangível);

- Explicou que os procedimentos legais do Instituto em relação aos bens culturais de natureza imaterial estão regulamentados pelo Decreto n.° 3.551 de 4 de agosto de 2000 que instituiu o Registro desses bens.

Desta forma, após tecer alguns comentários sobre os procedimentos e o processo de registro de um bem cultural de natureza imaterial, forneceu algumas informações, no sentido de um passo a passo, que foram sistematizadas pela equipe técnica. A seguir:

1 A comunidade pede o registro ao Iphan;

2 Os documentos do pedido são avaliados para ver se apresentam as informações necessárias: quem é a comunidade que o detém; qual é o uso feito desse bem; qual sua importância, etc.;

3 Verifica-se se o pedido tem a anuência do(s) grupo(s);

4 Abertura do processo de registro;

5 Pesquisa sobre o bem cultural em questão: inventário;

6 Dossiê e documentário sobre o bem cultural;

7 Submissão do dossiê à avaliação da regional do Iphan onde se está realizando o inventário, ao

Departamento de Patrimônio Imaterial-DPI e, por fim, ao Conselho Consultivo do Iphan;

8 Parecer do Conselho Consultivo concedendo ou negando o pedido de registro;

9 Desenvolvimento e aplicação de planos de salvaguarda.

Conforme Juliana Cunha, após o Registro de um bem cultural imaterial, faz parte dos procedimentos de proteção do Iphan a aplicação de um plano de salvaguarda ao bem registrado. Nesse sentido, ressaltou que a ideia da salvaguarda deve estar presente e sendo discutida desde o processo de pesquisa/inventário do bem cultural.

Em relação à pesquisa, pontuou que ela pode ser feita pelos próprios detentores do bem cultural: no caso, os Huni Kuĩ. Assim, caso sejam identificados durante a pesquisa riscos à permanência do bem cultural, serão pensadas algumas alternativas que viabilizem o fortalecimento e a continuidade do bem. Por fim, sobre os planos de salvaguarda, informou que o Iphan garante cinco anos de subsídios para o desenvolvimento e aplicação dos mesmos.

Finalizada esta parte de apresentação e de esclarecimentos sobre a política cultural de proteção ao patrimônio cultural imaterial do Iphan, uma série de questões e apontamentos foram levantados pelos Huni Kuĩ. Dentre eles, destaco:

- A valorização “total” do Kene já vem sendo feita por algumas lideranças há um bom tempo;
- A importância de que os Huni Kuĩ discutam juntos os valores sociais, culturais e econômicos do Kene;

- A introdução do Kene no mercado é uma realidade e, por isso, a questão merece uma discussão mais aprofundada pelos próprios Huni Kuĩ;
- Ainda que a produção desses desenhos seja uma arte historicamente feminina, hoje, os homens estão se envolvendo com a produção do Kene e, por isso, eles também podem contribuir para esta inserção do Kene em um mercado mais amplo;
- Kene é "imaginação". O Kene sai da alma e do pensamento das mulheres que o produz na tecelagem, na pintura, etc;
- Kene está sendo difundido e não tem como provar que ele é dos Huni Kuĩ, pois não há um documento que garanta e prove esse direito;
- A intenção dos Huni Kuĩ é garantir que o Kene seja reconhecido como pertencente aos Huni Kuĩ e, ao mesmo tempo, que não seja apropriado indevidamente por outras pessoas;
- O reconhecimento e a valorização é uma maneira de garantir algo às gerações futuras.

Ao ser questionada sobre qual seria o ganho dos Huni Kuĩ com o Registro do Kene pelo Iphan, Juliana deu o exemplo do povo Wajãmpi do sul do Amapá. Segundo ela, este grupo teve seus desenhos gráficos (arte Kusiwa) registrados em 2002 como Patrimônio Cultural do Brasil e, logo depois, reconhecido em 2003 como Obra-prima do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Nesse sentido, ressaltou que, com o Registro, ocorre uma superexposição do bem cultural e, dessa forma, a visibilidade que o bem cultural ganha pode contribuir para facilitar sua apropriação por pessoas ou empresas.

Assim, no caso dos Wajãmpi, após o registro seus desenhos passaram a ser comercializados por uma empresa, o que fez com que este povo levasse o caso à justiça e, nesse processo, o Iphan serviu

como um intermediário à favor dos Wajãmpi. Ressaltou que, legalmente, o ganho que um grupo tem com o registro e um elemento de seu patrimônio cultural é ter o Iphan como parceiro em situações como essa.

4.3 Terceiro dia: 13/12/2012

Parte da manhã: síntese

Entrega aos grupos dos dois documentos produzidos por representantes Huni Kuĩ e enviados ao Iphan em 2006 e 2007, solicitando o registro do Kene; leitura coletiva dos documentos em língua portuguesa e tradução dos mesmos para a língua Hãtxa Kuĩ; esclarecimentos de dúvidas e outras informações sobre esse processo e histórico do pedido de registro do Kene; simulação de uma historieta produzida pela equipe técnica sobre a história do Kene ("da origem aos dias de hoje"); leitura dirigida de alguns pontos dos documentos e abertura de espaço para debate sobre o conteúdo dos documentos.

As principais questões levantadas na parte da manhã pela equipe técnica e pelo Iphan-Acre foram:

- A necessidade de uma leitura dos documentos era esclarecer e informar os presentes sobre o histórico desse pedido de Re-



Juliana Cunha apresenta a política cultural do Iphan
Fotografia: Marcos de Almeida

gistro do Kene, visto que nem todos os Huni Kuĩ tinham conhecimento desses documentos;

- Em ambos os documentos, a principal queixa dos Huni Kuĩ é em relação à utilização não permitida dos desenhos Kene por terceiros;
- A venda de um objeto com o desenho Kene pode "levar" consigo os conhecimentos do Kene?
- Os conhecimentos das mulheres devem ser protegidos?
- A importância de ter clareza sobre o assunto tratado para responder quais os interesses dos Huni Kuĩ em relação à proteção do Kene, pois tal resposta levará a pesar se o Iphan pode corresponder com as expectativas dos Huni Kuĩ.

As principais questões e respostas levantadas pelos Huni Kuĩ foram:

- Para alguns Huni Kuĩ é possível que a venda de um objeto "leve" consigo os conhecimentos do Kene, mas, para a maioria, a venda de um objeto não leva em si os conhecimentos do Kene;
- É importante a valorização dos conhecimentos das mulheres, pois são elas as principais detentoras desse saber;



Participantes Huni Kuĩ fazem anotações das discussões do Fórum
Fotografia: Marcos de Almeida



Itsairú entrega documentos aos presentes
Fotografia: Marcos de Almeida

- Ambos os documentos são resultados de anos de luta dos Huni Kuĩ na tentativa de proteção de seus desenhos Kene;
- Hoje, existem Huni Kuĩ que estão recebendo dinheiro para dar curso e ensinar a produzir Kene para fora do estado do Acre.

Parte da Tarde: Síntese

Leitura entre os grupos dos dois documentos (2006 e 2007) solicitando ao Iphan o Registro do Kene; discussão, reflexão e elaboração de uma apresentação em torno de um questionário elaborado pela equipe técnica.

Esclarecido aos grupos a natureza da atividade da parte da tarde, os oito grupos se deslocaram cada um para um local onde melhor lhes agradava para fazer uma leitura entre eles dos documentos e responder/refletir sobre algumas questões formuladas pela equipe técnica. No total, foram cinco questões que visaram estimular a reflexão sobre os documentos, sobre a política de proteção ao patrimônio cultural imaterial do Iphan e os interesses dos Huni Kuĩ em relação ao Registro do Kene. As questões norteadoras serão expostas mais à frente quando da apresentação dos grupos.

Neste momento de leitura e reflexão, os grupos foram auxiliados pela equipe técnica, pelos representantes do Iphan e pelos colaboradores.

Estava previsto pela equipe técnica que a apresentação dos grupos fosse feita no final da parte da tarde, no entanto, como essa atividade se estendeu para além do previsto, foi decidido que as apresentações dos grupos sobre suas respostas e impressões ficariam para a manhã do dia seguinte. Feito isto, foi encerrada a reunião do segundo dia.

4.4 Terceiro dia: 14/12/2012

Estava previsto para o terceiro dia da reunião que as apresentações dos grupos referentes às perguntas formuladas pela equipe técnica fossem realizadas na parte da manhã, e que a parte da tarde ficasse para alguns esclarecimentos e para a realização de algumas entrevistas com lideranças sobre os resultados do encontro. No entanto, devido ao prolongamento das apresentações, dos debates, explicações e esclarecimentos das dúvidas, além da fala de Juliana e de outras lideranças sobre as respostas dos grupos, essa atividade consumiu as duas partes do dia (manhã e tarde) e, desta forma, as entrevistas foram remarcadas para ocorrerem na parte da manhã do dia seguinte (15/12/2012).

A reunião do dia foi aberta com um canto entoado pelo Pajé Txana Bixku e acompanhado pelo coro de outros Pajés. Segundo ele, foi entoado um canto relacionado às plantas sagradas.

Em seguida, foram feitos alguns esclarecimentos sobre as categorias utilizadas pelo Iphan para classificar os bens culturais que são registrados como patrimônio cultural imaterial (Saberes, Formas de Expressão, Celebrações e Lugares). Tais esclarecimentos foram traduzidos para a língua Hãtxa Kuĩ e materializados por meio de algumas metáforas para o melhor entendimento dos Huni Kuĩ em relação às categorias do Iphan.



Grupo discute a partir de questões elaboradas pela equipe técnica
Fotografia: Osvaldo Mateus Kaxinawá



Grupo discute a partir de questões elaboradas pela equipe técnica
Fotografia: Osvaldo Mateus Kaxinawá

Sanadas algumas dúvidas e pontuadas outras questões, iniciaram-se as apresentações dos grupos. As questões formuladas pela equipe técnica e respondidas pelos grupos foram:

1. Qual foi a compreensão geral sobre o tema do Registro do patrimônio imaterial?
2. O que significa tornar o Kene um bem cultural brasileiro?
3. O que significa tornar o Kene um bem cultural Huni Kuĩ?
4. A demanda dos Huni Kuĩ expressa nos documentos enviados é atendida pela política e pelas ações do Iphan?
5. O trabalho proposto pelo Iphan pode auxiliar os Huni Kuĩ a proteger os Kene e a valorizar o saber das mestras do Kene?

As apresentações feitas pelos grupos resultaram em um momento muito importante, pois revelou o que eles compreenderam sobre a temática tratada e suas expectativas em relação à proteção do Kene oferecida pelo Iphan. Observa-se que as respostas, as falas dos grupos, nem sempre caminharam no sentido de responder fidedignamente às perguntas, mas se converteram num momento oportuno para suas colocações e impressões mais gerais. Isso, tanto pela especificidade e novidade da temática tratada (patrimônio cultural),



Grupo discute a partir de questões elaboradas pela equipe técnica
Fotografia: Osvaldo Mateus Kaxinawá

quanto pela dificuldade de leitura, interpretação e exposição na língua portuguesa. Nesse sentido, os principais pontos destacados pelos grupos foram:

- O patrimônio imaterial é a sabedoria e a memória dos Huni Kuĩ;
- O registro manterá o Kene vivo, perpetuando o conhecimento das gerações;
- O registro será um documento que associará o Kene aos Huni Kuĩ;
- É preciso proteger o Kene de usos indevidos e sem autorização;
- É preciso produzir, após o registro, materiais didáticos para a comunidade;
- É preciso que o Governo ajude a reconhecer que essa cultura é dos Huni Kuĩ;
- Registro valorizará e preservará os conhecimentos das mulheres;
- O título do Registro tem que ser patrimônio Huni Kuĩ brasileiro;
- É preciso valorizar, propor editais, realizar oficinas e incentivar as mulheres;
- O registro do Kene como Patrimônio Cultural do Brasil é a garantia de cidadania dos Huni Kuĩ;
- Os Huni Kuĩ já valorizam e preservam o Kene; agora é a vez do Governo;
- O registro do Kene é uma garantia às gerações futuras;
- Iphan veio atender uma antiga demanda dos Huni Kuĩ;

- É preciso que o trabalho de Registro se faça em conjunto com as lideranças Huni Kuĩ;
- As ações do imaterial têm que equilibrar e melhorar a situação dos Huni Kuĩ;
- É preciso que a FEPHAC e a FUNAI acompanhem o processo de Registro;
- O registro do Kene já começou com a formação de professores que produziram livros sobre o Kene;
- Os grupos são favoráveis ao Registro do Kene junto ao Iphan;
- Os grupos consideram o Iphan um importante parceiro na proteção do Kene.

Um dos pontos mais abordados nas apresentações foi a questão dos usos indevidos que vêm ocorrendo com o Kene. Relacionado a essa preocupação, verifica-se a expectativa de o Registro garantir direitos sobre essa expressão, que, conforme eles, não deve ser registrada como patrimônio cultural do Brasil, mas como "patrimônio Huni Kuĩ brasileiro". A busca pela legitimação dessa manifestação, dessa criação e de associá-la a eles foi central na expectativa e demanda dos Huni Kuĩ.

Desta forma, percebendo que a preocupação central dos Huni Kuĩ recaiu sobre os usos indevidos e quais as penalidades para as pessoas que cometessem essa "ilegalidade" após o Registro, Juliana Cunha teceu os seguintes comentários:

- Não faz parte das ações e atribuições do Iphan coibir ou penalizar pessoas que se apropriem "indevidamente" de um bem cultural registrado;
- Com o Registro, o Kene será mais difundido, pois, uma das implicações é a promoção do bem cultural e, assim, ocorrerá uma valorização dos Kene e, provavelmente, outros grupos e empresas com fins de comercialização se interessarão por esses desenhos;

- No entanto, com o registro o Kene ficará associado aos Huni Kuĩ;
- A política cultural do registro aplicado pelo Iphan é uma forma de valorizar e ajudar as comunidades a manter “vivo” seu patrimônio cultural;
- A priori, uma das ações de salvaguarda poderá ser a de ajudar os Huni Kuĩ a se organizarem para discutirem formas de resolver esse problema e essa demanda;
- Informou que o Iphan possui uma assessoria jurídica que poderá contribuir para auxiliar nas demandas dos grupos;
- Em relação à divulgação dos bens registrados, ocorre uma negociação entre o Iphan e o grupo detentor para saber quais elementos poderão ser divulgados;
- É preferido pelo Iphan que a própria comunidade participe da realização da pesquisa e, ao final, o Iphan volta à comunidade para dar um retorno sobre os resultados da pesquisa;
- Em caso de bens culturais pertencentes a um grupo muito grande é negociada e escolhida uma localidade para se realizar a pesquisa (amostragem);
- Com o Registro junto ao Iphan, o bem cultural passa a ter mais valor e visibilidade perante outros Ministérios, o que pode facilitar aos Huni Kuĩ pleitearem projetos desses outros órgãos públicos;
- Por fim, ressaltou que os planos de salvaguarda contam com uma articulação feita pelo Iphan junto a outras instituições, públicas e privadas, na captação de recursos para a proteção do bem cultural registrado.

Finalizado este momento de esclarecimentos e informações, teve início a etapa de pergunta sobre a anuência ou não dos Huni Kuĩ para dar continuidade ao pedido de Registro do Kene como Patrimônio Cultural junto ao Iphan e, caso o pedido seja considerado pertinente, da instrução do processo de Registro. Itsairú fez a pergunta derradeira na língua portuguesa e depois na língua Hãtxa Kuĩ. A totalidade dos presentes na assembleia concedeu a anuência ao processo de Registro do Kene.[16]

Em seguida, realizou-se a eleição de três representantes Huni Kuĩ das Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão e Seringal Independência para participarem do último Fórum Geral ("Fechando a Volta"). Segundo preceitos da equipe técnica e do Iphan-Acre, seria obrigatória a presença de no mínimo uma mulher entre os três representantes. Assim, após breve discussão sobre se seriam dois homens ou duas mulheres, foi acordado, entre eles, que seriam duas mulheres e um homem. Assim, foram eleitos os seguintes representantes: Osair Sales Kaxinawá (Siã), Maria Monteiro Kaxinawá e Ozélia Sales Kaxinawá.

Eleitos os representantes, foi perguntado coletivamente aos Huni Kuĩ presentes se eles autorizavam o uso das imagens coletadas pela equipe técnica no Fórum pelo Iphan. Ficou amplamente acordado e autorizado.

Feito isto, o coordenador da equipe técnica fez uma breve recapitulação sobre as principais dúvidas e esclarecimentos surgidos e sanados no encontro, além das decisões tomadas na reunião para não deixar nenhum desentendimento sobre os objetivos do Fórum. Ressaltou ainda o papel dos representantes Huni Kuĩ eleitos para participarem do último Fórum Geral.

[16] Esse processo foi documentado em vídeo e irá compor o dossiê final sobre esta ação da Superintendência do Iphan-Acre.

Informou a necessidade de formular um documento por escrito e que deverá conter a assinatura dos presentes na reunião dando a anuência ao pedido de Registro do Kene. Nesse sentido, leu o documento produzido pela equipe técnica e outro produzido por Juliana Cunha. Ambos os documentos foram aprovados pelos presentes, ficando acordado que se fizessem algumas considerações e reajustes.

Na manhã de 15 de dezembro de 2012, foram coletadas pela equipe técnica algumas entrevistas feitas com homens e mulheres Huni Kuĩ. Conforme relatório da equipe técnica, essa atividade foi concebida como estratégia para avaliação dos resultados do primeiro encontro, mas também para que as próprias lideranças expressassem sua avaliação e compreensão do encontro.

Essas entrevistas foram transcritas e compõem o 2° Relatório Parcial entregue pela equipe técnica como Produto para a Superintendência do Iphan-Acre. Considerei ser desnecessário reproduzir o conteúdo das entrevistas neste relatório, até porque suas ideias e impressões centrais foram expostas ao longo do fórum.



Os três representantes escolhidos para participarem do último Fórum
Fotografia: Marcos de Almeida

Quadro avaliativo

Partimos do seguinte pressuposto: o projeto executivo elaborado pela equipe técnica, considerado “uma ferramenta fundamental para a realização da ação em questão” e servindo ao mesmo tempo como

um “guia intelectual” para a realização dos fóruns , deve ser construído em sintonia e visando suprir as expectativas do Projeto Básico, elaborado pela Superintendência do Iphan-Acre que é a idealizadora desta ação. Desta forma, este quadro avaliativo consistirá em verificar se os objetivos e expectativas do Projeto Básico foram atingidos no primeiro encontro (ver quadro 1).

Objetivos e expectativas do Projeto Básico e do Projeto Executivo	sim	não	parcial
Contratação de pessoa jurídica para organização técnica e logística de Reuniões em TIs	x		
Informação sobre ratificação do pedido de Registro do Kene feito em 2006 e 2007	x		
Informação aos Huni Kuĩ sobre a Política Nacional do Patrimônio Imaterial do Iphan	x		
Garantia ao direito de ser consultado previamente e informação sobre as implicações da Ação	x		
Discutir as possibilidades de realização da pesquisa e “critérios” de seleção de pesquisadores, logística de realização de inventário			x
Criar subsídios para a abertura do processo de Registro do Kene[17]			x
Adotar a comunicação bilíngue como estratégia e objetivo	x		
Garantia da participação e representatividade das mulheres	x		

Quadro 1. Organização: AMARAL, 2013

[17] A indicação dessa expectativa, assim como da anterior em “parcial” está relacionada ao fato de que informações precisas sobre seu alcance só poderão ser avaliadas após a finalização desta ação. Observa-se, assim, que este é um relatório técnico parcial.

Considerações finais

Em termos gerais, a realização do primeiro fórum temático e, por conseguinte, mesmo que parcialmente, a ação idealizada pela Superintendência do Iphan-Acre alcançou resultados positivos.

A realização de consulta livre, prévia e informada junto às comunidades indígenas antes da implementação de políticas públicas ou do desenvolvimento de ações que irão afetá-las, além de cumprir preceitos de acordos internacionais assinados pelo Brasil, pode garantir benefícios e qualidade aos objetivos de políticas culturais, como, no caso, nas ações de preservação do patrimônio cultural levadas a cabo pelo Iphan.

A falta de voz ativa das comunidades na implementação e na avaliação de políticas públicas direcionadas a elas foi apontado por Arantes como um dos principais fatores dessas ações atingirem apenas parcialmente seus objetivos, como citamos na apresentação deste texto. Nesse sentido, para além de princípios de direito e ética, ouvir as comunidades, dialogar com elas, é um forte indicativo de um futuro sucesso das ações do Iphan perante esses grupos.

Conforme foi possível observar na execução do primeiro fórum temático, na realização de uma consulta, ao ter como objetivo a informação sobre a política pública que poderá ser implementada e sobre o bem cultural que se busca proteger, certo entendimento e conhecimento em relação a ambos (ação e bem cultural) já vão sendo construídos. Assim, no caso específico do Iphan, quando da realização da pesquisa junto ao grupo para subsidiar a composição de um dossiê a ser avaliado antes do parecer sobre o Registro, pode-se dizer que a comunidade já estará basicamente instruída e com informações mínimas e necessárias sobre o que será realizado, proporcionando dinamismo, otimizando tempo e contribuindo qualitativamente para os resultados da pesquisa e das ações futuras.

A ação em questão idealizada pela Superintendência do Iphan-Acre atende, também, a preceitos da resolução n.° 001, de 3 de agosto de 2006 que regulamentou os procedimentos a serem observados no processo de Registro expresso pelo decreto n.° 3.551. O Art. 4°, item VII desta Resolução preza, para a abertura do processo de Registro, pela necessidade de "declaração formal de representante de comunidade produtora do bem ou de seus membros, expressando o interesse e anuência com a instauração do processo de Registro." (IPHAN, 2006, p. 2). Nesse sentido, em se tratando de uma comunidade como a dos Huni Kuĩ, que possui uma população, oficialmente, perto da casa de seis mil pessoas, seria arriscado e até arbitrário levar o pedido de Registro à frente com a ciência de uma mínima parcela de sua população.[18]

Outro ponto que merece destaque na ação que estamos relatando foi o fato de a consulta ter ocorrido na aldeia, na "casa" dos Huni Kuĩ. Esse princípio proporcionou que um número expressivo de Huni Kuĩ participasse das discussões e das decisões que resultarão em implicações futuras à sua comunidade. Mais ainda, foi patente, proporcionou uma boa impressão sobre o trabalho do Iphan enquanto órgão público e suas ações culturais. Este foi mais um ponto positivo desta ação, que contribuiu para o início de uma relação saudável entre o Iphan e os Huni Kuĩ e para as atividades futuras do Iphan junto a essa comunidade.

Por outro lado, essa participação expressiva exigiu da equipe técnica tanto dinamismo para conduzir o Fórum com um bom nível de informação, quanto aumentou significativamente os gastos com o mesmo. Nesse sentido, observa-se que foi previsto no Projeto Executivo uma participação em torno de 45 Huni Kuĩ por Fórum, contudo, chegou-se, no primeiro encontro, a um total aproximado de 150 participantes.

[18] Observa-se que, na soma dos dois pedidos de Registro do Kene enviados ao Iphan em 2006 e 2007, tem-se um total de 143 assinaturas.

A busca por um diálogo que se fizesse bilíngue foi outro fator positivo da referida consulta. Contudo a recomendação da Convenção n.° 169 da OIT que, em seu Art. 12 expressa: “Deverão ser adotadas medidas para garantir que os membros desses povos possam compreender e se fazer compreender em procedimentos legais, facilitando para eles, se for necessário, intérpretes ou outros.” (OIT, 1989, p. 4). Não obstante, informar e esclarecer pressupõe entendimento sobre o tema tratado e, dessa forma, esse objetivo não pode ser atingido utilizando apenas nossos padrões de conhecimento e veículos de informação, no caso, a língua portuguesa. Destarte, torna-se imprescindível que em atividades dessa natureza se tenha presente junto à equipe técnica, ou, caso a ação seja realizada diretamente pelo Iphan, de um ou mais membros da comunidade participando como protagonistas, como idealizadores e executores dessas ações.

Contudo, ressalta-se que mesmo tendo o bilinguismo como princípio e meta, a especificidade da área do patrimônio, suas noções, seus conceitos e categorias tornam problemático e delicado esse diálogo. Até porque, como nos informa Choay (2006, p. 25), estamos tratando de uma temática e uma noção específica da cultura e do conhecimento ocidental, inserindo-as em comunidades e povos que possuem outras referências de conhecimento, pensamento e cultura. Nesse sentido, por mais que a equipe técnica e o Iphan-Acre tenham se esforçado e buscado construir estratégias para o entendimento do tema, tenho dúvidas se ficou claro para os Huni Kuĩ a especificidade do tema tratado e das ações do Iphan em relação a bens culturais de natureza imaterial.

Outro aspecto que fez parte da concepção dessa ação foi a importância da garantia da participação e representatividade das mulheres Huni Kuĩ nos fóruns. Tanto é que na execução do encontro

foi formado um grupo só de mulheres Huni Kuĩ. Devido ao fato de o Kene[19] ser um saber/produção tradicionalmente feminino, para o Iphan e para a equipe técnica (que adotaram esse entendimento nos fóruns) é bastante produtivo ter um contato direto com as mulheres, com as "detentoras" do conhecimento sobre os Kene. Contudo, entendo ser imprescindível o respeito aos sistemas tradicionais de representatividade e a forma de organização social dessas comunidades. Até porque, o respeito "[...] a integridade dos valores, práticas e instituições desses povos" é uma exigência do Art. 5°, item b, da Convenção n.° 169 da OIT. Nesse sentido, esta ressalva vem no intuito de buscar evitar que um realçar da importância da representatividade da mulher Huni Kuĩ (um "valor" bem ocidental) acabe gerando conflitos e disputas futuras na comunidade.

Acredito que a ressalva que levanto merece ser considerada, refletida e avaliada tanto na realização de consultas prévias junto às comunidades tradicionais, quanto na realização de pesquisas junto a elas. Por mais que o bem cultural em questão seja de domínio feminino e, assim, as ações de salvaguarda serão concentradas nas mulheres, o diálogo direto com elas, o realçar de sua importância e representatividade pode excluir do processo a participação e intermediação dos homens, gerando conflitos e rompendo laços que, sem sabermos, são imprescindíveis para a sobrevivência do bem cultural em questão, para a sobrevivência da própria comunidade.

[19] Ressalta-se que, embora seja a mulher quem domina a técnica do desenho e da tecelagem, é o homem, segundo consta na descrição do pedido de Registro de 2006, quem busca na mata a fruta do "jenipapo" para a produção da tinta utilizada na pintura corporal; é ele quem limpa o roçado e planta o algodão, fornecendo a matéria-prima para a mulher tecer. Contudo, como pode ser observado nas fotografias expostas neste relatório, são os homens quem mais usam, seja com produtos da tecelagem ou com adornos em miçangas, o Kene em reuniões que representam sua comunidade e levam, assim, os desenhos com eles. Nesse sentido, o que busco sugerir a partir de leituras e de uma experiência no Fórum é que os detentores do Kene são os Huni Kuĩ, e não apenas as mulheres. Defendo assim, um saber compartilhado entre homens e mulheres Huni Kuĩ dos seus desenhos Kene.

Caso a situação de deficiência no quadro de funcionários do Iphan se perpetue, a relação entre instituições públicas e privadas na gestão do patrimônio cultural será inevitável e imprescindível. Talvez essa seja uma situação irreversível e, ao mesmo tempo, objetivada. Contudo, é preciso avaliar até que ponto o remédio não está saindo mais caro que a cura. Morosidade nas ações de preservação, empresas sem experiência com a especificidade do tema e o aumento do custo dessas ações podem agravar e tornar deficiente a gestão do patrimônio cultural. Sintonizo essa observação com o artigo emblemático de Márcia Sant'Anna (2004), que elucida como cidades históricas, com um rico patrimônio cultural, podem se tornar "cidade-atração" do turismo, do comércio e do capital privado, perdendo assim sua potencialidade enquanto referência histórico-cultural. Registra-se esta ressalva.

Por mais que o objetivo das ações do Iphan em relação à preservação do patrimônio cultural imaterial seja a valorização e o reconhecimento de manifestações culturais historicamente excluídas das políticas patrimoniais, é imprescindível perguntar às comunidades alvo se essas ações lhes convêm. Em se tratando de comunidades tradicionais, pensar sobre os impactos dessa valorização e reconhecimento é o primeiro passo, talvez a ação fundamental, para a efetiva preservação de manifestações culturais dessa natureza. Acredito que uma gestão compartilhada do patrimônio, necessariamente, antes de se implementar uma ação, deva passar por uma consulta prévia junto a essas comunidades. Faço minha as palavras dos Huni Kuĩ surgidas no fórum: o médico que receita sem primeiramente consultar seu paciente, deixa muito a desejar sobre o seu ofício. Registra-se, mais uma vez, esta ressalva.

Sugestões:

- Realização de consulta livre, prévia e informada antes da implementação de políticas sociais voltadas à proteção do patrimônio cultural de comunidades indígenas;

- Priorizar a localidade da comunidade detentora do bem cultural para a realização da consulta;
- Adotar a estratégia bilíngue como instrumento que facilite e proporcione o melhor entendimento entre a comunidade e o Iphan;
- Ter sempre presente um membro da comunidade detentora do bem cultural como idealizador e executor da consulta;
- Respeito às formas tradicionais de organização social e de representatividade da comunidade detentora do bem cultural;
- De antemão, pensar em estratégias para inevitáveis intempéries do campo, como, por exemplo, tempo extra além do previsto para a realização e finalização da consulta sem perda de sua qualidade;

- Readequação no quadro de funcionários da instituição, com perfil profissional em sintonia com a potencialidade de bens culturais presentes em suas regionais, ou;
- Realização de encontros e cursos de capacitação destinados às empresas privadas que objetivam trabalhar na área de preservação do patrimônio cultural, sobretudo em regiões onde a presença do Iphan é recente.

Referências

ARANTES, Antônio Augusto. O patrimônio cultural e a sustentabilidade de sua salvaguarda. *In:* **Resgate (revista interdisciplinar de cultura).** n. 13. Campinas: [s.n.], 2004, p. 11-18.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Decreto-lei n.° 25 de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lex:** Rio de Janeiro, 30 de nov. 1937.

BRASIL. Decreto n.° 3.551 de 2000. Institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Lex:** Brasília, 4 de ago. de 2000.

CHOAY, Françoise. Monumento e Monumento Histórico. *In:* CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 11-29.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *In:* **Topoi.** v. 4, n. 7. Rio de Janeiro: [s.n.], jul./dez. 2003, p. 313-333. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf. Acesso em: 3 out. 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

IPHAN. **Resolução 001 de 2006**. Regulamenta os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Brasília, 3 de ago. de 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção n.° 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.** Genebra, 27 de jun. de 1989.

SANT'ANNA, Marcia. A cidade-atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. *In:* SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Ceça. (org.). **Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades.** v. 1. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004, p. 153-172.

Processos administrativos

01423.000411/2012-32. **Primeiro Relatório Parcial:** Planejamento Didático.

01423.000411/2012-32. **Primeiro Relatório Parcial:** Projeto Executivo.

01423.000411/2012-32. **Realização de fóruns temáticos em TI's para esclarecimentos sobre o processo de registro do patrimônio imaterial pelo Iphan e consulta sobre anuência dos povos Huni Kui.** (Volume VII).

01423.000717/20012-95. **Registro dos Kenê Kui, grafismo do povo indígena Huni Kui (Kaxinawá).** (Consta neste processo os dois pedidos de Registro do Kene Kui como Patrimônio Cultural brasileiro, enviados ao Iphan em 2006 e 2007).

ESTUDO DE CASO E TRATAMENTO DE DOIS PROCESSOS DE TOMBAMENTO DA FASE INICIAL DO IPHAN – o Processo Nº 001-T-38 (Igreja Matriz de São Pedro, RS) e o Processo Nº 077-T-38 (Coleção Arqueológica de Conchais do Litoral Sul)

Aluna:
Nayara Cavalini de Souza

Supervisora:
Lygia Guimarães

Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural - Turma 2012 Práticas Supervisionadas - Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação (Copedoc)

2012

Nayara Cavalini é museóloga, formada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e atualmente atua como servidora pública da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ingressou no Mestrado Profissional do Iphan na vaga destinada à Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação (Copedoc), no Rio de Janeiro-RJ; suas práticas profissionais foram desenvolvidas na Divisão de Conservação de Acervos Documentais (Divcon), voltadas para o tratamento de conservação preventiva de documentos do Arquivo Central do Iphan – Seção RJ (ACI-RJ).

Os produtos das práticas supervisionadas elaborados por Nayara Cavalini têm a perspectiva de destacar trabalhos com a documentação histórica do Iphan. Além de valorizar a trajetória de constituição desse saber-fazer na instituição, identificando os agentes e setores que se dedicaram às ações preservacionistas em torno dos acervos documentais, a egressa investiu suas reflexões a partir do seu próprio manejo com documentos do ACI-RJ.

O tema da dissertação, defendida em 2014, originou-se a partir da rotina de tratamento de conservação preventiva. O olhar acurado de Nayara Cavalini para as fotografias permitiu lançar foco sobre um problema histórico do acervo: a dis-

sociação dos documentos fotográficos que pode comprometer entendimentos e pesquisas que fazem usos das fontes históricas do Arquivo Central/RJ. A partir da noção de tomadas de decisão, associada ao gerenciamento de riscos sob um viés interdisciplinar, a egressa problematizou os agenciamentos destas imagens que são, também, artefatos que permitem identificar e atribuir valor de patrimônio a diferentes bens culturais.

1 Apresentação

O presente estudo, fruto do II Produto das Práticas Supervisionadas do Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural (PEP/MP), tem como objetivo delinear um breve panorama dos problemas encontrados na análise dos suportes documentais que representam uma parte significativa do conjunto arquivístico enviado para tratamento pelo Arquivo Central/ Rio de Janeiro (antigo Arquivo Noronha Santos) para a Divisão de Conservação de Acervos Documentais (Divcon)[1] do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional[2] do Rio de Janeiro, entre os meses de agosto de 2011 e setembro de 2012.

A Divisão de Conservação realiza, dentre outras atividades[3], a preservação e conservação preventiva do acervo do Arquivo Central/RJ. Além de visitas periódicas, do monitoramento da área de guarda e consultas sobre procedimentos em casos específicos (atividades relacionadas com a gestão da preser-

[1] Vinculada à Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação (Copedoc) do Departamento de Articulação e Fomento (DAF), situada no Palácio Gustavo Capanema (Rio de Janeiro/RJ).
[2] Originalmente, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Foi criado pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, durante o Governo de Getúlio Vargas. Atualmente encontra-se vinculado ao Ministério da Cultura, como órgão da administração direta. A proteção do patrimônio nacional foi regulamentada e organizada por meio do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Posteriormente, o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial.
[3] A Divcon tem como objeto de trabalho a conservação do patrimônio documental do Iphan, e é a única unidade, a nível nacional, que tem condições de estabelecer critérios e treinar técnicos envolvidos com a preservação do patrimônio documental produzido e depositado no Instituto. Sua atuação se dá através do estabelecimento e padronização de metodologias de conservação, além das atividades de conservação preventiva e do acervo do Arquivo Central/ RJ.

vação), a Divcon também realiza atividades práticas que vão desde as mais simples, como a higienização mecânica dos suportes - principalmente de papel -, pequenos reparos em rasgos e em perfurações nos documentos, até os procedimentos mais complexos, como banhos para desacidificação do papel, velaturas - processo que consiste em aderir um novo suporte, sendo este também papel, no verso do documento original, com adesivo apropriado, ambos de qualidade arquivística, para garantir a estabilidade e a durabilidade do documento -, recuperação de capas originais, nos casos dos processos de tombamento, etc. Os documentos cujos suportes apresentam danos ou acondicionamento inadequado, assim que identificados, seja por técnicos do Arquivo Central ou da Divcon, são enviados à Divisão para receber tratamento e acondicionamento adequados.

Dos itens enviados à Divisão de Conservação, no período indicado acima, a maior parte foi proveniente da Série Processos de Tombamento, que reúne documentos de caráter oficial e probatório, de tipologias documentais diversas. Os processos comportam estudos e pareceres que justificam ou não o tombamento (regulado pelo Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937) de um determinado bem, e também certidões, recibos, notificações e anuências. Dentre os processos de tombamento recebidos pela Divcon para tratamento, as características da produção documental da época, referente aos primeiros cinco anos de atividade do Iphan (1937-1942), nos chama a atenção.

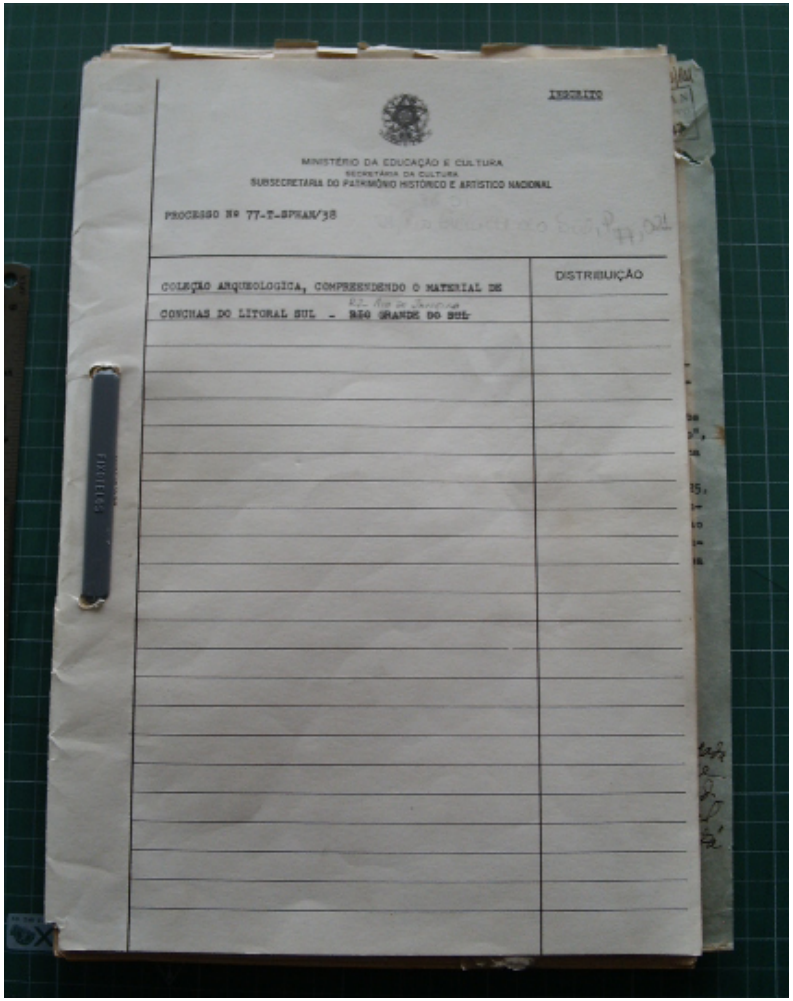


Figura 1 - O processo de tombamento nº 77-T-38, antes do tratamento.

Os números que conhecemos são: de 1938 a 1942, o Instituto produziu cerca de 358 processos, dentre eles os abertos e inscritos em 1938 - 234 processos; em 1939 - 48 processos; em 1940 - 19 processos; em 1941 - 50 processos; em 1942 - 7 processos[4]

Estes dossiês de caráter jurídico reúnem, na maioria dos casos, diferentes suportes e tipologias documentais, que, embora tenham resistido por cerca de 70 anos, necessitam de tratamento básico, já descritos acima, significativas e que demandam tempo, recursos humanos treinados e financeiros.

Este estudo de caso, portanto, debruça-se sobre um tema relevante para a Divisão de Conservação: o tratamento dos documentos mais antigos que compõem o acervo do Arquivo Central/RJ, e aborda esta temática estabelecendo como recorte dois processos de tombamento abertos em 1938: o Processo de Tombamento nº 77-Sphan-38 - Coleção Arqueológica, compreendendo material de conchas do Litoral sul - RJ - Rio de Janeiro, recebido em 03-08-2011; e o Processo de Tombamento nº 001-T-38, Sphan/DET - Igreja São Pedro (Matriz), Rio Grande/ Rio Grande do Sul (em dois volumes), escolhidos pela Divcon e solicitados ao Arquivo Central/RJ em 04-01-2012 para serem usados como material de estudo nas atividades supervisionadas do Mestrado.

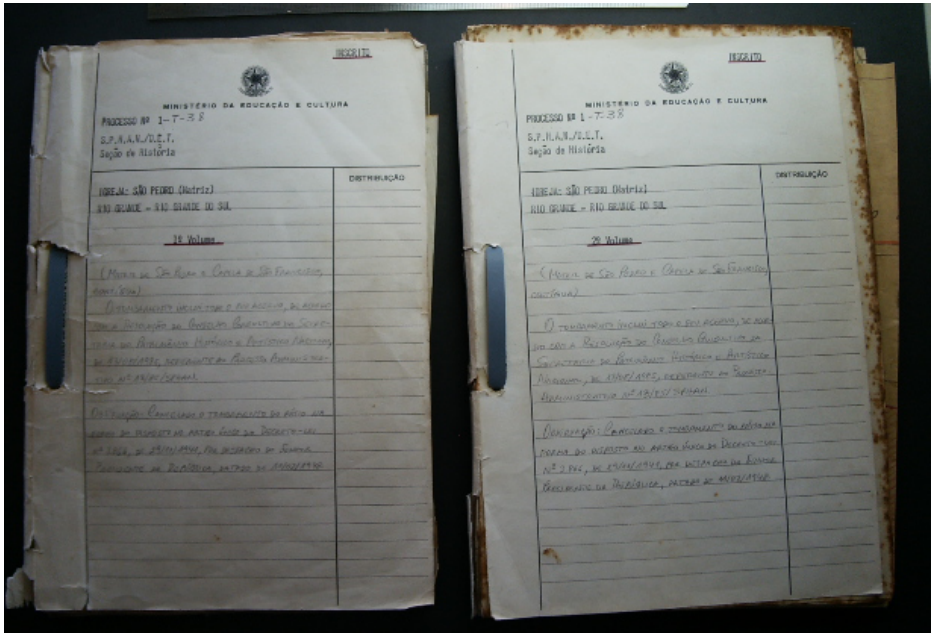


Figura 2 - O processo de tombamento nº 001-T-38, volumes 1 e 2 (fotografia anterior ao tratamento, ainda em curso).

[4] Fonte: ARQUIVO NORONHA SANTOS. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm. Acesso em: agosto de 2012.

A escolha destes dois exemplares da Série “Tombamento” se deu por alguns motivos: primeiro, identificar em quais condições se encontrava o primeiro processo de tombamento (n° 001- T-38) aberto pelo Iphan; segundo, conhecer os tipos de deterioração do suporte causados por acidificação de tintas usadas na parte manuscrita dos documentos, como por exemplo, a tinta ferrogálica (n° 77-T-38) e porque isto acontece. Para entender, alguns destes problemas encontrados, foram realizados estudos, tanto sobre a estrutura dos diferentes tipos de papéis encontrados no primeiro processo, como também, sobre a produção da tinta ferrogálica ao longo da sua História.

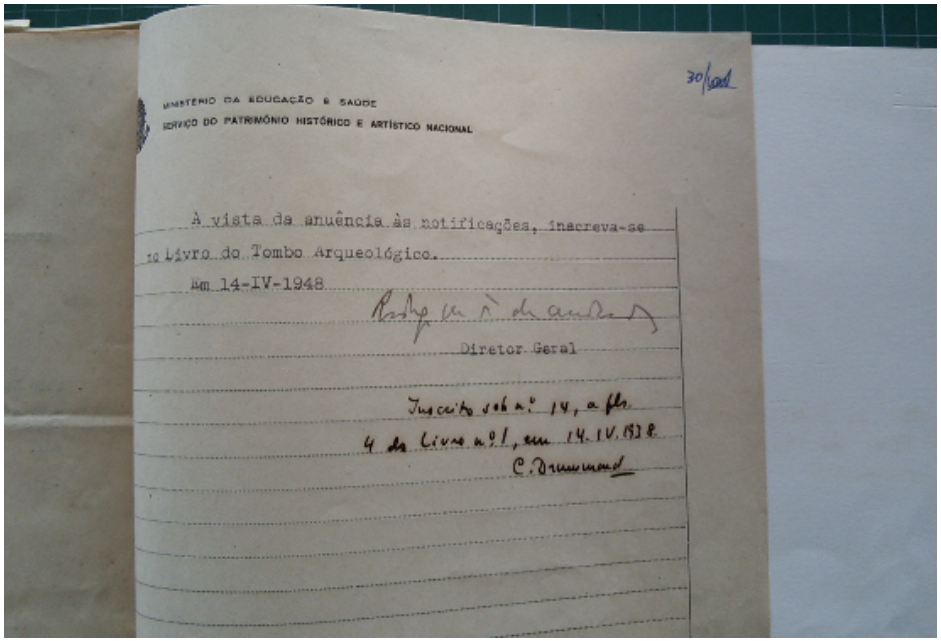
2 A produção, a circulação e a guarda de documentos: o caso dos processos de tombamento de 1938

Com o início do funcionamento do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a ferramenta jurídica do tombamento começa a ser aplicada, gerando, apenas no primeiro ano, 234 processos abertos e inscritos nos respectivos Livros do Tombo.

Como foi dito anteriormente, a tipologia documental dos processos de tombamento é bem diversificada. Parte é composta por documentos produzidos ou inseridos (recortes de jornais, plantas, fotos, etc.) dentro do próprio Sphan - neste caso, encontramos principalmente documentos em cópia carbono e/ou rascunhos manuscritos de documentos enviados. E o outro segmento documental caracteriza-se por ter sido produzido e enviado ao órgão pelos interessados pelo tombamento do bem, tais como cartas, solicitações, certidões, telegramas, fotografias, plantas, recortes de jornal e revistas, publicações e outros. A diversidade de documentos nesta série documental não possui um só produtor, mais sim, múltiplos, podendo citar alguns como: técnicos - durante a elaboração do processo

de tombamento -, pesquisadores, proprietários, prefeituras, repartições públicas, irmandades, etc. As diferentes origens da produção documental criaram uma variedade de suportes, que vão desde papéis de fibras de celulose, de boa e de má qualidades, as tintas menos ou mais ácidas, aos recortes de jornal e aos suportes mais delicados, como o papel cópia do tipo papel bíblia (mais fino, de gramatura entre 23 a 45 gramas) muito utilizado, com folhas de carbono, para criar duplicatas de documentos produzidos em máquina de escrever. Tudo dependia de quem produzia os documentos.

A série Processos de Tombamento é acondicionada em pastas individuais processo/bem tombado (conforme apresentado previamente, nas Figuras 1, 2 e 3) e identificada numericamente. Cada pasta reúne toda a documentação que compõe o processo. No entanto, sabe-se que em um determinado momento da trajetória do Arquivo, algumas reestruturações na organização do acervo[5] foram empreendidas e parte da documentação original de alguns processos - como fotografias e recortes de jornais com notícias sobre o bem tombado, por exemplo - foi retirada e incluída na série Inventário. O mesmo ocorreu com algumas plantas e mapas de grandes


MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE
SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

30/abril

A vista da anuência às notificações, inscreva-se no Livro do Tombo Arqueológico.
Rio, 14-IV-1948

Diretor Geral

Inscrito sob n.º 14, a fls. 4 do Livro n.º 1, em 14.IV.1948.
C. Drummond

Figura 3 – À esquerda, assinatura de Carlos Drummond de Andrade em tinta ferrogálica em documento datado de 14 de abril de 1948, na última folha do processo de tombamento 77-T-38.

[5] O acervo do Arquivo Central é organizado em séries, sendo elas: Processos de Tombamento, Inventário e Obras; Arqueologia, Arquivo Geral, Documentos Técnicos e Administrativos, Assuntos Internacionais, Cartografia, Dossiê Unesco, Etnografia, Iconografia, Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, Personalidades, Planos e Projetos, Registro e Restauração de Bens Móveis e Integrados.

dimensões. Com essas modificações, as séries tornaram-se cada vez mais interligadas e a série Inventário cresceu em importância. Atualmente, para uma pesquisa mais aprofundada sobre o tombamento de um bem, é recomendada uma busca completa sobre o item em questão nas séries Inventário e Plantas (ver Figuras 1 e 2).

Além do próprio Decreto-lei 25/1937, as únicas normativas responsáveis por regular a abertura e tramitação de um processo de tombamento são a Portaria Iphan nº 11 de 11 de setembro de 1986 (sobre a Instauração do Processo de Tombamento), seguida da Ordem de Serviço Iphan nº 002/ 2002 (Atos do Departamento de Proteção), que "Estabelece formulário e instruções complementares à portaria nº 11/86, para instrução dos processos de tombamento, no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", datada de 14 de novembro de 2002.

A Portaria nº 11/86 destaca-se, no contexto de redemocratização do país, ao assegurar em seu Art. 2º que a solicitação de abertura de um processo de tombamento é um direito estendido a "toda pessoa física ou jurídica". No entanto, também apresenta contribuições para a conservação de acervos documentais no Iphan ao apresentar, ao longo do texto, a documentação básica que deve constar nesta solicitação. São mencionados no Art. 4º: um estudo descritivo e de apreciação do valor cultural atribuído; documentação referente



Figura 4 - À direita, grampos e fragmentos de telegramas retirados do 1º volume do processo de tombamento 001- T-38.

à localização do bem; identificação dos proprietários; certidões de propriedade e ônus reais do imóvel; estado de conservação; tudo isto "[...] acrescidas de documentação fotográfica e plantas [...]" (Art. 4º, § 1º.); ou em caso de bens móveis, uma "[...] descrição pormenorizada do objeto, se tratar de peça única ou da relação detalhada de peças componentes de coleção, listadas uma a uma [...]." (Art. 4º, § 2º.). A complementação destas normativas só foi acrescentada com a Ordem de Serviço Iphan nº 002/ 2002, que apresentou novas determinações, como a atribuição da validade de um ano para laudos de vistoria (no Art. 10º), dedicando o Art. 13º à documentação.

Dentre as normas apresentadas no Art. 13º, destacamos que: os documentos devem sempre ser originais, em papel timbrado e identificado com assinaturas dos responsáveis; numerados e produzidos em formato A-4 ou em dobraduras contidas nessas dimensões, sendo proibido "o uso de espirais, grampos e outros elementos que poderão ser causa de deterioração dos documentos" (Art. 13º, item A).

A Portaria nº 11/1986 e a Ordem de Serviço nº 002/ 2002, apesar de apresentarem procedimentos de extrema utilidade para a atuação da Divisão de Conservação - como a proibição de espirais e grampos, por exemplo - são, no entanto, normativas recentes, que não apresentam indicações sobre pontos-chave para uma série que já nasce histórica e permanente. Não são mencionados, por exemplo, itens como a qualidade do papel e das fotografias; das tintas utilizadas nas assinaturas; e outros pontos como as técnicas e tipos de impressão utilizados; e o formato dos documentos digitais, formatos estes que estão sendo largamente utilizados na contemporaneidade e que apresentam desafios específicos para a conservação de acervos arquivísticos. Sendo estas normativas posteriores aos processos de tombamento analisados neste estudo, observamos que não havia nenhuma preocupação com a uniformidade das dimensões dos documentos, com o uso de grampos de metal, com o uso de tintas como a ferrogálica (tinta muito popular a partir do século XVI e que foi utilizada até meados do século XX, apesar dos problemas de conservação que causavam

nos suportes, conforme será demonstrado no item 6 deste trabalho), em uma época onde já existiam tintas a base de pigmentos sintéticos em uso corrente, e com o uso de colas de origem animal que causam manchas e atrai bactérias e fungos, etc.

3 O processo de tombamento nº 077-T-38

O Processo de Tombamento nº 77-Sphan-38 ou 077-T-38 corresponde ao tombamento da "Coleção Arqueológica, compreendendo material de conchas do Litoral sul – RJ – Rio de Janeiro", também denominada "Coleção Arqueológica Balbino de Freitas de Conchais do Litoral Sul (No Museu Nacional)" ou "Coleção arqueológica Balbino de Freitas: conchais do litoral sul". O processo em questão foi aberto em 1938, mas a Coleção só foi inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Nº inscrição 014, Volume 1, Folha 004) em 14-04-1948.

O processo nº 77-T-38 foi enviado a Divisão de Conservação para a realização de pequenos reparos em 03/08/2011 e devido à identificação da existência de alguns danos comuns aos processos de 1938 em seus suportes, como, por exemplo, aqueles provocados por acidez da tinta ferrogálica, foi escolhido como objeto de análise e capacitação da bolsista do programa de Mestrado em Preserva-

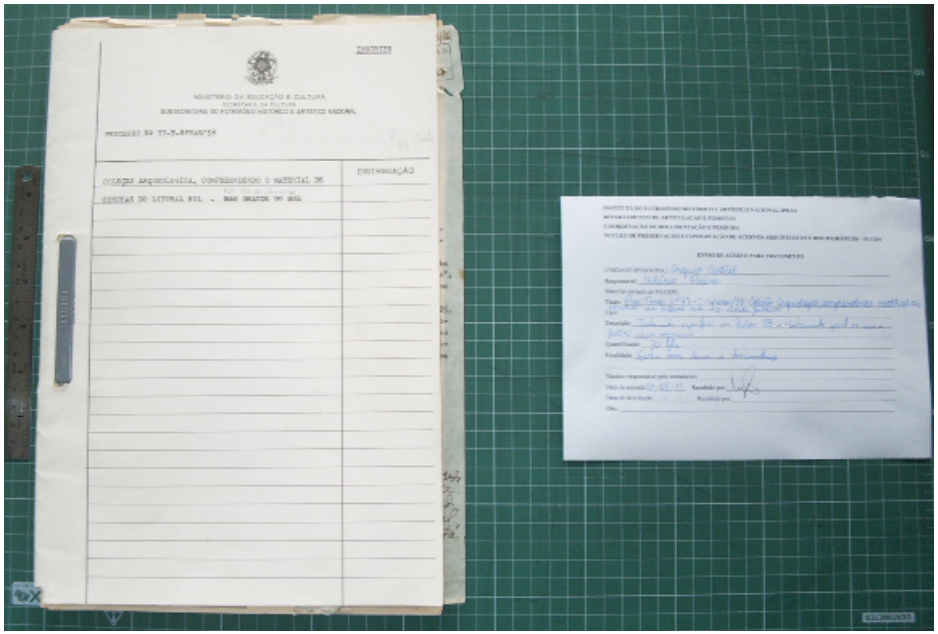


Figura 5 – O processo de tombamento 77-T-38.

ção do Patrimônio Cultural do Iphan em conservação preventiva, incluindo neste caso a realização de pequenos reparos nas áreas danificadas, por corrosão, pelos ácidos que estão presentes na tinta em questão. Com o contato e experiência adquiridos durante o tratamento da documentação do processo 77-T-38, surgiram questionamentos sobre o estado de conservação dos suportes do primeiro processo de tombamento aberto pelo Sphan. Havia uma curiosidade para conhecer este documento que tem um valor histórico especial, por ser um marco em uma das atividades do Iphan, que é a preservação do bem cultural. Após a avaliação dos documentos do processo, foi constatada a necessidade de realização de tratamento básico nos documentos, como higienização e pequenos reparos e até um tratamento mais intervencionista, uma velatura.

3.1 Dados técnicos preliminares

- Dimensões: volume único - 33,7 cm (altura); 23,5 cm (largura).
- Quantidade de páginas (capas s/ numeração, 0): volume 1 - 30 folhas [5 folhas em papel cópia similar ao papel bíblia]
- Série: Processos de Tombamento.
- Tipo: original, sendo que alguns documentos integrantes são cópias autenticadas.
- Grafia: Impressão/ Manuscrito.
- Tinta: grafite (capa); tinta ferrogálica; tinta a base de carbono; tinta para carimbos do tipo solúvel; tinta ferrogálica.

- Suporte: papel de polpa mecânica; papel cópia similar a papel bíblia.
- Outros: carimbos e marca d'água de origem brasileira (Brasil Bond / Industria Brasileira).

3.2 Estado de conservação (primeira análise)

- Suporte amarelecido; fungos; sujidades.
- Rasgos por perfurações de grampos de metal, por alargamento das furações e nas extremidades. A página em estado mais crítico: 3, possui rasgos e rendilhados na tinta ferrogálica.
- Dobras nas extremidades.
- Manchas de carbono.
- Tinta esmaecida e oxidada (oxidação da tinta ferrogálica, com migração para outra folha)

3.3 Tratamentos realizados

- Ficha de entrada, ficha técnica, numeração e coleta de registro fotográfico do processo de tombamento.

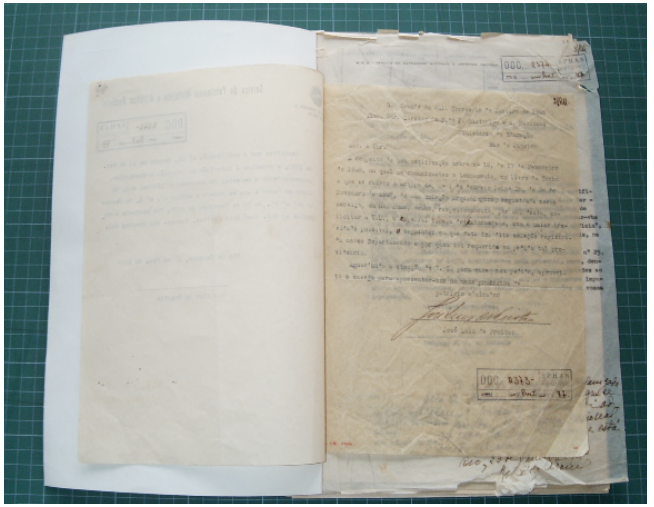


Figura 6 – Documentos amarelecidos e com sujidades no processo de tombamento 77-T-38.

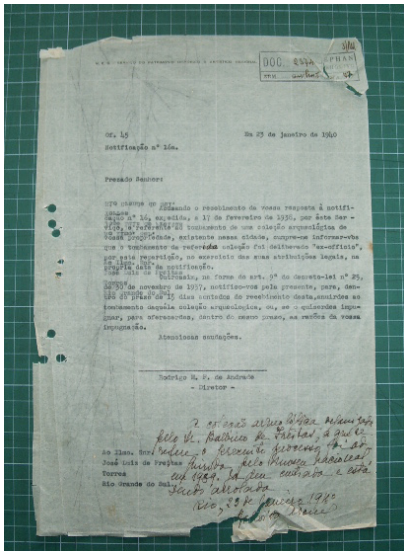


Figura 7 – O documento em pior estado de conservação do processo de tombamento 077-T-38: a folha 3.

- Higienização mecânica com trincha e acondicionamento das folhas em invólucros de poliéster individuais provisórios.
- Realização de testes para identificação da tinta utilizada (ferrogálica ou base de carbono).
- Pequenos reparos nas folhas danificadas, utilizando papel japonês e cola metilcelulose.

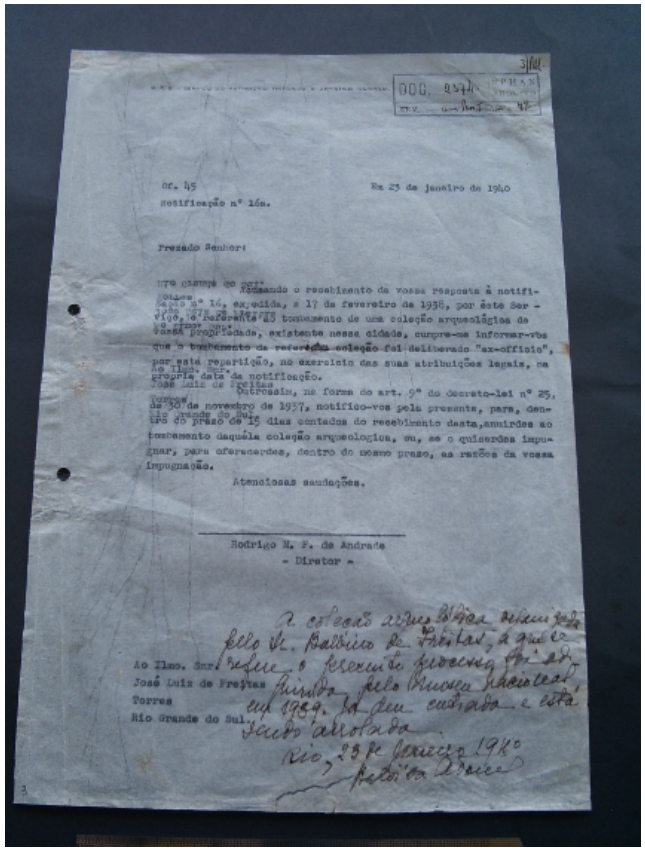


Figura 8 – A folha 3 do processo de tombamento 077-T-38, após tratamento.

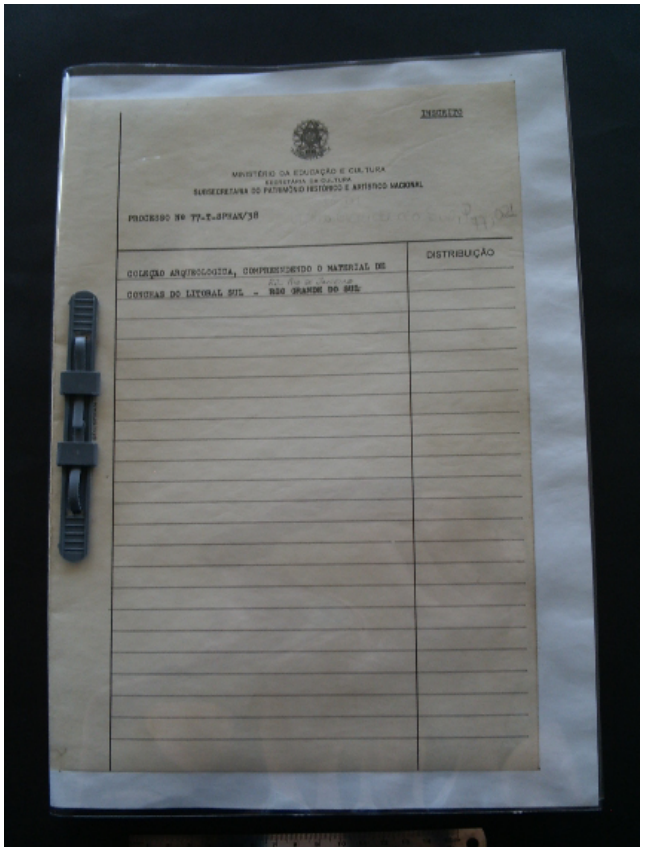


Figura 9 – A capa do processo de tombamento 077-T-38, após tratamento e ampliação por velatura.

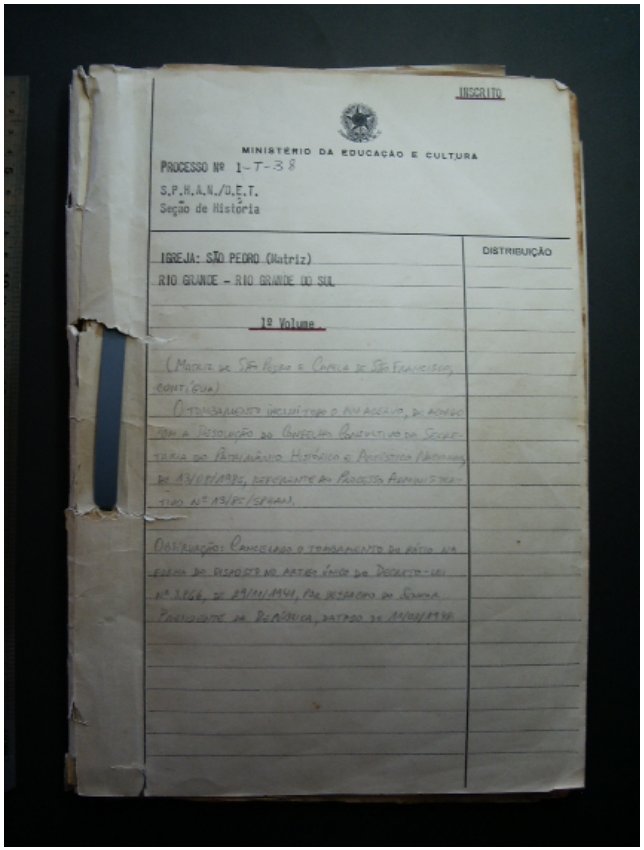


Figura 10 – Os documentos do processo de tombamento 077-T-38, após tratamento, acondicionados em cápsulas individuais de poliéster.

- Tratamento da capa e redimensionamento da mesma. A capa foi higienizada, ampliada por velatura (ver Figura 9); recebeu enxertos e uma capa de poliéster para proteção.
- Acondicionamento das folhas do processo em invólucros de poliéster, redimensionados.

4 O processo de tombamento nº 001-T-38

Os dois volumes do processo de tombamento nº 0001-T-38, Sphan/DET correspondem à "Igreja São Pedro (Matriz), Rio Grande/ Rio Grande do Sul", também denominada "Matriz de São Pedro e Capela de São Francisco, contígua" ou "Igreja Matriz de São Pedro e Capela da Ordem Terceira de São Francisco" e "Capela de São Francisco; Museu de Arte Sacra de Rio Grande". O processo em questão foi aberto em 1938 e inscrito no mesmo ano no Livro do Tombo das Belas Artes (nº inscrição 071, Volume 1, Folha 013) em 17-05-1938. Solicitado pela Divcon ao Arquivo Central/RJ em 04-01-2012, o processo nº 0001-T-38 se encontra presente nesta análise por apresentar danos comuns à maioria dos documentos produzidos em 1938.

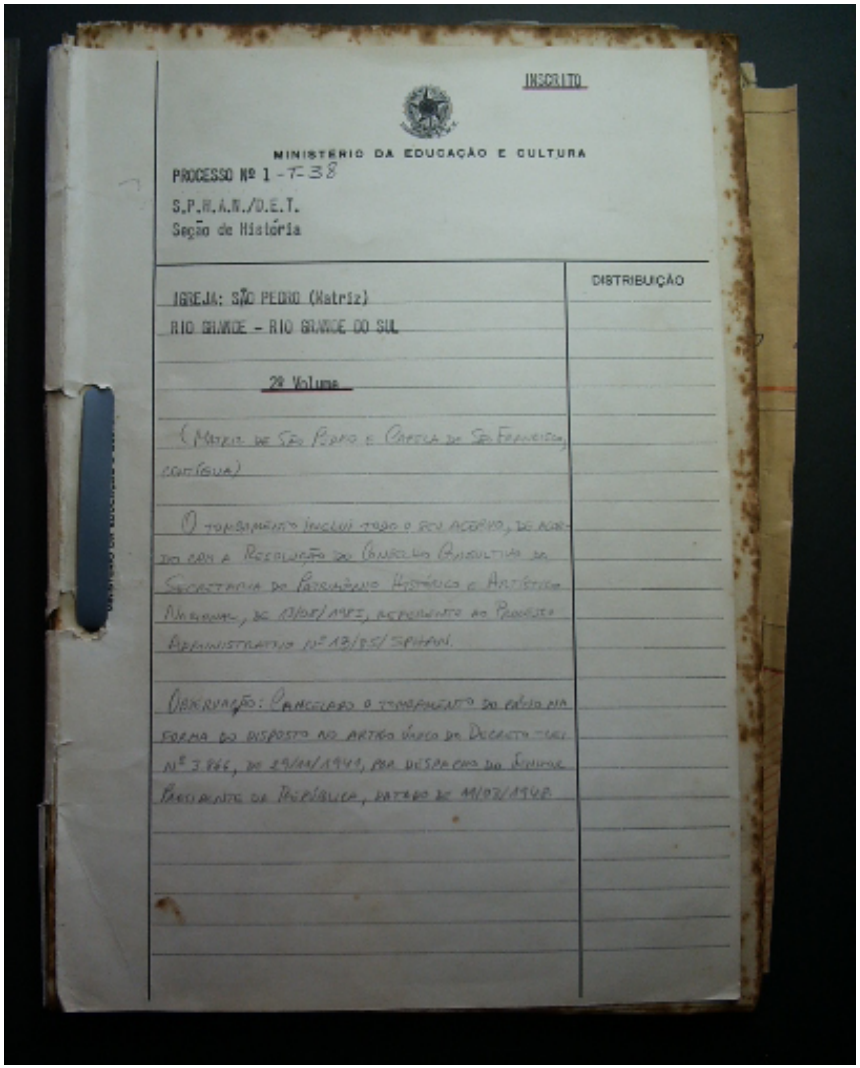


Figura 11 – O volume 1 e o volume 2 do processo de tombamento 001-T-38, anterior ao tratamento.

4.1 Dados técnicos preliminares

Dimensões:

- Volume 1: 33 cm (altura); 22 cm (largura).
- Volume 2: 35 cm (altura); 27 cm (largura).
- Quantidade de páginas (capas s/ numeração, 0):
- Volume 1: 121 folhas [5 recortes/jornal; 41 telegramas]
- Volume 2: 90 folhas [9 fotos p/b; 4 plantas; 2 recortes/jornal; 9 telegramas]. Obs.: Dimensões médias dos telegramas: 22 cm (altura); 16 cm (largura).

Série: Inventário:

- Tipo: original, sendo que alguns documentos integrantes são cópias autenticadas.
- Grafia: Impressão/ Manuscrito/ Fotografia/ Desenho (Plantas).
- Tinta: Grafite; tinta a base de carbono; tinta sépia; tinta ferrogálica.
- Suporte: papel de linho, papel cópia similar ao papel bíblia, papel vegetal; papel polpa mecânica e papel jornal.
- Outros: carimbos, chancelas (da Diocese de Pelotas no volume 1, e do Ministério de Viação e Obras Públicas do Rio de Janeiro/DF, no volume 2) e papéis com marcas d'água. Algumas dessas marcas d'água são de origem brasileira (como Victoria / Indústria Brasileira, e Brasil Bond / Indústria Brasi-

leira, encontradas no volume 1) e outras de origem desconhecida, possivelmente estrangeiras (N.D.Y./ G.E.R., no volume 2).

4.2 Estado de conservação (primeira análise)

- Os suportes: amarelecidos; rasgos; marcas de fungos (foxing) (2); adesivos oxidados e resíduos de cola (6); grampos de metal; velatura inadequada; oxidação da prata das fotografias (1); dobraduras inadequadas (3).
- Estado de Conservação das tintas: esmaecida; oxidada; com perdas.
- No volume 1: Fitas adesivas, resíduos de cola, velatura inadequada (que mantém o suporte tensionado - na folha 5), grampos de metal, rasgos.
- No volume 2: Fungos/ foxing; oxidação da prata em todas as fotografias (9, no total); fitas adesivas; resíduos de cola; grampos de metal; esmaecimento das tintas.

4.3 Tratamentos realizados

- Ficha de entrada, ficha técnica, numeração e coleta de registro fotográfico dos 2 volumes do processo de tombamento.



Figura 12 – Exemplos de documentos do processo de tombamento 001-T-38 apresentando os danos descritos acima: fotografias com espelhamento da prata (1); cartas manuscritas e datilografadas com foxing (2); plantas com dobraduras inadequadas (3); telegramas com rasgos e resíduos de cola (4); documentos de dimensões irregulares (5); recortes de jornais com adesivos oxidados e suportes amarelecidos (6).

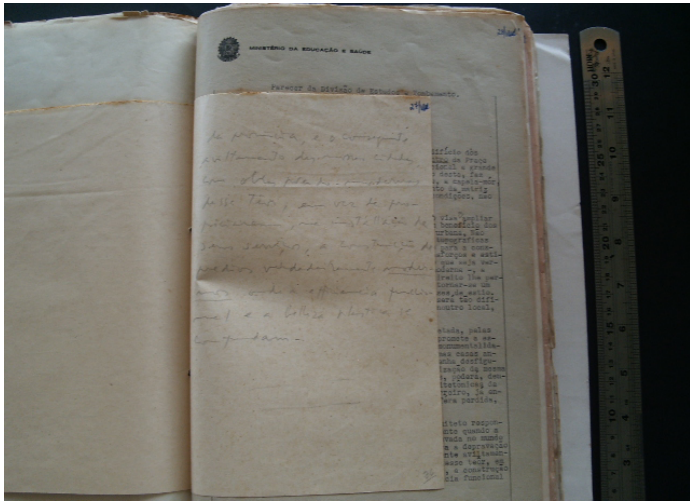


Figura 13 – Documentos do processo de tombamento 001-T-38 com suporte de má qualidade e amarelecido, provocando migração da acidez e esmaecimento da tinta.

- Higienização mecânica com trincha e acondicionamento das folhas em invólucros de poliéster individuais provisórios.
- Desmonte, higienização mecânica e retirada de grampos enferrujados (volume 1, em 05-01- 2012; volume 2, em 10-01-2012).
- Realização de testes para identificação da tinta utilizada (ferrogálica ou base de carbono).
- Pequenos reparos nas folhas danificadas, utilizando papel japonês e cola metilcelulose.

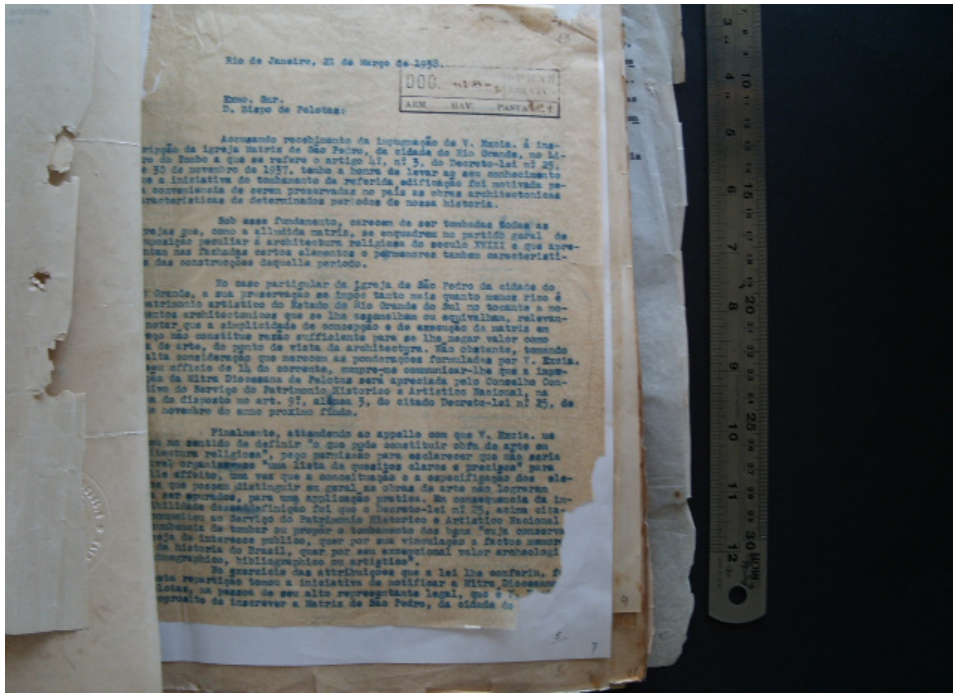


Figura 14 – Documento com velatura inadequada, realizada com adesivo não identificado, não solúvel em água, tensionando as fibras do suporte já danificado.



Figura 15 – Fotografias com foxing, oxidação da prata e resíduos de cola no verso, no processo de tombamento 001-T-38.

- Tratamento da capa e redimensionamento da mesma. A capa foi higienizada, ampliada por velatura; recebeu enxertos e uma capa de poliéster para proteção.
- Acondicionamento das folhas do processo em invólucros de poliéster, redimensionados.

5 Uma análise da documentação encontrada nos processos de tombamento nº 77-T-38 e 001-T- 38: suportes, tipologias, dimensões e danos comuns

Analisando a documentação encontrada, com auxílio do químico do Arquivo Nacional, Antônio Gonçalves[6] percebemos que no que diz respeito aos:

1. **Suportes:** os tipos de papéis mais utilizados são mais contemporâneos do que se esperava (pela data de abertura do processo, 1938). São, em geral, papéis de polpa mecânica, muito calandrados, ou seja, prensados, o que produz um papel de superfície lisa e lustrosa, destinado normalmente à escrita e impressão. Algumas folhas apresentam marcas d'água dos fabricantes de

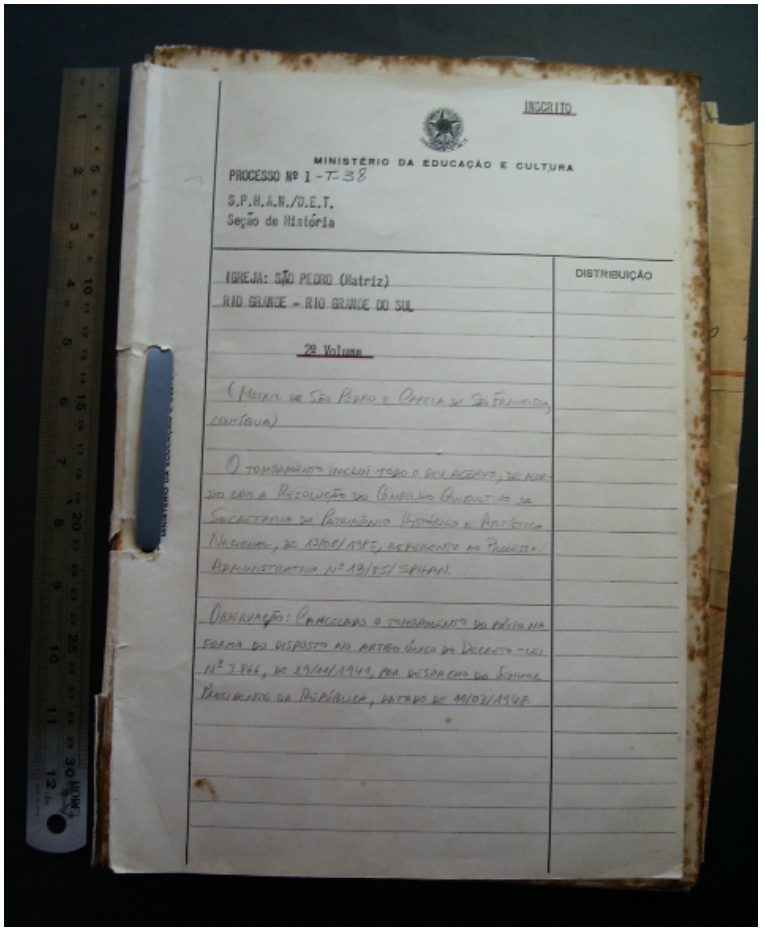


Figura 16 – Capa original do volume 2 do processo de tombamento 001-T-38, de tamanho inadequado para os documentos que abriga: os itens de grandes dimensões ficam expostos e apresentam rasgos e foxing pronunciado.

[6] Dados coletados na ocasião da visita de Antônio Gonçalves à Divisão de Conservação de Acervos Documentais em Janeiro de 2012.

papel; no entanto, os cortes e as dimensões das folhas impossibilitam a leitura de algumas marcas. A qualidade dos suportes é irregular não somente pela seleção de papéis cópia, do tipo papel bíblia, ou de papéis de polpa de madeira e com elevado teor de acidez, mas também pela presença de papéis de diferentes procedências, enviados ao Sphan na ocasião da tramitação do processo.

2. **Tipologias:** os processos são compostos por notificações, certidões de recebimento, memorandos, cartas, anotações, rascunhos e desenhos, listagens, abaixo-assinados, recibos de recebimento, certificados de anuência, certidões de tombamento, cópias e trechos de cartas enviadas ao Sphan para arquivamento pareceres de obras e intervenções, telegramas, recortes de jornal, fotografias, mapas, plantas.

3. **Dimensões:** de uma forma geral, os documentos não obedecem a um tamanho padronizado, como os formatos contemporâneos A-4 e ofício. Da mesma maneira, as capas também não obedecem a um padrão específico, sendo ligeiramente menores do que os documentos de maiores dimensões. São problemas comuns a processos (não somente desta época): capas muito pequenas para abarcar a quantidade máxima de documentos que um processo pode reunir (200 folhas) e as diversas dimensões e tipologias de documentos que podem vir a compor os processos (como mapas e plantas que, mesmo dobrados de maneira muitas vezes inadequada, permaneceram expostos às intempéries). Os documentos que não obedecem às dimensões reduzidas das capas permanecem expostos, causando rasgos, dobras e outros problemas amplificados pelo manuseio, e pelos diversos agentes de deterioração - como forças físicas, pragas, poluentes, luz e radiação UV e IR, temperatura e umidade relativa incorretas e dissociação[7].

[7] Propostos em inúmeras publicações do *Canadian Conservation Institute* e no Plano de Salvaguarda da Biblioteca Nacional, de SPINELI, J. & PEDERSOLI Jr, J. L. incluídos na bibliografia.

Dentre os danos mais frequentes encontrados em processos datados desta época, através do desenvolvimento de uma tabela dos danos mais comuns, identificamos: danos causados pelo manuseio; uso de materiais inadequados; intervenções inadequadas, como uso de grampos, clips, colas de cartilagem/goma arábica e perfurações inadequadas; uso de capas de tamanho reduzido; documentos com tamanhos irregulares; a preocupante presença das tintas ferrogálica e sépia, que demandam cuidados específicos e atenção redobrada na eventualidade da realização de tratamentos aquosos.

6 Breve histórico da produção e uso das tintas na produção de documentos arquivísticos: as tintas utilizadas na produção documental do Iphan

Considerando que os processos de tombamento apresentaram danos causados pela deterioração de tintas utilizadas na sua fabricação, como a deterioração da tinta ferrogálica mencionada anteriormente, julgamos apropriado incluir neste trabalho um breve histórico das tintas[8] utilizadas na produção documental ao longo da história e que acreditamos que se encontram presentes no acervo documental do Arquivo Central/RJ.

Após um exame superficial dos documentos dos processos de tombamento 077-T-38 e 001-T-38, identificamos a presença de tintas como o nanquim, a tinta ferrogálica, a tinta sépia, a tinta esferográfica, o carvão/grafite; tintas datilográficas, tintas de carimbo e tintas de impressão. Complementando, portanto, a listagem apresentada, incluímos também tintas modernas largamente utilizadas, como as tintas de copiadoras e im-

[8] Baseada na listagem de ALVARES, Líllian. Tintas de Escrita, na disciplina Conservação e Restauração de Documentos. Do Curso de Arquivologia. Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: http://www.alvarestech.com/lillian/Conservacao/conteudo.htm. Acesso em: maio 2012, e complementada com dados reunidos de publicações incluídas na bibliografia.

pressoras, que apesar de não figurarem nos documentos analisados, certamente são encontradas no acervo do Arquivo Central/RJ.

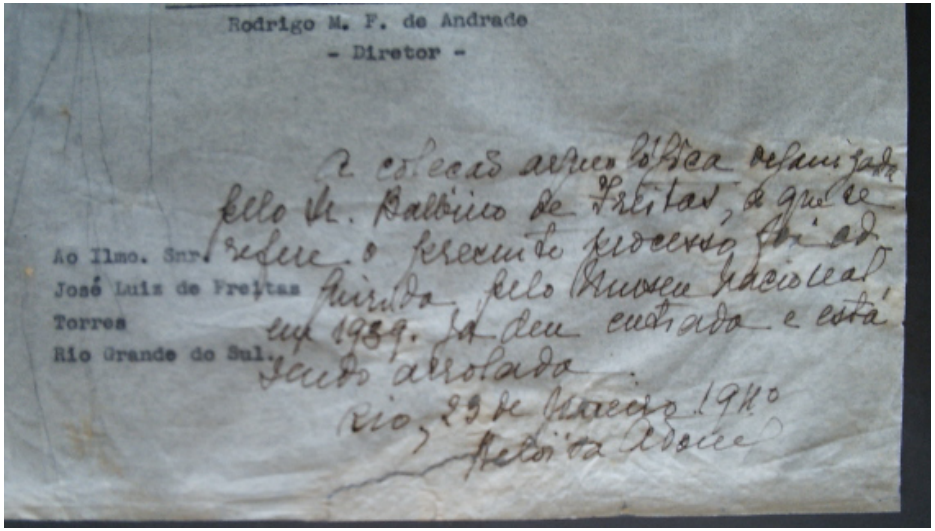
6.1 Tintas da Antiguidade

- Negro de fumo ou nanquim:

Proveniente da China e do Egito, usada exclusivamente até o século XV. Consiste em diversos compostos carbonáceos (cinzas de carvão) produzidos através da queima de materiais vegetais. Era misturada à goma arábica diluída ou cola de peixe.

6.1.1 A Tinta ferrogálica

Produzida geralmente por uma mistura de ácido galotânico (extraído da noz de galha, proveniente do carvalho), sulfato de ferro e um aglutinante (dos quais a goma arábica era o mais comum) dissolvido em água. A partir do século XVI foi amplamente difundida, e encontramos ainda no Arquivo Central documentos produzidos até a década de 1950 com tinta ferrogálica; sua produção artesanal implicou a criação de diversas fórmulas, onde a concentração dos compostos e os materiais utilizados variavam. Este dado é preocupante, visto que uma característica marcante desta tinta é a mistura do tanino de galha com o sulfato ferroso formando o tanato ferroso que, em contato


Rodrigo M. F. de Andrade
- Diretor -

Ao Ilmo. Snr.
José Luiz de Freitas
Torres
Rio Grande do Sul.

Figura 17 – Frente e verso da folha 3 do processo de tombamento 077-T-38 após reparos, cuja tinta ferrogálica encontra-se bastante oxidada, provocando rasgos pronunciados no suporte em papel do tipo bíblia.

com o oxigênio, reage produzindo ácido sulfúrico, corroendo o papel nos locais onde a tinta ferrogálica foi aplicada. Com a variação das receitas, o controle, identificação e estabilização de seu processo de degradação permanecem sujeitos à especificidade de cada documento e da receita de tinta utilizada. É encontrada em diferentes suportes, e possui usos diversos: para escrita, em desenhos artísticos, cartográficos, arquitetônicos, partituras, etc.

A dificuldade da conservação da tinta ferrogálica está ligada à relação das condições ambientais dos locais de guarda com o processo de degradação da tinta (que é quimicamente irreversível). Os efeitos causados pela oxidação da tinta em cada receita ditam as particularidades da deterioração de cada composto, que pode apresentar índices variáveis de solubilidade em água. Ao deteriorar-se, a reação do tanato ferroso com o oxigênio produz ácido sulfúrico, alterando a cor da tinta, passando da cor preta para um castanho-avermelhado. Esta acidez pode corroer o suporte que contém a tinta, provocando um efeito rendilhado, e migrar para suportes que estejam em contato direto, provocando escurecimento, manchas e fragilizando o suporte por reduzir seu PH. Ao aumentar a acidez natural do papel, estas reações aceleram o processo de degradação do papel. Já fragilizado, sob manuseio intenso e na ausência de acondicionamento adequado, as áreas afetadas pela oxidação da tinta ferrogálica e o próprio suporte podem sofrer rompimento das fibras e do texto, causando rasgos e lacunas com perdas severas de conteúdo informacional.

Dentre as propostas de tratamento para a degradação da tinta ferrogálica, não se verifica um consenso ou tratamento padrão. Encontramos diferentes tipos de intervenções, desde estratégias de preservação ligadas à conservação preventiva, como identificação e acondicionamento adequado, à restauração. Atualmente, dentre os procedimentos mais indicados, podemos listar tratamentos aquosos, como a desacidificação (imersão em uma solução aquosa com reserva alcalina, para elevar o PH do papel e da tinta) e o fitato de cálcio (por imersão em solução aquosa, sendo o fitato de

cálcio apontado como o único composto reconhecidamente antioxidante[9]) e, em casos mais graves, a velatura ou laminação (em suportes com lacunas pronunciadas: consiste em revestir o verso do documento afetado com papel japonês, para evitar a perda de material e a subsequente perda de informação contida no texto).

No caso do Arquivo Central/RJ, que reúne documentos datados de 1936, encontramos ainda documentos que contém tinta ferrogálica, o que implica cuidados maiores no tratamento, acondicionamento e no manuseio de documentos disponibilizados para consulta. Como proposta de tratamento, consideramos como alternativa uma postura voltada para a conservação preventiva, bastante simples, e sem grandes interferências no cotidiano das atividades do arquivo. Consiste em associar as conferências e manuseio de processos solicitados diariamente para consulta e/ou digitalização com a identificação de pequenos rasgos, perdas de material, rendilhados e outros danos no suporte, comuns aos encontrados em documentos que apresentam tinta ferrogálica. Seria então elaborada uma tabela de sinalização dos processos que apresentem documentos, folhas, mapas e anotações realizadas com a tinta ferrogálica; esses seriam enviados para a Divisão de Conservação, para reparos e/ou acondicionamento adequado, visto que a estabilização do suporte é essencial para evitar maiores danos. Como base, consideramos uma escala de riscos e danos listados pelo grupo de pesquisa de tinta ferrogálica do *Cultural Heritage Agency* da Holanda, em uma ficha de avaliação pré-tratamento:

> - Grandes áreas cobertas por tinta; - Tinta dissolvida por exposição prévia ao meio aquoso; - Migração da tinta/ acidez; - Camada pronunciada de tinta; - Presença de material para secagem da tinta; - Substâncias depositadas sobre a tinta; - Áreas visíveis sob luz UV; - Ras-

[9] KOLAR, Jana; STRLIC, Matija; BUDNAR, Milos; MALESIC, Jasna; SELIH, Vid Simon; SIMCIC, Jure. Stabilisation of corrosive iron gall inks. *In:* **Acta Chim**. Slov. 2003, 50, 763-770. Disponível em: http://acta.chem-soc.si/50/50-4-763.pdf. Acesso em: set. 2011.

gos, fissuras ou rachaduras na área coberta pela tinta; - Presença de íons livres de ferro (II); - Uma ou mais áreas solúveis a solventes; - Tempo de absorção de água do suporte[10].

6.2 Tintas modernas

Possuem pigmentos sintéticos e mordentes químicos. São frágeis em contato com a luz, água e produtos alcalinos.

- Tinta sépia: em tons azuis e violetas, era feita utilizando como base uma tinta de polvo/lula, mas as tintas encontradas no Arquivo Central/ RJ muito provavelmente, de acordo com o químico do Arquivo Nacional, Antônio Gonçalves, já apresentam pigmentos sintéticos em sua composição.
- Tinta hidrocor: são anilinas dissolvidas em álcool e água, utilizando canetas de pontas feltrosas. Pouco resistentes à luz e à água, o que dificulta a aplicação de algumas intervenções conservativas, mas não causam danos ao papel.
- Tinta nanquim: adaptação industrial da tradicional tinta nanquim, utilizando compostos sintéticos. Possui grande fixação ao papel, que aumenta com o tempo.
- Tintas esferográficas: possuem como base anilina e aglutinante de resinas sintéticas viscosas, levando a uma secagem rápida.
- Grafite e carvão: usado para anotações manuscritas, não danifica o papel, mas é extremamente frágil à luz, à água, a ação de micro-organismos e até mesmo a intervenções conservativas como a higienização mecânica com trincha.

[10] Fonte: The Iron Gall Ink Website. Disponível em: http://ink-corrosion.org/cons/pre-treatment/test-evaluation Acesso em: fev. 2012

6.3 Tintas de impressão

Podem ser tipográficas, litográficas ou zincográficas, off-set, a laser, etc.

- Tintas datilográficas: utilizam carbono amorfo, o que garante bastante permanência. Atualmente substituiu-se o aglutinante original (óleo de linhaça) por resinas sintéticas.
- Tintas de carimbo: usam pigmentos sintéticos, e podem ser solúveis ou insolúveis (usadas em documentos e em arquivos, para assegurar sua conservação em documentos permanentes).
- Tintas copiadoras (cópias eletroestáticas ou do tipo Xerox): usam pigmentos e um toner termoativado, que possui o aglutinante e o fixativo. Os pigmentos de fotocopiadoras de cor preta utilizam normalmente o negro-de-fumo, o que garante boa permanência; infelizmente, sua fixação ao papel está sujeita a outros fatores, como a dosagem incorreta do toner e ao funcionamento da máquina copiadora.
- Tintas de impressoras: semelhantes às máquinas Xerox, também utilizam fórmulas a base de negro de fumo e carbono. As impressoras matriciais são comparadas às máquinas de escrever, e as impressoras à laser, às máquinas Xerox, em fixação e permanência. Já as impressoras do tipo jato de tinta funcionam com compostos à base de anilinas, possuindo pouca resistência à luz (semelhantes às tintas hidrocor).
- Tintas permanentes: de uso arquivístico ou em produção de documentos permanentes, possuem grande fixação. São estáveis em altas temperaturas, de secagem rápida, não migram, são neutras ou levemente alcalinas, insolúveis em água, solventes orgânicos e oxidantes.

7 Conclusões e apontamentos

O acervo do Arquivo Central tem sido e ainda é de extrema importância não somente para o funcionamento do Instituto, mas para quaisquer estudos realizados que tenham como objeto o patrimônio cultural nacional e consequentemente a sua preservação. Não obstante, a documentação reunida ao longo de 75 anos da sua atuação foi acumulada, até 1986, sem nenhuma normativa oficial. Parâmetros de criação e organização de acervo e da série Processos de Tombamento, histórica e permanente já em seu nascimento, foram desenvolvidos ao longo da trajetória do Instituto, juntamente com as formas de aplicação dos procedimentos jurídicos do tombamento, mas oficializados apenas com a Portaria nº 11, de 1986, e pela Ordem de Serviço nº 002, de 2002.

Alguns processos são extremamente breves (nº 077-T-38), contendo apenas certidões e/ou certificados de anuência, justificados pela intensa atividade dos primeiros anos do Instituto; outros possuem inúmeros volumes (nº 001-T-38), repletos de correspondências, fotografias, recortes de jornal, etc., que documentam eventos relacionados ao bem tombado, mas que pouco revelam sobre a natureza dos valores atribuídos que justificaram a inscrição nos Livros do Tombo.

Os danos mais frequentes foram mapeados através do desenvolvimento de uma "Tabela de danos mais comuns", cujo resumo se encontra abaixo, associados aos tipos de tratamento de conservação realizados em ambos os processos:

Com auxílio dos dados coletados, podemos afirmar que a maior parte dos danos e dos reparos realizados originam-se de danos ligados ao manuseio inadequado, e principalmente, do uso de capas em dimensões inferiores aos documentos que contém. O uso de grampos e a realização de diversas perfu-

rações nos documentos são preocupantes, mas grande parte dos rasgos foi causada pelas dimensões reduzidas das capas originais, que não protegem documentos de tamanho superior ao atual formato A-4. Ressaltamos neste ponto a importância da conservação preventiva, não somente no tratamento de documentos de arquivo, mas na produção de documentação permanente: o tempo e os recursos gastos na análise, decisão e execução dos reparos necessários requerem investimentos, profissionais especializados e planejamento em longo prazo. Faz parte da missão da Divisão de Conservação de Acervos Documentais: desacelerar e minimizar alguns dos processos de degradação e buscar prolongar ao máximo a vida destes documentos oficiais. Esperamos que esta constatação possa, no futuro, oferecer subsídios para a elaboração de um modelo de capa padrão para acondicionamento de documentação produzida do Iphan, e que atenda também a documentação permanente do Arquivo Central.

Outra questão observada é a existência de problemas intrínsecos aos documentos, que determinam seu tempo de vida útil. Todos os materiais de origem orgânica estão sujeitos à deterioração; mas esta degradação, apesar de irreversível, pode ser um processo lento (e relativamente) controlável. No caso de acervos documentais, onde os tipos das fibras encontradas e materiais usados em sua manufatura dão a medida da duração do documento, o suporte em papel pode ter o seu processo de degradação intrínseco agravado pela atuação humana: a utilização de métodos de acondicionamento inadequados; manuseio inadequado; uso de grampos e clipes de metal, colas e adesivos inadequados e de tintas como a ferrogálica, etc.

A postura adotada é a de mínima intervenção, buscando assegurar a durabilidade do documento durante o maior tempo possível. Todos os documentos passam por um exame atento, seguido da higienização mecânica, com trincha, respeitando o estado de conservação dos suportes. Em seguida, são reparados danos estruturais identificados durante o exame prévio e no contato com o acervo durante

a higienização, como rasgos e perfurações que interferem na estabilidade estrutural do documento em papel e que podem, com a manipulação em longo prazo, levar a problemas maiores. Danos como pequenos rasgos nas extremidades, rasgos com perda de suporte, perfurações inadequadas em geral, perfurações por grampos de metal, rendilhados por oxidação de tinta ferrogálica, vincos com indícios de rupturas nas fibras do suporte, etc., são reparados em procedimentos que não interferem na leitura dos conteúdos documentais; são totalmente reversíveis, e utilizam materiais inócuos, de qualidade arquivística, como a cola metilcelulose (uma cola neutra, incolor e reversível) e o papel neutro do tipo japonês. Alguns documentos que apresentam problemas mais críticos, exigindo tratamentos mais demorados e escolhas discutidas e ponderadas.

Nos dois processos analisados, as características dos danos listados acima se apresentam, em diferentes intensidades: apesar de semelhantes nos suportes, nos danos e no estágio de degradação, apresentam níveis diferentes de produção documental que refletem a sua época de criação. O processo nº 077-T-38 apresenta documentação insuficiente para assegurar a proteção e o reconhecimento dos valores identificados na Coleção Arqueológica Balbino de Freitas (é acompanhado de uma pequena listagem/inventário que não identifica com propriedade os itens da coleção). Também ilustra os intrincados procedimentos administrativos que alteravam o ritmo de alguns processos, acelerando uns, dificultando o andamento de outros e criando lacunas nas narrativas sobre o patrimônio cultural. A coleção em questão encontra-se tombada duas vezes, em livros do tombo diferentes (o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e o das Belas Artes), sendo o primeiro tombamento, no Livro das Belas Artes, realizado sem a documentação solicitada ao Museu Nacional na certidão de abertura do processo nº 077-T-38. A inscrição no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico só foi realizada 10 anos depois, na ocasião do recebimento da listagem solicitada ao museu - listagem que não oferece informações cruciais para o reconhecimento dos valores atribuídos à coleção

arqueológica, como datação aproximada, localização exata do sítio, dimensões, materiais, marcas, inscrições, e etc, e principalmente fotografias das peças, ou seja, do bem tombado.

O processo nº 001-T-38, por outro lado, reúne em seus dois volumes um extenso material, significativo tanto numericamente quanto em diversidade da documentação reunida (pareceres, telegramas, fotografias). A quantidade de interlocutores no processo é grande (Sphan, Conselho Consultivo do Patrimônio, Diocese, Prefeitura, Correios, etc). Porém, a documentação, após as 15 páginas iniciais, diz respeito muito mais a eventos - como a construção de um prédio dos Correios na praça da cidade de Rio Grande, interferindo na visibilidade do bem - que se desenrolaram após o tombamento em 1938 da Igreja Matriz de São Pedro e da Capela contígua do que sobre os valores artísticos atribuídos aos bens em questão.

A dissociação de documentos fotográficos e cartográficos do Processo, enviados para outras séries (Série Inventário e Série Plantas) representa também uma lacuna para a compreensão de como, efetivamente, valores artísticos foram atribuídos e identificados no bem em questão. Estes valores são mencionados pelos interlocutores nas trocas de correspondências presentes no processo, e em um rascunho intitulado “Parecer”. Destaca-se, dentre os documentos, uma descrição do parecer do Conselho Consultivo do Patrimônio sobre o bem em questão. Mas o conjunto documental, no entanto, apesar de discorrer sobre as intenções do Sphan, carece de um documento ou parecer formal e prévio (conforme os parâmetros atuais após Portaria nº 11/1986), que identifique, situe a relevância da edificação para a história da arte brasileira e que aponte parâmetros administrativos - o que seria esperado já que se trata do primeiro processo aberto pelo então Sphan[11].

[11] Este não foi, no entanto, o primeiro bem inscrito no Livro das Belas Artes: seu nº de inscrição é 071, realizado em 17-05-1938 (o primeiro bem inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes foi o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del Rei- MG, em 04-03-1938).

Um ponto preocupante, em um processo de grande relevância como o 001-T-38, é a presença marcante de suportes de papel de baixa qualidade, pouco estáveis, como jornais e telegramas; e de fotografias que já apresentam estágios pronunciados de degradação (espelhamento da prata, um processo irreversível), necessitando de cuidados redobrados e de estratégias de preservação como a digitalização. Outro dado é o risco de dissociação causado pela organização da documentação bastante confusa: existem aproximadamente cinco numerações diferentes, que não condizem com a ordem cronológica dos documentos, interferindo na leitura e compreensão da informação.

Processo de Tombamento	Danos por acondicionamento e manuseio						Reparos			
	Total de Folhas	Rasgos nas extremidades	Rasgos com perda de suporte	Perfurações inadequadas em geral	Perfurações por grampos de metal	Rendilhado por oxidação de tinta ferro-gálica	Planificação com espátula de osso	Reparos com papel japonês no	Enxertos	Apenas higienização e acondicio- namento adequado
077-T-38	31	21	10	25	24	1	23	24	14	6
001-T-38, Volume 1	122	74	43	70	77	14	88	87	54	37
001-T-38, Volume 2	91	54	23	56	38	5	31	72	18	20

Figura 18 – Tabela de danos comuns, com dados coletados durante o tratamento dos processos de tombamento 077-T-38 e 001-T-38.

8 Referências

ALVARES, Líllian. **Tintas de Escrita, na disciplina Conservação e Restauração de Documentos.** Do Curso de Arquivologia. Brasília: Universidade de Brasília. Disponível em: http://www.alvarestech.com/lillian/Conservacao/conteudo.htm. Acesso em: maio 2012

BAHIA, Eliana Maria dos Santos. Preservação e conservação documental em acervos de manuscritos. **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina**, n. 14. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002, 9p

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto-Lei nº 8.534, de 2 de Janeiro de 1946. **Lex:** 1946. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8534-2-janeiro-1946-458447- publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: ago. 2012.

CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE. **Agents of deterioration:** Understand the 10 primary threats to heritage objects and how to detect, block, report, and treat the damage they cause: Physical forces; Fire; Pests; Light, violet and infrared; Incorrect relative humidity; Thieves and vandals; Water; Pollutants; Incorrect temperature; Dissociation. Disponível em: https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration.html. Acesso em: 21 jul. 2021

CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade; HANNESCH, Ozana; VILELA, Alexandre. **A tinta ferrogálica sobre o suporte celulósico e sua conservação.** Disponível em: http://www.abracor.com.br/novosite/congresso/resumos%20em%20pdf/A%20TINTA%20FERROG%C1LICA%20SOBRE%20O%20SUPORTE%20CELUL%D3SICO%20E%20SUA%20CONSERV.pdf. Acesso em: set. 2011.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas.** São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial. 2000. 80 p.

CASTRO, Aloísio Arnaldo Nunes de. **A preservação documental no Brasil:** notas para uma reflexão histórica. Disponível em: http://linux.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/9. Acesso em: set. 2011.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. **A trajetória histórica da conservação–restauração de arquivos em papel no Brasil.** 2008. 172 p. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/ MinC-Iphan, 2005. p. 79-212.

HANNESCH, Ozana. Preservação de Acervos. *In:* **Apostila do I Curso de Preservação de Acervos Científicos e Culturais.** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/ Associação de Arquivistas Brasileiros – AAB. Nov/2011. p. 1-19.

HANZEN, Dan; ATKINSON, Ross W.; CHILD, Margaret et al. **Planejamento de Preservação e Gerenciamento de Programas**. n. 33-36, 2ª edição. Rio de Janeiro. Projeto de Conservação preventiva em Bibliotecas e Arquivos. CPBA/ Arquivo Nacional/ Fundação Getúlio Vargas. 2001. 58 p.

IPHAN/MINC. **Cadernos de Pesquisa e Documentação do Iphan.** Nº 5. Programa de gestão Documental do Iphan. Rio de Janeiro: Iphan/ Copedoc, 2008. 156 p.

KOLAR, Jana; STRLIC, Matija; BUDNAR, Milos; MALESIC, Jasna; SELIH, Vid Simon; SIMCIC, Jure. Stabilisation of corrosive iron gall inks. *In:* **Acta Chim**. Slov. 2003, 50, 763-770. Disponível em: http://acta.chem-soc.si/50/50-4-763.pdf. Acesso em: set. 2011.

MINC/SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica – Pró Documento:** Manual de Conservação/ Documentação Corrente. Rio de Janeiro: Sphan/ PRO- MEMÓRIA. 1988. 79 p.

SOARES, Maria Luisa. Conceitos e reflexões sobre Restauro. **15ª Curso Informativo sobre Preservação de Acervos Bibliográficos e Documentais.** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, out. 2011 (notas de aula).

SPHAN. Arquivo da Coordenadoria de Registro e Documentação/ Sphan. **Diagnóstico:** Fundação Pró-Memória/ Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (Pró-Documento). 1987. 36 p.

SPINELLI, Jayme; PEDERSOLI JR., José Luiz. **Plano de Gerenciamento de Riscos:** Salvaguarda & Emergência. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg_plano_risco_por/drg_plano_risco_por.pdf.

THOMPSON, Analucia (org.). **Série Memórias do Patrimônio:** Entrevista com Judith Martins. Rio de Janeiro: Iphan/ Ministério da Cultura, 2010. 163 p.

9 Sites consultados

Anais do XI Congresso da Abracor. Disponível em: http://www.abracor.com.br/pdfs/xi_port.pdf#page=32. Acesso em: set. 2011

Arquivo Noronha Santos/Iphan. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm. Acesso em: out. 2011

Prefeitura do Rio Grande/ RS. Disponível em: http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/pagina-inicial. Acesso em: 6 jan. 2012.

The Iron Gall Ink Website. Disponível em: http://ink-corrosion.org/cons/pre-treatment/test-evaluation. Acesso em: fev. 2012

RELATÓRIO SINTÉTICO DAS AÇÕES DE SALVAGUARDA DO MODO DE FAZER A VIOLA DE COCHO REALIZADAS ENTRE 2012 E 2013 EM CORUMBÁ-MS PELO IPHAN/MS

Aluno:
João Paulo Pereira do Amaral

Supervisora:
Natália Leal da Silva

Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural Práticas Supervisionadas – Superintendência do Iphan no Mato Grosso do Sul

Março de 2014

O mestrando é cientista social e foi selecionado em 2013 para a vaga oferecida pela Superintendência do Iphan no Mato Grosso do Sul. As atividades realizadas nessa unidade tiveram como foco as ações relacionadas ao desenvolvimento de projetos de educação patrimonial, a construção dos Planos de Salvaguarda dos dois bens registrados como patrimônio imaterial no estado, a viola de cocho e a Capoeira, bem como o diagnóstico das ações de salvaguarda já realizadas na Superintendência até aquele momento.

Os referenciais teóricos e metodológicos desenvolvidos pelo mestrando ao longo do curso relacionaram-se ao movimento teórico e prático de resistência política e epistemológica à lógica da colonialidade. Seus diagnósticos e levantamentos das ações e plano de salvaguarda da viola de cocho e dos projetos de educação patrimonial locais têm em comum a valorização das versões, categorias e discursos dos detentores e grupos sociais produtores de manifestações culturais classificadas como patrimônio e, nesse sentido, contribuíram para a análise crítica das políticas públicas de patrimônio do ponto de vista das referências culturais dos grupos sociais atingidos.

O “Relatório Sintético das ações de salvaguarda do modo de fazer a viola de cocho realizadas entre 2012 e 2013 em Corumbá-MS pelo IPHAN/MS”, produto em questão nessa publicação, mostra a necessidade de se considerar a complexidade cultural das práticas relacionadas à viola de cocho contidas nas visões de mundo dos seus detentores e ampliar a participação dos produtores dessa manifestação nas ações de salvaguarda. Desse modo, é perceptível como a proposta de resistência à colonialidade acompanhou o aluno na construção de seus produtos das práticas supervisionadas e na própria dissertação final, “Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial”.

Apresentação

Em abril de 2011, a Coordenação Geral de Salvaguarda do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do Iphan publicou a “Avaliação Preliminar da Política de Salvaguarda de Bens Registrados: 2002 – 2010”. A publicação buscou consolidar algumas referências conceituais fundamentais, além de apresentar os resultados de uma aplicação experimental de métodos e instrumentos propostos para o monitoramento e avaliação da salvaguarda de bens registrados.

Em complementaridade aos dados disponíveis naquela publicação sobre a salvaguarda do modo de fazer a viola de cocho no Mato Grosso do Sul, o presente produto traz um relatório sintético e considerações acerca das ações de salvaguarda daquele bem cultural realizadas pelo Iphan/MS em Corumbá, entre 2012 e 2013. Aqui pretendo apresentar um sumário das referidas ações, atendo-me aos pressupostos e diretrizes que as nortearam, além de algumas considerações inapreensíveis pelos relatórios então elaborados. Com isso, espera-se contribuir para uma ampliação e adensamento de informações, subsidiando uma avaliação mais substancial da salvaguarda do bem registrado em questão e das políticas públicas em torno da preservação do patrimônio cultural imaterial no Brasil.

As fontes a que recorro aqui são, privilegiadamente, documentos disponíveis na Superintendência do Iphan no Mato Grosso do Sul e no Escritório Técnico do Iphan em Corumbá-MS, cadernos e memórias de campo de uma consultoria que pude realizar junto ao patrimônio imaterial presente no estado, além dos trabalhos acadêmicos de Garcia (2013) e Costa (2011).

Este produto das Práticas Supervisionadas do Mestrado Profissional, originalmente, trazia em anexo roteiros de coleta de dados baseada na aplicação experimental dos instrumentos de monitoramento e avaliação segundo metodologia da CGS/DPI/Iphan (IPHAN, 2011). Uma descrição pormenorizada dessas ações pode ser consultada em processos administrativos junto ao Iphan.

A salvaguarda para o modo de fazer viola de cocho

A construção de um Plano de Salvaguarda para o modo de fazer a viola de cocho foi iniciada com a realização de três encontros, em 2006, 2007 e 2009. Conduzidas pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), essas reuniões contaram com a participação de artesãos, tocadores, dançadora/es, agentes estatais, produtora/es e pesquisadora/es de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e culminaram com a celebração de convênios para o estabelecimento de Pontos de Cultura da viola de cocho em ambos os estados (MARTINS, 2011). É neste contexto que, por meio do decreto n.° 609, de 8 de junho de 2009, a Prefeitura Municipal de Corumbá dispôs sobre a instituição do Comitê Gestor do Ponto de Cultura da viola de cocho que, porém, não chegou a ser implementado.

O documento “Avaliação Preliminar da Política de Salvaguarda de Bens Registrados: 2002-2010”, publicação da CGS/DPI/Iphan de abril de 2011, encerra o texto dedicado ao caso dos convênios e Pontos de Cultura da viola de cocho em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul dizendo que, no final de 2010, ambos

ainda não estavam com a prestação de contas finalizada. No caso específico de Corumbá-MS, em Despacho de 19 de março de 2011, a Coordenação-Geral de Logística, Convênios e Contratos afirma que "a convenente não executou o objeto pactuado e recolheu ao Iphan" os valores correspondentes ao recurso repassado, à contrapartida e à aplicação financeira. Recomenda, por fim, o referido despacho, que o instituto observasse as próximas celebrações de convênios, especialmente em relação àquelas "instituições que deixam de executar o projeto, pois a sociedade deixou de beneficiar do objeto que fora proposto e o recurso poderia ser destinado a outra instituição que executaria plenamente o objetivo do convênio".

O processo de execução de convênios exige certo grau de organização e conhecimento por parte do convenente, sobretudo em relação às bases jurídicas, orçamentárias e da administração pública, que em geral são relativamente complexas. Portanto, muitas dificuldades poderiam surgir em função da falta de capacitação de alguns gestores para lidar com estes processos. Porém, o caso do Convênio celebrado entre o Iphan e a então Fundação de Cultura de Corumbá-MS tratava-se de uma relação estabelecida com uma convenente oriunda também da administração pública, supostamente com quadros minimamente capacitados à gestão de processos do nível de complexidade que este caso exigiria. Neste sentido, a não execução do plano de trabalho, o atraso na prestação de contas e, sobretudo, a ausência de respostas a ofícios e outros comunicados oficiais emitidos pelo Iphan nos instiga a buscar dificuldades para além dos obstáculos próprios do modus operandi do estado em suas diversas esferas, não raro moroso e excessivamente burocrático. De qualquer modo, aparece como de fundamental importância o desenvolvimento de estratégias de capacitação, apoio e suporte destes parceiros e gestores num processo de formação compartilhada e continuada, considerando a desigualdade regional brasileira e as particularidades de cada município.

Diversos quadros da administração pública ainda se mostram insensíveis quanto às questões re-

lacionadas ao patrimônio cultural e em particular aos bens de natureza imaterial. Por outro lado, as diferentes esferas do Estado, em seus níveis federal, estadual e municipal, carecem também de visão histórica no tratamento destas mesmas políticas, gerando descontinuidades, não raro de lenta e demorada transposição. De qualquer forma, tanto as instituições, quanto seus quadros eram então relativamente neófitos no que se referia a diretrizes e procedimentos em relação ao patrimônio cultural e, notadamente, em sua dimensão imaterial, o que faz ressaltar a importância de um trabalho de esclarecimento e compartilhamento dos pressupostos conceituais e técnicos entre os diversos segmentos do Estado, do qual devem participar as/os detentoras/es, interlocutoras/es e parceiras/os necessárias/os na salvaguarda.

De modo geral, no entanto, tem parecido mais delicada a mobilização do Estado do que uma mobilização social em torno do inventário, registro e salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial e, neste sentido, seria profícua a realização de atividades junto a quadros das secretarias de educação e cultura, ou as que as valham, dos municípios do estado de Mato Grosso do Sul, a fim de disseminar diretrizes e concepções através de representantes e gestores mais diretos das políticas culturais nas municipalidades.

Cabe ressaltar ainda que a presença nestas eventuais reuniões de representantes das bases sociais e com notório saber na esfera da cultura popular é condição sine qua non para a consolidação de um processo participativo em todos os níveis da gestão cultural, valendo por isso dar especial atenção às formas de viabilizar esses contatos e presenças. O foco destes encontros, que penso deveriam ser conduzidos preferencialmente por técnicas/os do Iphan-MS e/ou DPI/Iphan, deveria pautar-se basicamente na ampla divulgação de diretrizes e concepções que norteiam o trabalho do Iphan, além de técnicas, procedimentos e instrumentais, quais sejam o INRC, o INDL, o Registro e os mecanismos de apoio, valorização e salvaguarda de bens e manifestações culturais. Por outro lado, uma pauta importante numa

reunião deste tipo deve ser as diferentes formas de subvenção, fomento e garantia de produção e reprodução dos bens culturais eventualmente registrados, com destaque ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Ademais, por um lado, capacitar e sensibilizar técnicas/os dos poderes públicos na mediação e condução de reuniões com os segmentos sociais que vivenciam os bens culturais e, por outro, capacitar e instrumentalizar representantes destes segmentos na interlocução e participação na elaboração, implementação e gestão de políticas públicas e oportunidades de fomento.

Nos primeiros meses de 2012, diversas reuniões foram realizadas no Escritório Técnico do Iphan em Corumbá-MS, a fim de retomar a elaboração de ações de Salvaguarda do modo de fazer a viola de cocho no estado. Foram convidadas/os todas/os que participaram do processo de salvaguarda até então, se não as mesmas pessoas, as mesmas instituições, sendo as principais a então Fundação de Cultura de Corumbá, o Instituto Homem Pantaneiro/ONG Moinho Cultural, o Museu de História do Pantanal (Muhpan), além de detentores residentes nas áreas urbanas e periurbanas de Corumbá e Ladário. Foram relatadas pelas/os presentes as dificuldades em torno do processo de salvaguarda na região, notadamente após o falecimento de Heloísa Helena da Costa Urt, gestora local, apontada como figura mobilizadora e que centralizava as ações em torno do bem cultural. Além das limitações da gestão municipal da salvaguarda da viola de cocho em Corumbá, foi mencionado também pelas/os presentes nas reuniões a ausência completa de participação por parte do governo do estado de Mato Grosso do Sul, desde a época do registro.

À primeira vista, pareceu-me que as/os participantes das reuniões estavam em uma relativa suspensão ou espera até que fosse reconhecida por eles uma nova figura aglutinadora e mobilizadora das ações, em lugar de Heloísa Urt. Neste sentido, diversas reuniões, pensadas especificamente na distribuição de responsabilidades e valorização de ações foram sendo realizadas, paralelamente à execução do

que fora planejado junto ao Iphan-MS para o exercício de 2012-2013. Esperava-se que, ao longo daquele processo, se fosse construindo e consolidando a mobilização, a gestão autônoma e participativa, uma crescente vitalidade e continuidade das ações de Salvaguarda. Como saldo relativamente imediato deste processo observaram-se, ao longo daquele ano de 2012, novas adesões e um princípio de organização promissor, ainda que lento.

Entretanto, era sempre flagrante o desconforto e, ouso dizer, certo desinteresse das/os presentes, notadamente dos detentores, quando nas reuniões era mencionada a constituição ou reestruturação de um Comitê Gestor. Este aparente paradoxo entre "um princípio de organização promissor", como afirmado anteriormente, e um desinteresse pela composição de um Comitê Gestor desfaz-se, porém, se levarmos em conta que em Mato Grosso do Sul os grupos de Cururu e Siriri seguem se reunindo especificamente para apresentações e festas religiosas, mantendo, como característica, a informalidade e a espontaneidade. Neste sentido, a participação nas reuniões e deliberações aparecia com o caráter espontâneo e episódico com o qual se reuniam para a realização das práticas em torno da viola de cocho. Naqueles momentos é que tinha destaque o papel do que chamaremos aqui de mediadores. Como apontam Karina Kuschnir e Gilberto Velho (2001), os mediadores aceleram a comunicação, são intermediários entre mundos diferenciados, tradutores das diferenças culturais em que agem como intérpretes, transitando entre diferentes segmentos e domínios sociais. Levando-se em conta o contexto e a cultura política local, as características do grupo de detentores e a particularidade da interlocução entre os diferentes agentes envolvidos na salvaguarda do modo de fazer a viola de cocho no Mato Grosso do Sul, a presença de mediadores aparecia como de extrema importância.

Antes mesmo da formação de um Comitê Gestor e até mesmo para dar-lhe maior representatividade e continuidade, apareceu como importante e necessário incentivar a formação de mediadores

internos, dadas sobretudo as pontes e interlocuções necessárias entre os diferentes segmentos ali presentes (detentores, poder público, terceiro setor). Diferentemente do mediador externo, que possui pouca ou nenhuma familiaridade com o universo em questão (e no mínimo requer um tempo sempre variável e nunca infalível de aproximação), o mediador próximo ou oriundo dos grupos de detentores facilitaria e "traduziria" mais eficazmente os anseios do grupo e sem as restrições comuns aos elementos externos. No caso da salvaguarda do modo de fazer a viola de cocho em Corumbá-MS e Ladário-MS, se Heloísa Urt, apesar de importante mediadora, era oriunda dos quadros da administração pública (à época presidente da Fundação de Cultura de Corumbá-MS), hoje Everaldo dos Santos Gomes, exercia funções junto à administração pública municipal e era egresso de oficinas de transmissão de saberes sobre o modo de fazer a viola de cocho, membro então recente de grupos de Cururu e constituía-se como importante mediador, não só entre os grupos de detentores e os diferentes órgãos públicos e instituições do terceiro setor, como também entre diferentes gerações de detentores e aprendizes.

A política do Iphan tem como base, por um lado, uma definição de cultura como modos de vida e representações de mundo de coletividades humanas e, por outro lado, o princípio do relativismo cultural de respeito às diferentes configurações culturais, aos valores e referências, que devem ser compreendidos a partir de seus contextos (IPHAN, 2011). Esta forma de orientar a preservação do patrimônio cultural significaria buscar formas de se aproximar do ponto de vista das/os detentoras/es das práticas culturais patrimonializadas, o que desloca o foco dos bens em si para a dinâmica de atribuição de valores, trazendo à arena novos sujeitos e suas perspectivas como especialmente relevantes nas negociações de limites e chancelas sobre o patrimônio cultural (FONSECA, 2003). Neste sentido, apesar de ainda não se ter estruturado um Comitê Gestor da salvaguarda da viola de cocho em Mato Grosso do Sul, podemos dizer que a organização e protagonismo dos detentores do bem foi sendo crescente ao longo do tempo de que trata este texto. Um processo de envolvimento foi sendo estabelecido ao longo das reuniões,

quando paulatinamente foi possível observar uma crescente mobilização por parte das/os participantes. Com o passar do tempo, os espaços de deliberação foram sendo mais e mais ocupados pelos detentores do bem cultural e gestoras/es culturais envolvidas/os. As colocações por parte das/os presentes foram crescentemente ganhando um caráter mais propositivo, o que denota um inegável empoderamento do processo deliberativo e das propostas de ação.

Ações de salvaguarda entre 2012-2013

Não há um Plano de Salvaguarda elaborado para o modo de fazer a viola de cocho em Mato Grosso do Sul, porém, as informações acumuladas ao longo do processo de inventário e registro dão conta de que:

> A viola-de-cocho encontra-se em processo de transformação e observa-se que a preservação desse bem está diretamente relacionada à transmissão permanente da tradição musical: ao estímulo às novas gerações de apreender e apreciar musicalidades diversas e alternativas àquelas veiculadas pela indústria do entretenimento. Além disso, relaciona-se à transmissão permanente da tradição artesanal que implica desenvolvimento continuado de planos de manejo sustentável das espécies vegetais que servem de matéria-prima, e a substituição de outras matérias-primas, tendo em vista a preservação do patrimônio ambiental da região. (IPHAN, 2009, p. 83).

Partindo deste princípio norteador, as reuniões organizadas com gestoras/es, parceiras/os e detentores do bem cultural buscaram contemplar, na elaboração participativa das ações de salvaguarda, todas estas nuances. Em resumo, a partir do montante descentralizado de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para as ações de salvaguarda do modo de fazer a viola de cocho em Mato Grosso do Sul em 2012 (e que se desdobraram para 2013), foram abertos seis processos administrativos:

- Processo 01401.000530/2012-40 – Contratação de oficineiros para realização das oficinas do modo de fazer a viola de cocho;
- Processo 01401.000544/2012-63 – Realização de oficinas do Siriri;
- Processo 01401.000512/2012-74 – Compra de equipamentos para a oficina do modo de fazer a viola de cocho;
- Processo 01401.000528/2012-71 – Impressão de cartilhas para um Plano de Manejo das espécies vegetais utilizadas no modo de fazer a viola de cocho;
- Processo 01401.000545/2012-16 – Gravação das oficinas do modo de fazer a viola de cocho e da dança Siriri;
- Processo 01401.000543/2012-19 – Realização do Festival viola de cocho.

No que diz respeito à questão ambiental, foi retomada junto à professora Iria Hiromi Ishi, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a elaboração de um plano de manejo das espécies vegetais utilizadas na fabricação da viola de cocho. Este material compôs uma cartilha abordando o instrumento e sua ligação com o patrimônio ambiental ou natural do pantanal, uma apresentação das espécies vegetais mais utilizadas em sua fabricação (ximbuva, sarã-de-leite, cedro, figueira, catana, sapopemba etc.), uma breve exposição acerca das técnicas de corte que possibilitem o rebrote, além de técnicas de propagação, cultivo e manejo, com ênfase na produção e disseminação de mudas. Por outro lado, a Fundação de Meio Ambiente do Município de Corumbá disponibilizou árvores em número suficiente para a realização das oficinas de transmissão da tradição artesanal de confecção da viola de cocho.

As primeiras oficinas tiveram início com temas relacionados à educação ambiental e patrimonial, com uma exposição da professora Iria Ishi e técnicos do Iphan-MS. Em seguida um cururueiro, o senhor Vitalino Soares Pinto, auxiliado por funcionário da Fundação de Meio Ambiente do Município de Corumbá, realizou e demonstrou o corte preciso e adequado das árvores, partindo-se em seguida para as oficinas de confecção do instrumento. Uma segunda etapa, de transmissão da tradição artesanal do modo de fazer a viola de cocho, foi acompanhada por oficinas de transmissão da expressão coreográfica do Siriri.

Aqui cabe acrescentar algumas considerações acerca do público-alvo pensado à época para as oficinas. Pareceu-nos pouco eficaz a escolha deste público-alvo entre os mais bem sucedidos alunos nas comunidades escolares, como vinha sendo feito, segundo relatos locais. Não havia sido possível quantificar junto às instituições promotoras o número exato de pessoas que já participaram de algum tipo de ação de transmissão das manifestações culturais relacionadas ao modo de fazer a viola de cocho, porém, era possível perceber que estes egressos não se inseriram nos grupos de detentores do bem, à exceção de Everaldo dos Santos Gomes, então membro recente de grupos de Cururu e figura de extrema importância na mediação destes com os poderes públicos e terceiro setor, como mencionado. Neste sentido, para as ações planejadas para 2012 a ideia foi, então, mantendo a busca por um vínculo social à trajetória dos detentores tradicionais, levar a transmissão dos



Senhor Vitalino Pinto e Sebastião Brandão na oficina, demonstrando o corte para confecção da viola de cocho
Foto: Anderson Gallo/Diário Online

saberes associados à viola de cocho àquelas/es que tivessem demonstrado um interesse inicial e/ou tivessem já participado de algum tipo de atividade relacionada ao complexo cultural em torno do bem. A partir deste princípio, foi feito levantamento junto a alunas/os da ONG Moinho Cultural e do Centro de Apoio Infanto Juvenil (CAIJ) de jovens que tivessem interesse e se voluntariassem a participar das oficinas. Assim, imaginava-se construir e sedimentar práticas que levassem à continuidade dos saberes transmitidos e ao estabelecimento de relações sociais que integrassem mais eficazmente aprendizes e detentores.

Uma das ações prévias que foram construídas junto à parceria com o Museu de História do Pantanal (Muhpan) diz respeito a uma "museaula" com as/os alunas/os, na qual os diferentes aspectos das manifestações culturais em torno da viola de cocho foram apresentados. Nesta articulação, inclusive, a presença de Everaldo Santos Gomes e jovens dançadoras/es de Siriri apareceu com destaque na geração de empatias e já numa demonstração do caráter vivo e dinâmico de uma manifestação cultural que se renova. Paralelamente à transmissão da tradição artesanal do modo de fazer a viola de cocho, foram planejadas também oficinas de transmissão da expressão coreográfica do Siriri. Ambas as atividades foram registradas para a produção de um DVD, lançado no que foi inicialmente pensado como um encontro de cururueiros e depois denominado Festival da viola de cocho, realizado em junho do ano seguinte, 2013.



Trecho da museaula
Foto: Anderson Gallo/Diário Online

Buscar consolidar a transmissão dos saberes e das referências culturais patrimonializados no modo de fazer a viola de cocho entre egressos de ações se demonstrou eficaz. Se as oficinas até então realizadas apresentavam grande evasão ao longo do tempo, as ações de que ora tratamos apresentaram apenas algumas poucas faltas e nos dias coincidentes com as férias escolares.

Os óbices jurídicos

A partir do que nas reuniões os detentores consideraram ideal – número de oficinas, local, material, público-alvo, etc. – a equipe do Iphan-MS à época e parceiras/os buscaram viabilizar. Para a execução das ações sumariamente apresentadas anteriormente, inúmeras dificuldades foram encontradas, sobre as quais o memorando 207/12, enviado pela então chefe da Divisão Técnica do Iphan-MS ao Superintendente Substituto à época, em 1º de outubro de 2012, resume:

> [...] o entendimento jurídico de inexigibilidade no caso da contratação dos mestres oficineiros foi negativo, atrasando consideravelmente o início das oficinas. Além disso, encontramos obstáculos na obtenção dos orçamentos mínimos para a compra dos equipamentos e ferramentas a serem utilizados, devido ao atraso na definição da lista de material necessário fornecida pelos mestres cururueiros e à falta de resposta das empresas às nossas buscas de orçamento. (IPHAN, 2012).

Desde a modalidade de contratação dos cururueiros que ministrariam as oficinas até os requisitos legais para a compra das ferramentas indicadas por eles, passando pelas exigências jurídicas em relação aos menores que seriam público-alvo das oficinas, atrasou-se o início das ações em pelo menos oito meses. Todo um processo de envolvimento entre detentores e aprendizes, considerado ideal pelos

primeiros e ao qual buscamos priorizar quando do planejamento, foi posto a perder na implementação. Consequentemente, comprometia-se a continuidade das transmissões de saberes, uma vez comprometida a interação e envolvimento entre detentores e aprendizes. Já no memorando 174/12, enviado também pela Divisão Técnica do Iphan-MS, mas desta vez à Procuradora Federal que atuava então naquela unidade, em 31 de julho de 2012, é enfatizado "o risco iminente de desaparecimento da viola de cocho em Corumbá e Ladário, no Mato Grosso do Sul, pela idade avançada dos, então, únicos detentores dos saberes a ela relativos." (IPHAN, 2012). Em outro momento do mesmo documento é acrescentado, ainda, sobre os cururueiros apontados para ministrarem as oficinas de transmissão dos saberes relacionados à viola de cocho e cuja contratação fora negada, que:

> [...] os mestres oficineiros foram selecionados através de consulta criteriosa no Dossiê de instrução de registro da viola-de-cocho. São quatro os artesãos mencionados no dossiê, moradores de Corumbá e Ladário (outros são moradores do estado de Mato Grosso). Dentre estes, o senhor Agripino Magalhães, que se encontra hoje com 94 anos de idade e sem condições de ministrar as oficinas, segundo informantes locais. Um segundo dos artesãos mencionados no dossiê é considerado artesão de souvenir, ou seja, segundo os cururueiros a viola fabricada por ele não pega afinação. Por sua vez, o senhor Vitalino aparece no INRC da viola-de-cocho dentre as referências na pesquisa sobre os saberes relativos à viola-de-cocho e o senhor Sebastião de Souza Brandão é apontado em Corumbá como detentor de notório saber, reconhecido pela comunidade de detentores do bem cultural. (IPHAN, 2012).

Apesar destas considerações, no parecer 034/2012/PF/Iphan/MS, de 6 de agosto de 2012, a procuradora federal que o assina afirma que, em relação à contratação dos mestres oficineiros para a realização das oficinas da viola de cocho, "os autos não estão instruídos com elementos básicos para que se possa avaliar sobre a possível configuração da inexigibilidade" (IPHAN, 2012) e acrescenta referência à orientação normativa n.° 15, de 1° de abril de 2009, segundo a qual "a contratação direta com fundamento

na inexigibilidade prevista no artigo 25, inciso I, da Lei n.º 8.666, de 1993, é restrita aos casos de compras, não podendo abranger serviços." (IPHAN, 2009).

Em seguida e no mesmo processo, é encaminhado o memorando 214/12, à Procuradoria Federal para nova análise da pertinência de inexigibilidade, informando que foram consultados três mestres cururueiros – o senhor Sebastião Brandão, o senhor Everaldo Gomes e o senhor Vitalino Soares Pinto – solicitando de cada um deles orçamento para as oficinas, segundo as etapas e seus respectivos conteúdos já expostos anteriormente. Neste caso, porém, apenas o senhor Vitalino Soares Pinto declarou-se apto a ministrá-las em todas as suas etapas, desde o corte adequado das madeiras, a confecção da viola, até o tocá-la e cantar as melodias, fornecendo para isso respectivo orçamento.

Desde a demora na apresentação de orçamentos e compras de ferramentas, até os entraves quanto ao entendimento jurídico para a contratação dos oficineiros, atrasou-se consideravelmente o início das oficinas planejadas. Contudo, o que podemos mencionar como maior perda neste processo é imensurável e diz respeito à desmobilização e desmotivação dos detentores e aprendizes envolvidos. Se a própria concepção de patrimônio cultural de natureza imaterial era recente na história institucional e jurídica do Estado brasileiro, o trânsito e absorção deste conceito pelos diversos órgãos do Estado e sua apropriação por parte das diferentes esferas do poder público, que se imbricam na concepção, elaboração e execução dos planos e ações de salvaguarda, ainda é demasiado incipiente. Quanto mais lentamente o Estado, em seus diversos segmentos, tem metabolizado estas concepções, mais demoradamente se têm posto em prática ações de salvaguarda coordenadas e menos ainda se tem possibilitado a elaboração e implementação de planos de salvaguarda devidamente abrangentes e, sobretudo, participativos e sustentáveis. Por conseguinte, métodos de acompanhamento, monitoramento e avaliação não têm podido ser aplicados plena e eficazmente.

Assim como o registro em relação ao tombamento busca ser instrumento mais condizente com a dinâmica própria dos bens imateriais, também a salvaguarda dos bens registrados requer instrumentos menos restritivos, mais abertos, dinâmicos e maleáveis de aplicação e gestão das políticas públicas disponíveis. Quiçá a experiência acumulada na salvaguarda dos bens registrados possibilite reflexões promissoras e subsídios, seja para um entendimento mais adequado da legislação existente, seja para seu aperfeiçoamento ou ainda a concepção de instrumentos mais apropriados. No sentido de que, como observa Letícia Vianna (2004), "quando não for possível aplicar ou aperfeiçoar o direito estabelecido, deverá ser criada jurisprudência sui generis exclusiva ao patrimônio imaterial." (Ibid., p. 82).

Por outro lado, vale registrar que a ênfase dada pelas oficinas à reprodutividade técnica da viola de cocho nas ações de salvaguarda de que tratamos tem preocupado alguns cururueiros quanto à transmissão da poética e musicalidade do Cururu e o Siriri. Nestes já quase dez anos completos desde o registro do modo de fazer a viola de cocho, a quase totalidade das oficinas (promovidas por diferentes instituições) tem se concentrado na tradição artesanal de confecção do instrumento e à expressão coreográfica do Siriri, em detrimento da musicalidade e poéticas do Siriri e do Cururu. Se essa espécie de fetichização (com a ênfase na transmissão da tradição de manufatura da viola e não no tocá-la e executar as práticas culturais que lhe dão sentido) não inquietou técnicos e consultores, o mesmo não se pode dizer dos detentores do bem. Nas reuniões que realizamos ao longo de 2012, no âmbito das ações abordadas neste documento, os detentores presentes questionaram o Cururu e o Siriri ensinados por algumas instituições que promovem oficinas do modo de fazer a viola de cocho, sobretudo no que diz respeito à afinação, ao canto e à busca de executar a viola de cocho ao modo do violão.

Considerações finais

Conforme Costa (2011) e Garcia (2013), ao longo dos anos, inúmeras modificações foram sendo promovidas no modo de fazer a viola de cocho, desde as ferramentas utilizadas em sua confecção, até mesmo no próprio instrumento. As cordas, antes feitas de tripa de macaco ou porco, passaram a ser feitas de linha de pesca, recurso abundante e barato na região pantaneira. As principais madeiras tradicionalmente utilizadas, hoje protegidas por lei, têm sido substituídas por outras mais abundantes, sem restrições legais e trâmites burocráticos, sendo as violas produzidas e amplamente divulgadas entre os detentores a fim de receber aprovação e anuência tácita em torno da incorporação de novo recurso. Por sua vez, as apresentações de Cururu e Siriri têm se configurado de modo distinto ao descrito como tradicional, mas apresentando em Corumbá e Ladário um importante protagonismo por parte dos detentores quanto às estratégias de coexistência com as musicalidades da cultura de massa. Neste sentido, dentre as inúmeras adaptações e atualizações que o modo de fazer a viola de cocho e as manifestações culturais que lhe dão sentido vêm passando ao longo dos anos, pode-se dizer que os cururueiros deixavam claro quais adaptações consideravam aceitáveis e quais aspectos elegiam como garantidores de uma espécie de aura de autenticidade ao seu bem cultural. Por outro lado, pode se dizer que não reconheciam nas modificações feitas na afinação e modo de execução do instrumento, por exemplo, as referências culturais das quais são detentores.

As oficinas mencionadas aqui se mostraram fundamentais, não apenas no sentido de contribuir para manter viva a prática da viola de cocho, mas, sobretudo, no que diz respeito à interação entre os detentores e as novas gerações de aprendizes, principalmente em função do isolamento geográfico em que vivem alguns. Por outro lado, dentre as diretrizes para salvaguarda do modo de fazer a viola de cocho,

apontadas no dossiê de registro, ainda merece maior atenção a questão do envolvimento dos aprendizes nas práticas culturais cujo epicentro é a viola de cocho, proporcionando maior tempo de vivência entre os grupos de Siriri e Cururu por parte dos egressos das oficinas. Neste processo, há que se privilegiar toda a complexidade cultural destas manifestações, incluindo tanto quanto possível os mestres de instrumentos como o ganzá ou o mocho, ampliando a participação dos detentores e valorizando seus saberes.

À primeira vista, quando dos primeiros contatos com o grupo de detentores do modo de fazer a viola de cocho em Corumbá-MS e Ladário-MS, chamou atenção a autoestima em baixa e a descrença no interesse público em sua prática cultural. Ao longo das reuniões e ações, foi possível perceber um maior envolvimento e, com a repercussão das oficinas, observamos uma retomada do desejo de praticar e ensinar por parte dos cururueiros, como também os relatos de pessoas que os têm buscado para aprender. Alguns cururueiros têm relatado premiações, apoios diversos, uma crescente valorização por parte da comunidade local e até um renovado interesse de filhos e netos por aprender a viola de cocho. Um reconhecimento que, analogamente à observação de Marli Costa (2011), anos antes tem retomado a identidade, a função e o lugar de ser cururueiro.

Referências

COSTA, Marli Lopes da. **Entre tempo de antigamente e de hoje: memórias da patrimonialização da viola-de-cocho.** Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2011.

GARCIA, Leidiane. **Viola-de-cocho/MS: um estudo do processo de ensino-aprendizado e de sua resistência frente à globalização cultural nas cidades de Corumbá e Ladário**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação Educação Social, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Patrimônio Imaterial, Coordenação Geral de Salvaguarda. **Orientações para implementação da política, sistematização de informações, monitoramento da gestão e avaliação de resultados da salvaguarda de bens registrados**. Brasília: IPHAN, 2011.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Divisão Técnica do Iphan/MS. **Memorando 207/12 ao Superintendente Substituto**. 1 de outubro de 2012. Brasília: IPHAN, 2012.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê do Modo de Fazer viola-de-cocho.** Brasília: IPHAN, 2009.

KUSCHNIR, Karina. & VELHO, Gilberto (org.). **Mediação, cultura e política.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

VIANNA, Letícia Costa Rodrigues. Legislação e preservação do patrimônio imaterial. Perspectivas, experiências e desafios para a salvaguarda das culturas populares. *In:* **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares.** v. 1, n. 1. Rio de Janeiro: UERJ, 2004, p. 75-83.

SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DE NOTA TÉCNICA SOBRE INVENTÁRIO DAS LÍNGUAS KUIKURO, KALAPALO, MATIPU E NAHUKWA

Aluna:
Giovana Ribeiro Pereira

Supervisor:
Vinicius Carvalho Garcia

Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – Turma 2014 Práticas Supervisionadas – DPI/IPHAN

2015

A vaga oferecida ao Mestrado Profissional pelo Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan (DPI/DF), em 2014, destinava-se a atividades relativas ao tema da diversidade linguística. A aluna selecionada à época, formada em Letras pela Universidade de Brasília – UnB, atuou na Instituição até 2015 desenvolvendo pesquisa de campo, notas técnicas e pesquisa bibliográfica para subsidiar a produção de conteúdos no Portal do Iphan. Ao longo de sua trajetória no Mestrado, desenvolveu produtos técnicos relacionados a acessibilidade em Libras para o Portal do Patrimônio; à construção de subsídios para elaboração de Nota Técnica sobre Inventário das línguas Kuikuro, Kalapalo, Matipu e Nahukwa; e à diversidade Linguística no Portal do IPHAN. Com isso, a autora pode acompanhar ações desenvolvidas pelo Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan relativas ao Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), lhe permitindo desenvolver uma dissertação que procurou discutir as implicações do reconhecimento das línguas faladas no Brasil no âmbito das políticas de preservação do patrimônio cultural. Sua pesquisa abordou questões relativas ao tema da diversidade linguística e dos direitos linguísticos, considerando os desdobramentos da atuação do Iphan no sentido de responder a demandas de promoção do multilinguismo e de reconhecimento das línguas faladas no país como “Referência Cultural Brasileira”.

Apresentação

Este “Produto 2: subsídios para elaboração de Nota Técnica” é o segundo dos produtos das práticas supervisionadas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural (MP/PEP/Iphan). Trata-se de análise do projeto “Inventário das línguas Kuikuro, Kalapalo, Matipu e Nahukwa” para subsidiar a elaboração de Nota Técnica a ser produzida pelo Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI/IPHAN).

O projeto em questão foi executado no âmbito do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), instituído pelo Decreto n.º 7.387, de 9 de dezembro de 2010, com o objetivo de identificar, documentar, reconhecer e valorizar as línguas faladas no Brasil. Conforme explicita o Art. 3º do Decreto, “a língua incluída no INDL receberá o título de Referência Cultural Brasileira, expedido pelo Ministério da Cultura”. A Nota Técnica deverá, portanto, observar a documentação enviada pelos proponentes, indicando parecer quanto à inclusão da língua no INDL.

A análise do projeto foi feita a partir do embasamento técnico e teórico adquirido ao longo do acompanhamento das ações relacionadas à política da diversidade linguística, que incluíram a leitura e discussão dos projetos-piloto executados entre 2008 e 2010; a revisão dos pressupostos metodológicos; a participação na elaboração do Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL; e o acompanhamento das reuniões da Comissão Técnica.

Assunto

Análise técnica do projeto “Inventário das línguas Kuikuro, Kalapalo, Matipu, Nahukwa”

Processos de inclusão das línguas no INDL

- Kuikuro: 01450.008127/2015-26
- Kalapalo: 01450.005967/2015-37
- Matipu: 01450.008128/2015-71
- Nahukwa: 01450.008123/2015-48

Da matéria

O parecer técnico deverá tratar da análise do projeto “Inventário das línguas Kuikuro, Kalapalo, Matipu, Nahukwa”, sob coordenação da Prof.ª Dra. Bruna Franchetto, e da avaliação do pedido de inclusão das línguas em questão no Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). A documentação foi encaminhada ao IPHAN através do Ofício n.º 11 pela diretora do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Prof.ª Dra. Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho, em 29 de abril de 2015.

Trata-se de complementação do projeto “Levantamento sócio-linguístico e documentação da língua e das tradições culturais das comunidades Nahukwa e Matipu do Alto Xingu”, realizado entre 2009 e 2010, como um dos projetos-pilotos para o INDL, também sob coordenação de Bruna Franchetto.

Documentos analisados

i. Ofício n.º 11/2015, endereçado ao Ministro da Cultura;

ii. Formulário do INDL preenchido para cada uma das línguas inventariadas;

iii. Oito DVDs contendendo a documentação em formato digital e os anexos;

iv. Relatório da pesquisa realizada entre 22 de julho a 3 de agosto de 2014 para documentação complementar.

Documentos consultados

i. Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL. IPHAN, 2014;

ii. "Levantamento sócio-linguístico e documentação da língua e das tradições culturais das comunidades Nahukwa e Matipu do Alto Xingu", 2010;

iii. Nota Técnica n.º 37/2013 DPI/Iphan, produzida pela técnica do DPI, Natália Guerra Brayner.

Projeto-piloto do INDL: Línguas Karib do Alto Xingu

Entre 2008 e 2010, foram realizados oito projetos-piloto com o objetivo de testar a metodologia preliminar para realização de inventários proposta pelo Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL).[1] Pretendeu-se testar a metodologia de forma a abranger diferentes situações sociolinguísticas, tendo sido realizados projetos sobre línguas indígenas de pequena, média e grande população; de uma língua de imigração; de línguas faladas por comunidades afro-brasileiras e de um recorte da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Nordeste.

Conforme consta na Nota Técnica n.º 37/2013 sobre o projeto "Levantamento sociolinguístico e documentação da língua e das tradições culturais das comunidades Nahukwa e Matipu do Alto Xingu",

[1] Ver Relatório de Atividades do GTDL (IPHAN, 2007).

produzida por Natália Brayner em 2013, a equipe de pesquisa já vinha desenvolvendo um processo amplo de documentação das línguas e variedades faladas no Alto Xingu, o que resultou em informações de excelente qualidade, incorporando-se dados obtidos em pesquisas e projetos anteriores.

No projeto-piloto, a Língua Karib do Alto Xingu é apresentada como uma língua composta por duas variantes: "co-variante Kuikuro e Uagihütü, da variante falada pelas etnias Kuikuro e Matipu antigo" e "co--variantes Matipu, Nahukwa e Kalapalo faladas pelas etnias Matipu, Nahukwa e Kalapalo". Quanto a essa definição, no entanto, a Nota Técnica n.º 37/2013 aponta que não foram apresentados com clareza quais foram os critérios utilizados para se distinguir "língua" de "variante dialetal". Ressalta-se, na Nota em questão, que apenas um dos entrevistados na pesquisa afirmou falar a língua Karib. As demais respostas variavam entre Matipu, Matipu antigo (uagihütu), Nahukwá, Kuikuro, Kalapalo e português.

A análise técnica do Departamento de Patrimônio Imaterial sobre o projeto-piloto e o encaminhamento de ata da Reunião da Comissão Técnica do INDL de dezembro de 2013 apontaram, portanto, para a necessidade de deliberação junto às comunidades linguísticas sobre quais línguas seriam objeto de pesquisa, suas denominações e categorização das variantes dialetais, no caso de inclusão no INDL.

Propôs-se, então, que o projeto fosse ampliado para outras variedades das línguas Karib do Alto Xingu, conforme decisão das comunidades.

Desde a entrega dos resultados dos projetos-piloto do INDL, o DPI, com o auxílio de consultores especializados, vem trabalhando no aprimoramento das orientações metodológicas para inventários linguísticos. Em novembro de 2014, foi lançado o Guia de Pesquisa e Documentação, um documento que contém orientações para processos de mobilização social e de produção de conhecimento e documentação, visando à inclusão de uma língua no INDL.

Resolveu-se que, para a complementação do projeto sobre as línguas Karib do Alto Xingu, fossem preenchidos os formulários propostos pelo Guia e que, durante as reuniões com as comunidades, fossem colhidas as anuências à pesquisa e ao reconhecimento como “Referência Cultural Brasileira”.

Inventário das línguas Kalapalo, Kuikuro, Nahukwa e Matipu

1 Identificação da pesquisa

A pesquisa para a documentação complementar foi realizada entre 22 de julho e 3 de agosto de 2014 nas seguintes localidades: Canarana (MT), Gaúcha do Norte (MT), aldeia Ipatse (Kuikuro), aldeia Magijape (Nahukwa), aldeia Aiha (Kalapalo), aldeia Ngahünga (Matipu). Estas aldeias estão localizadas ao sudeste da Terra Indígena do Xingu (TIX, MT). De acordo com o relatório de pesquisa, a visita a essas localidades teve como objetivos:

i. coletar dados e realizar gravação em aúdio e vídeo para produzir a documentação complementar solicitada com a finalidade de encaminhar os registros das línguas Kuikuro, Matipu, Kalapalo e Nahukwa para reconhecimento como Referências Culturais Brasileiras no âmbito do Inventário Nacional de Diversidade Linguística – INDL;

ii. gravar as anuências informadas das comunidades envolvidas;

iii. coletar dados e informações adicionais nos municípios de Gaúcha do Norte (MT) e Canarana (MT).

Em campo, foram realizados censos sociolinguísticos nas comunidades de referência das quatro línguas; gravação da lista de vocabulário Básico Swadesh-100 para cada uma das línguas; gravação das anuências informadas; levantamento linguístico em Canarana e Gaúcha do Norte; reunião com representantes das línguas (chefes, professores e lideranças) sobre aspectos referentes à pesquisa e ao INDL. As atividades foram gravadas em vídeo pelo cineasta Takumã Kuikuro.

As atividades de finalização da documentação, de setembro de 2014 a março de 2015, envolveram: edição e legendagem dos vídeos; sistematização e tabulação dos dados; atualização dos dados coletados no projeto-piloto; produção de gráficos; análise e transcrição das listas de palavras; preenchimento dos formulários e impressão e gravação dos DVDs.

Os formulários foram preenchidos individualmente para cada língua. O Módulo de Identificação da Pesquisa foi repetido para cada um dos formulários, uma vez que as informações sobre as quatro línguas foram produzidas no âmbito da mesma pesquisa. Neste módulo, foi apresentada uma síntese sobre cada uma das línguas e comunidades linguísticas, bem como informações sobre credenciais da equipe, objetivos, localidades da pesquisa e uma avaliação sobre as informações inscritas nos formulários.

2 Identificação das línguas e variedades

O relatório final do projeto-piloto realizado entre 2009 e 2010 apresentou as línguas Kuikuro, Kalapalo, Matipu e Nahukwa como “co-variantes” da Língua Karib do Alto Xingu (LKAX). Segundo os formulários do INDL apresentados em 2015, apesar de a literatura especializada entender que se trata de variedades de uma única língua, as comunidades que as falam consideram-nas línguas distintas. Considera-se a

autodeclaração um dos princípios fundamentais para inclusão de uma língua no INDL. O reconhecimento de uma língua como referência cultural interessa às próprias comunidades, que se reconhecem como falantes daquela língua e a indicam como elemento articulador de sua cultura e identidade.

Conforme mencionado anteriormente, a pesquisa realizada em 2009 e 2010 identificou que, a partir da percepção dos próprios falantes, apareciam diferentes línguas, das quais se destacam Matipu, Nahukwa, Kuikuro, Kalapalo e Português. Na reunião realizada na aldeia Iaptse, em 24 de julho de 2014, foram abordadas questões sobre língua e variedades e os representantes das comunidades discutiram sobre a proposta de produzir, no âmbito do INDL, documentação relativa a uma única língua, o Karib do Alto Xingu, ou identificar as quatro variedades, autoidentificadas como quatro línguas distintas. Optou-se pela segunda opção, tendo sido apresentados resultados da pesquisa para cada uma das línguas.

Algumas questões relativas à classificação das línguas são apresentadas no Módulo de Identificação e Caracterização da Língua de Referência. O item sobre língua e variedades foi preenchido da mesma forma para as quatro línguas, tendo em vista que seu objetivo é discutir a relação entre elas quanto a questões como grau de inteligibilidade e percepção dos falantes. De acordo com os formulários, o levantamento considera as línguas/variedades como uma mesma língua, falada por grupos sociais distintos, com diferenças percebidas pelos falantes. As variedades são totalmente inteligíveis entre si. O que as diferenciaria seriam características prosódicas, uma vez que a sintaxe é a mesma e, principalmente a autoidentificação das comunidades que as identificam como línguas distintas.

O critério da autoidentificação é fundamental para o reconhecimento das línguas no âmbito das políticas voltadas para a valorização do patrimônio imaterial. Conforme explicitado no Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL, o reconhecimento se dá à medida que a língua é “indicada por um grupo social como aquela que o representa, que se refere à sua história, ao seu modo de ser e estar no mundo”.

Entende-se como patrimônio imaterial as práticas que os próprios grupos reconhecem como integrantes de seu patrimônio cultural.

No que diz respeito às denominações das línguas, o formulário indica que, originalmente, não existem nomes de etnias ou nomes de aldeias no Alto Xingu. Os nomes resultam de reinterpretações de nomes dados por outros grupos, que acabaram sendo incorporadas na comunicação entre indígenas e não indígenas e posteriormente adotadas pelas novas gerações. Dessa forma, as quatro comunidades também utilizam como autodenominação o termo “tisakisü”, que poderia ser traduzido como “nossa língua” ou “nossas palavras”.

3 Preenchimento dos formulários

Os formulários foram preenchidos com excelência pela equipe. O nível básico de informação exigido para a inclusão das línguas no INDL, bem como as questões de maior profundidade, foram preenchidos a partir dos dados obtidos na pesquisa realizada em 2009 e atualizados em campo, em 2014.

A caracterização territorial, para cada uma das línguas, foi feita a partir da identificação das localidades nas quais há falantes dentro e fora da área de abrangência da pesquisa. Além da descrição das áreas das comunidades de referências, foram utilizados mapas e imagens para identificar e caracterizar as localidades.

As informações referentes às comunidades linguísticas foram sintetizadas em um texto que narra brevemente o histórico de ocupação do Alto Xingu, até que se tornasse o complexo multiétnico e multilíngue que é hoje, composto por falantes de línguas de diferentes troncos e famílias. De acordo com a descrição apresentada nos formulários, os povos que compõem o sistema xinguano são articulados por

casamentos, comércio e participação em conjunto de rituais regionais, de modo que mantêm um amplo contato entre si.

Os módulos de identificação da língua, além das questões sobre língua e variedade mencionadas anteriormente, apresentaram informações sobre recursos documentais, pessoas de referência, serviços públicos oferecidos nas línguas e instituições que atuam junto às comunidades linguísticas. Os formulários apontam que, de modo geral, a situação das escolas está favorável ao uso das línguas, sendo as aulas ministradas em língua indígena. Além disso, há também serviço de saúde oferecido nas línguas, uma vez que há, nas aldeias pesquisadas, agentes indígenas de saúde.

Os diagnósticos sociolinguísticos apresentaram, nos campos dos formulários e através de gráficos, importantes questões relativas a indivíduos bi/plurilíngues, aquisição, transmissão, proficiência, escrita, usos linguísticos e atitudes dos falantes. Observou-se que o grau de transmissão e uso das línguas está estável. A pesquisa atribui essa estabilidade aos seguintes fatores: proteção do território nos últimos 50 anos, entrada da escolarização relativamente recente, e "a manutenção de um patrimônio linguístico e cultural valorizado internamente e externamente pelo fato dos Kalapalo estarem incluídos na região do Alto Xingu, sabidamente construída como ícone nacional de indianidade." (Formulário do INDL – Kalapalo).

O Português, por sua vez, está em expansão e vem ganhando espaço no cotidiano das aldeias nas quatro comunidades pesquisadas. O embate entre as línguas indígenas e o Português, como língua dominante, é um dos fatores a que se atribui o atual estado de vulnerabilidade com relação à vitalidade da língua, conforme apresentado no módulo "avaliação da vitalidade, revitalização e promoção". Os formulários apresentam ainda a situação de contato com missionários evangélicos como ambígua no que diz respeito à preservação e ao enfraquecimento das línguas indígenas. Por outro lado, ressaltam-se as iniciativas de projetos participativos de pesquisa, documentação, publicação, produção de vídeos e formação de professores.

São apresentadas como propostas para a salvaguarda das línguas as seguintes ações: i. inclusão de conhecimentos tradicionais no currículo escolar; ii. produção de gramática pedagógica para ensino das línguas como L1; iii. produção de livros didáticos na língua para diferentes disciplinas; iv. documentação de gêneros de fala especiais em áudio e vídeo; v. formação de pesquisadores indígenas e; vi. produção de livros para letramento.

4 Documentação linguística e mobilização social

O projeto-piloto sobre as línguas Karib do Alto Xingu realizado em 2009 e 2010 apresentou uma extensa documentação, contendo: diagnóstico sociolinguístico; amostras de escrita; entrevistas com professores e representantes das comunidades; documentação audiovisual de festas e tradições culturais; vídeo das oficinas realizadas e da aplicação do questionário sociolinguístico; vocabulário comparativo das quatro línguas; registros em vídeo de história oral; fotos; e vídeo legendado “A Marca da Língua”, resultado das oficinas de documentação.

Destacam-se os processos participativos para a produção da documentação linguística, que possibilitaram a apreensão dos valores e conceitos atribuídos pelos próprios falantes, além da efetiva participação das comunidades no desenvolvimento do projeto. Conforme explicitado na Nota Técnica n.º 37/2013, houve a construção de um processo de anuência prévia informada com relação ao projeto, e a perspectiva de atuação, que resultou no envolvimento de professores e jovens indígenas nas atividades, “está perfeitamente alinhada ao entendimento dos processos de pesquisa e documentação que podem ser o meio para a promoção de benefícios diretos às comunidades e não apenas um fim em si mesmo”.

Durante a complementação do projeto, em 2014, além dos formulários preenchidos a partir da atualização das informações e do diagnóstico sociolinguístico, foi apresentada a seguinte documentação:

i. exemplos de escrita em cada uma das quatro línguas;

ii. fotos e imagens das aldeias e terras indígenas;

iii. lista Swadesh-100 transcrita e gravada nas quatro línguas;

iv. anuências em relação à pesquisa e ao reconhecimento gravadas com representantes das quatro comunidades linguísticas;

v. mapas de localização das aldeias e distribuição das línguas;

vi. gráficos, contendo os resultados dos censos sociolinguísticos;

vii. vídeo na língua Kalapalo;

viii. reunião das comunidades na aldeia Ipatse gravada em vídeo.

A documentação produzida não apenas fornece a caracterização linguística das línguas Kuikuro, Kalapalo, Matipu e Nahukwa, mas apresenta também a diversidade de seus usos e sua relação com aspectos da cultura, como revela o envolvimento das comunidades nos processos de identificação e registro das quatro línguas.

Merece destaque a gravação da reunião com representantes das comunidades, realizada na aldeia Ipatse. Além de questões referentes ao reconhecimento da língua da perspectiva do INDL, os representantes Matipu, Kuikuro, Nahukwa e Kalapalo discutiram seus entendimentos a respeito de diferenças

linguísticas, história das línguas e questões sobre autoidentificação. O vídeo, gravado pelo cineasta Takumã Kuikuro, é um documento de grande importância enquanto registro sobre a percepção e atitudes de falantes em relação a suas línguas.

Recomenda-se a elaboração de estratégias de distribuição e ampla divulgação dos materiais produzidos no âmbito da pesquisa.

Pelo exposto, considera-se que foram atendidos os requisitos necessários para inclusão das línguas Kuikuro, Kalapalo, Matipu e Nahukwa no Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL, conforme o Decreto n.º 7.387, de dezembro de 2010.

Referências

IPHAN. **Guia de pesquisa e documentação para o INDL:** patrimônio cultural e diversidade linguística. Brasília: IPHAN, 2014.

IPHAN. **Relatório de Atividades 2006-2007**. Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL). Brasília: IPHAN, 2007.

ENTREVISTAS EM SÃO PEDRO DO ITABAPOANA: METODOLOGIA, APLICAÇÃO E ANÁLISE

Aluna:
Simone Campos Pires

Supervisor:
Elisa Machado Taveira

Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – Turma Práticas Supervisionadas Superintendência do Iphan no Espírito Santo/ Vitória.

Dezembro 2016

A vaga oferecida ao Mestrado Profissional pela sua Superintendência no Espírito Santo, em 2015, propunha diversas atividades, dentre as quais o desenvolvimento de pesquisas para o tombamento do centro histórico de São Pedro de Itabapoana, tarefa desenvolvida pela então mestranda, arquiteta e urbanista, formada em 2013.

Embora o citado centro histórico já fosse tombado pelo governo do estado do Espírito Santo, a população local manifestava interesse no seu reconhecimento em âmbito nacional. Diante disso, foram estabelecidas metas envolvendo trabalhos de campo, oficinas com moradores e pesquisas documentais, de modo a orientar a discussão sobre a pertinência do tombamento federal e delimitação da área a ser protegida.

Em relação aos procedimentos pedagógicos do Mestrado, o trabalho ganha importância, à medida que a aluna se apropriou do instrumental teórico-metodológico das entrevistas, necessário à construção de um saber que considere outros sujeitos sociais e seus valores, não apenas os técnicos arquitetônicos e urbanísticos. Ademais, apre-

senta opções de aproximação com a população, dificuldades e adaptações, preenchendo uma série de lacunas, conforme poderá ser visto na Apresentação do segundo Produto da Supervisionada aqui registrado.

Desse modo, o Produto foi importante para que a aluna discutisse o tombamento em sua dissertação "A valorização do território de identidade de São Pedro do Itabapoana" de 2017, abordando valores que extrapolam o centro histórico, com base nas fortes relações afetivas que os moradores mantêm com a área.

Outrossim, os dois outros Produtos das Práticas foram desenvolvidos aproveitando experiências que a aluna pôde vivenciar, sem relação direta com São Pedro de Itabapoana, mas dedicados à valorização de bens culturais e à história da preservação. O primeiro Produto se deu pela participação na pesquisa para revalidação pelo IPHAN do Registro como Patrimônio Brasileiro do ofício das Paneleiras de Goiabeiras, em Vitória, no qual a arquiteta trabalhou os reflexos da urbanização, do associativismo e da patrimonialização nesse processo. O último Produto, "A Trajetória do Iphan no Espírito Santo: uma análise crítica", foi resultado de sua participação na organização da exposição para inauguração da nova sede do instituto em Vitória.

Apresentação

As entrevistas foram realizadas durante duas pesquisas de campo em São Pedro do Itabapoana, Mimoso do Sul-ES, para subsidiar a Dissertação de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan que tem como tema: "Valoração do patrimônio cultural do território de São Pedro do Itabapoana".

Depois da leitura da bibliografia já produzida sobre São Pedro do Itabapoana, sua história, seu patrimônio cultural, dados estatísticos e cartográficos, e de examinar o material produzido pela Secretaria Estadual de Cultura do Espírito Santo (Secult) e os inventários produzidos pelo Iphan, detectou-se uma

série de lacunas que demandavam pesquisa de campo. A maior lacuna identificada foi com relação às pessoas daquele lugar. Não foi possível obter informações substanciais sobre quem habita São Pedro do Itabapoana e qual a relação que estabelecem com o lugar. Quem detém aquele patrimônio cultural? Qual a sua origem? São moradores antigos ou novos? Por que permaneceram lá mesmo com a estagnação econômica? Vivem do quê? Como estão distribuídos no território? A suposta[1] demanda comunitária pelo reconhecimento federal existe? Quem demanda e quais são suas expectativas? Qual a postura dos moradores com relação ao tombamento estadual já existente? Estas foram algumas questões que surgiram ao longo da pesquisa bibliográfica.

Dentro da metodologia definida para a pesquisa já estavam incluídas oficinas com os moradores de São Pedro do Itabapoana, dentro da proposta dialógica que se almeja neste trabalho, alicerçada nas premissas da Constituição Federal e no conceito de referências culturais através de Maria Cecília Londres Fonseca. A proposta para estas oficinas são trabalhos em grupo com o intuito de conhecer as diferentes narrativas e significações, compreender quais são as referências culturais daqueles moradores. O material produzido será sobreposto às pesquisas bibliográfica e cartográfica e às atribuições de valor das instituições envolvidas, para conceber um sistema que contenha uma rede de bens culturais, que ao se relacionarem configuram São Pedro do Itabapoana e traduzem o seu valor histórico e cultural a ser valorado e preservado.

As oficinas também têm como objetivo aproximar o Iphan dos moradores daquela localidade e compreender quais são as suas expectativas com relação à sua patrimonialização federal, para que as futuras políticas de preservação da instituição naquela localidade sejam trabalhadas de forma coletiva

[1] Suposta porque, apesar de comentada dentro do Iphan e na Secult, não existe ainda um pedido formal ou qualquer registro oficial da demanda local pelo tombamento federal.

e compartilhada, pactuadas com os moradores e demais instituições. Alguns instrumentos já utilizados por outros pesquisadores serviram de base para planejar a metodologia a ser empregada nas oficinas, o Inventário Participativo do Iphan e a Cartografia Social. Ainda assim, restavam inúmeras dúvidas, mais uma vez relacionadas às pessoas, ou melhor, à falta de informação sobre as pessoas do lugar. Não era possível planejar oficinas, propor data, local, formato, mobilizar a comunidade e pensar em dividir grupos de trabalho sem conhecer a realidade local, os moradores de São Pedro e seu cotidiano.

Diante destas duas lacunas da pesquisa, que tinham como ponto comum as pessoas, decidiu-se incluir nas visitas a campo entrevistas com os moradores. Devido ao tempo curto e à necessidade de conversar com o maior número possível de moradores, (para melhor conhecer aquele universo e já pensando na mobilização futura para a participação das oficinas), optou-se por elaborar um pequeno questionário com perguntas abertas, que deveria ser aplicado na forma de entrevista presencial e individual aos moradores. A entrevista deveria abarcar moradores que estabelecem diferentes relações com São Pedro, integrantes de diferentes grupos sociais e de setores econômicos distintos. Por se tratar de uma população bastante reduzida, o questionário tinha potencial para atingir uma parcela significativa e representativa do total.

Algumas entrevistas assumiram um grau de profundidade maior que o esperado e planejado para esta etapa. Depois de analisados os questionários e realizadas as oficinas é que seria verificada a necessidade de realizar entrevistas em profundidade com moradores selecionados. De qualquer forma, toda informação foi devidamente registrada via gravação para utilização em momento oportuno.

Desta forma, este trabalho procura compartilhar toda a experiência vivida, desde o embasamento teórico, a escolha pelas metodologias adotadas, como foram formulados o questionário e as perguntas, como foi a pesquisa de campo, relatando as dificuldades encontradas e as adaptações necessárias, como

foi feita a organização e a análise do material, para finalmente apresentar o resultado e os possíveis encaminhamentos para as oficinas que serão realizadas em uma próxima etapa da pesquisa de mestrado.

1 Objetivo das entrevistas

As entrevistas com os moradores de São Pedro do Itabapoana tinham três objetivos principais: 1) conhecer os moradores; 2) entender quem demanda o tombamento federal e por quê e; 3) produzir subsídios para planejamento das oficinas.

Dentro do primeiro objetivo, além de conhecer os moradores e compreender que relação estabelecem com o sítio estudado, as entrevistas objetivavam criar um canal de comunicação entre o Iphan e a comunidade para atuar de forma conjunta nas futuras atividades e ações a serem desenvolvidas naquele sítio. Buscavam-se também informações para confirmar ou não algumas hipóteses levantadas na leitura da bibliografia, como por exemplo, a importância que o turismo ganhou como fonte de renda para os moradores, e o predomínio da atividade rural.

Com relação ao tombamento, era necessário verificar se de fato existia uma vontade comunitária pela patrimonialização federal do sítio. Além de detectar se esta era uma vontade generalizada, identificar também quais as expectativas com o tombamento federal. Visto que o sítio já é tombado pelo estado, o tema poderia ser abordado de forma a investigar como a comunidade se relaciona com esta política pública de preservação, questionando quais foram os reflexos do tombamento estadual, as mudanças positivas e negativas identificadas pelos moradores.

O terceiro objetivo visa um melhor planejamento das oficinas, auxiliando na definição da metodologia a ser empregada e em uma possível categorização para a divisão dos grupos de trabalho. Conhecendo o ritmo de vida local e a distribuição territorial do sítio, também poderia ajudar na definição dos dias mais adequados para a sua realização e possíveis locais.

2 Referencial teórico

A partir de Uriarte (2012) e Rocha (2006) compreende-se que a etnografia, mais que um método de pesquisa, está intrinsecamente ligada à formação e competência do antropólogo, e que não pode ser confundida com pesquisa de campo de um modo geral. A etnografia é o método de trabalho de campo do antropólogo. O antropólogo estuda para ser desestabilizado e sensibilizado em campo, para ser tocado, afetado pelo outro sobre quem está pesquisando. Além da formação profissional, a pesquisa etnográfica requer um "mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana desses Outros que queremos apreender e compreender." (URIARTE, 2012, p. 147). Ciente de que não seria o caso de realizar uma pesquisa etnográfica, o que aqui se buscou foi se apropriar de alguns conceitos e premissas do método, para ir a campo e realizar as entrevistas sensibilizada pelo campo antropológico.

Uriarte (2012) coloca que o campo sempre irá surpreender o pesquisador e que a formação antropológica determina que é preciso estar aberto para a desestabilização:

> Os discursos e práticas nativos devem servir, fundamentalmente, para desestabilizar nossos pensamentos (e, eventualmente, também nossos sentimentos). Desestabilização que incide sobre nossas formas dominantes de pensar, permitindo, ao mesmo tempo, novas conexões com as forças minoritárias que pululam em nós mesmos. (GOLDMAN, 2008, p. 7 apud URIARTE, 2012, p. 172).

Uriarte (2012) também destaca que o pesquisador, mesmo na mais profunda imersão em determinada realidade, não consegue se desvencilhar de sua personalidade e experiências pessoais. A bagagem do pesquisador está presente na seleção das informações em campo e na forma como serão interpretados, e isto é normal. O importante é que o pesquisador consiga se desprender de suas certezas e da sua realidade, e esteja aberto a vivenciar aquela outra realidade e a ouvir quem ele quer compreender.

> As etnografias [...], não apenas descrevem ou falam sobre o modo de pensamento dos "nativos". A maneira como estes sistemas são descritos revelam, por sua vez, o modo como este pensamento foi organizado textualmente e narrativamente. [sic.] (ROCHA, 2006, p. 106).

Rocha (2006) ressalta que a etnografia, além da produção textual sobre determinado grupo, é um modo cultural de escrita antropológica, um autorreferencial à medida que representa uma forma de ordenar o mundo do pesquisador e de quem está sendo pesquisado. Etnografias são narrativas. "A etnografia, então, performatiza um modo de ação reflexiva, por meio da escrita transformada em narrativa, personagens são acionados, verdades são relativizadas, sentimentos ritualizados, enfim, culturas são inventadas." (ROCHA, 2006, p. 108).

Dentro do método etnográfico são utilizadas diversas técnicas, dentre elas o convívio diário, a observação e as "entrevistas". Uriarte (2012) ao se apropriar de Clifford (1999) coloca que é preciso haver uma "co-residência extensa, uma observação sistemática, uma interlocução efetiva (língua nativa), uma mistura de aliança, cumplicidade, amizade, respeito, coerção e tolerância irônica." (CLIFFORD, 1999, apud URIARTE, 2012). Sob a perspectiva antropológica, as entrevistas na verdade são conversas, onde existe o diálogo entre o pesquisador e o interlocutor, conforme denomina Uriarte (2012), e não informante ou entrevistado.

As entrevistas costumam ser um método de coleta de dados amplamente utilizado dentro das pesquisas relacionadas às políticas de preservação do patrimônio, porém pouco material teórico é encontrado, principalmente no que se refere às metodologias utilizadas para sua aplicação, os critérios utilizados para a escolha dos entrevistados, que tipo de dados foram produzidos e como foram analisados. Normalmente, são apresentados apenas os resultados.

Ciente desta deficiência teórica, buscou-se por referências teóricas em trabalhos de outras áreas de atuação e com outros objetivos que não as políticas de preservação, mas que utilizaram entrevistas e questionários para produzir subsídios. Dentro destes trabalhos foram identificados alguns autores clássicos e diagnosticadas metodologias interessantes para embasar a presente pesquisa.

Bauer e Gaskell (2002) apresentam de forma bastante didática as diferenças entre a pesquisa qualitativa e quantitativa dentro da pesquisa social, suas vantagens e limitações. Segundo os autores, a escolha por uma ou por outra é primeiramente uma decisão pelo tipo de dados que serão gerados e os métodos de análise, e que ambas têm contribuições diferentes a oferecer. A diferença básica é que enquanto a pesquisa quantitativa lida com números e usa modelos estatísticos para analisá-los, a pesquisa qualitativa evita os números, trabalha com o texto e utiliza a interpretação para a sua análise. O protótipo da pesquisa quantitativa é a pesquisa de opinião e o da qualitativa é a entrevista em profundidade (BAUER & GASKELL, 2002, p. 22-23).

A pesquisa qualitativa é considerada um “pesadelo didático” se comparado à tradição da pesquisa numérica que tem como base a amostragem, o questionário e modelos estatísticos sofisticados. A pesquisa qualitativa ainda é carente de clareza e orientação na literatura, mas é um campo que vem crescendo entre pesquisadores. (BAUER & GASKELL, 2002, p. 27). Bauer e Gaskell (2002, p. 24) ressaltam que não há quantificação sem qualificação, ou seja, ainda que se esteja trabalhando

com dados numéricos e modelos estatísticos, os dados não falam por si só e sempre necessitam de interpretação.

> A pesquisa qualitativa requer do investigador atitudes como abertura, flexibilidade, capacidade de observação e de interação com o grupo pesquisado, além de possibilitar fatores positivos, condições de readaptação e correção dos instrumentos da pesquisa durante o transcorrer da mesma e a possibilidade de revisão dos objetivos da investigação. (MINAYO, 2000 apud BALDIN, 2011, p. 335).

Dentro da pesquisa qualitativa, Caregnato e Mutti (2006) trazem duas possibilidades de análise: Análise de Conteúdo (AC) e Análise de Discurso (AD). A Análise de Conteúdo é a forma mais antiga, trabalha com o conteúdo do texto, ou seja, com a materialidade linguística que o sujeito utilizou para se expressar. A AC adota uma concepção transparente da linguagem e costuma estabelecer categorias para a interpretação dos dados de maneira qualitativa e também quantitativa. Já a Análise de Discurso trabalha com o sentido do discurso. Adota que a linguagem é opaca e heterogênea e sua interpretação será sempre qualitativa.

A AD, analisada pela linha francesa de Michel Pêcheux, trata-se de uma disciplina de interpretação que surgiu a partir da intersecção dos saberes da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise e de suas noções de discurso, ideologia e inconsciente respectivamente. A AD parte do princípio de que o discurso é produzido a partir da junção de três elementos: a ideologia, entendida como o posicionamento do sujeito, a linguagem, entendida como a materialidade do texto que gera pistas do sentido que o sujeito pretende dar, e a história, representando o seu contexto sócio-histórico. Pêcheux (1993) diz que o discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas. Também é influenciado pelas memórias coletivas construídas socialmente, presentes no inconsciente do sujeito. (CAREGNATO & MUTTI, 2006).

Para a análise por AD é importante captar a marca linguística do indivíduo e relacioná-la ao contexto sócio-histórico (contexto de produção do discurso). Não existe um sentido único para o discurso. “Não há sentido sem interpretação” (ORLANDI, 2003, p. 11 apud CAREGNATO & MUTTI, 2006, p. 682), ou seja, o analista é o intérprete, ele quem vai gerar os sentidos do discurso. Para auxiliar a análise, são estabelecidos eixos temáticos e “recortes discursivos”.

A Análise de Conteúdo surgiu no início do século XX para analisar material jornalístico, tem evoluído e sido empregada para os mais variados fins, inclusive para a análise de questionários. Segundo Laurence Bardin, a AC é:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42 apud CAREGNATO & MUTTI, 2006, p. 683).

Quando se trata de abordagens qualitativas, o referencial da AC é a presença ou a ausência de um determinado fragmento ou outros dados que permitam a inferência, enquanto na abordagem quantitativa o referencial é a frequência com que ele aparece. É válido utilizar a análise qualitativa para inferências específicas, para tratar de elementos isolados ou de baixa frequência. A análise quantitativa obtém dados descritivos através de método estatístico e pode ser muito útil para verificação das hipóteses (BARDIN, 2006).

Bardin (2006) divide a AC em três etapas. A primeira é chamada de pré-análise e corresponde à etapa de organização do material. É feita uma “leitura flutuante” do material, seguido de seleção, formulação de hipóteses e a preparação formal dos textos. Na preparação formal, os textos podem receber tratamento informático e já sofrer algum tipo de estandardização e classificação, transformações linguísticas

ou apenas serem alinhados na sua forma original. As hipóteses não têm obrigação de serem levantadas nesta etapa; em alguns casos, já foram levantadas no momento em que se definiu o objetivo da pesquisa (BARDIN, 2006).

A segunda etapa, e a mais exaustiva, corresponde à exploração do material e é a etapa de codificação dos dados realizada manualmente ou de forma computadorizada (BARDIN, 2006). São estabelecidas as unidades de registro (podendo ser uma palavra, um tema a ser analisado), realizadas operações de codificação (transformação dos dados brutos em elementos de análise de forma sistemática), enumeração (regras de contagem), categorização (classificação e agregação de elementos segundo critério semântico, sintático ou lexical) a partir de regras formuladas. Neste momento, os dados são direcionados para responder aos objetivos e às hipóteses levantadas.

A terceira e última etapa é o Tratamento dos resultados. É neste momento que o analista propõe inferências e faz interpretações dos dados com vistas a responder o objetivo ou a fazer novas descobertas. É o momento de sintetizar e selecionar os resultados a serem apresentados. Dados estatísticos simples como percentagens possibilitam estabelecer em relevo e de forma condensada as informações da análise através de quadros, diagramas e figuras (BARDIN, 2006).

Bardin (2006) acrescenta que a análise qualitativa não rejeita toda forma de quantificação. O analista pode recorrer a testes quantitativos, por exemplo, quando detecta a presença de índices similares em discursos semelhantes. Se somarmos a afirmação de Bauer e Gaskell (2002) de que não há quantificação sem qualificação, chega-se à conclusão que os dois tipos de pesquisa, qualitativa e quantitativa, se cruzam muitas vezes de forma a alcançar melhores resultados.

Para finalizar o tema da Análise de Conteúdo, é importante expor, através de Franco (2003), que é

preciso que o pesquisador tenha criatividade, esclarecimento e competência para se afastar da concepção formalista da linguagem para não negligenciar os aspectos semânticos. É preciso um esforço de cunho interpretativo das mensagens. Toda a análise de conteúdo requer também operações de comparação e classificação, o que implica no entendimento de semelhanças e diferenças e exige sensibilidade e intencionalidade do quem está analisando (FRANCO, 2003).

Bauer e Gaskell (2002) trazem uma fundamentação e uma orientação prática acerca do uso de entrevistas individuais e grupais do tipo semiestruturada no âmbito da pesquisa qualitativa. Não se trata de uma pesquisa etnográfica na qual acontece uma conversação continuada com o intuito de conhecer profundamente determinada cultura por um longo período, nem de um levantamento fortemente estruturado no qual são feitas uma série de questões pré-determinadas. Robert Farr (1982) conceitua entrevista qualitativa como "essencialmente uma técnica, ou método, para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou pontos de vista sobre os fatos, além daquele da pessoa que inicia a entrevista." (FARR, 1982 apud BAUER & GASKELL, 2002, p. 65). A entrevista qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações estabelecidas entre os atores sociais estudados e a sua situação (BAUER & GASKELL, 2002):

> Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para o outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma interação, uma troca de ideias e significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. (BAUER & GASKELL, 2002, p. 73).

Uma vez assumido que o pesquisador já realizou uma pesquisa inicial e já identificou os temas que serão investigados, é preciso definir o que perguntar e a quem perguntar (BAUER & GASKELL, 2002). Os autores indicam a construção de um tópico guia para a entrevista, onde os temas devem ser abordados de forma lógica e utilizando linguagem simples com termos familiares ao entrevistado. Ao longo das

entrevistas, tópicos novos podem surgir em detrimento a outros que podem se tornar desinteressantes. É importante documentar todas as mudanças e quais foram as suas razões.

Dentro da pesquisa qualitativa, a escolha dos entrevistados objetiva explorar diferentes opiniões e perspectivas sobre os temas. Como não se trata de uma amostra probabilística, não existe um método específico para o processo de seleção. Bauer e Gaskell (2002) colocam que o pesquisador deve usar de sua "imaginação social científica para montar a seleção dos respondentes." (Ibidem, p. 70). O número de entrevistas necessárias varia conforme a natureza do tema, o número de ambientes diferentes considerados relevantes e o recurso disponível. Bauer e Gaskell afirmam que existe um número limitado de versões da realidade e que apesar de cada indivíduo ter uma experiência única, as representações das suas experiências são resultantes dos processos sociais do seu meio. Uma alternativa para limitar as entrevistas seria o momento em que não são reveladas novas versões.

A escolha pela entrevista individual ou grupal deve ser feita conforme a finalidade da pesquisa. A entrevista individual é indicada para quando se quer explorar em profundidade o mundo de um indivíduo ou para fazer estudos de caso com entrevistas repetidas. As grupais costumam ser empregadas quando tratam-se de assuntos de interesse público ou preocupação comum, quando se quer observar os consensos e as divergências de um grupo, ou para orientar o pesquisador para o campo ou para a linguagem local (BAUER & GASKELL, 2002). Os autores alertam ainda sobre as vantagens e desvantagens de cada método.

No caso de entrevistas grupais, Bauer e Gaskell sugerem agrupar "grupos naturais" ao invés de grupos estatísticos ou taxonômicos. Este "grupo natural" corresponde a pessoas que compartilham do mesmo passado, de um mesmo projeto futuro ou têm interesses ou valores semelhantes. Pode também

ser avaliado se outras características como gênero, idade, entre outras, têm relevância. Neste tipo de entrevista, o entrevistador assume papel de moderador que deve promover a interação social entre os participantes e estimular que todos se expressem.

Para a etapa de análise e interpretação, Bauer e Gaskell colocam que depois de transcritas as entrevistas, deve haver uma "imersão do próprio pesquisador no corpus do texto." (Ibidem, p. 85). Ao ler as transcrições é importante relembrar as entrevistas para absorver aspectos que vão além da palavra, e nesta leitura procurar por temas comuns. A sugestão é a construção de uma matriz na qual as colunas serão os objetivos da pesquisa, colocados na forma de temas, e as linhas serão as respostas de cada entrevistado. Pode ser inserida uma coluna ao final com notas e interpretações preliminares. A análise é um processo mecânico, criativo e interpretativo. "É vital garantir que toda a interpretação esteja enraizada nas próprias entrevistas, de tal modo que, quando a análise é feita, o corpus pode ser trazido para justificar as conclusões." (Ibidem, p. 86).

Rea e Parker (2000) analisam o questionário enquanto instrumento amplamente utilizado na pesquisa científica, a partir da experiência nas ciências sociais. Salientam que não existe um questionário ideal e que o pesquisador precisa maximizar as vantagens e minimizar as desvantagens da sua utilização. Antes de montar o questionário, é importante realizar uma coleta preliminar de dados sobre o assunto e determinar quais são as questões que acompanham a finalidade do estudo.

Um questionário pode ser composto por perguntas abertas e/ou fechadas. Rea e Parker (2000) trazem um panorama geral das vantagens e desvantagens de cada uma delas. Perguntas fechadas, apesar das vantagens com relação à facilidade de resposta, tomam menos tempo do entrevistado e facilitam a análise das informações geradas. Este tipo de pergunta obriga o entrevistado a escolher a resposta que mais se aproxime da sua opinião, e desta forma não é possível detectar distinções mais sutis entres os

entrevistados. Isto restringe a amplitude do assunto do questionário e impede que o entrevistado se expresse de maneira mais abrangente. Como desvantagens das perguntas abertas estão o maior tempo de duração da entrevista, a geração de um grande volume de informação, por vezes irrelevante e repetitiva, e uma análise mais complexa dessas informações, que exigirá do pesquisador categorizações interpretativas e subjetivas (REA & PARKER, 2000).

Segundo Rea e Parker, as perguntas devem seguir uma sequência lógica, seja ela temporal ou por assunto, deixando as perguntas mais complexas para o final. As primeiras perguntas devem ser mais fáceis e devem estimular o interesse do entrevistado em continuar respondendo o questionário. É importante que o pesquisador esteja familiarizado com a população a ser pesquisada para orientar a escolha das palavras e expressões utilizadas nas perguntas de forma a ser melhor compreendido e alcançar as respostas desejadas. Evitar também o uso de palavras ou expressões muito técnicas. Além do risco de não serem compreendidas, podem inibir o entrevistado. Cuidar também para não manipular ou influenciar as respostas, através, por exemplo, de ênfases em determinadas palavras, e para não palavras com conotação negativa ou positiva que possam despertar emoções.

> As perguntas de pesquisas precisam ser neutras tanto quanto possível, para obter resultados precisos e cumprir sua obrigação de solicitar e receber bem todos os pontos de vista. As perguntas devem provocar respostas verdadeiras de toda a população e não induzir o entrevistado a dar uma resposta que não seja a que ele daria normalmente. (REA & PARKER, 2000, p. 62).

Antes de aplicar o questionário final é indicado um pré-teste: implementação em pequena escala para avaliar a eficiência do questionário, sua clareza, abrangência e aceitabilidade, com vistas a detectar problemas de linguagem e corrigir possíveis ambiguidades (REA & PARKER, 2000, p. 40). Não são exigidos critérios de seleção dos participantes do pré-teste. No momento de aplicação do questionário final,

Rea e Parker (2000) destacam a necessidade de informar ao entrevistado quem é você, qual a finalidade da pesquisa e destacar a importância da participação dele. Também atenuar medos com relação a tempo, privacidade e segurança e deixar claro que não há respostas certas ou erradas, e que toda a resposta é importante. O entrevistado precisa querer participar da pesquisa.

Para a análise das informações geradas, a contribuição extraída de Rea e Parker (2000) é quanto à determinação de "variáveis" e "categorias". A variável será uma característica determinada da população, como por exemplo idade, e para cada variável será associado um conjunto de categorias de resposta.

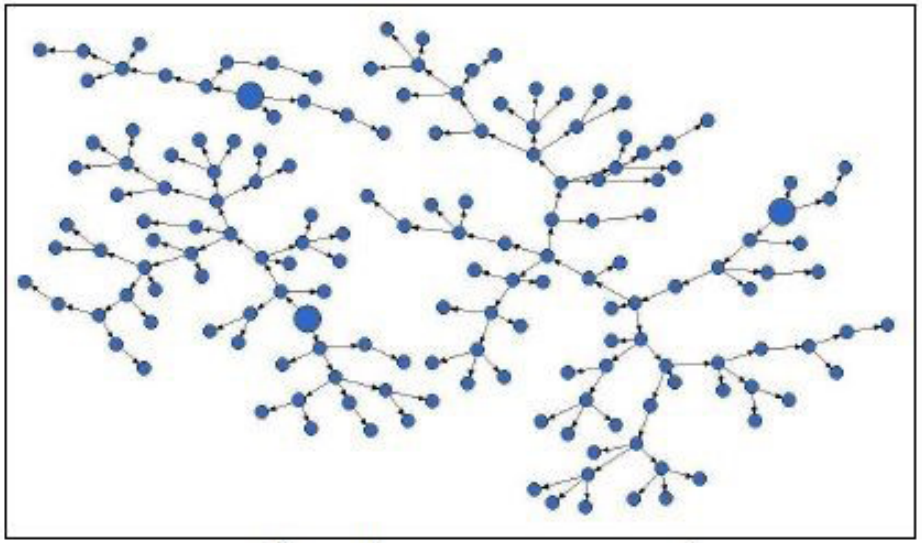
O método "bola de neve", também encontrado como "amostragem em bola de neve", *snowball sampling*, foi utilizado em alguns trabalhos consultados e destacado como potencial método a ser utilizado em São Pedro do Itabapoana. Trata-se de um processo de amostragem que utiliza cadeias de referências, ou "cadeia de informantes" para selecionar os participantes da pesquisa.

Segundo Goodman (1961), este método de amostragem inicia-se com a seleção de um número inicial de pessoas, conhecedora dos demais membros do grupo pesquisado. A estes primeiros selecionados, Goodman designa de "sementes". Depois de participarem da pesquisa, as "sementes" são solicitadas a indicar outras pessoas de interesse para a pesquisa, os "filhos" ou "frutos".

A seleção dos "filhos" pode se dar de diferentes formas. Em alguns casos, as "sementes" recrutam o maior número de pessoas possível, em outros, é o próprio pesquisador com auxílio de agentes conhecedores da comunidade pesquisada. Segundo Albuquerque (2009), o procedimento de recrutamento é repetido até que se atinja o tamanho da pesquisa pré-definido ou que a população fique saturada. Este ponto de saturação, segundo a World Health Association (BALDIN, 2011, p. 332) é atingido quando os novos participantes recrutados não trazem novas informações relevantes à pesquisa.

Albuquerque ressalta que devido à estratégia de recrutamento do método bola de neve, este não é considerado probabilístico. Portanto, via de regra, seus resultados não podem ser generalizados. Nos casos em que o pesquisador não conhece a população pesquisada, Albuquerque (2009) destaca que é vantajoso adotar métodos que utilizam cadeias de referência, visto que é a própria comunidade que fará a seleção dos participantes. O método também é útil quando objetiva-se conhecer a população estudada. Entretanto, a autora coloca os riscos de a amostragem limitar-se às pessoas mais visíveis da população. Por outro lado, Sanchez e Nappo (2002, apud BALDIN, 2011, p. 335) relatam que por meio das cadeias de informantes, é possível se obter maior heterogeneidade, visto que pode acessar pessoas de diversos grupos e que não estabelecem laços de amizade ou parentesco.

Outros métodos têm sido desenvolvidos com o intuito de reduzir as limitações do método bola de neve. Dentre os métodos trazidos por Albuquerque, foi identificado o "target sampling", pelo qual é feito um mapeamento etnográfico da região e da população estudada. O objetivo desse mapeamento inicial é "delinear fronteiras geográficas que podem facilitar a realização de intervenções e descrever subgrupos da população, bem como suas redes sociais." (ALBUQUERQUE, 2009, p. 21). São então selecionados membros de cada subgrupo identificado no mapeamento. Albuquerque destaca o "target sam-



Representação hipotética de uma cadeia de referências, onde os círculos maiores representam as sementes e os menores os filhos gerados
Fonte: Albuquerque, 2009, p. 21

pling” como um bom método entre os métodos não probabilísticos, pois permite a inclusão de diferentes pessoas provenientes de diferentes localidades, porém demanda alto custo para a realização de uma pesquisa etnográfica de qualidade.

3 Planejamento

3.1 Escolha do método

Conforme foi trazido pelos mais diversos autores, cada metodologia tem suas contribuições a oferecer. Analisando todo referencial teórico pesquisado e o objetivo da pesquisa de campo, optou-se pela pesquisa qualitativa. Segundo Bauer e Gaskell (2002), o protótipo da pesquisa qualitativa é a entrevista individual em profundidade. Devido à limitação de tempo e à pretensão de conversar com o maior número possível de moradores, optou-se por desenvolver um questionário composto por perguntas abertas que pudesse orientar a entrevista, otimizar o tempo e conduzir a conversa a obter respostas para questões pré-determinadas e hipóteses levantadas ao longo da pesquisa bibliográfica.

O questionário foi escolhido como instrumento de coleta de dados devido à sua objetividade, já que a pesquisa de campo foi realizada em apenas duas visitas, com duração de três e de cinco dias, e cujo objetivo não se restringia apenas às entrevistas. Como as dúvidas e hipóteses já haviam sido trabalhadas antes da ida a campo, o questionário foi uma forma de organizá-las e concentrá-las em perguntas abertas de forma a conduzir a entrevista na forma de tópicos temáticos. Desta forma, também as informações coletadas, já categorizadas por questão, ajudariam na análise das informações levantadas.

A entrevista individual presencial foi escolhida como método para aplicar o questionário. Assim como foi colocado anteriormente, não seria o caso de uma pesquisa etnográfica, o que não impediu a utilização de alguns preceitos na pesquisa de campo aqui tratada. A escolha pela entrevista presencial foi reflexo desse interesse pela etnografia e pelo tocante esforço do antropólogo em dar voz ao outro e ser afetado por ele. Individual porque já havia sido detectada nos trabalhos de outros pesquisadores a presença de alguns locutores específicos que falam por toda a comunidade e este trabalho não tinha o intuito de repetir essa lógica, mas sim de dar voz aos demais moradores.

Buscou-se dessa forma, deixar os moradores mais à vontade para tratar dos temas contidos nas perguntas do questionário, amenizando a rigidez do questionário e o seu caráter por vezes intimidador. Procurou-se deixar claro que não tinha resposta certa ou errada e que o objetivo da entrevista era escutar a opinião daquele que estava falando. Transformou-se um jogo de perguntas e respostas em uma conversa agradável, informal, inserida no cotidiano do morador, respeitando seu tempo, seus momentos de desabafo e aparentemente sem pressa para terminar. Acredita-se que, dessa forma, as informações coletadas têm mais condições de captar a verdade e o contexto daquele morador, amenizando a obrigação da resposta, possíveis receios e amarras.

3.2 Desenvolvimento das questões

As entrevistas utilizaram como base um questionário basicamente dividido em duas partes. A primeira parte continha dados pessoais do entrevistado, como nome, endereço, telefone, idade e ocupação. A segunda parte era composta por cinco perguntas abertas.

O Inventário Participativo do Iphan foi utilizado no auxílio ao desenvolvimento das perguntas. Apesar

de terem finalidades distintas, tanto o Inventário, quanto a presente entrevista têm como tema comum o patrimônio cultural. O Inventário Participativo utiliza uma linguagem fácil para tratar do tema, passível de ser compreendida por qualquer indivíduo e acessível por qualquer faixa etária. Os termos utilizados se aproximam do cotidiano das pessoas à medida que se afastam dos termos técnicos utilizados pelas instituições públicas e pesquisadores da área de preservação do patrimônio cultural.

Escolheu-se, por exemplo, não utilizar a palavra patrimônio, primeiro por nem todo mundo se familiarizar com a palavra, e segundo, para evitar respostas muito atreladas às noções institucionais de patrimônio que acabam sendo absorvidas. Para questionar o morador sobre o que seria o patrimônio cultural de São Pedro, por exemplo, foi utilizada a expressão: “a importância que São Pedro tem para você, sua família, sua comunidade”.

Diferentemente do que sugere Rea e Parker (2000), não foi possível realizar um pré-teste do questionário para corrigir possíveis falhas e insucessos. A familiarização com a comunidade pesquisada limitou-se às informações obtidas em pesquisa bibliográfica e através dos técnicos da Secult, responsáveis pela gestão e fiscalização do sítio histórico tombado. São três horas e trinta minutos de Vitória até Mimoso do Sul, e depois mais cinquenta minutos até São Pedro do Itabapoana. O ônibus que faz o trajeto entre Mimoso e São Pedro também tem pouca frequência, ou seja, por dificuldade de deslocamento até o sítio pesquisado, o questionário precisou ser aplicado logo na primeira visita.

Alertada pelos autores, procurou-se fazer correções e adaptações no próprio campo, à medida que os moradores eram entrevistados e os problemas detectados. Como as entrevistas foram realizadas em duas visitas diferentes, também foi possível fazer adaptações entre uma visita e outra, com intuito de aprimorar o questionário e tornar as entrevistas mais produtivas.

Para a elaboração das questões que seriam utilizadas como guia para as entrevistas, primeiro foram organizadas hipóteses e objetivos da pesquisa. Posteriormente, estes tópicos foram transformados em cinco questões abertas que deveriam compor o questionário, juntamente com as informações diretas de cunho pessoal do entrevistado. As questões buscaram objetividade, informalidade e a utilização de linguagem simples de forma a serem facilmente compreendidas.

Hipóteses e objetivos:

1. Quem são os moradores e qual a sua relação com São Pedro? Se são moradores antigos, por que permaneceram lá? Se são moradores novos, por que escolheram São Pedro para morar?
2. São aposentados? A comunidade é predominantemente rural? Vivem do quê?
3. O turismo trouxe alternativas econômicas para a comunidade? Quantos se direcionaram para o setor turístico? É a fonte de renda exclusiva ou apenas complementar?
4. O que seria o patrimônio cultural de São Pedro para os moradores? Quais são os valores reconhecidos por eles?
5. Quais foram as interferências do tombamento estadual, sentida pelos moradores? Foram positivas ou negativas?
6. De fato, os moradores demandam pelo tombamento federal? Por quê? Quais são as expectativas?

Questões abertas:

1. Houve mudanças na sua ocupação ao longo do tempo? Quais?

2. Mora em São Pedro desde quando? Por quê?
3. Qual a importância que São Pedro tem para você e sua comunidade?
4. Quais as mudanças que você percebeu em São Pedro depois que foi tombado pelo estado em 1987? (Pontos positivos e negativos).
5. Você gostaria que São Pedro fosse tombado em nível nacional? Por quê?

3.3 Escolha dos entrevistados

As entrevistas precisavam ser realizadas durante as duas visitas a campo a São Pedro do Itabapoana, que não as tinham como objetivo exclusivo. Foram estabelecidos alguns critérios de seleção dos entrevistados. Eles precisavam ser adultos e proprietários de imóvel em São Pedro, podendo ser morador permanente ou intermitente.[2] Os moradores também não deveriam limitar-se ao setor tombado pelo estado, pelo contrário, desejava-se escutar moradores dos diversos setores do sítio. A pesquisa deveria abarcar moradores dos diversos setores econômicos e sociais, vinculados à sanfona e à viola, ao comércio, ao turismo, ao setor rural, à escola e à igreja, às festividades, moradores nascidos no local e também os novos residentes, bem como as lideranças locais.

Para a seleção dos entrevistados, foi escolhido o método "bola de neve", no qual os próprios moradores entrevistados indicariam os seguintes participantes, visto que se tinha pouca informação sobre aquela comunidade. A primeira visita agendada a São Pedro Itabapoana seria acompanhada da supe-

[2] O termo intermitente faz referência àqueles que têm residência em São Pedro do Itabapoana mas que não moram continuamente no local.

rintendente do Iphan-ES, Elisa Machado Taveira e da técnica da Secult, Christiane Gimenes. Christiane Gimenes tem sua origem em Mimoso do Sul e é uma exímia conhecedora de São Pedro do Itabapoana e de seus moradores. Desta forma, Elisa e Christiane poderiam colaborar com a identificação do que Goodman (1961) chama de “sementes”, os primeiros moradores entrevistados a iniciarem a “cadeia de referências” do método bola de neve.

4 O campo: entrevistas, eficácia e adaptações necessárias

As entrevistas foram realizadas durante a primeira visita, entre 23 e 25 de junho de 2016, e a segunda visita entre 27 e 31 de julho de 2016. A primeira visita, como foi dito, foi acompanhada da superintendente do Iphan-ES e da técnica da Secult. Ficamos hospedadas em uma das pousadas do Sítio Histórico, mas como tínhamos o suporte do carro e motorista do Iphan, pudemos percorrer a região próxima. Além de transitar pelas ruas e pelas casas dos moradores do Sítio Histórico, foi possível visitar algumas fazendas históricas de café, ir até o mirante e percorrer caminhos variados, de onde era possível vislumbrar a paisagem e o Sítio Histórico sob diversos ângulos e em variadas escalas.

É importante mencionar que durante esta visita estava acontecendo um evento organizado pelos próprios moradores chamado “Casa Aberta”. Esse evento aconteceu em todos os finais de semana de junho. A proposta é atrair visitantes para conhecer suas “Comidas, Bebidas, Antiguidades e outras Artes”. As casas do sítio ficam abertas, oferecendo pouso no esquema “Cama e café”, na forma de restaurante, loja de artesanato, vendendo salgados e caldos. Também ocorriam leilões, rodas de sanfona e viola com os músicos locais, trilhas, dentre outras atividades. Toda a comunidade participa. O evento é muito orga-

nizado, porém neste final de semana o movimento de visitantes foi pequeno. Encontrei uma São Pedro pacata, fria e com poucas pessoas transitando na rua.

Nesta visita, foram realizados levantamentos técnicos, fotográficos e a primeira etapa de entrevistas, totalizando dezesseis. A partir da contribuição de Christiane Gimenes, foi possível identificar as "sementes", iniciando o processo de seleção dos moradores. O método bola de neve foi eficiente até certa medida. Conforme colocou Albuquerque (2009), um dos riscos deste método é a seleção limitar-se às pessoas mais visíveis da comunidade. Este ponto fraco do método já foi amenizado na escolha das sementes. Ainda assim, observou-se a indicação repetida de algumas pessoas. De forma sutil, era pedida a indicação de pessoas diferentes, expondo a intenção da pesquisa de escutar pontos de vista diferentes.

Outra estratégia adotada, inspirada no método "target sampling", também conhecido através de Albuquerque (2009), foi realizar um mapeamento dos moradores (Anexo 8.2). Este mapeamento foi feito já na segunda visita a São Pedro. Com a ajuda de alguns moradores e devido ao pequeno tamanho do sítio, foi possível fazer o levantamento de praticamente todas as casas, com a identificação de um morador. Foi utilizado como base cartográfica o levantamento georreferenciado realizado por equipe contratada do Iphan em 2012 e 2013. Além deste mapeamento servir como guia para transitar pela localidade, permitiu compreender a distribuição espacial dos moradores e verificar de que forma estavam sendo contemplados nas entrevistas. Entrevistar um morador de uma rua específica, além de considerar uma forma de representação daquele local, no momento de mobilização para as futuras oficinas, é possível contar com ele como porta voz.

A maior parte das entrevistas aconteceu na casa dos moradores e foi registrada por gravador, sempre solicitando permissão para gravar. Como as entrevistas estavam estruturadas na forma de questionário, procurou-se registrar as respostas durante a própria conversa. A gravação seria utilizada para tirar

dúvidas, completar respostas e como fonte de outras informações que acabavam surgindo nas conversas e contribuirão para a dissertação em outro momento.

As perguntas nem sempre seguiram a sequência do questionário e, por vezes, a resposta de uma pergunta surgia em decorrência de outra. As quebras da sequência proposta, quando ocorreram, foram consideradas positivas e, portanto, optou-se por deixar o assunto fluir. Algumas intervenções eram feitas para que todas as perguntas obtivessem resposta.

A segunda visita a São Pedro foi feita sozinha e sem o apoio do carro do Iphan. Entretanto, foi recebido todo o apoio dos moradores. Foi muito positivo, pois pude estar mais integrada à comunidade e vivenciar o seu cotidiano. Desta vez, fiquei hospedada na casa de uma senhora e pude contar com a ajuda de alguns moradores para os deslocamentos. Foram realizadas vinte entrevistas. Durante as entrevistas, os moradores costumavam me receber com café e quitutes. A comunidade é muito hospitaleira e me recebeu muito bem.

Além de continuar as entrevistas, iniciadas na primeira visita, esta visita tinha como objetivo conhecer e registrar o 19º Festival de Sanfona e Viola. O Festival acontece anualmente no sítio histórico, atrai multidões, reúne amigos e antigos moradores e mobiliza toda a comunidade. Organizado pela Secult, Prefeitura e Associação de Moradores, surgiu para resgatar as antigas rodas de sanfona e viola. Além do festival, a Secult estabeleceu no sítio o Núcleo de Sanfona e Viola, onde professores ensinam os instrumentos aos moradores. Também foi possível acompanhar algumas aulas poucos dias antes de o Festival começar. Grande parte das atrações é de músicos locais, muitos oriundos do Núcleo.

É importante pontuar a ocorrência do festival, pois o contexto das entrevistas nesta segunda visita foi completamente diferente da primeira. São Pedro se transforma; os moradores estão envolvidos nas

atividades dia e noite, no lazer e no trabalho. Muitos moradores abrem restaurantes, lanchonetes, lojas de artesanato e alugam suas casas. Os preços do aluguel das casas, bem como das pousadas e dos quartos alugados pelo sistema “Cama e Café”, ficam altíssimos. Alguns moradores selecionados não puderam ser entrevistados. Alguns não foram localizados e outros estavam ocupados, trabalhando, recebendo familiares e amigos ou confraternizando. Nessa etapa, foram entrevistados vinte moradores.

As perguntas conseguiram atingir os objetivos e até agregaram informações que não eram esperadas, de forma a contribuir para a análise e para outras investigações da pesquisa de mestrado. Nas perguntas 1 e 2, por exemplo, os moradores trouxeram informações interessantes sobre os fluxos daquela região, relacionando São Pedro do Itabapoana com as fazendas. Os entrevistados mais velhos revelaram muitas histórias do lugar, de como era a vida nessas fazendas e em São Pedro.

O maior problema encontrado foi com relação à questão 3. Alguns moradores, quando questionados sobre a importância que São Pedro tem para eles e para comunidade, sentiram dificuldades para responder e foi necessário buscar outras formas de abordar o tema, sem utilizar a palavra patrimônio. “O que tem de mais especial aqui?”, “O que você gostaria que não se perdesse com o tempo?”, “O que deve ser passado para os filhos, netos...” Estas foram algumas intervenções utilizadas. A pergunta 5, sobre o tombamento federal, também não coube em algumas situações, principalmente quando o morador já tinha uma idade avançada.

5 Análise dos dados

5.1 Métodos empregados

> “A grande maioria das pesquisas sociais se baseia na entrevista" (BAUER, 2002, p. 189) e encontrar uma forma ideal para interpretar esses dados é utópico. Acredita-se que não exista uma análise melhor ou pior, o importante é que o pesquisador conheça as várias formas de análise existentes na pesquisa qualitativa e sabendo suas diferenças, permitirá uma escolha consciente do referencial teórico-analítico, decorrente do tipo de análise que irá empregar na sua pesquisa, fazendo sua opção com responsabilidade e conhecimento. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 684).

Esta pesquisa qualitativa não adotou um método específico de análise, mas sua base maior foi a Análise de Conteúdo, trazida a partir de Bardin. Acreditou-se que, para se trabalhar a Análise Discursiva, era necessária uma preparação maior e um maior gasto de tempo dedicado a transcrições e à escuta repetida das gravações, o que não seria possível devido a limitações de prazo e à pronta necessidade de obter os resultados para o andamento das demais atividades da pesquisa de mestrado. A análise qualitativa também fez uso de métodos quantitativos auxiliares nas interpretações, categorizações e inferências. Desta forma, as informações geradas nas entrevistas foram transformadas em dados de natureza qualitativa e quantitativa, textuais e numéricos. Fizeram-se uso da estatística e de métodos de contagens, além das análises descritivas e o uso de citações, referentes a trechos das entrevistas.

Depois de retornar do campo, os questionários foram digitados em formato Word, de forma a cada entrevistado ganhar um número e permitir uma leitura inicial de todo o material. Recorreu-se poucas vezes à gravação da entrevista, sempre que existiu alguma dúvida e quando não foi possível escrever a

resposta completa durante a entrevista. As respostas foram organizadas em Excel no formato de planilha, compondo o que foi chamado de Matriz. Cada entrevistado ganhou uma linha, enquanto os itens "Idade", "Ocupação" e as cinco perguntas foram dispostos em coluna. Este tipo de organização permitiu uma nova leitura, não mais organizada por entrevistado conforme no Word, mas uma leitura por tema.

A análise precisava responder aos objetivos e às hipóteses traçadas. Alguns resultados seriam obtidos a partir do cruzamento de dados, não necessariamente vinculados à mesma questão ou tema. Foi produzida a tabela seguinte com o cruzamento de dados necessários para dar respostas às seis hipóteses e objetivos traçados no início da pesquisa, de forma a servir como referência para a análise.

	Idade	Ocupação	Questão 1	Questão 2	Questão 3	Questão 4	Questão 5
Quem são os moradores e qual a sua relação com São Pedro? Se são moradores antigos, por que permaneceram lá? Se são moradores novos, por que escolheram São Pedro para morar?	X		X	X			
São aposentados? A comunidade é predominantemente rural? Vivem do quê?		X	X				
O turismo trouxe alternativas econômicas para a comunidade? Quantos se direcionaram para o setor turístico? É a fonte de renda exclusiva ou apenas complementar?		X	X			X	
O que seria o patrimônio cultural de São Pedro para os moradores? Quais são os valores reconhecidos por eles?				X	X		
Quais foram as interferências do tombamento estadual, sentida pelos moradores? Foram positivas ou negativas?	X			X		X	
De fato, os moradores demandam pelo tombamento federal? Por quê? Quais são as expectativas?							X

Quadro 1. Organização: PIRES, 2016

Para análise de dados mais gerais, foi utilizado o método quantitativo, através de contagem ou frequência. Vale lembrar que para realizar a codificação desses dados, com origem em mensagem textual, preci-

sou-se adotar métodos qualitativos como a interpretação, inferência e categorização, métodos da pesquisa qualitativa. Já para análises mais específicas e de temas mais complexos, foi adotado o método qualitativo.

Dentro dos objetivos desta pesquisa, estava compreender quem são esses moradores, qual a sua origem, o que fazem em São Pedro e por que lá residem. Para ajudar a responder essas questões, foi feito um trabalho de codificação a partir das respostas, destacando as unidades de registro de Bardin, posteriormente classificadas em quatro grupos: morador antigo nascido em São Pedro; morador antigo nascido na região próxima; morador antigo nascido em outra região ou estado; e morador recente.

Para a classificação como morador recente, foi utilizado como marco divisor temporal o tombamento estadual de 1987. Como um dos objetivos da pesquisa era medir o impacto que o tombamento estadual causou no sítio e na vida dos moradores, optou-se por classificar como “morador antigo” aqueles que residiam antes de 1987 e como “morador recente” aqueles que estabeleceram residência em São Pedro nos últimos trinta anos. Esta classificação permitiu a construção de dados estatísticos que auxiliaram não só na análise com relação ao tombamento, mas por exemplo no estudo dos fluxos e origem dos moradores. A análise dos reflexos do tombamento não se restringiu aos moradores antigos, visto que foi detectado que a maior parte dos moradores recentes já tinha algum tipo de vínculo com São Pedro.

Na primeira leitura do material, foram detectados alguns movimentos que poderiam ser estudados com a ajuda da análise quantitativa. Foram então criadas novas unidades de registro dentro dos moradores antigos, identificando quais moradores haviam saído e retornado a São Pedro, bem como quais foram suas motivações. Dentro dos moradores recentes, também foi criada uma unidade de registro diferenciada para aqueles que já possuíam algum vínculo com São Pedro antes de fixar residência.

Para analisar a pergunta “Qual a importância que São Pedro tem para você e sua comunidade?” foi utilizada a medição de frequência de determinadas respostas para a pergunta 3. Observou-se que, apesar das diferentes formas de se expressar, era possível distinguir grandes categorias que poderiam agrupar elementos semelhantes ou com mesmo sentido. Os moradores utilizaram elementos distintos para responder a questão e por isso a contagem não restringiu uma resposta apenas à uma categoria. Os elementos foram agrupados em nove categorias. Mais do que o significado, foi preciso analisar o sentido e a intencionalidade da palavra, ou de um conjunto de palavras, para que pudesse ser feita a categorização. Em algumas entrevistas também foi importante recorrer às respostas da pergunta 2, na qual se notou que os assuntos se entrelaçavam.

Para exemplificar, na categoria “Importância histórica” foram incluídos: já foi cidade/história/cidade histórica/importância histórica e política/é a pérola do estado/parte mais histórica e desenvolvida antigamente, era aqui no sul do estado/foi uma cidade muito importante/história muito bonita/é antigo/São Pedro era sede/valor histórico. Na categoria “Pessoas” entraram: pessoas maravilhosas/calor humano/acolhedores/povo simples/hospitalidade/as pessoas que moram aqui/todo mundo se conhece/amizade/as pessoas são boas/todo mundo é amigo/união das pessoas/povo educado. Desta forma, foi feita a codificação e a categorização de uma infinidade de respostas obtidas.

A hipótese de que a comunidade é predominantemente rural pôde ser verificada a partir do dado “Ocupação” levantado no questionário, que possibilitou a construção de um gráfico comparativo entre as ocupações mais recorrentes. O artifício da contagem simples do aparecimento das palavras “fazenda”, “rural”, “lavoura”, “lavrador”, “roça” na Matriz também foi utilizado, para se perceber suas incidências durante as entrevistas e na leitura prévia do material.

Esse método de contagem simples, através da varredura da planilha mãe, também foi utilizado para outras análises. Exemplificando, foi utilizado para detectar a importância do Festival de Sanfona e Viola, para juntamente com outros dados entender de que forma está inserido no cotidiano das pessoas.

5.2 Resultado

Primeiramente, é importante a colocação de algumas datas para contextualização geral do sítio pesquisado e alguns apontamentos:

- 1930: A sede municipal é transferida de São Pedro para Mimoso do Sul. São Pedro deixa de ser o centro econômico, político e social da região cafeeira. Esvaziamento e estagnação econômica de São Pedro.
- 1987: Tombamento estadual do Sítio Histórico de São Pedro pela Secult.
- 1997: 1º Festival de Sanfona e Viola de São Pedro do Itabapoana. Nos festivais é recebido um grande número de visitantes, gerando grande movimentação da economia local. A partir deste período, a Secult passa a estar mais presente no Sítio. A Secult, também neste período, fundou o Núcleo de Formação em Sanfona e Viola onde crianças, jovens e adultos recebem aulas de sanfona e viola.
- 2010: Revisão do tombamento pela Secult, percebido algumas casas tombadas demolidas e alteradas.
- 2013: Inventário feito pelo Iphan no Sítio Histórico tombado e nas fazendas históricas de café com vistas à patrimonialização federal.

Tinha-se a intenção de cruzar alguns dados obtidos nas entrevistas com os dados estatísticos provenientes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou outras instituições de pesquisa. Não foi possível, pois os dados fornecidos por essas instituições são relativos a todo o município e não traduziriam a realidade local de São Pedro. O Distrito de São Pedro, além de ter suas particularidades, o seu número de habitantes é pouco expressivo se comparado ao total do município. Segundo o IBGE, pelo levantamento de 2010, o município de Mimoso do Sul possui 25.902 habitantes. Deste número total de habitantes, 1.289 moram no Distrito de São Pedro do Itabapoana, segundo dados fornecidos no site da Prefeitura de Mimoso do Sul. Ou seja, se utilizados esses dados, os moradores do Distrito de São Pedro do Itabapoana correspondem a apenas 4,97% do total de habitantes do município.

Segundo o plano diretor municipal, o Distrito de São Pedro do Itabapoana é composto por zona rural e zona urbana, que corresponde à Sede Distrital e ao Sítio Histórico. A partir de dado concedido pelo morador Balbino Miguel Nunes, o Sítio Histórico de São Pedro possui 276 habitantes.[3] O morador tem em sua posse um livro de registro dos moradores do Sítio Histórico, atualizado por ele mesmo a cada nascimento e falecimento. Foi feito também um levantamento aproximado de moradores por residência com outro morador conhecedor da comunidade, e o número final foi muito próximo do fornecido por Balbino. A partir desse dado, é possível concluir que a menor parte dos habitantes do Distrito reside no Sítio Histórico e que a maioria reside na zona rural.

Foram entrevistados 36 moradores, todos adultos ou idosos. Se utilizarmos como base de cálculo o número total de habitantes 276 (que inclui todas as idades), fornecido pelo morador supracitado, é possível se aproximar do percentual da população do Sítio Histórico que foi abarcada pela entrevista.

[3] O número de 276 habitantes foi fornecido por Balbino Miguel Nunes, morador de São Pedro do Itabapoana, responsável pelo museu e funcionário da Prefeitura de Mimoso do Sul, em entrevista concedida durante a 2ª pesquisa de campo, realizada entre 27 e 31 de julho de 2016.

Foram entrevistados, então, 13% dos moradores, um percentual bastante expressivo.

Ainda assim, é importante colocar que pesquisas qualitativas não podem ser consideradas amostras probabilísticas devido aos seus métodos de seleção. A pesquisa qualitativa busca explorar diferentes pontos de vista sob um mesmo tema, sem generalizar seus resultados para todo o grupo. O próprio método de seleção adotado, bola de neve, é apontado por Albuquerque (2009) como uma estratégia de recrutamento não probabilístico.

A análise também foi realizada consciente de que toda a pesquisa sofre influência do analista, é fruto de interpretações pessoais e carregada de percepções ligadas às suas experiências e vivências. Seja na pesquisa etnográfica, na pesquisa qualitativa ou quantitativa, será produzida uma narrativa sobre aquele grupo, ou aquele tema estudado. Todo dado, mesmo que numérico, exige interpretação.

É importante também mencionar que não foi feita distinção de gênero quando mencionado algum morador específico, para melhor preservá-los. O gênero também não foi considerado relevante para a análise das entrevistas.

A análise que segue, a título de organização, procura seguir sequencialmente as sete hipóteses e objetivos traçados no início da pesquisa.

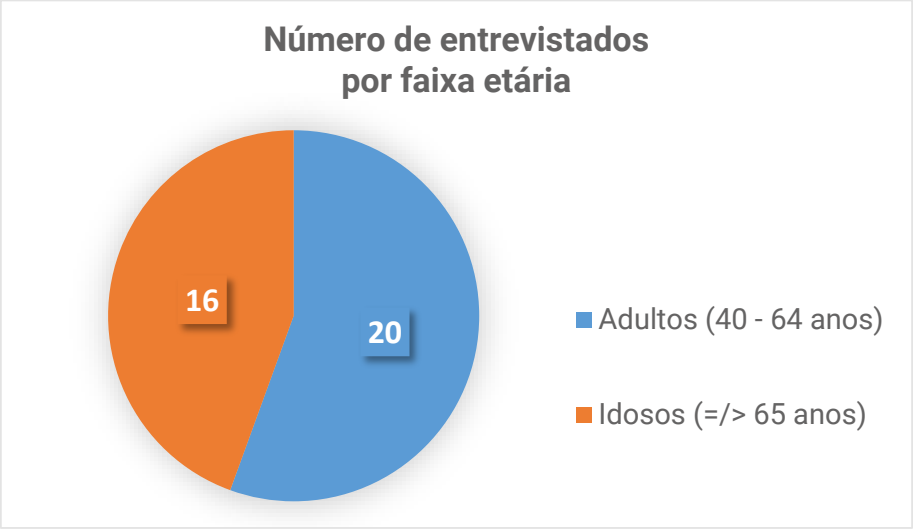


Gráfico 1

As entrevistas, por limitações de tempo e deslocamento, limitaram-se à zona urbana do Distrito de São Pedro e, portanto, concentraram-se na Sede Distrital. Foram entrevistados 36 moradores, residentes de distintas ruas. A entrevista não se limitou à poligonal de tombamento estadual ou restringiu-se a proprietários de imóveis tombados. Dos 36 entrevistados, 20 são adultos e 16 são idosos (considerados quando acima de 65 anos de idade). O Gráfico 1 ilustra a divisão quase equivalente das duas faixas etárias. A idade dos entrevistados varia de 42 a 97 anos. O Gráfico 2 mostra também que existe um equilíbrio na distribuição dos entrevistados por décadas de nascimento, o que é muito positivo para a análise, visto que foi possível conhecer perspectivas temporais variadas sobre São Pedro do Itabapoana.

O gráfico 3 foi produzido para melhor visualizar qual a origem dos moradores, se são moradores antigos ou recentes. 67% dos entrevistados são moradores antigos. A maior parte deles (59%) tem origem em São Pedro ou na região próxima, enquanto apenas 8% é nascido em outra região do Espírito Santo ou fora do estado. O número de moradores novos é bastante expressivo e será analisado em seguida.

As entrevistas permitiram observar que existe um movimento de retorno de antigos moradores que saíram de São Pedro por mo-



Gráfico 2

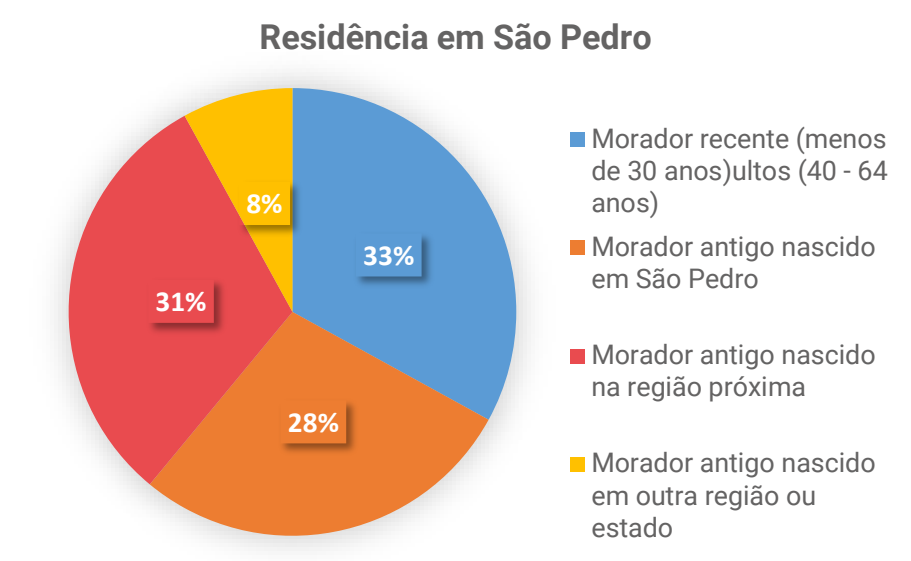


Gráfico 3

tivos variados. Conforme pode ser observado no Gráfico 4, dos 24 moradores antigos, metade saiu e retornou ao sítio. As questões 1 e 2 revelaram quais foram as motivações. Dez entre os doze moradores saíram para continuar os estudos. Alguns para cursar o segundo grau, ensino superior e em busca de oportunidades de trabalho.

Entre os motivos que fizeram estes moradores antigos retornarem estão: para ficar perto da família; devido à qualidade de vida para passar a velhice; porque se casaram com alguém do local; e para assumir herança de família. Na sequência, seguem duas respostas que ilustram as variadas motivações:

"Nasci em Apiacá, em 1940, mas fui registrado em São Pedro. Vim morar em São Pedro com meses de idade porque era melhor de morar. Em 1952 meu avô me levou para o RJ para estudar e trabalhar. Em 1975 entrei pra Petrobrás. Em 1995 aposentei e voltei pra São Pedro, herança do meu pai."

"Nasci aqui, saí para cursar o ensino médio em Mimoso e em Cachoeiro. Desde 2014 moro em Cachoeiro e em São Pedro, um pouco em cada. Voltei para São Pedro porque a ideia era investir no turismo. Moro na fazenda que era de meus pais desde 1975 e comprei um terreno para construir uma pousada boa mas ainda não me encorajei, ainda não estou certo, será que aqui tem aptidão? Não senti decolar e não sabia qual seria a reação da comunidade com a minha pousada."

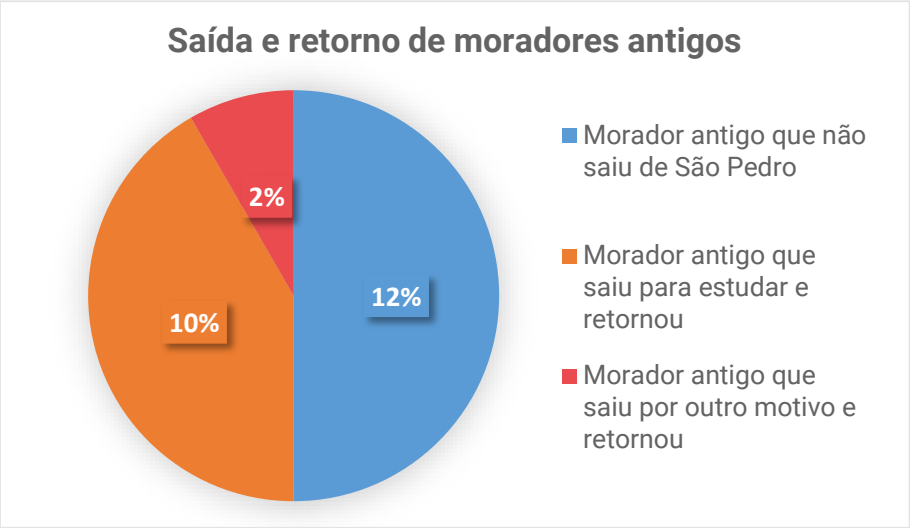


Gráfico 4

Entre os 36 entrevistados, doze são moradores recentes. Os motivos pela escolha de São Pedro do Itabapoana como local de moradia são os mais variados. Dentre as motivações que surgiram nas entrevistas estão a busca por um local tranquilo para morar, por motivo de encantamento com o lugar, para resgatar laços familiares e em busca de alternativas de trabalho à lavoura.

“Escolhi São Pedro porque me encantei e pela tranquilidade. Eu já estava procurando um lugar para me mudar do Rio. Vim a São Pedro pela primeira vez para o evento Casa Aberta, senti uma energia aqui, uma coisa incrível. Encontrei a paz que eu estava precisando.” Este mesmo morador, que já trabalhava com alimentação no seu local de origem (Rio de Janeiro), diz que percebeu uma deficiência neste ramo em São Pedro e por isso abriu seu restaurante. Estas foram outras respostas relacionadas à qualidade de vida do local:

“Moro aqui há 21, 22 anos. Vim do Rio de Janeiro pra cá para fugir das dificuldades e da violência de cidade grande. Eu já conhecia aqui, morei aqui perto quando mais novo, costumava vir a São Pedro.”

“Moro aqui há 20 anos, porque aqui é ótimo de morar, não tem briga, nem roubo.”

Já estas exprimem o seu encantamento e o resgate de laços afetivos:

“Moro em Mimoso, mas construí esta casa há 3, 4 anos. Eu vinha a trabalho para São Pedro e me apaixonei.”

“Moro desde 2001. Comecei a vir porque gosto de antiguidade, também descobri que minha mãe nasceu em 1926 em Mimoso mas foi registrada em São Pedro.”

“Nasci na fazenda Santa Helena, fui pra Vitória onde trabalhei de babá. Casei e fui para Mimoso, depois voltei para São Pedro em 2008-9 para cuidar da minha mãe.”

“Nasci em Bom Jesus/RJ, junto à família paterna, mas minha família materna é daqui, hoje Apiacá. Sempre vim a São Pedro por conta da família. Começamos a alugar casa todo ano durante o Festival. Em 2003-4 compramos essa casa.”

Estes moradores justificaram a escolha por São Pedro por motivos de trabalho e da música:

“Vim porque a lavoura foi acabando. Pegamos este bar para ver se as coisas melhoravam e pra mudar um pouco de trabalho.”

“Vim com 34 anos morar aqui para acompanhar os pais que vieram trabalhar na lavoura.”

“Moro aqui há 15 anos. Vim pra cá para ficar mais perto do trabalho e para estudar sanfona.”

Esta análise nos traz a informação de que está havendo uma renovação de moradores e que São Pedro tem recebido moradores novos pelos mais diversos motivos. Esta é uma notícia positiva que renova as esperanças de continuidade e perpetuação daquele patrimônio cultural. Mesmo com as dificuldades lá detectadas, de acesso ao local, problemas de comunicação como sinais fracos de telecomunicação e a distância dos grandes centros urbanos dotados de maior infraestrutura, São Pedro não só mantém moradores antigos que não têm interesse em se mudar, como tem atraído novos moradores.

Outro aspecto detectado foi a dupla residência. Nove dos trinta e seis moradores mantêm residência em outro local e costumam dividir seu tempo entre as duas residências. Alguns destes moradores revelaram que estão em processo de adaptação à realidade de São Pedro, mas que pretendem se estabelecer por completo no local. Outros permanecem residindo em outra cidade por questões de trabalho e têm a casa de São Pedro como sua casa de campo.

O Gráfico 5 traz como informação a ocupação dos moradores entrevistados, destacando-se o número de aposentados. Cinco dos moradores entrevistados são proprietários de pousada, restaurante, ou alugam quartos pelo sistema "Cama e Café"[4] e outros três são donos de bares e mercearias. Se somarmos os trabalhadores rurais e os produtores rurais entrevistados, temos o número de seis, o que levaria o setor rural à segunda colocação do gráfico, aproximando-se da hipótese levantada acerca da predominância do trabalho no campo. O trabalho no campo não chega a predominar, porém alcança de fato um número significativo.

Este vínculo com o setor rural também foi evidenciado à medida que se observaram outras formas de vínculo com o campo além do trabalho. Ao longo das entrevistas e depois de lido o material produzido, foi possível notar a frequente ocorrência da palavra "fazenda" na fala dos moradores. A partir de um método simples de contagem, foi possível verificar que dos 36 moradores, 24 utilizaram a palavra ao longo da entrevista. Se somarmos ainda às palavras "roça", "lavoura" e "lavrador" este número sobe para 28. Este dado permite estimar que 77,77% dos moradores entrevistados possuem algum tipo de vínculo com o setor rural, independentemente da idade.



Gráfico 5

[4] O sistema "Cama e Café" é uma forma de hospedagem bastante comum em São Pedro, estimulada pela Secult. Os visitantes são recebidos pelos moradores nas suas próprias casas.

A “fazenda” na maior parte das vezes estava vinculada ao local de moradia ou de trabalho, atual ou de um momento passado. No caso de alguns moradores, foi o local onde nasceu ou também onde estudou. Como foi dito anteriormente, os relatos permitiram a construção de uma rede de fluxos entre São Pedro e as fazendas da região. Seguem alguns trechos das entrevistas que ilustram esse assunto.

“Nasci no Distrito de Mimoso, morei na Fazenda Estrela. Vinha para São Pedro para as festas, comércio, batizado. Mudei para São Pedro e depois Rio de Janeiro para acompanhar os pais. Volto sempre para São Pedro por causa dos filhos e porque gosto daqui.” Morador de 94 anos.

“Sempre trabalhei na roça, desde os 7 anos. Trabalhei na Fazenda Pedra Riscada até os 18 anos e depois na Fazenda Fazendinha.” Morador de 80 anos.

“Eu trabalhava na roça, na fazenda. Depois de estudar comecei a trabalhar com tecnologia.” Morador de 44 anos.

“Moro aqui desde 1990, desde os 31 anos. Vim porque casei com um são pedrense. Nasci na Fazenda Santa Helena – Distrito de Dona América. Vinha para São Pedro fazer compras. Fiz o ensino fundamental na Fazenda, em 1979 fui para Mimoso cursar o ginásio, básico e o Normal para ser professora.” Morador de 57 anos.

“Nasci em São Pedro, casei com 16 anos e me mudei pra Fazenda Maravilha. Trabalhava como costureira. Voltei para São Pedro 4 anos depois, moro nesta casa a 40 anos.” Morador de 61 anos.

“Nasci na Fazenda Primavera e morei lá até os 6 anos. Rodei pelas fazendas em volta tirando leite, amansando cavalo, boi. Comprei essa casa em 1990 quando casei.” Morador de 58 anos.

“Nasci em Santo Eduardo/RJ, vim com 6 anos para a Fazenda Rio Doce, depois Fazenda Boa Esperança, Fazenda Pouso Alto. Meu pai trabalhava na lavoura e com serralheria. Também era envolvido na política. Vim morar em São Pedro quando casei.” Morador de 93 anos.

Conforme demonstrado, 44% dos moradores entrevistados são aposentados. É importante salientar que, deste valor, conforme mostra o Gráfico 7, 37% continuam trabalhando como forma de ocupar o tempo e também para complementar a renda. Dos seis aposentados que complementam a renda, cinco o fazem através do turismo. Um morador aposentado não foi incluído na contagem por não desempenhar mais a atividade, mas revelou em entrevista: “Aluguei quartos da minha casa, pelo sistema de Cama e Café, mas por pouco tempo, cerca de 4 anos, agora parei.”

Para dar continuidade à análise acerca da presença recente da atividade turística em São Pedro, segue trecho de entrevista com morador proprietário de pousada no local:

“Voltei pela família, queria curtir os últimos anos de vida da minha avó e dos meus pais. Como ia me aposentar e herdar a fazenda de meu pai, resolvi aprender com ele a mexer com a terra. Estudei produção de flores. Para complementar a renda da aposentadoria, procurei uma alternativa que não desse muito trabalho e me desse

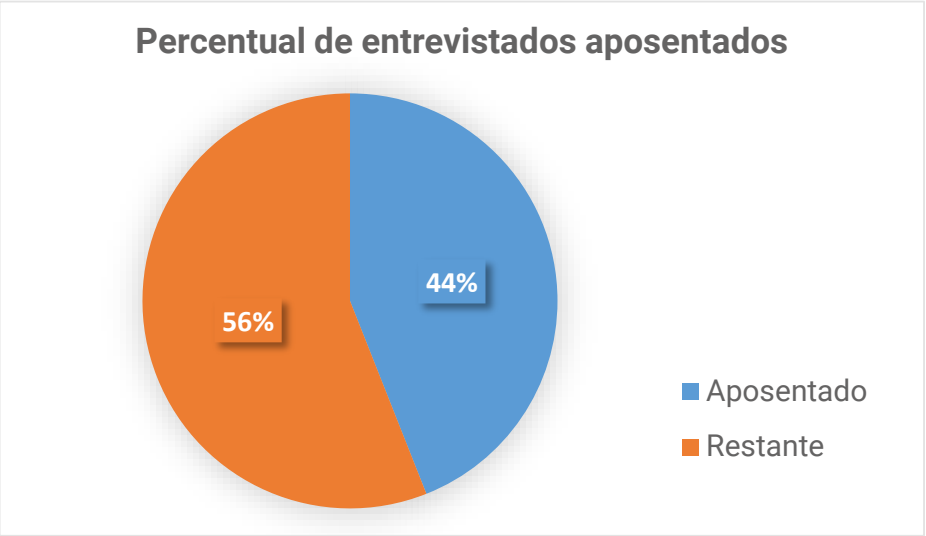


Gráfico 6

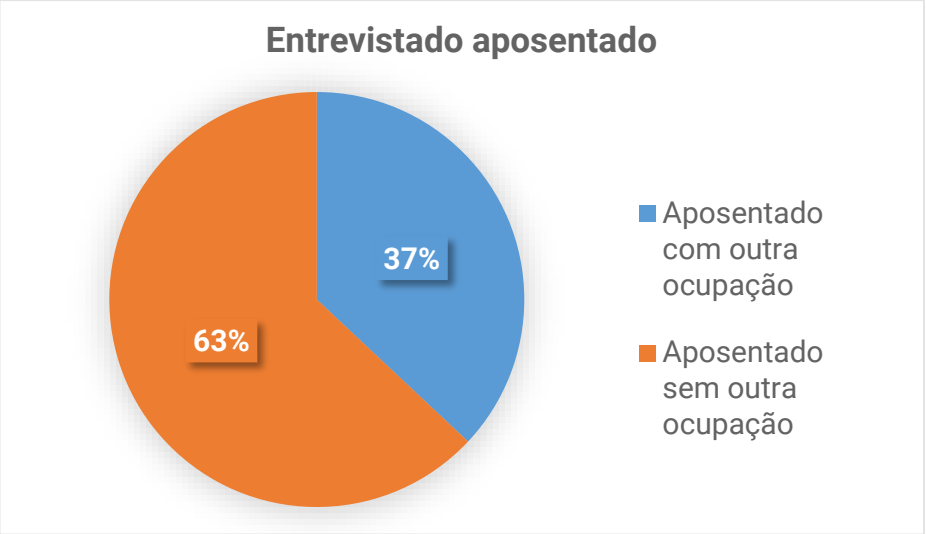


Gráfico 7

prazer, então montei a pousada aqui em São Pedro, que funciona há 4 anos. Montei aqui porque o clima é bom, é uma cidade histórica e eu via um potencial enorme aqui."

A pesquisa aponta que o turismo vem se tornando uma alternativa econômica para os moradores de São Pedro. Treze dos moradores entrevistados (34% dos entrevistados) desenvolvem atividades vinculadas ao turismo, através de restaurante, pousada, aluguel de quarto no sistema Cama & Café, loja de artesanato, sazonalmente produzindo algum tipo de alimento, alugando sala para uso comercial ou toda a casa durante os eventos culturais. Conforme demonstra o Gráfico 9, 92% dos moradores que aderiram à atividade turística adotaram-na recentemente.

O Gráfico 10 revela que apenas 23% têm a atividade econômica vinculada ao turismo como fonte exclusiva de renda, um total de três moradores. A justificativa pela opção do turismo apenas como complementação de renda, em geral, foi a sazonalidade com que São Pedro recebe visitantes. Os períodos de visita normalmente estão vinculados aos eventos culturais que a própria comunidade organiza, com o propósito de celebrar e disseminar a cultura local, e de atrair visitantes. As novas festividades surgiram em reflexo a movimentação da economia local gerada pelo Festival de Sanfona e Viola. Como o Festival acontece anualmente, estão sendo organizadas pela pró-

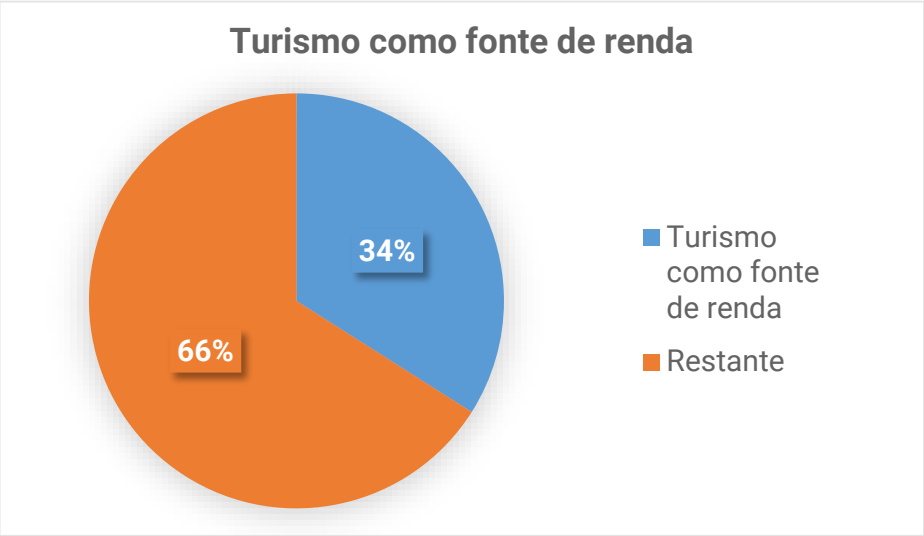


Gráfico 8

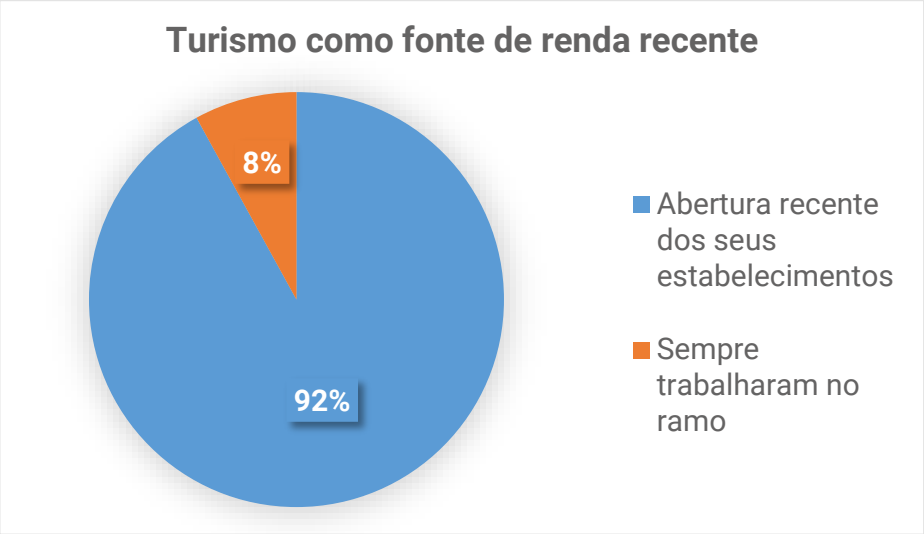


Gráfico 9

pria comunidade outras festividades, distribuídas ao longo do ano. Dentre elas podemos citar o “Casa Aberta”, “Vem viver o patrimônio”, e o “Leilão de Antiguidades com Sanfona e Viola”.

Para revelar o que seria o patrimônio cultural de São Pedro para os moradores, eles foram questionados sobre qual era a importância de São Pedro para eles e para a comunidade. As respostas demonstraram que os moradores têm um vínculo afetivo muito forte com São Pedro do Itabapoana, muito ligado à memória coletiva. Existe muito amor, respeito e orgulho por ser pertencente àquela terra. O Gráfico 11 procurou organizar de forma resumida as respostas concedidas nas entrevistas. As respostas foram agrupadas em nove categorias por critério de semelhança de sentido. Exigiu bastante interpretação, inferência e o resgate memorial dos entrevistados com o intuito de captar suas emoções. Os moradores utilizaram mais de uma categoria para expressar a importância de São Pedro, por isso resultou em um quadro tão numeroso de respostas.

O maior número registrado de ocorrência foi com relação à qualidade de vida do local. Os moradores remeteram a importância de São Pedro às características diferenciais do lugar, vinculadas à beleza, à tranquilidade e à segurança, ao clima pacato do interior, ao ar puro e às boas energias do lugar. Destaco algumas expressões que

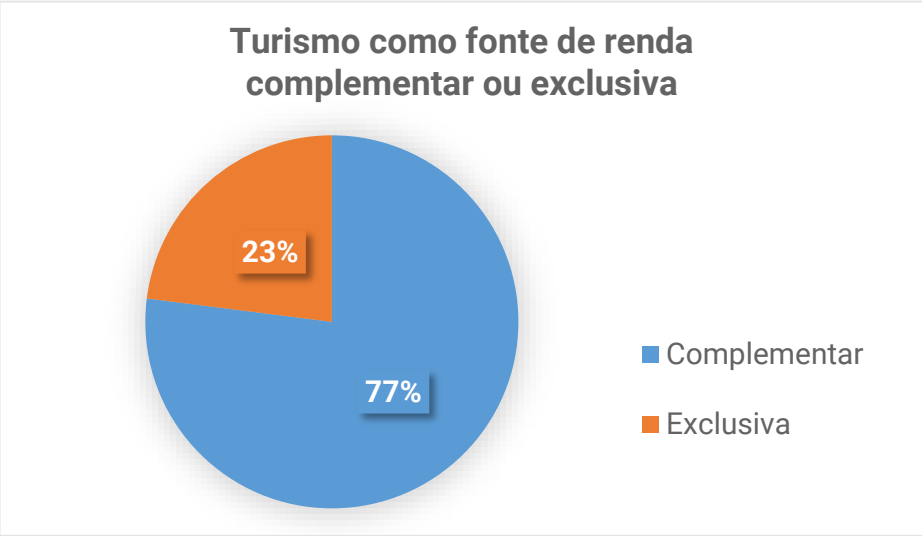


Gráfico 10



Gráfico 11

chamaram atenção: “Isso aqui é um dengo!”, “O aconchego daqui é especial, muita gente vem por isso. Isso aqui é um pedacinho do céu.”

Em seguida, com dezoito aparições estão as respostas relacionadas às raízes e a vínculos afetivos relacionados à origem e à família. São Pedro é importante para eles porque foi o lugar onde nasceram, porque é a sua história e da sua família, é o lugar onde cresceram e criaram seus filhos, é a sua casa, um lugar do qual não pretendem sair:

“São Pedro é o ponto de encontro de toda a família e dos amigos antigos. É um valor histórico, sentimental, familiar. São Pedro tem muito disso.”

“Tudo aqui me conquistou, o clima, as pessoas, é pacato. É o lugar onde eu moro, é o meu cantinho. Iniciei a carreira de professora aqui, fundei junto a escola. A comunidade é muito boa”.

O enraizamento forte é expressado na fala deste morador: “Gosto muito daqui, quero ser enterrado aqui.”

Em terceiro lugar vieram as respostas relacionadas às pessoas que habitam São Pedro como sendo o que o lugar tem de mais especial. Respostas como “pessoas maravilhosas”, “calor humano”, “hospitalidade”, “todo mundo se conhece”, “todo mundo é amigo”, “povo simples” e a “união das pessoas” foram agrupadas nesta categoria. Esta categoria revelou em destaque a união e a hospitalidade da comunidade.

Treze respostas foram pautadas na importância histórica de São Pedro, sua relevância estadual e sua ancianidade. Respostas como: “A parte mais histórica e desenvolvida antigamente era aqui no sul do estado”, “Foi uma cidade muito importante mas não conheci”, “Não se pode falar da história do sul do Espírito Santo sem falar de São Pedro”, trouxeram esta perspectiva, fazendo menção ao período auge

de São Pedro do Itabapoana, enquanto município de destaque na região do café. Um dos moradores se referiu a São Pedro como “a pérola do estado”.

O casario antigo, o calçamento em pé de moleque, o fato de terem sido preservadas as características físicas dos tempos mais remotos de São Pedro também apareceu nas respostas, com sete ocorrências. Dentre as ocorrências, estão: “É pitoresca, diferente dos outros lugares, não se descaracterizou. É muito conservada”, “Tem o diferencial daqui que é o clima, as pessoas, a paz, a simplicidade do povo, o calçamento em pé-de-moleque e o casario.”

Com o mesmo número de ocorrências apareceram as categorias patrimônio cultural e o fato de ser patrimônio histórico. O patrimônio cultural foi expresso através da música, das festas, da sanfona e da viola: “tem o Festival de Sanfona e Viola, é a melhor festa que tem”, “a energia da música, da sanfona é um grande atrativo”. Dentre as ocorrências vinculadas ao fato de ser patrimônio histórico estão: “O casario é a coisa mais linda. Tem muita coisa importante e bonita. É tombada pelo patrimônio. Tem o calçamento feito pelos escravos que é lindo”, “São Pedro tem o grande diferencial porque é sítio histórico”, “É um distrito que já foi cidade, tem tudo para ser melhor que os outros, pois é patrimônio histórico”.

Uma resposta inusitada chamou atenção e teve três ocorrências. Relacionar a importância de São Pedro a tudo. “Pra mim é tudo. Criei raiz, gosto de todo mundo. Tem valor afetivo”, “É tudo. Aqui criei os filhos. É especial pela tranquilidade, é aconchegante, as pessoas recebem bem, tem o clima. Foi uma cidade muito importante mas não conheci”, “Pra mim é tudo. Eu vivo aqui, tudo que eu tenho está aqui. Esse é meu mundo. É o melhor lugar do mundo, onde me sinto em casa, tenho ar puro. Tenho orgulho de ser daqui.” A paisagem também apareceu em duas respostas.

Para analisar a questão acerca das interferências do tombamento estadual no sítio e na vida dos moradores, atentou-se para algumas situações. Foram identificados doze moradores recentes, que conforme critério explicado anteriormente, estabeleceram residência em São Pedro depois de 1987 (ano do tombamento estadual). Porém, a maior parte destes moradores não se omitiu em responder a questão. Isto porque, analisando outras respostas do questionário, foi possível verificar que apenas quatro destes doze moradores não frequentavam São Pedro antes de residir no local e antes do próprio tombamento, conforme pode ser vislumbrado no Gráfico 12. Ainda que tenham se mudado para lá após 1987, como tiveram alguma vivência em São Pedro, suas respostas foram consideradas na análise. Foram consideradas, portanto, 32 respostas.

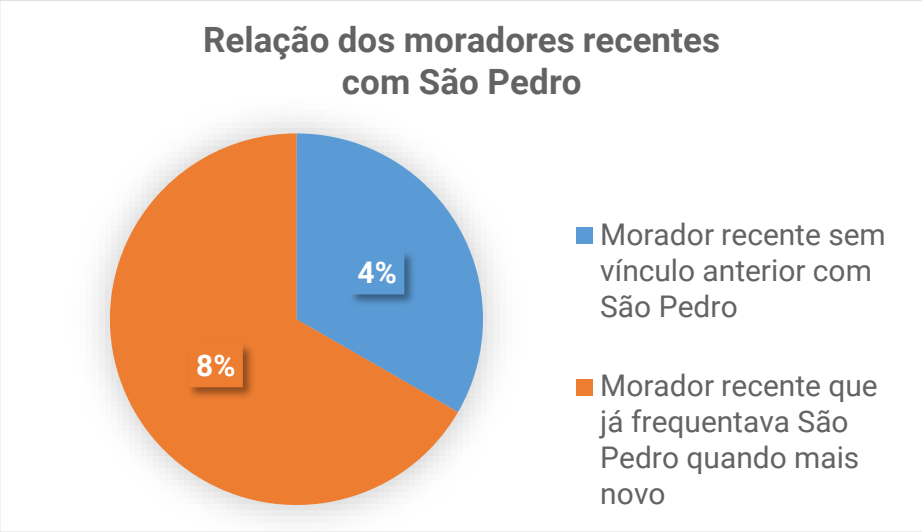


Gráfico 12

"Não conhecia antes do tombamento, mas antes ninguém conhecia São Pedro". Esta foi uma resposta interessante de uma moradora recente e que não frequentava São Pedro antes do tombamento, ao ser questionada sobre as transformações com o tombamento. Expressa a importância do tombamento estadual na divulgação e promoção do local.

Não foi descartado nenhum morador devido à idade. Os moradores entrevistados mais jovens nasceram na década de 70. Eles tinham, no ano do tombamento estadual, entre 13 e 18 anos, ou seja,

tinham condições de responder a pergunta. Ainda porque, as transformações ocorridas no sítio, conforme os relatos, aconteceram de forma gradual.

Foi unânime nas entrevistas que São Pedro sofreu grandes transformações nas últimas décadas. A maior parte dos comentários foi de cunho positivo. Grande parte dos entrevistados associa estas transformações ao tombamento, mas um número considerável deles associa à criação do Festival de Sanfona e Viola:

“Depois do festival melhorou. O pessoal ganha dinheiro, arruma as casas, cuida.”

“Mudança mesmo foi depois que criaram o Festival, teve dinheiro para as casas, São Pedro foi mais reconhecido, pudemos ver de perto os artistas. As casas valorizaram, todo mundo quer alugar casa aqui.”

“Quando tombou, as casas já estavam caídas. O festival que fez a diferença. O povo hoje está mais conscientizado de cuidar e de não derrubar as casas, antes não tinham cultura nem incentivo.”

Outros moradores também oscilam entre o Festival e o tombamento estadual:

“Se tivesse tombado mas não tivesse o Festival e as outras festas não ia adiantar. Com o festival que entra verba para o conserto das casas. Tem que ter lei, mas não pode ter grandes empecilhos para as pessoas que não entendem, tem que ser mais maleável. Mas se não tivesse tombado seria um pandemônio, estaria descaracterizado.”

“O tombamento foi um marco inicial, mas por si só não garantiu nada. O que fez a diferença foi a criação das festividades e o amadurecimento dos moradores. Tiveram algumas tentativas durante anos com treinamento, com capacitação, mas as pessoas são resistentes porque são pessoas simples, não são empreendedoras. Existe uma dificuldade de as pessoas acreditarem que isso aqui podia acontecer, e

está acontecendo. Hoje temos mais pousadas e restaurantes, melhores também. Como ponto negativo: existem disputas políticas pelo festival de sanfona, um quer aparecer mais que o outro e trazer artistas que atraem um volume de gente que aqui não comporta."

"Primeiro começou com o Bingo do Beto, e segundo meu cunhado, o bingo incentivou a criação do Festival, do Casa Aberta... É uma renda extra para os moradores que alugam as casas. Nesse sentido, o tombamento ajudou a divulgar São Pedro, vieram os eventos e o asfalto. De negativo é a burocracia que às vezes impede de mexer."

As entrevistas revelaram que as transformações ocorreram a passos lentos e muito recentemente. Acusaram a ausência do órgão responsável pelo tombamento por muitos anos e alegaram que neste período muitas casas tombadas ruíram ou foram demolidas. Segundo um dos moradores, a Secult passou a estar mais presente no Sítio Histórico a partir dos anos 2000, também com novas regras de intervenção nos imóveis tombados. "Na verdade, depois de tombado ficou morto, em 1999, 2000 que voltou. Antes podia mexer dentro, agora não pode mais". Segundo outro morador, a Secult esteve mais presente a partir de 2010. "Depois do tombamento teve um esquecimento, nesse período se perdeu muita casa. A legalidade mesmo começou em 2010, com um documento formalizando a necessidade de projeto e autorização da Secult."

Este outro morador descreve como aconteceu o processo de transição e traz um elemento novo, a realização de "palestras sobre patrimônio histórico e tombamento" após o tombamento: "Para a gente aconteceu devagar essa transformação. Acompanhamos essa transição. O tombamento trouxe orientação, palestras sobre patrimônio histórico e tombamento, surgiu a escola de música. Foi despertando na gente a importância de preservar, respeitar, partilhar o patrimônio. As atividades, festas, também foram consequência. O tombamento botou São Pedro no mapa."

Depois de apresentados alguns trechos relevantes das respostas que surgiram durante as entrevistas, será feito um balanço geral dos pontos positivos e negativos levantados, sobre as transformações do sítio após o tombamento estadual. Em seguida também será feita uma análise acerca do Festival de Sanfona e Viola e a importância que conquistou na vida dos moradores de São Pedro do Itabapoana.

Pontos Positivos	Ponto Negativos
Impediu que continuassem a demolir as casas	Não pode ser feito nada do gosto do dono da casa. Muitos empecilhos
Preservação do calçamento em pé de moleque e das casas	Tem que fazer do jeito da Secult e não há recurso para isso
Os moradores começaram a cuidar do casario antigo	A forma como a Secult exige é muito custosa para os moradores
Valorizou as terras	Falta de preservação dos imóveis públicos do Sítio
Divulgação. Trouxe mais movimento, atraiu visitantes. Chamou mais atenção do estado	Falta de verba pública para o conserto das casas
Trouxe mais desenvolvimento (médicos, pousadas, restaurantes, telefone, calçamento nas ruas, estrada asfaltada de Mimoso para São Pedro, limpeza do Sítio)	Nada ter sido feito pelo saneamento básico
IPTU não precisa mais ser pago	Incômodos e dúvidas com relação ao direito de propriedade sobre o imóvel
Oportunidades de trabalho como a venda de artesanato e o aluguel de quartos pelo sistema "Cama e Café"	Relação conflituosa entre os técnicos da Secult e os moradores
A criação do Festival (e demais festividades) e todas as oportunidades que ele gera	Forma impositiva e por vezes desrespeitosa de alguns técnicos no trato com os moradores
Levantou a autoestima dos moradores	Interferências da Secult na vida do Sítio
Prestígio e valorização. Colocou São Pedro no mapa	Rigorosidade e falta de flexibilidade nas normas
Autoestima dos moradores	Regras diferentes para pessoas diferentes
Novas fontes de renda para o morador conservar sua casa	Dificuldades em fazer pequenas reformas na casa. Burocracia
Despertou nos moradores a importância de preservar, respeitar, partilhar o patrimônio	
Preservação da memória de São Pedro para as próximas gerações	
Destinação de verba pública para o conserto de algumas casas	

Quadro 2. Organização: PIRES, 2016

Analisando o quadro produzido, com base nas entrevistas, é possível concluir que de fato o tombamento estadual foi muito benéfico para São Pedro do Itabapoana. O tombamento chamou a atenção das autoridades políticas, trouxe uma série de infraestruturas urbanas até então deficientes no local e divulgou o Sítio Histórico, de forma a trazer visitantes e possibilitar novas oportunidades de trabalho e recursos. A partir do tombamento estadual, surgiu o Festival de Sanfona e Viola e outros eventos culturais que atraem antigos moradores, turistas e movimentam a economia local. A preservação do casario antigo requer grande investimento, e a maior parte dos moradores até então não tinha condições de arcar. As festividades têm sido uma alternativa para que os moradores captem recursos para investir na preservação e conservação deste casario, mas continua sendo uma grande preocupação para os proprietários.

“Antes estava abandonada, foi reativada depois do tombamento. Não tínhamos asfalto, telefone e internet. O Festival ajudou a levantar São Pedro, gera ganho para as pousadas, camping, estacionamentos e restaurantes. Não teve nenhuma mudança negativa.”

“Mudança muito boa. Se não fosse tombado essas casas não teriam esse sucesso, agora as pessoas alugam, tem dinheiro para cuidar das casas. Estava se acabando, o tombamento deu vida. Hoje é uma referência.”

O tombamento estadual também mexeu com a autoestima da comunidade. Hoje eles se sentem valorizados e mais animados a cuidar do seu patrimônio: “As mudanças foram ótimas. O povo ficou mais animado, muitas pessoas vieram ajudar, impediram que continuassem a demolir as casas, os moradores começaram a cuidar das casas”, “Estão cuidando mais dos casarios antigos, se não ia acabar caindo tudo e aí acaba São Pedro.”

“Foi maravilhoso. Agora tudo é limpinho, as pessoas não jogam lixo, teve também a valorização do casario. O tombamento veio para ressuscitar São Pedro. Depois do tombamento e do festival as pessoas se conscientizaram a cuidar do distrito, não deixam mais cair. Talvez se não fosse tombado, São Pedro não existiria mais.”

Alguns moradores também ressaltaram que depois do sítio tombado, algumas casas puderam ser recuperadas com dinheiro público. Estes moradores se referem ao Edital promovido pela Secult. A cada ano a Secult concede quatro prêmios no valor de 60 ou 80 mil reais, um para cada sítio tombado no estado. Podem se inscrever projetos que envolvam arte, cultura e em 2011 começou a entrar também a parte de arquitetura, destinado a projetos de consolidação, recuperação, restauro e melhorias em geral dos imóveis tombados. Os moradores se inscrevem e a seleção é feita por uma comissão julgadora. Durante as entrevistas, foi possível conhecer alguns imóveis contemplados pelo Edital.

Analisando os pontos negativos trazidos é possível verificar que existe uma relação conflituosa entre os moradores e a normativa de tombamento. Os moradores questionam as limitações impostas pelo tombamento, o alto custo para que as intervenções sejam feitas conforme a norma e a limitação da propriedade privada sobre o imóvel. Os moradores confundem a necessidade de obter autorização para realizar modificações nas suas residências com não poder fazê-las.

“De negativo é que a gente não manda mais nas coisas da gente, é uma tristeza. Não pode fazer nada do nosso gosto.”

“De negativo é que não pode fazer mais nada, e para fazer do jeito que eles querem é sempre mais caro.”

“Não gostei porque tudo que a gente vai fazer não pode. Tem que fazer do jeito deles e eles não dão dinheiro pra isso.”

Este último morador também questionou a falta de verba pública para a preservação das casas tombadas.

Houve lamentações acerca da burocracia, das dificuldades para realizar pequenas reformas e da falta de flexibilidade da norma, ao mesmo tempo em que questionaram que a mesma regra não é válida para todos. Existiram também protestos sérios quanto ao modo como alguns técnicos da Secult estiveram tratando alguns moradores, de forma impositiva e por vezes desrespeitosa.

“Foi bom porque mantém as casas antigas e as pedras da rua, se não os netos e os filhos da gente não vão vê. Porém eles não conversam com educação com a gente, chegam impondo e dando esporro, alguma pessoa não tem educação.”

“Quando a pessoa não tem condição de fazer como eles querem, tem que fazer como dá. Tem que tratar o povo com mais respeito.”

A falta de uma rede de tratamento de esgoto também foi um aspecto levantado por diversos moradores. Primeiro porque consideram incabível um sítio que é tombado ter esse tipo de deficiência e, segundo, pela condição de poluição atualmente do rio que passa por São Pedro. Além de o rio ter sido levantado sob o aspecto do lazer durante a infância dos moradores, foi ressaltada a antiga condição de fonte de água potável que ele significava.

A partir da pergunta sobre o tombamento, foi possível constatar a enorme importância do Festival de Sanfona e Viola para o Sítio Histórico, observada também enquanto o próprio festival era vivenciado

durante a segunda visita a São Pedro. Dezessete moradores, quando questionados sobre o tombamento estadual, fizeram menção ao Festival. Por método simples de contagem foi verificada também a ocorrência de vinte e duas vezes da palavra “Festival”, por dezoito moradores diferentes não só na questão em assunto. Seguem outros relatos de moradores abordando o tema:

“Gosto de morar aqui, povo sossegado, tem o Festival de Sanfona e Viola, é a melhor festa que tem.”

“O Festival melhora muito São Pedro, o povo aluga as casas.”

“O Festival veio incentivar um uso pra cá. Mas um evento só não sustenta. Além do Festival, festas como o “Casa Aberta” não existiam antes do tombamento, representam a mudança. As pessoas daqui começam a acreditar.”

“Depois do tombamento não pagamos mais IPTU, vários moradores têm o “Cama e Café” e está aumentando, vendem artesanato. Pra quem trabalha é muito bom. São Pedro está melhorando muito. O Festival garante um dinheiro todo ano.”

“O Festival gera dinheiro, o povo espera o ano todo para alugar e ganhar seu dinheiro.”

“Com o Festival São Pedro ficou mais conhecido turisticamente.”

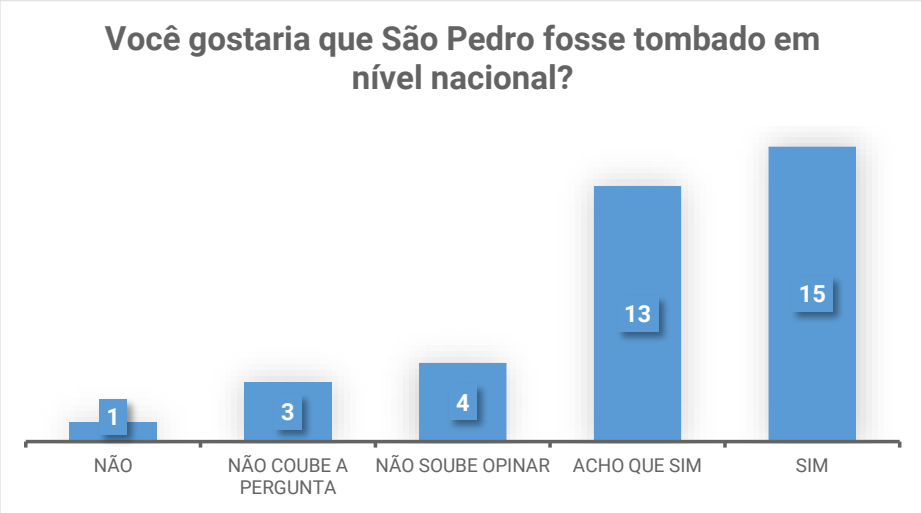


Gráfico 13

O Gráfico 13 expressa a resposta imediata dos entrevistados quando questionados se eram favoráveis ao tombamento federal de São Pedro e por quê. A partir dos dados, é possível verificar que apenas quinze moradores, 41,66% do total entrevistado, responderam de forma afirmativa, prontamente e sem aparentar dúvida. Treze dos moradores, apesar da resposta afirmativa, hesitaram em responder e demonstraram dúvida, por isso foram representados no gráfico como “Acho que sim”.

As respostas do grupo de moradores representado pela categoria “Sim” do gráfico, foram organizadas nos quadros que seguem, agrupados conforme temáticas próximas e por número de ocorrência, para que se tenha uma visão geral das expectativas quanto à patrimonialização federal.

Visibilidade	Recurso para manter as casas em função da vinda de turistas e da movimentação do comércio local
	Atrair investidores privados, patrocinadores
Novas oportunidades de negócio	**Atrair mais e novos visitantes**
Crescimento disciplinado	**Movimentação do comércio local**
O estado ajuda pouco. É mais um órgão ajudando	Órgão de maior amplitude e visibilidade
Proximidade com o Ministério do Turismo e por isso verbas mais viáveis	**Órgão superior, mais forte**
Maior capacidade	Melhor administração
Governo federal tem mais condições financeiras	O estado tem muita dificuldade de angariar recurso para o festival

Quadro 3. Expectativas de maior ocorrência nas entrevistas

Sim, pois precisa ser mantido da maneira que está e com melhorias para o local	**Nosso lugar seria conhecido no mundo todo**
Sítio histórico mais reconhecido	São Pedro receberia mais atenção, tem muita coisa pra ser vista
Essa ramificação é muito positiva. Aqui já se tem um gostinho de como é ser patrimônio histórico	É meu sonho!
Investimento em saneamento básico, iluminação, áreas de lazer	**Atrair recursos públicos**
Melhoria nas estradas de acesso ao sítio	**Recuperação do casario**

Quadro 4. Expectativas de menor ocorrência nas entrevistas

As expectativas reveladas em maior número referem-se a dois aspectos principais. Existe uma grande expectativa em cima de uma maior visibilidade do Sítio Histórico, a partir do tombamento federal. Esta visibilidade foi muito atrelada à potencialização da atividade turística e à movimentação da economia local. Acredita-se que poderia gerar novas oportunidades de trabalho e recursos pessoais para a manutenção do casario. Outro aspecto bastante levantado foi sobre a esperança depositada no Iphan, por se tratar de uma instância pública superior à estadual, com maior capacidade, de maior visibilidade, podendo melhor viabilizar recursos que a instância estadual. Também colocam que a soma do órgão estadual com o federal vem fortalecer a preservação do sítio e o desenvolvimento local.

“Sou muito a favor. É meu sonho e de muita gente aqui. Porque a visibilidade é outra, o acesso a outros patrocínios é outro. A gente não quer mais depender do poder público. Se a gente tem mais visibilidade terão mais empresas privadas interessadas em investir. Com o tombamento federal a gente cresce disciplinadamente.”

“Sim, porque melhora pra gente, para o comércio. Vem mais turistas como Ouro Preto, Tiradentes, essas cidades estão muito melhores. O que vier para trazer mais recurso para manter as casas é ótimo.”

Em seguida, vêm as expectativas quanto ao reconhecimento do sítio histórico, à publicidade, à valorização e à difusão do seu patrimônio e a melhores condições para a sua preservação. Estas expectativas mexem com a autoestima dos moradores, muito vinculada também ao recebimento de visitantes interessados na sua história, cultura e hospitalidade. O último quadro faz referência à possibilidade de o tombamento federal despertar a atenção dos governantes locais e atrair investimentos públicos para a melhora na infraestrutura urbana de São Pedro, bem como para a conservação dos imóveis tombados. Dentre as melhorias elencadas estão: investimentos no saneamento básico, na iluminação pública, em locais de lazer e melhorias nos acessos ao sítio.

Este morador em sua resposta evidencia as potencialidades do turismo em São Pedro e região: “Sim, pois precisa ser mantido da maneira que está e com melhorias para o local. Melhorar as fazendas, trazer mais turistas pra região, aqui se vive do turismo. Isso atrai o turismo. Aqui os turistas ainda procuram muito pouco, não tem uma estrada decente para as pessoas virem, isso atrapalha muito. A estrada que liga São Pedro a Apiacá e a Bom Jesus do Norte é um terror, são só 9 km, quando chove impossibilita a vinda de uma região enorme pra cá. Aqui a pessoa não tem poder aquisitivo, vivem do turismo.”

Já este outro morador alerta sobre a importância do diálogo com os moradores e sugere alternativas para a falta de recurso para manter o casario: “Sim. Primeiro tem que haver esclarecimento para a comunidade: o que é preservação? Pra que? Trata-se de pessoas carentes, cada uma com seus lamentos, tem que conversar. Os moradores de São Pedro não conseguem manter a preservação do sítio. A promoção do sítio e de eventos sociais é importante. Ninguém vai melhorar sua casa se não tiver retorno.”

O grande grupo que hesitou na resposta afirmativa (36,11% do total de entrevistados), categorizados como “Acho que sim”, revelaram a falta de conhecimento acerca do Iphan e sobre o que de fato representa o tombamento federal. Seguem algumas das respostas que ilustram esta situação:

“Sim, mas tenho que ter mais conhecimento. Se for para melhorar São Pedro que venha.”

“Com certeza, mas tem que saber primeiro como será, mas acho que será bom.”

“Não sei, teria mais coisa em jogo. Não sei te responder. Acho que seria positivo, mas acho que as pessoas teriam mais dificuldade em aceitar.”

“Não sei se seria bom, porque iam dominar muito. Se for para melhorar São Pedro com dignidade eu vou apoiar. Mas precisa de muita coisa para receber os visitantes, aqui não tem estrutura. Pra ser patrimônio histórico tem que olhar com carinho, tem que cuidar, tem que ter tratamento de esgoto...”

Estes outros moradores, incluídos na mesma categoria mencionada anteriormente, expressam expectativas quanto a novas oportunidades relacionadas ao maior número de visitantes e ao recebimento de recursos: “Acho que sim, né? É mais uma oportunidade pra gente. Eu aposto em São Pedro, será movimentado.”, “Sim, acho que pode ter mais recurso. São Pedro receberia mais atenção, tem muita coisa pra ser vista e muito casario pra ser recuperado.”

Em “Não soube opinar”, de fato foram incluídas as pessoas que julgaram não poder responder, por falta de conhecimento sobre o órgão ou sobre o assunto. Seguem algumas respostas obtidas: “Não entendo disso”; “Não posso opinar, pois não tenho conhecimento do Iphan”; “Não posso falar porque não conheço.”

Tiveram três casos em que a pergunta não coube. Fazendo um paralelo com a idade, estes três moradores têm idade acima de 90 anos. Apenas um entre os quatro entrevistados com esta faixa etária respondeu à pergunta, mas com a ajuda da esposa de 81 anos. A título de informação, a resposta do único morador que se colocou de forma não favorável ao tombamento foi a seguinte: “O povo é muito simples, não tem recurso para manter.”

O receio que a Instituição tem quanto à expectativa de recursos financeiros para melhora da sua qualidade de vida e preservação do casario em partes se confirmou. Porém, entendeu-se a partir das entrevistas que uma grande parte dos moradores acredita que o recurso será consequência do reconhecimento e da visibilidade que o sítio deverá receber após o reconhecimento federal, tal qual aconteceu após o tombamento estadual. Por esta perspectiva, os recursos e investimentos chegariam de forma indireta, através do turismo e do governo local. De qualquer forma, ficou ainda mais evidente a importância de construir a patrimonialização de forma conjunta com os moradores, para esclarecer dúvidas, alinhar ruídos e expectativas de ambos os lados.

6 Conclusão e encaminhamentos para as oficinas

As entrevistas realizadas permitiram maior aproximação e compreensão acerca dos moradores de São Pedro do Itabapoana, seu modo de vida e as relações que estabelecem entre si e com o sítio estudado. Foi o primeiro passo para a desejada construção dialógica do valor de patrimônio com os moradores que detém, vivenciam, criam e recriam aquele patrimônio que a instituição tem interesse em patrimonializar.

A partir da análise realizada, foi possível constatar que a comunidade mantém fortes relações com o campo. Trabalhando atualmente no meio rural ou não, a grande maioria dos moradores entrevistados já trabalhou em alguma fazenda da região, nasceu ou cresceu em alguma delas. A pesquisa também apontou o turismo como uma nova oportunidade de trabalho, muito em consequência do surgimento do Festival de Sanfona e Viola e de outras festividades culturais organizadas pela comunidade, todas posteriores ao tombamento estadual. O turismo ainda é muito sazonal e por isso apareceu como uma

atividade complementar de renda, mas apontado como uma alternativa importante para a captação de recursos em prol da preservação dos imóveis tombados.

O sistema “Cama e Café” é uma forma de hospedagem bastante particular no sítio, onde os próprios moradores são os anfitriões e recebem os visitantes na sua casa. A hospitalidade também é um traço marcante da comunidade. Os moradores recebem os visitantes de forma simples, calorosa e com muita satisfação. Até mesmo os moradores que não nasceram em São Pedro, estabelecem um vínculo afetivo e territorial muito forte com o local. Ser morador de São Pedro é motivo de orgulho. Receber visitantes, para eles é uma alegria, um reconhecimento.

Todo o processo de reconhecimento da sua importância histórica e cultural e a patrimonialização estadual do Sítio Histórico mexeu com a autoestima da comunidade. Os moradores, principalmente os mais velhos, ainda preservam uma mágoa com relação à perda da Sede Municipal para Mimoso do Sul. Conforme foi trazido por um morador, este processo colocou São Pedro no mapa, atraindo a atenção dos governantes locais para a realização de benfeitorias. São Pedro do Itabapoana havia ficado esquecido, sua comunidade carecia de infraestrutura básica e reconhecimento.

Conforme a análise, a maior parte da comunidade é favorável ao tombamento federal, porém a maior parte dos entrevistados também demonstrou ter pouco conhecimento sobre o assunto e sobre o próprio Iphan. As entrevistas também revelaram que existem conflitos entre os moradores e a normativa do tombamento estadual, apesar de reconhecerem que o tombamento trouxe mudanças muito positivas para o sítio, e por isso, também se colocam de forma favorável ao tombamento federal. Dentre os principais problemas colocados pelos moradores quanto ao tombamento estadual foi a falta de diálogo e flexibilidade dos técnicos da Secult, o custo para realizar as obras conforme exigido na norma, o sentimento de que perderam a sua propriedade e a burocracia necessária para realizar qualquer tipo de obra.

Em conversa com os técnicos da Secult, foi relatado que está havendo um esforço para reduzir a burocracia e acelerar o processo de análise de projetos. A Secult afirma que de fato existe o complicador da distância entre o Sítio Histórico e a Prefeitura de Mimoso do Sul, e a dificuldade de acesso a técnicos que trabalham com projetos. Desta forma, está sendo exigido projeto apenas para os casos de demolição, ampliação e para novas edificações. Para pequenas obras, é apenas exigido relatório do técnico da Prefeitura de Mimoso do Sul. Estão também sendo estudadas formas de reduzir os trâmites internos para acelerar o processo. Quanto à postura impositiva dos técnicos, a Secult colocou que houve alguns problemas específicos, mas que nos últimos anos a Secult tem procurado estar mais presente no Sítio, quando não impedida por questões políticas ou financeiras do órgão.

Alguns moradores demonstraram nas entrevistas ter receio com o aumento da burocracia para aprovação de projetos no caso do tombamento nas duas instâncias, estadual e federal. Iphan e Secult têm iniciado um trabalho de cooperação técnica e é essencial que, em se tratando de motivações, como é o caso do patrimônio cultural de São Pedro do Itabapoana, atuem de forma conjunta. É importante que a parceria entre Iphan, Secult, Prefeitura e outras instituições interessadas aconteça já nas oficinas programadas para o primeiro semestre de 2017, ainda que no âmbito da pesquisa de mestrado.

A partir da análise feita, foi possível concluir que a comunidade é bastante unida e engajada nos assuntos que dizem respeito ao coletivo do sítio, o que fortalece a expectativa positiva que se tem depositado nas oficinas em São Pedro do Itabapoana. No início das oficinas, é importante apresentar a instituição e o propósito do trabalho desenvolvido visto que um número expressivo dos moradores desconhece o trabalho do Iphan. Também é importante colocar que Iphan e Secult compartilham o trabalho no sítio e que estão atuando de forma conjunta.

Quando as entrevistas foram realizadas, estimava-se que as oficinas ocorreriam ainda em 2016. Não foi possível por diversos motivos, mas é importante registrar que os moradores haviam sugerido novembro porque a colheita de café já teria acabado. Os moradores também sugeriram que as oficinas ocorram em dia de semana (segunda-feira, terça-feira ou quarta-feira), e após as 18h, para que professores e trabalhadores rurais, por exemplo, possam participar. Feriados e finais de semana são complicados para os moradores que trabalham no comércio, restaurantes e pousadas. Às quintas-feiras, os frequentadores da Igreja católica têm grupo de oração, e no final de semana o grupo da Igreja Evangélica fica impossibilitado de participar. Foram identificados como possíveis locais para a realização das oficinas a escola e a antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual prédio da Associação de Moradores.

Dentro do Inventário Participativo do Iphan (2016), e no trabalho realizado em Iguape-SP (NASCIMENTO & SCIFONI, 2015) foram identificados alguns métodos que poderão auxiliar na identificação das referências culturais da comunidade, partindo do princípio que são os próprios moradores que farão a identificação dos bens importantes e representativos da sua história e da sua cultura. Como a pesquisa de mestrado tem utilizado a cartografia como ferramenta de identificação e espacialização dos bens no território, é interessante que nas oficinas também se trabalhe com mapas.

A ideia inicial para as oficinas é trabalhar com a divisão de grupos, para que se promovam debates mais substanciais com vistas a produzir mapas e painéis descritivos ou ilustrativos que serão posteriormente debatidos com os demais grupos. Para dividir os grupos de trabalho, é possível refletir sobre as colocações trazidas pelos autores Bauer e Gaskell (2002). Ainda que o caso trazido tenha sido com relação a entrevistas grupais, o conceito de “grupos naturais” e não estatísticos ou taxonômicos, pode ser um bom método. Conforme dito anteriormente, o “grupo natural” corresponde a pessoas que compartilham do mesmo passado, de um mesmo projeto futuro ou têm interesses ou valores semelhantes.

As oficinas, dentro do que propõe o conceito de educação patrimonial adotada atualmente pelo Iphan, vêm reconhecer a importância, de forma igualitária, de todas as narrativas existentes sobre aquele sítio, para além da narrativa das instituições, do pesquisador ou de um representante da comunidade. Dentro desta perspectiva, também é importante pensar em como trabalhar com as narrativas dos jovens e das crianças da comunidade. Além da memória, também é importante trazer as novas apropriações e as ressignificações.

Uma possibilidade levantada foi trabalhar com os jovens que frequentam o Núcleo de Sanfona e Viola, visto que os professores poderiam auxiliar na mobilização. A coordenadora da escola foi uma das moradoras entrevistadas e se mostrou solicita a colaborar. Segundo a coordenadora, a escola de São Pedro do Itabapoana oferece ensino do pré-escolar até o 9º ano. Atualmente, a escola tem 210 alunos, dos quais cerca de 50 são moradores da Sede do Distrito de São Pedro do Itabapoana, onde está o Sítio Histórico. Os demais alunos são moradores de outras comunidades do Distrito, entre elas Pedra Riscada, Maravilha e Recreio, e são trazidos à escola por ônibus escolar.

Durante a Oficina de Implementação da Casa do Patrimônio no Espírito Santo, em 1º e 2 de dezembro, foi incorporada na minuta do plano de trabalho a formação de um GT para trabalhar com educação patrimonial em São Pedro do Itabapoana. Dentro deste trabalho, estão incluídas as oficinas propostas pela pesquisa de mestrado em pauta, que deverá ganhar novos parceiros de trabalho e eventuais colaboradores.

7 Referências

ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem "Respondent-driven Sampling" na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. 2009. 99 p. Dissertação (Mestrado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), Ministério da Saúde, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SIMÃO, Lucieni de Menezes; BENTO, Jamilda Alves Rodrigues; RODRIGUES, Moacir Alves. Cartografia Social dos ofícios tradicionais e das expressões culturais de Goiabeiras Velha - ES. **Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidade Tradicionais do Brasil.** Expressões culturais e ofícios tradicionais em Goiabeiras Velha. Vitória, Espírito Santo. Vitória: UEA Edições, 2010, 12 p.

AVELAR, João Vitor Ramiro. **Disputa de frames e hibridismo organizacional: um estudo de caso em um hospital universitário federal.** 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *In:* CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: [s.n.] 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. de A. Rego & A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In:* BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 189-217.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELAS, Carla; PIRES, Simone Campos; SILVA, Luciane Freitas da. **Organização e análise dos dados da 1ª. fase de pesquisa etnográfica.** Vitória: IPHAN, 2015b.

BELAS, Carla; PIRES, Simone Campos; SILVA, Luciane Freitas da; MAGALHÃES, Yuri Batalha. **Diagnóstico Sociocultural:** Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Vitória: IPHAN, 2015a.

BELAS, Carla; PIRES, Simone Campos; SILVA, Luciane Freitas da; MAGALHÃES, Yuri Batalha. I**nventário Nacional de Referências Culturais do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras.** Vitória: IPHAN, 2016.

BELAS, Carla; SILVA, Luciane Freitas da. **Relatório de atividades de campo:** julho a setembro de 2015. Vitória: IPHAN, 2015.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem** [online]. v. 15, n. 4. [s.n.], [s.l.], 2006, p. 679-684.

FARR, Robert. Interviewing: the Social Psychology of the Interview. *In:* FRANSELLA, Fay. (ed.) **Psychology for Occupational Therapists.** London: Macmillan, 1982.

FONSECA, Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. *In:* MinC/Iphan. **Inventário nacional de referências culturais:** manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000, p. 11-21.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo.** Brasília: Editora Plano, 2003.

GOLDMAN, Marcio. **Os tambores do antropólogo:** antropologia pós-social e etnografia. Ponto Urbe. Ano 2, versão 3.0. São Paulo: NAU/USP, jul. 2008.

GOODMAN, Leo. **Snowball sampling.** Annals of Mathematical Statistics. 32. [s.n.], [s.l.], 1961, p. 148-170.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial:** inventários participativos: manual de aplicação. Texto. Sônia Regina Florêncio et al. Brasília: IPHAN, 2016, 134p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2000.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. O tombamento de Iguape como patrimônio nacional: novas práticas e políticas de preservação. *In:* PARC PESQUISA EM ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO. **Anais** [...] v. 6, n. 1. Campinas: [s.n.], jan./mar. 2015, p. 26-38.

ORLANDI, Eni. A Análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. *In:* **10 Seminário de Estudos em Análise de Discurso. Anais** [...] 10-13 nov. 2003. [CD-ROM]. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

REA, Louis; PARKER, Richard. Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000.

ROCHA, Gilmar. A etnografia como categoria de pensamento na antropologia moderna. *In:* **Cadernos de campo**. n. 14/15. São Paulo: [s.n.], 2006, p. 1-382.

SANCHEZ, Zila van der Meer; NAPPO, Solange Aparecida. Seqüência de drogas consumidas por usuários de crack e fatores interferentes. *In:* **Revista Saúde Públic**a. 36(4), [s.n.], [s.l.], 2002, p. 420-430.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Semear outras soluções:** os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

URIARTE, Uri Montoya. Podemos todos ser etnógrafos? Etnografia e narrativas etnográficas urbanas. *In:* **Redobra**. n. 10, [s.n.], [s.l.], 2012, p. 171-189.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. **Division of Mental Health.** Qualitative Research for Health Programmes. Geneva: WHA, 1994.

Disponível: www.ibge.gov.br. Acesso em: ago. 2022.

Disponível: www.mimosodosul.es.gov.br. Acesso em: ago. 2022.

8 Anexos

8.1 Questionário base das entrevistas

Ficha de contato / Perguntas

Nome _____ Idade _____

Contato _____ Ocupação _____

Endereço _____

1. Houve mudanças na sua ocupação ao longo do tempo? Quais? _____

_____

2. Mora em São Pedro desde quando? Por que? _____

_____

3. Qual a importância que São Pedro tem para você e sua comunidade? _____

_____

_____

4. Quais as mudanças que você percebeu em São Pedro depois que foi tombado pelo estado em 1987? (pontos positivos e negativos) _____

_____

_____

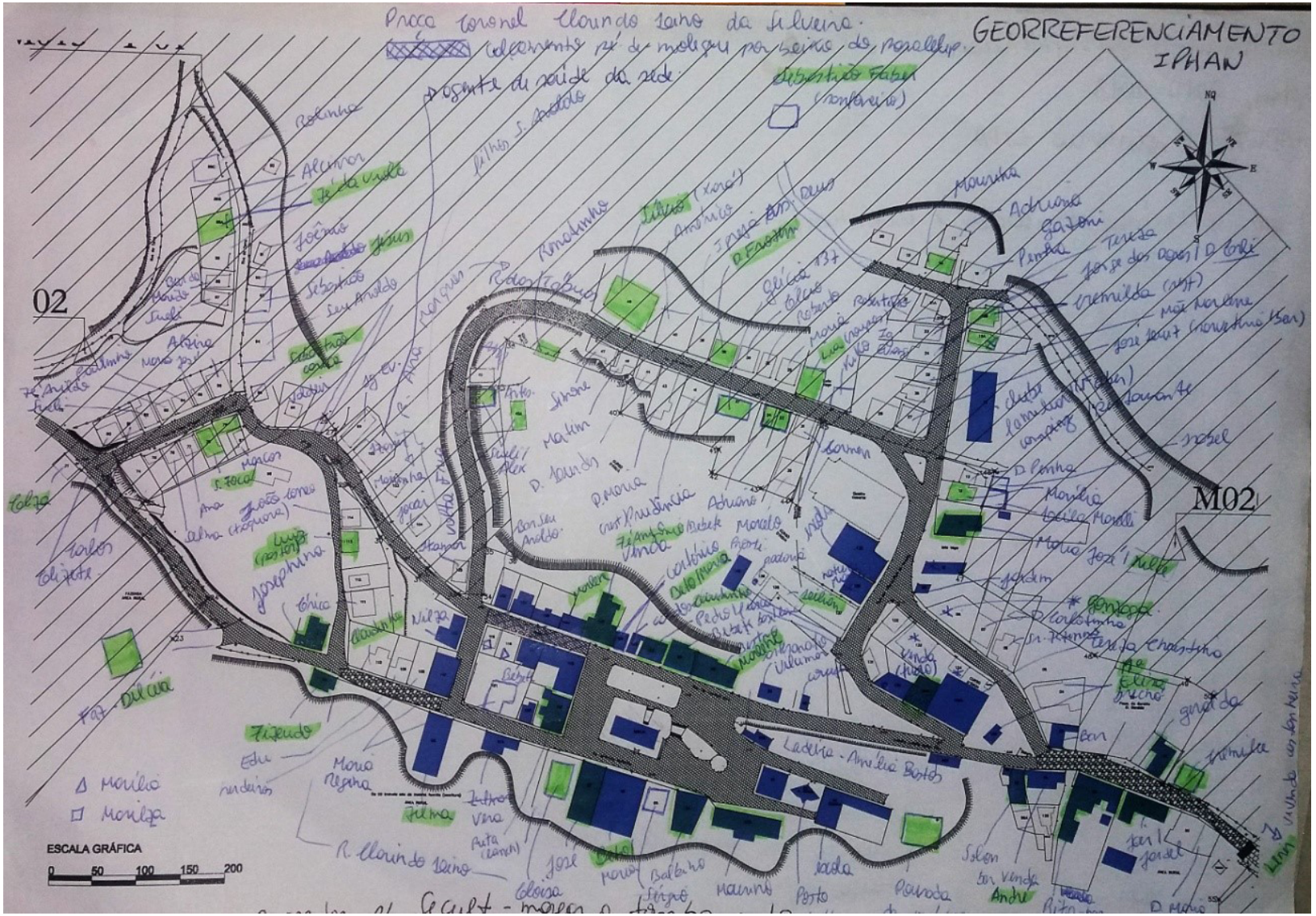
5. Você gostaria que São Pedro fosse tombado em nível nacional? Por que? _____

_____

_____

Obs. _____

8.2 Mapeamento dos moradores no sítio



8.3 Trecho ilustrativo da Matriz

	A	B	C	D	E	F	G
1	Entrevistado	Idade	Ocupação	1. Houve mudanças na sua ocupação ao longo do tempo? Quais?	2. Mora em São Pedro desde quando? Por quê?	3. Qual a importância que São Pedro tem para você e sua comunidade?	4. Quais as mudanças que você Pedro depois que foi tombado 1987? (pontos positivos e
2	1	79	Aposentada (Professora - alfabetização).	Não. Sempre fui professora até me aposentar.	Nasci em São Pedro, estudei em Mimoso, casei e voltei para São Pedro para a fazenda Feliz Destino.	Muito importante, lugar onde nasci. Faço o que puder por São Pedro. É um distrito que já foi cidade, tem tudo para ser melhor que os outros pois é patrimônio histórico. Muita gente ajudou São Pedro a crescer na época e outras continuam a divulgar.	As mudanças foram ótimas. O animado, muitas pessoas v impediram que continuassem a os moradores começaram a c Ganhamos também estradas
3	2	60	Proprietária de bistrô em São Pedro.	Sim. Antes tinha buffet no Rio de Janeiro, mas com a baixa do governo tinha pouco trabalho. Em cidade grande é difícil, tem que trabalhar muito pra sobreviver, aqui com pouco se vive bem.	Há um ano, desde agosto de 2015. Escolhi São Pedro porque me encantei e pela tranquilidade. Eu já estava procurando um lugar para se mudar do Rio, vim a São Pedro pela primeira vez para o evento Casa Aberta, senti uma energia aqui, uma coisa incrível. Encontrei a paz que eu estava precisando. Aqui tinha uma deficiência enorme de alimentação.	Pessoas maravilhosas, calor humano, me acolheram. É pitoresca, diferente dos outros lugares, não se descaracterizou. É muito conservada, a energia da música, da sanfona é um grande atrativo.	NÃO MORAVA EM SÃO
4	3	56	Proprietária de pousada e Produtora Rural em São Pedro, Consultora de turismo e cultura em Vitória, membro do Grupo Gestor de Turismo de São Pedro –	Sim. Primeiro fui funcionária do estado na área de extensão rural em Vitória, depois tive posto de gasolina e montei a agência de turismo e cultura. Hoje estou aposentada do estado, tenho	Nasci e fui criada aqui até os 10 anos, saí para estudar e retornei em 2005 – passo uma semana aqui e uma em Vitória. Voltei pela família, queria curtir os últimos anos de vida da minha avó e dos meus pais. Como ia me aposentar e herdar a fazenda de meu pai, resolvi aprender com ele a mexer com a terra. Estudei produção de flores.	É a minha história e da minha família, é minha referência.	O tombamento foi um marco ini não garantiu nada. O que fez criação das festividades e o am moradores. Tiveram algumas te anos com treinamento, com ca pessoas são resistentes porq simples, não são empreended
	4	70	Técnico agrícola, proprietário e administrador de fazenda em Itapemirim, hoje aposentado é proprietário de fazenda	Não. Sempre foi administrador de fazenda. Fiz o ginásio em Santa Tereza e formei lá no colégio técnico agrícola em 1968	Nasci no distrito de Conceição de Muqui, moro em São Pedro desde 1966, vim com 16 anos para a Fazenda Fazendinha. Sai para estudar em Santa Tereza. Voltamos para São Pedro porque o clima aqui era mais ameno. Morei em Mimoso, tenho casa lá, mas comprei a Fazenda Santa Rosa em	É um povo bastante simples, mas trabalhador. Gosto muito daqui, quero ser enterrado aqui.	Ajudou muito, valorizou as te melhora muito São Pedro, o pov

8.4 Trecho ilustrativo da Planilha de dados codificados

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	
1	Entrevistado	Faixa etária	Ocupação	Turismo: Hotelaria e Restaurante	Tempo de residência em São Pedro	Ocorrência da palavra "festival" por entrevistado	Ocorrência da palavra "fazenda" por entrevistado	Ocorrência das palavras "fazenda", "roça", "lavoura" por entrevistado	Importância de São Pedro	Ocorrência da palavra "festival" por entrevistado na questão 4 (sobre o tomb. estadual)	Tombamento estadual – pontos positivos e negativos		Você gostaria q tombado em níve	
2	1	Idoso (≥ 65 anos)	Aposentado - P - C	Cama & Café/ Pousada/ Restaurante/Loja de Artesanato - N - C	Morador antigo, nascido em São Pedro - E		y	w	1, 3, 2		+		sim	Sim, O est a aju tinha me
3	2	Adulto (40 - 64 anos)	Proprietária de pousada e/ou restaurante	Cama & Café/ Pousada/ Restaurante/Loja de Artesanato - N - E	Morador recente		y	w	4, 5, 7, 6		0	0	sim	Si mar está o fa turis
4	3	Adulto (40 - 64 anos)	Proprietária de pousada ou restaurante - O	Cama & Café/ Pousada/ Restaurante/Loja de Artesanato - N - C	Morador antigo, nascido em São Pedro - E - O	x	y	w	1, 5, 3	x	+	-	sim	Sou son aqui. é out pa
5	4	Idoso (≥ 65 anos)	Produtor Rural	-	Morador antigo, nascido na região próxima - E - O	2x	y	w	4, 1	x	+		sim	Sim difi rec
6	5	Adulto (40 - 64 anos)	Proprietária de pousada e/ou restaurante	Cama & Café/ Pousada/ Restaurante/Loja de Artesanato - N - E	Morador recente			w	5, 8				acho que sim	Se fo acho a ge ac
7	6	Idoso (≥ 65 anos)	Aposentado - N	-	Morador antigo, nascido na região próxima		y	w	1, 8			-	não soube opinar	N

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DA ATUAÇÃO DAS CASAS DO PATRIMÔNIO DE PERNAMBUCO

Aluna:
Fernanda Gabriela Biondo

Supervisora:
Márcia Hazin

Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural Práticas Supervisionadas – Superintendência do Iphan em Pernambuco

Março de 2014

A autora deste trabalho é historiadora, formada em 2011, e consultora em ações de educação patrimonial para a administração pública. Foi selecionada em 2013 para a vaga oferecida ao Mestrado Profissional pela Superintendência do Iphan em Recife, com a função de acompanhar as atividades do projeto Casas do Patrimônio no estado. A iniciativa das Casas do Patrimônio promovida pelo Iphan tem como cerne a educação patrimonial para preservação, estruturada na relação entre os grupos sociais e os bens, além da articulação com as intuições.

A mestranda atuou nesse projeto reconhecendo e analisando a gestão das Casas de Recife, Olinda e Igarassu. As atividades da rotina de preservação desenvolvidas compreenderam o levantamento e a análise documental, a revisão bibliográfica, a participação em debates, entre outras, observando aspectos técnicos e operacionais dessa iniciativa.

Nesse contexto, a autora desenvolveu o complexo Diagnóstico das ações pertinentes ao projeto Casas do Patrimônio de Pernambuco, sendo este que se segue o primeiro produto referente à etapa inicial do trabalho, que compreende um Diagnóstico Preliminar complementado no segundo produto intitulado: "Visões e Percepções sobre Educação Patrimonial e a Atuação das Casas do Patrimônio de Pernambuco: Um Estudo Referencial."

Por meio da experimentação e da reflexão acerca dessa prática da preservação, somados ao referencial metodológico, a aluna discute a educação patrimonial ao longo da trajetória do Iphan na dissertação: "Os Desafios da Educação no Campo do Patrimônio Cultural: Casas do Patrimônio e Redes de Ações Educativas", defendida em 2016.

Apresentação

O Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan conta com a disciplina "Práticas Supervisionadas", na qual os alunos têm a oportunidade de acompanhar e vivenciar a rotina da instituição e produzir produtos técnicos a fim de organizar, consolidar e refletir sobre a experiência adquirida. A Superintendência do Iphan em Pernambuco solicitou, para a turma 2013, a realização de acompanhamento e avaliação da atuação das Casas do Patrimônio do Estado, localizadas em Recife, Olinda e Igarassu, no intuito de compreender sua articulação com os demais entes da sociedade civil. Desde 2008, no âmbito do Iphan, o projeto Casas do Patrimônio (CP) ganha fôlego para se tornar uma nova forma de relacionamento e articulação institucional com a sociedade e os poderes públicos locais.[1] A Superintendência do Iphan em Pernambuco é pioneira desse projeto, inaugurando uma das primeiras Casas do Patrimônio do

[1] A Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, realizada em Pirenópolis-GO, em agosto de 2008, foi um dos marcos iniciais de fomento à implantação das Casas do Patrimônio do Iphan.

Iphan, em 2009.[2] Desta forma, o Primeiro Produto Técnico da Prática Supervisionada é fruto da interação da mestranda com as atividades práticas na rotina da unidade de lotação, somado à temática de pesquisa da dissertação[3] que será desenvolvida em torno do conceito e atuação das Casas do Patrimônio de Pernambuco. Além de eixo central da pesquisa teórica referente à dissertação, de modo a elaborar um trabalho contínuo e integrado, a temática "Casas do Patrimônio" contempla, também, os três produtos técnicos das práticas supervisionadas.

Assim, o Primeiro Produto Técnico da Prática Supervisionada apresenta o **"Diagnóstico Preliminar da Atuação das Casas do Patrimônio de Pernambuco"**. Tendo em vista a complexidade que a elaboração de um diagnóstico demanda, a fim de evitar informações equivocadas e que possam gerar conclusões errôneas, foi necessário dividi-lo em duas etapas. Isto posto, o Segundo Produto da Prática Supervisionada será a complementação do diagnóstico preliminar, resultando em sua versão final. Para finalizar, o Terceiro Produto da Prática Supervisionada será uma consequência prática de ambos, fomentado pelos dados e conclusões da atuação das Casas do Patrimônio de Recife, Olinda e Igarassu, a fim de desenvolver "Proposições e Estratégias para Atuação das Casas do Patrimônio de Pernambuco".

De acordo com as orientações técnicas para elaboração dos produtos das práticas supervisionadas, a elaboração de um diagnóstico é desenvolvida por meio do levantamento e análise de dados no intuito de avaliar problemas de natureza diversa e identificar potencialidades e dificuldades para que ações e projetos sejam otimizados.[4] Assim, o **objetivo** central deste diagnóstico é apresentar os dados obtidos

[2] A Casa do Patrimônio localizada na cidade do Recife foi inaugurada em 17 de dezembro de 2009. As Casas do Patrimônio de Olinda e Igarassu iniciam suas atividades, respectivamente, no primeiro semestre de 2011 e no segundo semestre de 2010.
[3] Ainda em processo de construção, a pesquisa para a dissertação deverá contemplar o formato de "gestão em rede" proposto pelo Iphan para a atuação das Casas do Patrimônio.
[4] Orientações Técnicas para elaboração dos produtos das práticas supervisionadas (IPHAN, 2013, p. 13).

por meio da pesquisa realizada, de modo a fomentar o debate e entendimento sobre a atuação das Casas do Patrimônio de Recife, Olinda e Igarassu, a fim de proporcionar um panorama reflexivo no âmbito do Iphan-PE, que possa fortalecer a relação institucional com órgãos públicos e sociedade civil, por meio de ações educativas de natureza processual e contínuas.[5]

Respaldado na experiência vivenciada pelas atividades da prática supervisionada na qual a mestranda pôde acompanhar a rotina de atuação e gestão das Casas do Patrimônio (CP), articulação com parceiros, reuniões internas e desenvolvimento de projetos – o processo de elaboração deste diagnóstico ocorreu concomitante a outros procedimentos institucionais que fomentaram diversas reflexões e debates internos no âmbito do Iphan-PE no sentido de pensar a situação atual das CP de Pernambuco individual e integradamente. Desta forma, em fevereiro de 2014, a Coordenação de Educação do Departamento de Articulação e Fomento do Iphan (Ceduc/Daf/Iphan) convocou uma reunião técnica por videoconferência no intuito de retomar as discussões sobre o Projeto Casas do Patrimônio. Esta reunião estimulou diversos debates no panorama institucional do Iphan-PE, nos quais foi percebida a real necessidade de avaliar a atuação das CP de Pernambuco para identificar as fragilidades e potencialidades de suas ações. Em seguida, foram realizadas diversas reuniões técnicas para elaboração do Planejamento Estratégico e "Planos de Ação" para Projetos Educativos e das Casas do Patrimônio em 2014, cujos debates ocorreram em torno da possibilidade de elaboração de um planejamento integrado para as três CP de Pernambuco. O processo reflexivo fomentado por esses procedimentos internos foi imprescindível para a realização deste diagnóstico por possibilitar perceber os diversos discursos, anseios, desafios e objetivos que permeiam a atuação das CP de Pernambuco e suas distintas realidades.

[5] Os conceitos e diretrizes para as ações educativas/Educação Patrimonial são detalhados no item "3- Ações Educativas/Educação Patrimonial" deste produto.

Do ponto de vista da **metodologia** utilizada para a realização do Diagnóstico Preliminar das Casas do Patrimônio de Pernambuco, foi necessário definir alguns eixos estratégicos de avaliação. Primeiramente, partir da documentação oficial do Iphan que delimita as diretrizes de atuação das CP, como a Carta de Nova Olinda, e também a recente publicação do Iphan "Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos", foi base fundamental para estipular os critérios a serem utilizados na avaliação. Em reunião com demais técnicos do Iphan-PE, foi discutido sobre as peculiaridades de cada CP em relação às diretrizes universais desta documentação. Este debate originou categorias próprias para entender o funcionamento das CP de Pernambuco que, partindo das premissas estipuladas pela Carta de Nova Olinda, puderam ser adaptadas à realidade de Recife, Olinda e Igarassu. Estas categorias foram organizadas em forma de tabela (Anexo I)[6] para possibilitar a sistematização dos dados coletados no processo de diagnóstico.

Posteriormente, foi preciso realizar um levantamento das iniciativas educativas realizadas pelo Iphan-PE, a fim de compreender o caráter dessas ações e em que medida foram realizadas[7] sob o conceito e premissas estabelecidas para a atuação das Casas do Patrimônio. A princípio, pensou-se que o recorte temporal para este levantamento de dados se daria em função da inauguração das CP de Pernambuco: Recife em dezembro de 2009, Igarassu em 2010 e Olinda no primeiro semestre de 2011. No entanto, foi observado que em 2008 foram elaboradas ações educativas[8] pelo Iphan-PE que confluíam com o início dos debates e discussões, no âmbito do Iphan, sobre o Projeto Casas do Patrimônio, a partir da "Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Pa-

[6] Os anexos deste documento foram suprimidos para adequação ao formato da publicação. O trabalho completo está disponível para consulta no no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro e na Superintendência de Pernambuco.
[7] Idem nota anterior.
[8] O projeto "Conhecer para Preservar" foi idealizado sob o conceito de atuação das Casas do Patrimônio mesmo antes destas serem inauguradas no Estado de Pernambuco. Ver Anexo II – Iniciativas Educativas do Iphan-PE (2008-2014, p. 37), que consta do trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.

trimônio", realizada em Pirenópolis-GO, em agosto de 2008. O recorte espaço-temporal foi então estabelecido na busca das ações educativas realizadas pela Superintendência do Iphan em Pernambuco, entre 2008 e 2014. É preciso esclarecer que este recorte temporal foi estabelecido no sentido de contemplar as ações executadas em torno do conceito de atuação das Casas do Patrimônio de Pernambuco, e que iniciativas educativas, de aproximação e diálogo com a sociedade já eram promovidas pelo Iphan-PE anteriormente a este projeto.

Após definição do recorte temporal, esta etapa metodológica de pesquisa demandou busca no CPROD.NET – Controle de Processos e Documentos[9] – e no Arquivo Central da Superintendência, e dos Escritórios Técnicos/Casas do Patrimônio de Olinda e Igarassu, pelos processos e documentações relativos à Educação Patrimonial e/ou Casa do Patrimônio. O procedimento de levantamento das iniciativas educativas foi muito complexo, e dificuldades e desafios surgiram durante esta etapa, exigindo novas estratégias de avaliação, assim como definição conceitual de elementos fundamentais da prática institucional. A princípio, verificou-se que não há uma metodologia de sistematização das ações educativas no CPROD.NET ou nos arquivos, pois de modo geral, as ações estão cadastradas pelo nome dos projetos realizados. Diante desta realidade, percebeu-se a necessidade de realização de entrevistas com o quadro técnico do Iphan-PE para conhecimento desses projetos.

Para esta etapa do diagnóstico preliminar, também foi fundamental entrevistar os servidores do Iphan-PE que estão, ou estiveram em determinado momento, envolvidos com a temática das Casas do

[9] O uso do CPROD.NET e suas características, estão detalhados mais precisamente no item "2- Levantamento das iniciativas educativas do Iphan-PE" deste documento.

Patrimônio, além de realizar entrevistas com os gestores locais.[10] Por meio destas, foi possível preencher as lacunas oriundas do levantamento de dados, assim como aferir os diversos discursos internos que permeiam o campo das ações educativas e das Casas do Patrimônio na Superintendência do Iphan em Pernambuco.

Isto posto, sempre procurando relacionar os aspectos diagnosticados com as diretrizes estabelecidas pela Carta de Nova Olinda[11], os resultados obtidos por este Diagnóstico Preliminar da atuação das Casas do Patrimônio de Pernambuco, estão Estruturados da seguinte forma: 1- "Casas do Patrimônio de Pernambuco –Introdução": histórico do processo de implantação das CP de Recife, Olinda e Igarassu, e as expectativas para sua atuação; 2- "Levantamento das iniciativas educativas do Iphan- PE": descrição da metodologia utilizada para levantamento das iniciativas educativas e os desafios encontrados durante este processo; 3- "Ações Educativas/Educação Patrimonial": entendimento das características das iniciativas educativas realizadas pelo Iphan-PE de acordo com os conceitos e diretrizes estabelecidos pelo Iphan; 4- "Ações não realizadas no âmbito das Casas do Patrimônio": observações realizadas em torno das ações educativas realizadas dentro do recorte temporal estabelecido, mas que não foram pensadas ou articuladas pela operacionalização do conceito de atuação das CP; 5- "Parcerias": análise dos tipos de parcerias efetivadas pelas CP de Pernambuco e da postura institucional em relação à identificação de

[10] Os gestores locais entrevistados foram: Frederico de Almeida, Superintendente do Iphan-PE, desde 2003; Fábio Cavalcanti, Chefe do Escritório Técnico de Olinda de dezembro de 2007 a julho de 2011 e Coordenador Técnico do Iphan-PE de julho de 2012 a janeiro de 2014; Fábio Torres, chefe do Escritório Técnico/Casa do Patrimônio de Igarassu, desde 2010; Julia da Rocha Pereira, Chefe do Escritório Técnico de Olinda de setembro de 2013 a fevereiro de 2014, e atual Coordenadora Técnica do Iphan-PE. Os servidores do Iphan-PE que atuam, ou já atuaram sob a perspectiva das Casas do Patrimônio foram: Romero de Oliveira e Maria Emília Lopes Freire, integrantes do primeiro grupo de trabalho responsável pela inauguração da CP de Recife; Giorge Bessoni, Fernando Medeiros e Jairo Hely Silva, integrantes da equipe técnica da CP de Olinda.

[11] A publicação "Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processo", também foi fonte de pesquisa. Ver Anexo I – Diretrizes para Avaliação das Casas do Patrimônio de Pernambuco, p. 35, que consta do trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.

parceiros em potencial; 6- “Aspectos Infra-Estruturais”: descrição dos aspectos infra-estruturais das CP de Pernambuco, isto é, os equipamentos disponíveis para seu funcionamento, estrutura física, configuração arquitetônica, disponibilização de acervo, etc; 7- “Aspectos Operacionais”: compreensão dos aspectos referentes à gestão e administração das CP, procurando-se identificar as equipes técnicas de cada CP, e diretrizes específicas, como um marco regulatório ou regimento interno; 8- “Comunicação e Divulgação”: identificação dos métodos de comunicação e divulgação das atividades promovidas e realizadas pelas CP de Pernambuco. Em última instância, apresenta-se as “Considerações Finais”, identificando as potencialidades e fragilidades encontradas por este trabalho e apontando as próximas etapas que serão contempladas pelo Segundo Produto da Prática Supervisionada.

Espera-se que a análise dos dados levantados por essas duas etapas do Diagnóstico das Casas do Patrimônio de Pernambuco ilustrem os aspectos fundamentais da atuação das CP de modo a identificar os meios e estratégias a serem otimizados para o fortalecimento das ações educativas no âmbito institucional.

Diagnóstico Preliminar das Casas do Patrimônio de Pernambuco

1 Casas do Patrimônio de Pernambuco: Introdução

O Projeto Casas do Patrimônio do Iphan é oriundo de um intenso debate institucional, que contou com a participação de diversos profissionais do campo do patrimônio, em encontros periódicos, no sentido de estruturar e consolidar as ações educativas do Iphan voltadas para a proteção do patrimônio cultural

brasileiro. A Carta de Nova Olinda é o documento oficial que estabelece diretrizes, conceitos, objetivos e premissas das CP, publicado em 2009, após o I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, em Nova Olinda, Ceará.[12] De acordo com este documento, pode-se entender que:

> [...] a Casa do Patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do Patrimônio Cultural.[13]

Sob essa premissa, a Superintendência do Iphan em Pernambuco, aproveitando-se da oportunidade de mudança de sede, apropriou-se deste conceito e inaugurou uma das primeiras Casas do Patrimônio do Iphan, em 17 de dezembro de 2009, no Palácio da Soledade, no bairro da Boa Vista, centro de Recife. De acordo com o Superintendente do Iphan em Pernambuco, Frederico de Almeida, a necessidade de mudar de sede possibilitou buscar novos espaços, e a negociação com os jesuítas da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), proprietários do Palácio da Soledade[14], mostrou-se como uma parceria em potencial no sentido de promover um espaço de interação e articulação com a sociedade. Segundo Frederico de Almeida, a CP de Recife foi idealizada no sentido de se tornar o centro de referência das CP do Estado de Pernambuco, sendo que as demais deveriam atuar como CP satélites.

---

[12] O I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio ocorreu na Fundação Casa Grande – Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe, Ceará, entre 27 de novembro e 1º de dezembro de 2009. Contou com a participação de representantes e colaboradores do Iphan das Casas do Patrimônio implantadas até o momento: Centro de Referência do Samba de Roda em Santo Amaro, Bahia; Casa da Baronesa, Ouro Preto, Minas Gerais; Casa do Patrimônio de Iguape, São Paulo; Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe, Nova Olinda, Ceará; Casa do Patrimônio de João Pessoa, Paraíba; Casa do Patrimônio de Recife, Pernambuco.

[13] Carta de Nova Olinda, p. 5.

[14] A negociação com os jesuítas para a mudança de sede começou em 2006. O Palácio da Soledade foi tombado pelo Iphan em 1938, abrigou o Colégio Nóbrega e foi morada dos bispos de Recife e Olinda desde meados do século XVIII até 1917.

Desta forma, a inauguração da nova sede do Iphan-PE e, consequentemente da Casa do Patrimônio de Recife[15], foi elemento propulsor de diversas ações educativas, como oficinas para formação de multiplicadores, roteiros de visitação, encontros técnicos, exposições e outras. Para o processo de mudança, foi decidido que o setor técnico da Superintendência seria alocado no andar superior da edificação, enquanto a parte térrea seria identificada como Casa do Patrimônio, acordando-se então uma divisão dos espaços do Palácio da Soledade, entre Iphan-PE e Unicap, de modo que a área térrea seria espaço de gestão comum, incluindo-se a biblioteca e o auditório.

A implantação da Casa do Patrimônio ocorreu com a exposição "O Sopro do Tempo: o Patrimônio Nacional em Pernambuco", desenvolvida a partir da estruturação de grupo de trabalho de técnicos do Iphan-PE envolvendo uma série de ações educativas e de interação com a sociedade e parceiros. A exposição reuniu mais de mil e quinhentos visitantes[16] - durante aproximadamente dezoito meses de



Palácio da Soledade – Sede da Superintendência do Iphan-PE/Casa do Patrimônio de Recife

[15] No processo referente ao desenvolvimento dos projetos para a Implantação da CP no Palácio da Soledade, n.º 01498.001086/2009-52, a CP é identificada pelas seguintes terminologias: "Casa do Patrimônio de Pernambuco", "Palácio da Soledade – Casa do Patrimônio", ou simplesmente "Casa do Patrimônio". A partir de 2010, no processo referente à contratação de empresa especializada para executar projeto de ações educativas e interdisciplinaridade, n.º 01498.001193/2010-14, a Casa do Patrimônio passa a ser identificada por "Casa do Patrimônio – Recife", ou "Casa do Patrimônio do Recife". De modo a facilitar a leitura deste trabalho, a identificação será padronizada para "Casa do Patrimônio de Recife" ou "CP de Recife".

[16] Informação retirada do Projeto Básico de Licitação para Ações Educativas e Interdisciplinaridade para a Casa do Patrimônio de Recife, processo n.º 01498.001193/2010-14

vigência[17] - entre público espontâneo, professores e estudantes de escolas públicas e particulares da região metropolitana do Recife e interior.

Em 2012, aproximadamente, dois anos após a inauguração, a Universidade Católica de Pernambuco solicitou um espaço que estava destinado às exposições da CP para inaugurar o Museu de Arqueologia da Unicap. De acordo com o historiador do Iphan-PE, Romero Oliveira, integrante do grupo de trabalho responsável pelas ações referentes à implantação da CP, "o espaço (que corresponde a cerca de metade da área do térreo do Palácio da Soledade) que seria destinado ao projeto conceitualmente já elaborado 'Patrimônio Cultural e Transdisciplinaridade'[18] foi utilizado para a montagem do Museu de Arqueologia da Unicap".[19] Segundo o Superintendente do Iphan-PE, um dos motivos que pode ter fomentado esta solicitação foi "a falta de proatividade na movimentação e desenvolvimento de projetos para a CP". No entanto, a instalação do Museu de Arqueologia deveria ser entendido como elemento indutor de fomento, complementação e expansão da Casa do Patrimônio como centro de interação com a comunidade. A intenção era que o museu fosse um parceiro, articulado com a CP.[20]

Após o início dos procedimentos para a instalação deste museu, é possível perceber, por meio do discurso dos técnicos e gestores administrativos, certa desarticulação interna no âmbito do Iphan-PE para elaboração de atividades educativas de caráter processual e comprometidas com o conceito de atu-

[17] De acordo com o projeto básico, o tempo de duração da exposição deveria ser de doze meses. Porém, segundo o historiador do Iphan-PE, Romero Oliveira, integrante do grupo de trabalho responsável por esta ação, a exposição teve uma repercussão muito grande e houve, inclusive, a intenção de torná-la permanente. A exposição "O Sopro do Tempo" foi substituída pela exposição itinerante "Bem do Brasil", inaugurada em fevereiro de 2012.
[18] Este projeto tinha por objetivo a elaboração de um material didático, acompanhado de uma exposição museográfica, no intuito de inserir a temática do Patrimônio Cultural no âmbito escolar. Por conta da solicitação do espaço físico destinado à CP, não foi possível realizar a exposição, somente a elaboração do material didático.
[19] O projeto do museu foi aprovado devido ao fato da temática tratar do Sítio Furna do Estrago em Buíque – PE, este cadastrado pelo Centro Nacional de Arqueologia.
[20] O Museu de Arqueologia ainda não foi inaugurado.

ação das CP. Segundo o superintendente do Iphan-PE, a CP de Recife é a que menos exerce sua função, pois não houve continuidade e articulação suficiente para dar continuidade a este projeto.[21]

Na cidade de Olinda, a intenção de implantar uma Casa do Patrimônio é oriunda da necessidade de mudança da sede do Escritório Técnico, localizado na Igreja do Carmo.[22] Buscou-se, então, um novo espaço, na nucleação do Sítio Histórico de Olinda, para realização de requalificação do edifício para o uso institucional. Segundo o arquiteto e urbanista Fábio Cavalcanti[23], mais que uma alteração de edifício, esse fato foi considerado oportunidade para uma mudança de postura institucional. Foi realizado, então, um planejamento estratégico, com a equipe do Escritório Técnico, partindo do diagnóstico de sua atuação em Olinda desde a fundação, em 1984. Para Fábio Cavalcanti,

> [....] este diagnóstico demonstrou perspectivas de ações futuras, dentre o contexto da mudança para o novo cenário. Conclui-se que o conceito norteador desta mudança deveria ser o de "Casa do Patrimônio", que o Iphan acabara de lançar, porque foi reconhecido todo o potencial de um novo paradigma de atuação institucional, pelo qual o Escritório Técnico de Olinda precisava se inserir. Isso demandou, do ponto de vista das adaptações necessárias, considerar que todo e qualquer espaço do Escritório Técnico seria Casa do Patrimônio, sem haver separação física entre os dois elementos institucionais, a fim de que fosse quebrada a velha percepção de "repartição pública", pois este formato separava ou dificultava, o estreitamento de relação com a comunidade. (CAVALCANTI, 2014 - relato verbal).

Desta forma, a nova sede localizada na Rua do Amparo, número 59, no Sítio Histórico de Olinda, fora estrategicamente pensada, de modo que a parte da frente do Escritório Técnico/Casa do Patrimônio foi

[21] O Segundo Produto da Prática Supervisionada deverá abordar com propriedade este tema, por meio de análise dos discursos das entrevistas com todo o quadro técnico do Iphan-PE.
[22] A Igreja do Carmo fora restaurada e, posteriormente, devolvida aos carmelitas, demandando a mudança do Escritório Técnico do Iphan.
[23] Fábio Cavalcanti, Chefe do Escritório Técnico de Olinda de dezembro de 2007 a julho de 2011 e Coordenador Técnico de julho de 2012 a janeiro de 2014.

destinada a receber elementos expositivos, para que necessariamente a população passasse por este espaço para chegar à área administrativa. Esta concepção deveria integrar os espaços e serviços, a fim de que o entendimento de CP perpassasse toda e qualquer atividade da instituição.

A implantação da CP de Olinda deveria ocorrer por meio da exposição "Comemorar Olinda", uma representação da rotina da cidade histórica e de seus valores pela visão de seus moradores. Este projeto ainda não foi executado, tendo sido licitado somente ao final de 2013, para execução prevista para o segundo semestre de 2014. No entanto, independente da implantação "oficial", a CP de Olinda está ativa desde a mudança de sede, no primeiro semestre de 2011, desenvolvendo diversas atividades educativas e culturais.

Em Igarassu, a Casa do Patrimônio surge juntamente com o Escritório Técnico[24] pela oportunidade de fixação do Iphan em seu centro histórico, levando-se em conta a proximidade com Sítio Histórico do município de Goiana, também território de atuação do Iphan-PE. Desta forma, o restauro do Sobrado do Imperador, um imóvel situado no Sítio Histórico de Igarassu, foi finalizado em 2009, possibilitando o início das atividades do Escritório Técnico/Casa do Patrimônio. As



Imóvel n.º 59, Rua do Amparo, Sítio Histórico de Olinda – sede do Escritório Técnico/Casa do Patrimônio de Olinda



Sobrado do Imperador – sede do Escritório Técnico/Casa do Patrimônio de Igarassu

[24] Embora o Escritório Técnico de Igarassu não esteja oficialmente implantado, esta instância está em pleno funcionamento no âmbito do Iphan-PE desde 2010.

iniciativas educacionais também iniciaram anteriormente ao projeto de implantação da CP. O projeto "Preservar Igarassu" foi licitado ao final de 2013 e será executado em agosto de 2014 com diversas atividades educativas e exposição com duração de um ano.

2 Levantamento das Iniciativas Educativas do Iphan-PE

A metodologia de pesquisa desenvolvida para compreender a atuação das CP de Pernambuco, demandou a busca pelas ações educativas realizadas no Iphan-PE a fim de entender o caráter dessas ações e os diversos aspectos da atuação das CP. A partir da diretriz da Carta de Nova Olinda que estipula a "criação de banco de ações referenciais em educação patrimonial", foi fundamental, durante o processo de reflexão sobre as estratégias a serem percorridas para a realização deste diagnóstico, pensar na necessidade de elaboração de um "levantamento das ações realizadas nas Casas do Patrimônio de Pernambuco".[25]

Partindo deste pressuposto, para entender a atuação das CP de Pernambuco, foi necessário realizar uma busca no Arquivo Central da Superintendência do Iphan-PE, assim como nos arquivos dos Escritórios Técnicos de Olinda e Igarassu, para procurar os processos referentes às iniciativas educativas executadas dentro do recorte temporal estabelecido (2008-2014). Uma importante ferramenta de pesquisa utilizada foi o CPROD.NET – Controle de Processos e Documentos – um sistema de protocolo automatizado que visa controlar todo o fluxo documental dentro da instituição, isto é, o acompanhamen-

[25] Ver Anexo I - Diretrizes para Avaliação das Casas do Patrimônio de Pernambuco, p. 35, que consta do trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro

to, o acesso e a recuperação da informação, desde o cadastro de um documento até sua destinação final. O cadastramento no CPROD.NET é realizado por meio da classificação do documento em categorias. Para a pesquisa realizada por este diagnóstico, procurou-se pelos documentos cadastrados na "Classe 300 – Promoção do Patrimônio Cultural", "Subclasse 320 – Ação Educativa-Cultural/Educação Patrimonial". Em tese, todas as ações educativas realizadas pelo Iphan-PE deveriam estar cadastradas sob esta categoria, pois, segundo o manual de uso do CPROD.NET, "incluem-se nesta subclasse, documentos referentes às ações que objetivam a disponibilização de informações e conhecimentos sobre o patrimônio cultural". Levando-se em consideração que o desenvolvimento de ações educativas é parte da missão das Casas do Patrimônio, esperou-se que estas também estivessem cadastradas nesta subclasse. No entanto, a busca realizada, tanto no CPROD.NET, quanto nos arquivos, resultou em um baixo número de processos. Pode-se concluir, então, que muitos projetos referentes à Educação Patrimonial, Ações Educativas ou Casas do Patrimônio estavam cadastrados, em sua maioria, nos processos referentes aos nomes específicos de cada ação.

Percebeu-se que não há, no Iphan-PE, uma metodologia de arquivamento dos dados referentes às ações educativas ou à atuação das Casas do Patrimônio, de modo que as informações não estão sistematizadas, tornando a busca muito complexa. Como, de modo geral, os processos estão arquivados pelo nome dos projetos, ou seja, pelas iniciativas pontuais e individuais, não havendo uma sistematização vinculada ao tema Educação Patrimonial ou Casa do Patrimônio, foi preciso realizar entrevista com o corpo técnico e contar com a memória coletiva do Iphan-PE para a elaboração deste levantamento de dados.[26] Pelas entrevistas, puderam-se coletar os nomes dos projetos e das ações para que, posteriormente, fossem localizados seus processos no CPROD.NET ou nos arquivos. Nesta perspectiva, também foi pos-

[26] Em função desta dificuldade encontrada, é possível que haja lacunas a serem posteriormente complementadas.

sível aferir que algumas ações não possuem qualquer registro oficial – como processo, documentação, ou ofício –, sendo que só foi possível computá-las no levantamento de dados, por meio das entrevistas.[27]

No âmbito da CP de Olinda, desde meados de 2013, foi diagnosticada, pela equipe técnica, a necessidade de sistematizar os processos e organizar o arquivamento de modo a mantê-lo acessível para os técnicos e pesquisadores interessados. Desta forma, no intuito de instituir um acompanhamento das atividades que ocorrem na CP, a partir de iniciativa própria ou em parceria, está sendo desenvolvido um relatório sistemático das ações, contemplando uma descrição da execução da atividade, fotos, estimativa de público, desafios e avaliação da atividade e da parceria, quando é o caso. No entanto, no que diz respeito aos processos anteriores a esta iniciativa, também não foi identificada sistematização de arquivamento e cadastramento.

Em Igarassu, devido aos desafios impostos pelos aspectos operacionais[28], também não há uma metodologia de sistematização e cadastramento das ações educativas realizadas pela Casa do Patrimônio. No entanto, é importante esclarecer que o levantamento das ações da CP de Igarassu foi elaborado pelo seu gestor, o arquiteto e urbanista Fábio Torres, que disponibilizou estas informações no processo de elaboração deste diagnóstico.

Isto posto, de modo a sistematizar as iniciativas educativas realizadas no âmbito do Iphan-PE, de 2008 a 2014, foi elaborada uma tabela ilustrativa das informações referentes a estas ações (Anexo II).[29] Tendo em vista a necessidade de encontrar dados referentes a cada ação para avaliar a atuação das CP

[27] Essas ações que não possuem documentação oficial são, em sua maioria, pequenos eventos realizados nas CP e que não demandaram abertura de processo. A coleta de dados foi realizada, então, pelas informações registradas nos blogs das CP (ver página 30 deste produto) ou na memória do corpo técnico do Iphan.
[28] Os Aspectos Operacionais referentes à gestão e atuação da Casa do Patrimônio de Igarassu estão detalhados na página 28 deste diagnóstico.
[29] Os Anexos constam no trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.

de Pernambuco, procurou-se elencar, além do nome do projeto desenvolvido, as seguintes categorias: uma breve descrição da ação; data de execução; objetivos pretendidos; público-alvo; no caso das ações que demandaram recurso financeiro, identificar a origem; identificar se houve algum produto elaborado; parceiros da ação; no caso das parcerias formalizadas, identificar o instrumento de formalização; contrato com empresas prestadoras de serviço; equipe do Iphan-PE responsável pela ação; e, por fim, identificar se a ação foi pensada sob o conceito de Casa do Patrimônio e seu território (Recife, Olinda e Igarassu). Os diversos itens avaliados para execução desta etapa foram primordiais no sentido de compreender diferentes aspectos na atuação das Casas do Patrimônio de Pernambuco, cujos desafios e conclusões referentes a este processo estão relacionados nos próximos itens deste diagnóstico.

3 Ações Educativas/Educação Patrimonial

Durante o levantamento das iniciativas educativas do Iphan-PE relacionadas ao conceito de atuação das Casas do Patrimônio surgiram inquietações sobre os conceitos estabelecidos internamente sobre “Ação Educativa” e “Educação Patrimonial”. Portanto, foi necessário, a priori, partir das publicações oficiais do Iphan sobre o tema para identificar em que medida essas iniciativas estão relacionadas com as diretrizes estabelecidas.

Segundo o Guia Básico de Educação Patrimonial, publicação pioneira na área, as ações educativas devem possuir uma natureza processual, não se limitando a atividades pontuais, isoladas e descontínuas. Educação Patrimonial é definida como um “processo permanente e sistemático, centrado no Patrimônio

Cultural como fonte primária de conhecimento”[30], pelo qual as autoras da publicação, Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz, sugerem uma proposta metodológica formada por quatro etapas de aprendizado: observação, registro, exploração e apropriação.

Atualmente a Coordenação de Educação do Departamento de Articulação e Fomento do Iphan (Ceduc/Daf/Iphan) defende que a Educação Patrimonial:

> [...] constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e pela participação efetiva as comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio.[31]

Desta forma, as atividades realizadas no âmbito da CP de Recife possuem características diversas. Para a sua inauguração, foram propostas diversas ações cujo caráter corresponde às diretrizes e premissas dos debates iniciais sobre o Projeto Casa do Patrimônio e, posteriormente, da Carta de Nova Olinda. Desta forma, essas ações tinham como objetivo articular a CP com instituições de ensino e pesquisa; promoção de oficinas, cursos e outros eventos voltados à socialização de conhecimentos e à qualificação de profissionais para atuar na área; promoção de mecanismos de estímulo à participação da população na gestão da proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural, dentre outras

[30] Guia Básico de Educação Patrimonial. (IPHAN, 1999, p. 6).
[31] Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processo. (IPHAN, 2014, p. 19).

estratégias.[32] No entanto, as demais atividades executadas, que não estão relacionadas aos projetos de inauguração da CP de Recife, assumem característica pontual e segmentada, sendo possível aferir, pela fala dos técnicos do Iphan-PE, que não há um consenso interno sobre o que é considerado ação da Casa do Patrimônio, ou ação educativa. Segundo Romero Oliveira,

> [...] nos últimos dois anos, as atividades da Casa do Patrimônio de Recife estiveram voltadas para a interação com outras instituições do segmento cultural. A comissão responsável pelo julgamento dos projetos a serem contemplados pelo Fundo Estadual de Cultura – Funcultura, por exemplo, passou a se reunir no auditório da Casa, com a participação de técnicos do Iphan-PE como membros. O lançamento de livros, a realização de palestras e apresentação de projetos finalizados tornaram-se, também, mais frequentes. Em agosto de 2013, houve, a exemplo, uma série de palestras na Casa, dentro do contexto da Semana do Patrimônio de Pernambuco. Além disso, alguns técnicos passaram a tentar, com base na experiência acumulada entre os anos de 2007 a 2013 com educação patrimonial, colaborar com os atuais projetos em execução nas Casas do Patrimônio de Olinda e Igarassu. (OLIVEIRA, 2014 - relato verbal).

Conforme análise das iniciativas educativas realizadas no âmbito da Casa do Patrimônio de Olinda, pode-se perceber que muitas atividades são fomentadas por atores ou instituições locais, que procuram o Iphan para ser parceiro nas ações promovidas por eles. Na opinião do antropólogo Giorge Bessoni, integrante da equipe técnica da CP de Olinda, “a realização deste tipo de atividade demonstra a carência da população local em encontrar um espaço público aberto, respaldado por uma instituição vinculada às políticas públicas de Cultura, para a realização de suas ações de modo a fomentar e valorizar a cultura local.” Assim sendo, a atuação da CP de Olinda tem procurado alcançar as premissas da Carta de Nova

[32] Ver as premissas estabelecidas e adaptadas à realidade de Pernambuco, a partir das estipuladas pela Carta de Nova Olinda. Anexo I – Diretrizes para Avaliação das Casas de Pernambuco, p. 35, que consta do trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.

Olinda no sentido de estimular a participação da população na valorização e usufruto do patrimônio cultural, assim como fomentar o envolvimento de artistas, agentes e instituições culturais locais.[33]

Segundo o gestor da CP de Igarassu, Fábio Torres, as atividades realizadas até o momento possuem caráter experimental, para promover a movimentação da CP e aproximar a comunidade local. Além das ações promovidas pela CP de Igarassu, continuamente, desde 2010, a CP cede os dois salões térreos do Sobrado do Imperador para realização de atividades demandadas e executadas pela comunidade: oficinas diversas, exposições (dos artesãos, por exemplo), ensaios da Escola de Música de Igarassu, ensaios e apresentações de grupos de teatro e de dança, reuniões de secretarias da Prefeitura e de outras entidades (Instituto Histórico e Geográfico de Igarassu, Academia Igarassuense de Letras...) etc. Esta demanda demonstra a necessidade local de um espaço aberto para fomento da cultura local e interação da comunidade. Além de possibilitar o uso e apropriação da CP pela comunidade, desde 2011, ocorrem também iniciativas educativas fomentadas pela própria CP.[34]

Desta forma, foi possível observar que, de modo geral, as atividades realizadas pelas Casas do Patrimônio de Pernambuco ainda não possuem o caráter processual e contínuo, realizado por meio da construção coletiva de conhecimento e do diálogo permanente, conforme proposto pelo Iphan. São, em sua maioria, ações pontuais, realizadas por meio de demanda interna ou de parceiros, com objetivos específicos. Não obstante, segundo a equipe técnica da CP de Olinda e o gestor da CP de Igarassu, as atividades realizadas atualmente são fruto de construções coletivas e participativas, possuindo caráter de aproximação com a comunidade, a fim de fomentar a apropriação da CP pelos atores locais.

[33] Ver Anexo I – Diretrizes para Avaliação das Casas de Pernambuco, p. 35, que consta do trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.
[34] Ver Anexo II – Iniciativas Educativas Iphan-PE (2008-2014), p. 37, que consta do trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.

Diante deste contexto, surgem alguns questionamentos para reflexão: no âmbito do Iphan-PE, o que é considerado ação educativa? O que é entendido por “Educação Patrimonial”? O que é ação da Casa do Patrimônio e o que não é? Em que medida o conceito de Casa do Patrimônio foi apropriado pela Superintendência do Iphan-PE? Assim, para obtenção destas respostas, de modo a analisar e compreender os diversos entendimentos decorrentes do conceito de Educação Patrimonial e da atuação das CP, é indispensável realizar entrevistas com o quadro técnico do Iphan-PE, para sistematização dos diversos discursos oriundos desta temática no ambiente institucional. Assim, espera-se que estes questionamentos sejam contemplados pelo Segundo Produto da Prática Supervisionada.

4 Ações não realizadas no âmbito das Casas do Patrimônio

A justificativa de destacar as “ações não realizadas no âmbito das Casas do Patrimônio”, como item deste diagnóstico, se dá como fruto do processo percorrido para levantamento das iniciativas educativas realizadas no âmbito do Iphan-PE, somado aos questionamentos que surgiram durante a análise desses dados, descritos no item “3- Ação Educativa/Educação Patrimonial”, possibilitando observar que não há um consenso interno, no âmbito do Iphan-PE, no sentido de delimitar as atividades que são, ou não, realizadas nas Casas do Patrimônio.

A definição do recorte temporal para levantamento das atividades de natureza educativa do Iphan-PE, entre 2008 a 2014, deu-se pela discussão no âmbito institucional do Projeto Casas do Patrimônio como uma proposta fundada na necessidade de estabelecer novas formas de relacionamento entre o Iphan com a sociedade e poder público, constituída por um projeto pedagógico, polo de difusão da cultura local, para ampliação dos mecanismos da gestão da preservação do patrimônio cultural. Este conceito

foi debatido na “Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio”, realizada em Pirenópolis-GO, em 2008, na qual alguns técnicos do Iphan-PE participaram com a missão de divulgar as discussões para a Superintendência. Este conceito só foi oficializado por meio da Carta de Nova Olinda, publicada no ano seguinte.

Mais que um espaço físico de desenvolvimento de atividades, Casa do Patrimônio é um conceito cuja ação reflete numa nova forma de relação institucional com a sociedade civil e poderes públicos. Desta forma, conceitualmente as iniciativas educativas realizadas no âmbito do Iphan-PE, a partir de 2008, ocorreram sob os objetivos de atuação das Casas do Patrimônio. No entanto, foi observado que a operacionalização do conceito pode não ter sido apropriado internamente na Superintendência, resultando em diversas ações executadas, neste recorte temporal, que não foram consideradas ações da Casa do Patrimônio. São iniciativas de caráter educacional ou informativo, centradas em ações pontuais, pensadas isoladamente por algum setor da Superintendência, sem articulação com a Casa do Patrimônio.

Em outras palavras: a princípio, a metodologia utilizada no levantamento das iniciativas educativas do Iphan-PE procurou, nos processos ou na documentação oficial referente aos projetos, alguma referência à Casa do Patrimônio de Recife, Olinda ou Igarassu. Majoritariamente, as ações que foram elaboradas sob o conceito de atuação das CP, trazem em seus projetos básicos alguma descrição sobre Casas do Patrimônio.[35] Outras ações e projetos educativos, elaborados no período definido pelo recorte temporal desta pesquisa, não citam em nenhum momento as CP. Assim, foi necessário realizar entrevista com os técnicos responsáveis por esses projetos para entender se essas ações haviam sido elaboradas, ou pensadas, sob a operacionalização do conceito de atuação das CP, ou não. Pela fala dos técnicos, foi

[35] Normalmente, no Projeto Básico das Ações, aparece uma breve citação sobre as Casas do Patrimônio, ou até mesmo no objetivo geral a “intenção de fortalecer a atuação da CP”, etc.

possível perceber que essas ações eram independentes, não somente dos espaços físicos destinados às CP de Pernambuco, mas do seu conceito de atuação.

Dentre este universo de iniciativas educativas que não foram consideradas ações das Casas do Patrimônio, é importante destacar as que foram executadas nos municípios pernambucanos que não possuem CP. Por exemplo, no âmbito da Superintendência do Iphan-PE, os projetos de "Educação Patrimonial para Feirantes de Caruaru", de 2010, e de "Revitalização do Baldo do Rio Goiana", de 2012, foram iniciativas educativas não consideradas pelos seus gestores, ou pela documentação oficial, como ações da CP. Nos territórios de Olinda e Igarassu, as ações educativas executadas após a inauguração das respectivas CP foram centralizadas sob este conceito. Porém, as iniciativas que ocorram entre o ano de 2008 e a inauguração, também foram executadas desvinculadas do conceito de atuação de CP, no âmbito da Superintendência.[36]

Um dos meios para se compreender os motivos destas desvinculações pode estar relacionado ao território de atuação das CP de Pernambuco. A Casa do Patrimônio, localizada em Recife, foi a primeira a ser inaugurada no Estado de Pernambuco, com a missão de desenvolver ações educativas e de aproximação com a sociedade civil e poderes públicos do Estado.[37] Seu território de atuação é todo o Estado de Pernambuco, não estando limitada à cidade do Recife, diferentemente das CP de Olinda e Igarassu, inauguradas posteriormente, que atuam nestas respectivas cidades históricas.[38] Ou seja, há uma diferença circunstancial entre o território de atuação da CP de Recife em relação às CP de Olinda e Igarassu, não

[36] Como exemplo pode-se citar as publicações "Preservar Olinda" e "Preservar Igarassu", desenvolvidas no âmbito do Escritório Técnico de Olinda, antes da inauguração das CP de Olinda e Igarassu. Essas publicações não foram consideradas, ações da CP de Pernambuco– localizada na cidade do Recife.
[37] Informação retirada do processo referente à implantação da CP no Palácio da Soledade, n.º 01498.001086/2009-52.
[38] A CP de Igarassu também atua sob o território do município de Goiana.

estando circunscrito somente à capital do Estado, mas a todo território de atuação da Superintendência do Iphan-PE. Esta informação é importante no sentido de compreender em que medida as ações educativas realizadas em outras cidades do Estado foram incorporadas, ou não, ao conceito de CP e ao território de atuação da CP de Recife.

Outro tipo de atividade educativa realizada no âmbito da Superintendência do Iphan em Pernambuco, também não relacionada com o conceito de atuação das CP em nenhuma instância, são as ações de Educação Patrimonial desenvolvidas para os projetos de Licenciamento Ambiental e Arqueologia. A portaria do Iphan n.º 230 de dezembro de 2002, explicita, no parágrafo 7º, artigo 6º, que:

> [...] o desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial), os quais deverão estar previstos nos contratos entre os empreendedores e os arqueólogos responsáveis pelos estudos, tanto em termos de orçamento quanto de cronograma. (IPHAN, 2002).

Assim, segundo a arqueóloga do Iphan-PE, Elenita Rufino, é responsabilidade da equipe de arqueologia contratada para execução do projeto de pesquisa a elaboração das ações educativas, sendo que estas possuem, majoritariamente, caráter de “atividades pontuais e segmentadas como aplicação de palestras, cartilhas e visitas guiadas”.

Em suma, apesar de o caráter conceitual das ações educativas contemplarem o conceito de atuação das Casas do Patrimônio, diferenciar as atividades que aconteceram no âmbito das CP, ou não, é importante no sentido de compreender em que medida a operacionalização do seu conceito foi apropriada

pelo quadro técnico da Superintendência do Iphan-PE. Assim, para compreender os diversos discursos presentes por trás dessas desvinculações, no âmbito deste diagnóstico, faz-se importante realizar entrevistas com o quadro técnico do Iphan-PE de modo a fomentar o entendimento sobre a elaboração e execução das iniciativas educativas institucionais.

5 Parcerias

O estabelecimento de parcerias com grupos, organizações e projetos locais de ações educativas é uma das propostas para o estímulo à gestão compartilhada do patrimônio cultural. Desta forma, segundo as diretrizes do Iphan, as "Casas do Patrimônio devem envolver todos os segmentos sociais, na esfera pública e privada, que estejam comprometidos com a proteção e difusão do Patrimônio Cultural."[39]

Isto posto, ao realizar o levantamento das iniciativas educativas das CP de Pernambuco, procurou-se perceber quais ações foram desenvolvidas com parceiros, o tipo de parceria estabelecida e sua situação atual. O primeiro desafio encontrado foi identificar os tipos de parcerias realizadas, pois, alguns órgãos, instituições ou representantes da sociedade civil que apareciam como parceiros nos projetos levantaram estranhamentos e questionamentos. Não há uma definição sobre a concepção de parceiro ou parceria no âmbito do Iphan-PE que determine os tipos de parcerias realizadas. Desta forma, somente por meio de entrevista com os técnicos responsáveis pelas ações, cujas parcerias causaram estranhamentos, foi possível perceber o tipo de relação efetuada. Para exemplificar, no caso de uma Prefeitura Municipal que emprestou cadeiras para a realização de um evento, qual o tipo de parceria estabelecida?

[39] Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. (IPHAN, 2014, p. 38).

A Prefeitura é parceira da ação ou é uma patrocinadora? Ou apoiadora? Ou então, a empresa contratada por meio de processo de licitação para a realização de um projeto de educação patrimonial é parceira da ação ou simplesmente prestadora de serviço? No caso de um órgão ou entidade que tenha uma atividade ou evento planejado e procure a CP para ceder o espaço para a realização deste projeto: quem é parceiro, a CP ou a entidade? Todas essas dúvidas demonstram as fragilidades decorrentes da atuação das CP de Pernambuco no sentido de integrar e articular parceiros em potencial para o fortalecimento das ações educativas voltadas para a preservação do patrimônio cultural. Percebeu-se, então, a necessidade de fomento aos debates internos no sentido de estimular a reflexão sobre a definição e esclarecimento sobre o tema.

Outro ponto a se considerar contempla o fato de muitas das ações realizadas pelas CP de Pernambuco, em parceria com outros órgãos públicos ou com membros da sociedade civil, não terem sido oficializadas por meio de termos de parceria. Os instrumentos legais de formalização de parceria utilizados pelo Iphan-PE são, basicamente: protocolo de intenções, convênios, termos de cooperação técnica, termos de cooperação técnica e administrativa. Além disso, ofícios, termos de cessão do espaço e ficha de atendimento, também são métodos utilizados pelas CP de modo a oficializar um acordo para realização de atividades pontuais. Desta forma, é necessário reflexão sobre os instrumentos a serem utilizados pelas CP para oficializar parcerias de modo a fortalecer suas ações.[40]

Neste sentido, um diferencial da atuação da CP de Patrimônio de Olinda é em relação ao uso de um instrumento do Escritório Técnico, adaptado como forma de registrar os parceiros em potencial: a Ficha

[40] Este tema foi pauta da reunião técnica por videoconferência entre as CP do Iphan convocada pela Ceduc/Daf/Iphan, de modo a estimular a reflexão institucional sobre as ferramentas de oficialização de parcerias.

de Atendimento (Anexo VIII).[41] Este instrumento foi desenvolvido para auxiliar o acompanhamento pelos técnicos do Escritório e por terceiros interessados na demanda de regularização de imóveis no Sítio Histórico de Olinda. Com o tempo, os técnicos da CP de Olinda passaram a utilizar a ficha como meio de formalizar o primeiro contato com os parceiros interessados em realizar atividades com a CP de Olinda, o que tem possibilitado a reunião de informações com vistas ao mapeamento de parceiros.

A Casa do Patrimônio de Olinda tem desenvolvido suas atividades desde meados de 2013 no intuito de fomentar a rede de parceiros[42] para articulação das ações educativas de proteção ao patrimônio cultural. Desta forma, foi desenvolvido pela equipe técnica da CP de Olinda um mapeamento dos parceiros que já realizaram atividades juntamente com a CP de Olinda e elaborado um organograma das parcerias (Anexo III).[43] Esta iniciativa demonstra a intenção da CP em desenvolver suas atividades em confluência com uma rede de parceiros para fomento das ações educativas.

Neste sentido, as ações que foram elaboradas, mas que por motivos diversos não foram executadas, também têm sido sistematizadas pela CP de Olinda. Isto porque registrar a articulação com os atores que demandaram a ação é um modo de mapear "e identificar parceiros em potencial" para desenvolvimento das ações educativas. Esta iniciativa demonstra a intenção da equipe técnica em caminhar para a estruturação estipulada pelas diretrizes da Carta de Nova Olinda de identificar parcerias em potencial a fim de estimular a reflexão sobre a "construção de instrumentos de operacionalização e manutenção da rede de parceiros das CP."[44]

---

41 Os anexos constam no trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.
42 Os conceitos de "Rede" e "Gestão em Rede" serão abordados pela pesquisa da dissertação da mestranda.
43 Os anexos constam no trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.
44 Ver Anexo I – Diretrizes para Avaliação das CP de Pernambuco, p. 35, que consta do trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.

Além dos parceiros identificados pelo levantamento das atividades educativas realizadas pelas Casas do Patrimônio, procurou-se, também, pensar nas parcerias estabelecidas no âmbito da Superintendência do Iphan em Pernambuco. Desta forma, foi preciso, no contexto deste diagnóstico, a realização de um mapeamento dos parceiros envolvidos nas atividades técnicas, pressupondo-se que seriam "parceiros em potencial"[45] para desenvolvimento das ações educativas nas Casas do Patrimônio. Foi necessário, então, procurar no Arquivo Central do Iphan-PE, os termos de parceria que foram efetivadas ou previstas. Esta busca fora realizada anteriormente na Gerência de Projetos Especiais do Iphan-PE, que mapeou os parceiros do Iphan de acordo com os termos assinados (Anexo IV).[46] No entanto, nos registros cadastrados como "termos de cooperação" no Arquivo Central da Superintendência - utilizados como fonte para este mapeamento - encontram-se apenas alguns "protocolos de intenção" assinados, e minutas de termos para efetivação de possíveis parcerias. Os termos de cooperação técnica, ou convênios, efetivados e que resultaram em ações, estão arquivados devidamente nos processos referentes a essas ações. Portanto, esse mapeamento representa apenas uma amostragem de parcerias efetivadas pelo Iphan-PE, porque não há uma metodologia de sistematização dos parceiros.

A Casa do Patrimônio de Igarassu possui registros dos parceiros que realizaram ações em conjunto com a instituição. No entanto, em função das dificuldades estabelecidas pelos aspectos operacionais[47] ainda não foi elaborada uma metodologia de sistematização das parcerias e de identificação dos parceiros em potencial.

[45] A "identificação de parceiros em potencial" é uma das diretrizes da Carta de Nova Olinda. Ver Anexo I, que consta do trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.
[46] Os Anexos constam no trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.
[47] Os aspectos operacionais referentes à gestão e atuação da Casa do Patrimônio de Igarassu estão detalhados na página 28 deste diagnóstico.

Em relação à diretriz da Carta de Nova Olinda que estipula a “Formação da Rede das Casas do Patrimônio”, a Superintendência do Iphan-PE tem procurado pensar sobre meios e estratégias para possibilitar esta articulação – em primeira instância, em relação às três CP do Estado. Em reunião para Elaboração do Planejamento Estratégico das CP para 2014, foi observado que, apesar do anseio, a estruturação interna, no âmbito do Iphan-PE, ainda está em processo de amadurecimento para fortalecimento da articulação em Rede das três CP de Pernambuco e, também, em relação aos parceiros externos. Existe a necessidade de ampliar o debate interno para definição do entendimento de “rede”, de desenvolvimento de atividades integradas e contínuas entre as CP, além de melhor entendimento dos conceitos de ação educativa, parcerias, etc.

Desta forma, foi observado que, no que diz respeito às parcerias das CP e sua articulação em rede, ainda é necessário estimular espaços e encontros para debater e refletir sobre o tema. A princípio, as reflexões internas têm objetivado o fortalecimento das ações e das parcerias efetivadas para então identificar os parceiros em potencial para articulação da Rede de Parceiros das CP de Pernambuco. Posteriormente, este debate poderá ser ampliado a nível nacional, de modo a fortalecer as articulações entre as demais CP do Iphan.

6 Aspectos Infraestruturais

A “garantia de um espaço para colaboração de saberes e difusão do conhecimento” é uma das prerrogativas da *Carta de Nova Olinda*. Dessa forma, entendendo que as Casas do Patrimônio de Pernambuco possuem um espaço garantido para a realização de suas atividades de estreitamento da relação institucional com as comunidades locais, este diagnóstico irá aferir sobre os aspectos infraestruturais deste espaço, considerando-se sua estrutura física e seus equipamentos de atuação.

Isto posto, é importante entender como foram estruturados os espaços físicos destinados a realização das atividades da CP de Recife, cujo planejamento partiu de duas premissas básicas: 1- o contexto/localização da sede do Iphan-PE – situado no centro do Recife, e circundado por um conjunto de instituições públicas e privadas de ensino, e na vizinhança imediato do maior campus universitário privado da cidade, a Unicap; 2- a necessidade de ampliar o diálogo com a sociedade civil na perspectiva de que os interessados nos serviços da instituição fossem estimulados a conhecer o contexto da preservação por meio das ações expostas na CP. Como reflexo disso se estabeleceu que a CP estaria concentrada no pavimento térreo da edificação a fim de facilitar o acesso dos usuários da sociedade como um todo, minimizando as barreiras para que o diálogo com o Iphan-PE pudesse se dar. Considerando que a Superintendência passava a ocupar uma edificação privada, e que neste processo foi estabelecido um termo de comodato com o proprietário – pelo interesse, inclusive do proprietário ser uma instituição de ensino com grande potencial de desenvolver uma série de ações conjuntas – aproveitou-se do mesmo espaço físico. Com base nisso, foi acordada uma divisão de espaços entre os dois atores que deveriam funcionar de modo a serem complementares sobre o tema de promoção e divulgação do patrimônio cultural.

Segundo Fábio Cavalcanti, desde o momento inicial da implantação da CP de Recife no térreo da edificação,

> [...] havia a intenção da requalificação dos espaços externos, bem como iniciar um processo de intervenção mais aprofundado na própria edificação, com intuito de revelar o processo construtivo do edifício servindo como elemento de documentação e memória, de modo a fomentar o conhecimento sobre edificações de interesse patrimonial (edifício como território educativo). (CAVALCANTI, 2014 - relato verbal).

No que consta à representação dos espaços externos, foi contratado em 2011 projeto paisagístico do Palácio da Soledade com um conjunto de diretrizes teórico-práticas (Anexo VII)[48] que tinham como intenção possibilitar uma melhor integração do espaço físico da CP com a vizinhança imediata, servindo tal projeto como mediador, ou articulador desta relação. Desta forma, este projeto seria fundamental no sentido de ter demandado, como uma das principais medidas, intervenções que propiciassem melhor permeabilidade física e visual da edificação com seu entorno.[49]

A CP Olinda tem seu espaço físico no imóvel n.º 59 da Rua do Amparo, bairro do Varadouro, Sítio Histórico de Olinda. Consiste na casa que anteriormente sediou o Museu do Mamulengo/Espaço Tiridá, e que no momento da implantação do Escritório Técnico de Olinda (ETO) encontrava-se em estado de abandono. O espaço é dotado, na primeira parte, de duas salas térreas, mezanino e sótão. Naquelas ocorrem a maioria das ações educativas, inclusive exposições temporárias. No mezanino, ocorre semanalmente a reunião da Câmara Técnica do Conselho de Preservação de Olinda[50], bem como as reuniões técnicas do Escritório e as reuniões com parceiros da Casa do Patrimônio.

Na segunda parte – um anexo ao imóvel principal – está situado o Escritório Técnico. Nesse espaço, está o arquivo do Escritório, bem como ocorrem as reuniões com proprietários e moradores sobre questões de regularização de imóveis e fiscalização. É onde trabalham os técnicos e o setor administrativo do Escritório Técnico. Em conversas com servidores do Escritório Técnico de Olinda, bem como em

[48] Os Anexos constam no trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.
[49] O projeto já foi aprovado, no entanto faltam recursos para execução das obras.
[50] O Conselho de Preservação do Sítio Histórico de Olinda (CPSHO) é um órgão colegiado vinculado à Secretaria de Patrimônio e Cultura da Prefeitura Municipal de Olinda (Sepac/PMO), e tem como missão precípua decidir sobre casos omissos ou conflitantes nas legislações vigentes que incidem sobre o Sítio Histórico, bem como projetos complexos ou de muita relevância para o Sítio. Integra esse Conselho a Câmara Técnica, formada pela Sepac/PMO, pelo Iphan-PE, pela Fundarpe (órgão de preservação da instância estadual de governo), pela UFPE e pela Condepe/Fidem (órgão de planejamento e ordenamento urbano do governo estadual). É encarregada de analisar tecnicamente intervenções no SHO, com vistas a subsidiar as decisões do Conselho.

observações *in loco*, puderam-se constatar alguns problemas e lacunas no espaço da Casa do Patrimônio. Foi relatada a existência de mofos, infiltrações e goteiras no anexo da Casa.

O arquiteto e urbanista Fábio Torres, responsável pela gestão do Escritório Técnico de Igarassu/Casa do Patrimônio descreveu detalhadamente as dificuldades relativas aos aspectos estruturais do espaço físico que comporta as ações da Casa do Patrimônio (Anexo V).[51] Em suma, é possível aferir por sua fala que não há manutenção do espaço físico, ou dos equipamentos internos do Sobrado do Imperador, sede do Escritório Técnico de Igarassu/Casa do Patrimônio, gerando muitos desafios e dificuldades na rotina de atuação técnica. A divisão dos espaços do Sobrado do Imperador se dá na medida em que os dois salões térreos são utilizados como espaços expositivos e de realização de eventos e atividades da CP de Igarassu. O segundo andar possui a função de alocar os equipamentos e servidores responsáveis pela demanda do Escritório Técnico. No entanto, assim como pressuposto para os territórios de Olinda e Recife, a divisão desses espaços não deve ser entendida como "repartição" pública, mas como um meio de otimizar os serviços.

Também sob este critério de avaliação dos aspectos estruturais das CP de Pernambuco, pensou-se, no âmbito deste diagnóstico, sobre a premissa estipulada pela Carta de Nova Olinda, que prevê a "manutenção e disponibilização das informações e acervos sobre patrimônio para acesso da população." No processo de transferência da Superintendência do Iphan-PE para o Palácio da Soledade, a localização da Biblioteca foi pensada no intuito de integrá-la à parte física especificada para a Casa do Patrimônio por se tratar de um espaço de interlocução com estudantes, pesquisadores e público em geral. Desta forma, segundo o Superintendente, Frederico Almeida, a Biblioteca e o Arquivo são – e estão atualmente – abertos para livre acesso e pesquisa ao público.

[51] Os Anexos constam no trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.

No sótão da Casa do Patrimônio de Olinda encontra-se o espaço que será sua biblioteca. Esta não dispõe, até o momento, de mobiliário e de organização do acervo, de modo que não pode ser visitada. Problemas de tratamento e de organização também ocorrem com o arquivo. Constou-se que o Escritório Técnico de Olinda vem, há pelo menos três anos, tentando viabilizar e efetivar ações que visem a sanar tais problemas. As que se destacam são: a fabricação de mobiliário para a Casa do Patrimônio de Olinda – que incluiria a biblioteca – e o projeto de higienização e organização do acervo arquivístico e bibliográfico do Escritório Técnico. Quanto aos aspectos físicos, insere-se no planejamento estratégico para 2014, ação para executar pequenos reparos na estrutura física do imóvel que sedia a CP Olinda.

7 Aspectos Operacionais

A Carta de Nova Olinda já prevê em seus aspectos operacionais a "formação de equipe de gestão" para atuação nas CP. Desta forma, a necessidade de delimitação de uma Equipe Técnica responsável pelas ações em cada CP foi um dos aspectos que mais chamou a atenção durante o processo de elaboração deste diagnóstico.

Em Recife, durante o processo de implantação da CP, os técnicos Maria Emília Lopes Freire, Emanuela Souza Ribeiro e Romero de Oliveira e Silva Filho formaram o grupo de trabalho (GT) responsável pelas atividades oriundas do processo de inauguração da CP. Posteriormente à execução dessas ações, percebe-se pelos discursos dos técnicos e gestores do Iphan-PE, que houve uma desarticulação interna, no sentido de formar uma equipe de gestão para a CP de Recife. Atualmente, segundo o Superintendente Frederico Almeida, esta desarticulação é um dos principais elementos de enfraquecimento da CP de Recife, não havendo continuidade de ações suficientes para dar continuidade ao projeto.

A CP Olinda é a única que possui uma equipe formada para a gestão das iniciativas educativas, integrada pelo antropólogo Giorge Bessoni, o técnico em edificações Fernando Medeiros e pelo estagiário em ciências sociais Jairo Hely Silva[52] - que articulam as ações junto à comunidade do Sítio Histórico de Olinda, além dos demais parceiros interessados em realizar atividades educativas juntamente com a CP. A grande dificuldade de ação relatada pela equipe está inserida no fato de que além de responsáveis pela CP, são também responsáveis pelas demandas do Iphan-PE e do Escritório Técnico. Faltaria então, "foco para as ações da CP, que acabam ficando condicionadas às demandas institucionais, além de não haver recursos humanos e financeiros suficientes para dinamizar a CP de Olinda, a fim de atender ao potencial de atividades que podem ser desenvolvidas na comunidade."[53]

Em Igarassu, o desafio central gira em torno da ausência de quadro de pessoal, sendo que a "equipe" do Escritório Técnico, e a da Casa do Patrimônio, é formada apenas pelo arquiteto e urbanista Fábio Henrique Torres Barreiro. A demanda do Escritório Técnico, somada à da CP é muito grande, sobrecarregando o técnico e, fazendo-se, portanto, necessário a dotação de quadro de pessoal e equipe capacitada para fortalecer as ações do Iphan em Igarassu. Fábio Torres relata a necessidade de o Iphan-PE demonstrar, de forma veemente, preocupação em estruturar equipe para o Escrito Técnico e para atuação na CP. Segundo ele,

[52] Segundo Fábio Cavalcanti, durante o processo de mudança do Escritório Técnico de Olinda, que possibilitou a reorganização interna de modo a inaugurar a CP de Olinda, houve também uma mudança no perfil da equipe de estagiários. Antes, as três vagas de estágios eram destinadas a estudantes de arquitetura. A partir de 2011/2012, uma das vagas passou a ser destinada para estudantes da área de ciências sociais, sob a supervisão de profissional da mesma área de formação, a fim de subsidiar as atividades educativas dirigidas à comunidade.
[53] Ressalta-se que para os técnicos do Escritório de Olinda não há, ao menos no plano discursivo, separação entre Escritório Técnico e Casa do Patrimônio. Em tese, tudo deverá funcionar como (ou no "espírito" da) Casa do Patrimônio. As principais ações empreendidas pela Casa seguem nesse sentido de não separar fiscalização e educação patrimonial, repartição e local de ações educativas, atuação técnica e diálogo com a comunidade.

> [...] ao longo desses quatro anos, as demandas e dificuldades têm se avolumado de tal forma que a situação urge pela composição de uma equipe técnica na unidade do Iphan em Igarassu, inclusive para que se possa consolidar cada vez mais seu status como Escritório e Casa do Patrimônio, sendo imprescindível a lotação de mais técnicos com fins de levar a efeito e a contento as tarefas inerentes ao Escritório e à dinamização da Casa do Patrimônio. (TORRES, 2014 - relato verbal).[54]

A Carta de Nova Olinda também estipula como estratégia fundamental para atuação das CP, a "elaboração de regimento próprio para cada Casa do Patrimônio". Seguindo esta diretriz, também foi diagnosticada, por meio do discurso dos gestores do Iphan-PE, assim como pelos técnicos que promovem, ou promoveram, atividades nas Casas do Patrimônio de Pernambuco, a necessidade de um Marco Regulatório que delimite estratégias e planos de atuação para a rotina das CP. As dificuldades do cotidiano e os desafios impostos a cada ação realizada, ou pretendida, tornaram visível a fragilidade da gestão das CP sem um instrumento que regulamente seu funcionamento. Este documento deverá estipular diretrizes de formalização de parcerias, definindo os diversos tipos de parceiros, metodologia de arquivamento dos processos relativos a projetos educativos, entre outros. No entanto, a principal ressalva à elaboração deste instrumento consiste na necessidade de este manter como primazia a valorização da gestão local, garantindo a participação efetiva da comunidade envolvida e dos parceiros da CP, sem restringi-la ao âmbito exclusivo do Iphan. Além disso, é fundamental que este documento seja oriundo de diversos debates internos e construído coletivamente.

[54] As considerações do gestor da CP de Igarassu, Fábio Torres, estão disponíveis, na íntegra, no Anexo VII, p. 71, que consta do trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.

8 Comunicação e Divulgação

A “elaboração de plano de comunicação nacional, estadual e municipal para as Casas do Patrimônio” também é uma estratégia de ação prevista pela *Carta de Nova Olinda*. Com isto em vista, foi possível diagnosticar que não existe uma equipe responsável pela assessoria de imprensa do Iphan-PE incumbida da divulgação das atividades executadas pela Superintendência, sendo o site institucional do Iphan – www.iphan.gov.br – o principal veículo de informação. Concomitante à inauguração das CP de Recife e Olinda, foram criados *blogs* que deveriam divulgar suas ações e relatar as atividades ocorridas. Desses, somente o *blog* da **Casa do Patrimônio de Olinda** - http://iphanolinda.wordpress.com/ - está ativo, divulgando, inclusive, atividades que ocorrem na CP de Igarassu – que não possui blog próprio por conta da falta de quadro de pessoal. A CP de Olinda também utiliza o Twitter como ferramenta de divulgação de suas ações – https://twitter.com/iphanolinda. O blog da CP de Recife está inativo desde janeiro de 2011 - http://casadopatrimoniorecife.blogspot.com.br/.

Como iniciativa para promover a divulgação integrada das CP foi criada, ao final de 2013, uma página no Facebook – https://www.facebook.com/pages/Casas=-do-Patrimônio-de-Pernambuco170761466445442/?fref-ts–, cuja missão será divulgar as atividades realizadas pelas três CP, integradamente. Esta página deverá remeter os leitores aos blogs específicos das CP de Recife, Olinda e Igarassu, como meio de otimização da divulgação e promoção das atividades, para alcance de maior público. Além disso, esta página deverá ser um canal de comunicação com a sociedade civil, divulgando a missão institucional e os trabalhos técnicos realizados pela Superintendência do Iphan-PE.

Outro elemento relevante na comunicação e no diálogo com a sociedade e as instituições parceiras – embora perpasse também pela avaliação das ações educativas e pela própria postura de abordagem técnica frente à demanda de fiscalização – são os Questionários de Pesquisa de Público da CP de Olinda (Anexo VI).[55] Ainda em elaboração pela Casa do Patrimônio de Olinda, esses instrumentos visam, sobretudo, a estreitar a relação com a população local, à medida que ela poderá opinar sobre a atuação do Escritório Técnico de Olinda e a gestão da Casa do Patrimônio. Objetivam, também, reunir informações que possibilitem proposições de ações de educação patrimonial construídas coletivamente e aproximadas da realidade, a partir da melhor compreensão do público envolvido com a Casa do Patrimônio.

Considerações Finais

O processo de elaboração deste diagnóstico envolveu muitos atores e sujeitos do Iphan-PE, estimulando a reflexão interna sobre a atuação das Casas do Patrimônio de Pernambuco. Assim, procurou-se apresentar os dados obtidos por meio da pesquisa realizada, de modo a fomentar o aprendizado e entendimento institucional, sempre destacando as diretrizes nacionais estipuladas pela Carta de Nova Olinda. Por meio da análise dos dados, somado aos desafios que surgiram durante a realização desta pesquisa, pode-se inferir que ainda não é possível demonstrar, efetivamente, o resultado da atuação das Casas do Patrimônio de Pernambuco. Dessa forma, muitos estranhamentos e questionamentos surgiram de modo a necessitar diferente abordagem metodológica numa segunda etapa de diagnóstico – que será contemplada no Segundo Produto da Prática Supervisionada.

[55] Os Anexos constam no trabalho completo disponível para consulta no Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro.

Primeiramente, pôde-se inferir a necessidade de desenvolvimento de metodologia de cadastramento das iniciativas educativas e ações das CP de Pernambuco para otimização das pesquisas de modo sistemático e preciso. No entanto, para que esta missão seja cumprida, faz-se imprescindível investigar os diálogos internos no sentido de compreender os diversos discursos existentes sobre a atuação das CP. Tendo isto em vista, foi diagnosticado que não há consenso nas falas dos técnicos e gestores do Iphan-PE no que diz respeito ao que é considerado ação da Casa do Patrimônio ou não e, concomitantemente, também não há consenso sobre o que é considerado Ação Educativa/Educação Patrimonial. Também foi possível destacar que não há uma concepção ou entendimento geral sobre as parcerias realizadas, assim como os meios utilizados para sua formalização. Isto posto, surgem algumas questões que merecem reflexão: no âmbito do Iphan-PE, o que é considerado ação educativa? O que é entendido por "Educação Patrimonial"? O que é ação da Casa do Patrimônio e o que não é? Em que medida o conceito de Casa do Patrimônio foi apropriado pela Superintendência do Iphan-PE? Qual o método mais eficiente de sistematização dos cadastros referentes às ações educativas e atuação das Casas do Patrimônio? Como identificar os parceiros em potencial das Casas do Patrimônio? Como articular as ações educativas com os parceiros?

Desta forma, de modo a coletar e sistematizar as informações, e responder a essas perguntas de maneira eficiente, é indispensável percorrer os diversos discursos gerados por esta temática na instituição. Será, então, necessário elaborar questionários para realização de entrevistas e utilizar a metodologia de análise de discurso a fim de compreender os valores atribuídos às iniciativas educativas do Iphan-PE.

Quanto aos aspectos infraestruturais e operacionais, foi possível estabelecer algumas considerações. Em primeira instância, não há um planejamento de manutenção, conservação e gestão dos espaços físicos, resultando em dificuldades na rotina institucional. Também foi observada a importância de uma Equi-

pe Técnica, responsável pelas ações das Casas do Patrimônio, tornando-se, talvez, um ponto operacional fundamental. Não há uma equipe que possa ser identificada na CP de Recife, demonstrando a fragilidade de sua atuação. Em Igarassu, muitos dos desafios e dificuldades diárias recaem sobre o fato de apenas o arquiteto e urbanista Fábio Torres ser responsável tanto pela demanda do Escritório Técnico, quanto pela Casa do Patrimônio. Assim, iniciativas de otimização e fortalecimento da CP acabam sendo diminuídas por conta da falta de uma equipe técnica. Deste modo, é possível perceber como as diversas iniciativas que a Equipe Técnica da CP de Olinda fomentaram, nos últimos anos, no sentido de identificar as parcerias, conhecer o público da CP e Escritório Técnico, entre outras, foram diferenciais na sua atuação.

Isto posto, para a segunda etapa do Diagnóstico da Atuação das CP de Pernambuco, será necessário, além da realização de entrevistas com o quadro técnico, estruturar os dados obtidos. Um modelo de apoio ao planejamento estratégico que poderá ser uma fonte de identificação das fragilidades e potencialidades das CP de Pernambuco é a Matriz SWOT. Esta metodologia é capaz de abordar tanto o ambiente externo, como o ambiente interno da organização em termos de oportunidades e ameaças externas, como forças e fragilidades internas. Assim, a Matriz SWOT será aplicada no sentido de cruzar os dados levantados pelas oportunidades e ameaças externas, levando em conta os conceitos de atuação das CP, com as forças e fragilidades internas. Espera-se que, uma vez listados esses itens, seja possível visualizar e identificar as estratégias para fortalecer a atuação das Casas do Patrimônio de Pernambuco.

Assim, após compilação das conclusões geradas por esta última etapa do diagnóstico, tendo em vista a identificação e projeção dos meios e estratégias a serem seguidas para assegurar a consecução da missão das CP, será possível proporcionar um panorama reflexivo, que possa fortalecer a relação institucional com órgãos públicos e sociedade civil, por meio de ações educativas de natureza processual e contínuas.

Referências

GRUNBERG, Evelina. **Manual de Atividades Práticas de Educação** Patrimonial. Brasília: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília:** IPHAN, 1999.

IPHAN. **Carta de Nova Olinda.** Documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, 2009.

IPHAN. **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Iphan. 2014. Disponível em: http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240. Acesso em: 24 jan. 2014.

IPHAN. **O Sopro do Tempo:** o patrimônio nacional em Pernambuco. Recife: Superintendência do Iphan em Pernambuco, 2009.

IPHAN. **Patrimônio Cultural e Transdisciplinaridade.** Recife: Superintendência do Iphan em Pernambuco, 2013.

IPHAN. **Portaria n.º 230 de 17 de dezembro de 2002.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf. Acesso em: fev.2014.

OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. **Educação Patrimonial no Iphan.** Monografia de especialização – Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2011.



Patrimônio e interdisciplinaridade ou escritos sobre o caju

Francisco Sá Barreto dos Santos

Professor Associado do Departamento de Antropologia e Museologia e da Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Desenvolve pesquisas sobre Museus e cultura política, processos de patrimonialização, estudos urbanos, Antropologia Urbana, e teoria social contemporânea, especificamente a partir do verbete colonialidades.

Quando Paulo Freire retornou do exílio, em 1980, foi convidado a palestrar em diversas universidades e auditórios de organizações sociais. A intenção mais aparente era lhe restituir o lugar do qual fora anos antes sequestrado: o de educador e o de pensador da educação. Em uma dessas ocasiões, em registro já bastante conhecido e amplamente disponível em sítios na Internet com conteúdos livres e gratuitos, mediando um diálogo com interlocutores na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – e é importante frisar que ele preferia esse formato ao das grandes conferências, abrindo espaços para perguntas e debatendo com a plateia –, foi interpelado por alguém da audiência, quem se apresentou como conterrâneo e lembrou-lhe da ocasião em que se conheceram, ainda no exterior. Naquela ocasião, ao ser informado de que o sujeito era pernambucano, sem cerimônias, Freire imediatamente perguntou: você não sente falta do cheiro do caju? O interlocutor destacou essa passagem para discutir interculturalidade e o imperativo de, em nosso tempo, refletirmos sobre relativismo cultural e compromissos políticos a ele associados. Naquela pergunta-indagação tão simples e prosaica, contudo, Freire resumiu com grande complexidade um conjunto também vasto de questões densas, caras às reflexões sobre patrimônio, cultura material e imaterial, educação e ciência. Eu pretendo, neste texto curto, destacar, como paradigmas, algumas delas, por meio das quais procurarei desenvolver reflexões que interessem a e introduzam este volume que por ora se apresenta.

A primeira é o vínculo identitário, ora como desejo, ora como traço de um pertencimento não voluntário. É bem conhecido o conjunto vasto de estudos que desenvolveram reflexões sobre riscos e potencialidades do debate a respeito das políticas das identidades em sociedades contemporâneas. Não pretendo produzir, aqui, qualquer exegese de autor, mas insistir que, seja como política pública para gestão de populações, como observa Castells (1999), seja para investigar uma origem (europeia e branca) para os modernos Estados-Nação, exercício de Benedict Anderson em Comunidades Imaginadas (2008), ou, ainda, para investigar o jogo escorregadio das identidades e seus usos possíveis,

como fizeram Stuart Hall (2000) e Homi Bhabha (1998), os vínculos entre política e identidades são elaborados como empreendimentos coletivos mediados por organizações sociais, comunidades locais, símbolos cívicos, forças nacionais, dispositivos estatais de controle de vida e consumo coletivos, entre outros. Paulo Freire queria, contudo, ao perguntar sobre o caju, dizer de forma resumida o que o inscrevia culturalmente no mundo. E não eram elementos cívicos. Eram laços, a priori, fracos, mas expressões de movimentações políticas que ganham faces diversas de acordos com situações de luta também diversas. Sou o que sou porque sou o mesmo e ao mesmo tempo múltiplo no mundo e nossos vínculos identitários não precisam ser exclusivamente cívicos, não precisam da formalidade para operar politicamente. O caju não é insígnia de fruta tropical muito comum no litoral de diversos Estados do Nordeste brasileiro. Nesse caso específico, o cheiro do caju – e não exclusivamente a fruta – é um código que estabelece, testa e fortalece um canal de comunicação responsável por articular – politicamente – os atores em diálogo. Não se trata de um meio através do qual o educador procurava estabelecer vínculos com os quais seria possível desenvolver outros temas, supostamente mais importantes. Trata-se, a pergunta-problema, da própria comunicação. Em resumo, somos sujeitos políticos a partir dos vínculos que construímos; de como estamos ligados às demandas e operacionalidades da comunidade na qual estamos inscritos.

Essa perspectiva de identidade fortemente política também anima o trabalho de Paulo Freire a partir de uma noção densa de educação. Afinal de contas, o que faz o cheiro do caju? Como se ensina o cheiro? Como localizar o cheiro do caju em enciclopédias, em formas disciplinares tradicionais? Como converter em manual um conjunto mais difícil de ser apreendido por um tipo de razão que guia uma epistemologia, que guia uma ciência, que guia um modelo de educação e, por fim, que guia uma escola?

Em primeiro lugar, a pergunta-problema de Freire nos sugere uma matriz de conhecimento que é montada continuamente; se renova de acordo com recombinações cotidianas que orientam novas prioridades para o grupo, para a comunidade. Ou seja, não sabemos o que sabemos porque acumulamos – e a metáfora da educação bancária bem se aplicaria aqui –, mas, fundamentalmente, porque articulamos o que precisamos saber com as demandas de vida e consumo coletivos. Ainda assim, não se deve tomar o "precisar saber" monolitamente; a necessidade de saber não pode ser objeto da razão instrumental, de uma finalidade técnica, somente. Sabemos o que precisamos à medida que a necessidade é imperativo da vida. Naquela indagação, o cheiro do caju era "necessário", caro ao vínculo, ao conhecimento e seus modelos multiformes de transmissão. Apesar de ser um pensador muito devotado ao devir, à esperança, ao futuro, o Paulo Freire que pretendemos observar a partir dessa tomada paradigmática da questão-problema-do-caju celebra efusivamente o presente. Não sendo o conhecimento objeto da acumulação, aquilo que reconstruímos a fim de saber, reconstruímos imperativamente no tempo da ação, no tempo do agora. Isso significa dizer que o mundo que desejamos saber não está em vias de ser descoberto, revelado por metodologias cuja precisão tornam conhecido o não sabido. Ele, o mundo a conhecer, está lá – ou melhor seria "aqui"? – para ser compartilhado. Ora, o interlocutor já conhecia o cheiro do caju. A pergunta de Freire não pretende testar o sujeito, mas se conectar a ele. A fala de quem diz o que sabe importa; essas falas produzem aquilo que somos. É um exercício parecido com o que Boaventura de Sousa Santos (2010) chama de Sociologia das Emergências; ou o que Homi Bhaha (1998), aponta como lugares enunciativos, espaços liminares, zonas de fronteira.

Em segundo lugar, a pergunta de Freire só faz sentido se for compreendida como construída a partir de eixos muito diversos, de sentidos diversos, de formas de saber e refazer o mundo que sejam plurais, flutuantes e firmes ao mesmo tempo. O mercado global do turismo certamente observaria o caju e seus

derivados como bens patrimonializáveis. A cajuína, por exemplo, é patrimônio histórico cultural do Piauí, registrado pelo IPHAN, mas não é disso que a pergunta de Freire trata, ainda que ela verse potentemente sobre patrimônio. Freire, ao indagar seu interlocutor, não reivindica que o cheiro do caju, como algo que pudesse ser registrado, fosse efetivamente o mesmo para os dois sujeitos em diálogo. Os dois sabem qual é o cheiro do caju, mas isso não indica nem demanda que a apreensão e a experiência do cheiro seja efetivamente a mesma. Isso significa dizer que a questão-problema articula saberes – memoriais – que podem ser, inclusive, diferentes, diversos. Uma memória nos une e essa memória não é uma narrativa comum do passado, mas uma apreensão diversa, plural, múltipla que sujeitos contemporâneos produzem, democraticamente – e não de forma revisionista –, sobre o passado.

Há, nessa conclusão, algo muito caro aos estudos do patrimônio: com aquela pergunta, Freire também apresentava não só aquilo com o que ele se identifica, mas aquilo que, sendo dele e do outro, constitui seu patrimônio, ainda que as "formas de possuí-lo" sejam intensamente, diversamente, democraticamente diferentes. Novamente, se descola do cívico, de um tradicional paradigma do patrimônio, para produzir como seu não só a fruta, mas o cheiro que os reúne como potência identitária e como um bem coletivo. O cheiro não é só uma reminiscência sua, mas um vínculo que inscreve Paulo Freire e outros nordestinos num tempo e num espaço. Cabe uma advertência: não pretendo reivindicar, aqui, a identidade Nordestina que pareci sugerir algures. A crítica de Durval Muniz (2009) é mais que suficiente para compreender riscos e estratégias políticas da empreitada. Nesse caso específico, a pergunta-problema-do-caju habilita sentidos de identidade, educação e patrimônio, novamente, descolados do cívico, dos dispositivos de domínio. Esses sentidos são recursos de articulação, são travessias disciplinares sobre as quais discutirei adiante; são potências cosmopolitas de conhecimento de si, daqui, do outro e de lá.

Essa pergunta de Freire ainda é densa no sentido de ser inconformada. Quando, de partida, ele indaga seu interlocutor com a reminiscência do cheiro do caju, ele nos avisa: eu não aceito não estar presente, não admito não fazer parte daquilo que me faz sujeito político, daquilo que me inscreve no tempo, daquilo que me constitui como ator no mundo e diz para o outro e para mim o que eu sou e o que desejo ser. O caju não podia não ser a ponte entre aqueles dois pernambucanos se encontrando durante a experiência do exílio não porque nós, em Pernambuco, gostamos de caju, nem porque ele é "nosso", num sentido raso de patrimônio, nem porque ele codifica significados. É exatamente o contrário: esse inconformismo decodifica; deve desmontar essas apartações, ora pela memória, ora pela ação, pela sobrevivência. Paulo Freire não era alguém à frente do tempo porque ele reivindicava o próprio tempo e a necessidade de futuro a todo momento. "Você não sente falta do cheiro do caju?" nos diz: eu preciso do cheiro do caju porque esse cheiro me faz ser quem eu sou e faz de mim sujeito politicamente presente.

Essas três questões que procurei desenvolver a partir da pergunta-indagação de Freire se unem para produzir dobras fundamentais ao conjunto de reflexões deste texto. Ainda que um dos eixos interpretativos tenha se dedicado especificamente ao tema do patrimônio, os outros dois também nos ajudam a compreender tensões necessárias ao campo dos estudos da cultura, dos estudos patrimoniais, e que pretendo desenvolver nas linhas que seguem. A primeira dessas tensões é a que versa sobre a cisão entre cultura material e imaterial. O simples exemplo da pergunta de Freire sobre o cheiro do caju já seria suficiente para justificar o cuidado que grande volume de estudos dedicou e continua a fazê-lo aos registros do patrimônio cultural imaterial. Há, contudo, uma querela persistente.

De um lado, um campo ampliado das "ciências do patrimônio" – grosso modo, elencadas livremente aqui, a Arqueologia, a História, a Arquitetura, a Antropologia e a Museologia – enxergou nas tensões

possíveis entre o material e o imaterial um importante recurso para superação da divisão conservadora entre alta e baixa cultura. Os bens culturais do Outro não seriam simplesmente o espólio da violência colonial – o que já é mais que suficiente para produzir tensões no campo –, mas os hábitos, as práticas, os costumes, o saber-fazer que, juntos, elaboram camadas complexas de narrativas da cultura em conflito e reconstrução permanente. Os bens são vivos, são objetos de conflitos internos, e são reinterpretados permanentemente. Mas não é só. A valorização da cultura imaterial através de seu registro seria uma reação às lógicas e políticas de apropriação daquilo que Bhabha (1998) chamaria de diversidade cultural e sua conversão em objeto da desigualdade, da diferença. Um primeiro e, portanto, tradicional paradigma do patrimônio daria corpo aos museus coloniais – museus nacionais, museus de história natural, museus do homem. Um sem número de trabalhos já bem conhecidos deram conta da necessidade de compreender processos de democratização em antigas colônias europeias e seus efeitos sobre bens patrimoniais. A tensão entre dois paradigmas do patrimônio, como cita Márcia Chuva (2020), não deveria servir ao propósito exclusivo da necessidade de conhecer o Outro – e hegemonizar saberes sobre ele – de formas diversas, mas a entender o patrimônio como recurso para consolidação das democracias do século XX – e não somente dos acessos democratizados aos bens culturais. Esse "novo" paradigma não seria estabelecido a partir do privilégio do patrimônio imaterial – como efetivamente ocorreu com algumas disciplinas, como a Antropologia (Montechiare, 2019) –, mas da compreensão simbiótica entre materialidade e imaterialidade, como podemos observar, de forma simples, no caju reivindicado por Freire.

De outro lado, contudo, é importante compreender reações do paradigma conservador. Não é por acaso, afinal, como podemos observar no trabalho de Paulo Peixoto (2010), que os registros de patrimônios mundiais materiais interessa tanto aos países do G8 e o mesmo não pode ser observado quando tomamos as mesmas listas de patrimônios mundiais imateriais como referência. Há uma associação clara entre uma febre patrimonial, nos termos de Henri-Pierre Jeudy (2005) e Andreas

Huyssen (2000), e o desenvolvimento do mercado do turismo global, responsável por aproximadamente 10% do PIB do planeta. Como produzir divisas com o cheiro do caju? Quando não é possível estimular a visita de turistas minimamente endinheirados, o que justifica, a esse paradigma do patrimônio, o registro do imaterial? Ainda não é tudo. Em grandes cidades do globo, a conservação patrimonial tem sido ligada de forma quase siamesa a complexos empreendimentos de requalificação urbana. O ponto de partida é uma nebulosa essencialização da ideia de degradação urbana sem a qual é difícil justificar programas de remoção populacional – expulsão urbana – e de forte estigma territorial disfarçado de sanitarismo, como bem observa Raquel Rolnik (2015). Essa ontologia da degradação desconsidera recorrentemente as pessoas e seus vínculos territoriais. O patrimônio, nesse contexto, opera uma sofisticada economia moral para produzir cidades belas na guerra contra a, moralizante, diferença cultural (Peixoto, 2010). Em um cenário como esse descrito, o imaterial só é viável a partir da folclorização da desigualdade social, a incorporação estereotipada da diferença às narrativas hegemônicas da cidade, responsáveis por localizar o outro como objeto de interesse do mercado do turismo.

Sem pretender por fim a discussões tão caras ao campo, insisto na sofisticação na questão-problema-do-caju. Com alguma facilidade, poderia discorrer sobre a relevância do imaterial para construção das identidades locais e de suas múltiplas organizações, movimentos. Gostaria, porém, de insistir da indissociabilidade entre o material e imaterial na pergunta de Freire. Ora, se, como afirmamos acima, a questão se propõe para expressar o inconformismo e a necessidade da presença como recurso político da ação social, o caju é memória, imaterialidade, pertencimento, imaginário, mas não somente. Ele é um vínculo que, apesar de ausente, é materialmente constitutivo das relações – políticas – que atravessam os dois interlocutores. É matéria biológica, certamente, mas é também matéria social; o cheiro, o gosto, a textura, a sua manifestação multissensorial, enfim, é material. Além de matéria inconformada com a

ausência, o caju – seu cheiro – ainda nos informa sobre a horizontalidade do acesso a sua dimensão imaterial: os dois sujeitos da ação em diálogo podem entrar e sair do "objeto da cultura" sem as barreiras que produzem para ele a desigualdade. Os sujeitos o fazem à medida que interessa politicamente acessar a memória, o saber, a identidade, a presença, por fim.

Como primeira conclusão, podemos firmar que: o patrimônio se justifica à medida que expressa a disposição política para articular sujeitos diversos da ação em relação horizontal de produção de significados para vínculos e organizações de vida e consumo coletivos. Parece ser essa uma agenda suficientemente desafiadora proposta a partir da pergunta de Freire. Há, no entanto, ainda, outros desafios implicados nessa premissa. O maior deles me parece ser o da produção de conhecimento a partir dessa ideia de patrimônio e a disciplina desses saberes comprometidos com essa produção. A respeito disso, eu gostaria de visitar o já clássico texto de E. P. Thompson (2001) sobre a querela entre antropólogos e historiadores.

Em 1976, o historiador proferiu conferência no Congresso de História da Índia, posteriormente transformada em artigo e publicada na The Indian Historical Review, em 1977, tendo como ponto de partida a citada querela ainda não resolvida entre historiadores e antropólogos. O objeto da reflexão do autor, em tal artigo, é a influência do folclore nos comportamentos públicos dos sujeitos de uma sociedade inglesa que apenas começava a ambientar-se com a experiência da industrialização. A reflexão pretendia dar conta de processos similares que se desenvolveram em uma Índia sob o regime colonial britânico e os impactos produzidos por essa gestão na constituição de um programa político para uma modernização das grandes cidades indianas ainda muito influenciado pelo folclore como lugar de fala político legítimo.

Thompson iniciou sua fala expressando uma preocupação que se ergue a partir de um duplo eixo. De um lado, está concentrado nos riscos dos trânsitos epistemológicos nos quais incorre ao, conservando o

lugar-função de cientista/historiador, supostamente se “aventurar” em, afirmar humildemente, “estranhas” zonas de saber, objetos distantes daqueles que, enquanto historiador marxista, poderiam ser por ele metodologicamente “bem cuidados”. De outro lado, ele ainda estava preocupado com o que poderíamos chamar de uma relevância exagerada atribuída a sua reflexão, apenas uma tese tímida e pouco pretensiosa sobre objeto de estudo tão caro aos antropólogos culturais. Resumia seus dois principais problemas com um pedido de desculpas por sua suposta condição de impostor. Ele fazia referência à acusação que Hildred Geertz fez a Keith Thomas de tomar “... enfoques emprestados das mais distantes escolas antropológicas, enquanto deveria ter se posicionado, claramente, a favor de uma ou de outra” (Thompson, 2001, p.228). Thomas seria acusado de “oportunismo empirista ou simples amadorismo”, resumiu.

O lugar possível para a impostura da qual o impostor é sujeito, na produção do conhecimento científico, dá a seu autor a possibilidade dupla, contudo restritiva, de ser, nas palavras de Thompson em questão, de um lado, oportunista – tomado pela sedução do ajuntamento bibliográfico irresponsável, seleção estratégica das citações que devem dar conta do interesse imediato do autor, ou trânsitos “excessivos” e desordenados por campos intensamente variados do conhecimento científico –, ou, de outro lado, amador – lugar político vergonhoso, contudo livre das responsabilidades de um pesquisador consagrado pela insígnia de seu campo de saber e, depois, por ele mesmo condenado ao ostracismo que o oportunismo normalmente produz.

A impostura intelectual, contudo, é, ainda, produto de uma lógica disciplinar para o conhecimento científico que não vê com bons olhos, inclusive em países como o Brasil – cujo campo científico, notadamente o das ciências ditas humanas e sociais, ainda luta para se constituir como tal –, grandes percursos por zonas de saber que projetem instrumentos de investigação pouco enraizados epistemologicamente e, talvez justamente por isso, pouco discerníveis dos livres textos de opinião. O trânsito entre essa noção

de impostura e os lugares comuns da inter ou multidisciplinaridade, contudo, é mais espinhoso do que, em um olhar mais apressado, parece. A impostura pela qual se desculpava Thompson precisa despontar como programa, lugar a partir do qual poderíamos dar conta das demandas de um outro paradigma do patrimônio. A impostura precisaria traduzir, dessa forma, o interesse político na denúncia do que genericamente poderíamos chamar de paradigmas coloniais, de um lado, e, de outro lado, esforços para apontamentos de estruturas epistêmicas alternativas, transversais, cortantes em relação àquelas que já caracterizam a si mesmas a partir de altos níveis de esgotamento.

É preciso, ainda, localizar a universidade brasileira nesse debate, haja vista a produção do conhecimento científico estar quase em sua totalidade associada ao financiamento público nas universidades públicas do Brasil. Isso quer dizer que o trabalho da impostura intelectual não deve, não pode, efetivamente não é e não pode ser sobre a corrosão da universidade, das instituições de pesquisa e de seus programas de excelência. A universidade brasileira não pode e não deve prescindir dos parâmetros internacionais – e coloniais – de verificação de qualidade acadêmica, mas, imperativamente, precisa estar ciente de que sua missão, enquanto instituição educacional, é mais ampla e diversa do que aquela que se projeta a partir do cânone. A produção de saber institucionalizado, no Brasil, tem compromissos bem firmados, ainda que eventualmente corrompidos, com a mudança social. Se as ciências humanas e sociais foram convertidas em inimigas do erário público por denunciar, produzir dados, analisá-los, reforçar teorias, indicar a necessidade de elaboração de políticas públicas que projetem diminuir os índices de uma das mais desiguais sociedades do planeta, sendo, a partir disso, acusadas recorrentemente da prática da impostura intelectual, os sujeitos políticos, os atores e atrizes que produzem o campo ampliado de conhecimento científico em humanidades precisam tomar decisões urgentes. Se a acusação da impostura, neste caso, está implicada nos compromissos com a mudança social, essa ciência precisa tomar a impostura intelectual como premissa para outra ciência.

Essa outra ciência nasce e se desenvolve tendo a escassez como cicatriz. Enquanto escrevo estas linhas, o orçamento para produção de pesquisa científica no país diminui em ritmo elevado e pouco conhecido. Os programas de pós-graduação recebem cada vez menos bolsas e é ainda mais difícil manter na universidade os estudantes de baixa renda, os quais reivindicam o justo e reparador direito de cursar o ensino superior, de desenvolver pesquisas e percorrer travessias no mundo universitário em seu sentido ampliado. Essa escassez não é e não pode ser, contudo, uma interdição das ciências humanas e sociais no Brasil. Essa outra ciência precisa da bricolagem para se produzir como ciência; necessita dos arranjos alternativos para seu próprio funcionamento, mas afirmar isso parece sugerir que o conjunto dessas estratégias serve especificamente ao propósito de manter de pé um saber que, em outros tempos, existiria de costas para a as soluções não-formais, para os outros saberes, para formas alternativas de associação entre ciência e política. Não é o caso. A potência política da bricolagem reside exatamente na possibilidade de reestruturar campos inteiros de conhecimento científico sem que isso, obviamente, implique sua destruição. Ora, a noção tão exaustivamente – e, em muitos aspectos, desgastada – repetida de interdisciplinaridade parece estar fundada especificamente nesse desafio. Distantes de glorificar o que Thompson chamou de oportunismo empirista ou puro amadorismo, estamos falando de saberes, ferramentas, materiais, formas de fazer e percursos de produção de conhecimento necessariamente atravessados; uma ciência que não pode existir como finalidade, mas imperativamente como travessia. Saberes interdisciplinares do século XXI precisam ser saberes da travessia, da fronteira, do bom encontro. A rigidez, o rigor, as normas, as formas, os parâmetros comuns devem estar, todos eles, presentes, mas não podem e não devem ser guias dessa jornada. Precisam ser facilitadores de uma ciência que é política, horizontal, aberta e em permanente reescrita. Em outras palavras, uma ciência da sincronicidade.

Acima, sugerimos Paulo Freire como um pensador devotado ao futuro, à esperança, ao devir. Esse tempo, contudo, não pode ser nem o tempo da salvação, do messianismo – o futuro que nos redimirá

das mazelas do presente e do passado –, nem o tempo da espera, do desconhecido. Esse devir precisa ser projeto em ação de um saber que é presente; que compreende a importância das diacronias, das sequências temporais, da informação, mas está orientado por e opera a partir de demandas sincronizadas; de grupos, de sujeitos, de organizações que se produzem e constroem o que sabemos e o que podemos saber em um mesmo e dilatado tempo presente, o tempo da ação.

A universidade, a escola, o Estado não são, como outrora sugeridos, inimigos desse tempo, dessa ação. Uma ciência da sincronia, um saber sincrônico, implica, exige lutas, tensões em tornos de instituições, também refeitas, disputadas por dentro e por fora. A ciência do século XXI – e a do passado também – não é estanque e nem inimiga dos saberes outros; ela precisa ser disputada, reivindicada. Este volume que, por ora, se apresenta tem nesse desafio sua razão de ser: disputar o patrimônio, mobilizar saberes síncronos, produzir tensões sobre formas de saber e fazer já estabelecidos e potencialmente insuficientes para dizer aquilo que somos e aquilo que gostaríamos de seguir sendo: como cheira o caju, afinal? A que e a quem serve o patrimônio? O que é, enfim, o patrimônio em sua interdisciplinaridade? É circundando e flertando com essas questões que os trabalhos distribuídos nas páginas a seguir oferecem, a partir de esforços intensamente variados, produtos diversos, comprometidos uma ciência de materiais diversos, para os quais um sentido restrito de arquivo já é deveras obsoleto.

Não é acaso que um paradigma do patrimônio tenha sido alvo das críticas que recebeu ao longo do século XX e que tenha, essa categoria, sido acusada de servir aos propósitos da conservação e reprodução do mundo colonial. Usar, contudo, categorias hegemônicas contra-hegemonicamente é um importante recurso dos movimentos sociais contemporâneos, de grupos e sujeitos cujos objetivos não perdem de vista a mudança social como perspectiva. É dessa forma, afinal, que o direito segue em disputa, por

exemplo. O mesmo ocorre com o Estado, com a universidade, com as instituições de pesquisa. O patrimônio deve seguir em disputa e funcionar como instrumento-categoria contra-hegemônico, revertendo e/ou denunciando formas politicamente não-contemporâneas de conservação, de preservação, de vida e consumo da memória. A derrubada de estátuas, o enforcamento simbólico de ícones do colonialismo, um novo monumentalismo resistente parecem, enquanto iniciativas, reações não à categoria patrimônio, mas a usos comprometidos dela: um patrimônio do poder colonial. Um bom exemplo pode ilustrar esse desafio. Quando Juliana Notari (2020) abriu, na zona rural da Região Metropolitana do Recife, uma grande fenda – Diva, 2020 –, uma ferida que expunha a falta de vergonha do falocentrismo colonial, utilizou da estética monumental para criticar o monumentalismo; patrimonializou as narrativas multissensoriais e sincrônicas da diferença, do outro, empreendeu, como caju, a diferença enquanto sujeito político, ainda que as críticas ao processo produtivo e ao conceito em si seguissem sendo possíveis. A travessia da interdisciplinaridade não pode ser isenta da revisão crítica permanente de si mesma.

Esse compromisso com a crítica deve ser pedra fundamental de processos de patrimonialização em sintonia com movimentos, com mecanismos de organização e disposição política do social que têm faces e formas muito diversas. Ao criticar uma certa teoria dos objetos, Ingold (2012) pretende “dar vida” às coisas a partir da urgência de suas relações, dos movimentos que não admitem vida a um objeto dado, haja vista que ele não pode ser o que é sem que com ele se produza uma malha de sentidos, significados que estruturem o objeto não como o ponto de uma rede, mas como a própria rede (tramas) em funcionamento. Se, para Ingold, o papel do artista não seria o de dar forma – momento cronologicamente posterior – a uma ideia genial – necessariamente anterior –, mas o de, seguir os fluxos da criatividade-genialidade, a nós, observadores atravessados por seus “objetos” de pesquisa, cabe o imperativo de “seguir”, investigar, compreender, nos comunicar com materiais. O que compõe, afinal de contas, o mundo da cultura material senão um agregado de fios e tramas de materiais muito diversos? As formas

disciplinares tradicionais do conhecimento, restritivas em relação a objetos, procedimentos, materiais, são, para esse exercício, cada vez mais inadequadas.

Essa compreensão implica desafios e compromissos. Os primeiros devem expressar tensões; os segundos, arranjos epistemológicos alternativos. Em processos de patrimonialização ou estudos patrimoniais, essas tensões precisam ser da ordem da identificação das narrativas dos sujeitos políticos; os arranjos epistemológicos alternativos precisam ser da ordem de outros saberes, outros patrimônios e outras formas de produzir materiais da cultura. O desafio da interdisciplinaridade, portanto, é, em primeiro lugar, um imperativo de ajuste de técnicas e materiais, ou seja, de re-construção de mecanismos de produção, ajuntamento, identificação, bricolagem, tessitura do conhecimento. Em segundo lugar – e, talvez, o mais importante –, a interdisciplinaridade demanda um outro pacto epistemológico, pautado, por sua vez, no que chamamos de impostura intelectual ou, ao menos, a disposição para tal. É assim que objetos muito diversos se comunicam, se articulam e expressam filiações políticas compatíveis uns com os outros, ainda que os profissionais envolvidos no desenvolvimento de seus produtos sejam forjados em campos de investigação e produção de conhecimento tradicionalmente diferentes – e isolados, eventualmente. À essa altura, faz menos sentido, como fizemos, acima, falar em ciências do patrimônio do que em um campo ampliado e difuso de estudos patrimoniais. Os saberes consolidados em um campo científico estão lá, mas eles não podem definir abordagem, fronteiras metodológicas rígidas, lentes e filtros teóricos descolados dos ditos objetos de investigação. Não se trata, também, de inverter os polos da mesma equação, ofertando à diferença um falso protagonismo baseado na representação ampliada do Outro. Estamos falando sobre uma ciência – ou ciências – da travessia, saberes da trama, das linhas, tal qual alerta Ingold (2012).

É dessa forma, afinal, que muitos cajus, diferentes e intensamente semelhantes, brotam como saberes de fronteira. Os trabalhos que seguem, oferecidos como tradução desse esforço de produção intelectual, portanto, podem discutir, simultaneamente e instruídos por agendas específicas, temas diversos e atravessados: ecologia de saberes; direitos culturais; políticas de preservação; teorias do arquivo; paisagens culturais; patrimônios edificados e coleções urbanas; e – como não? – narrativas, língua, códigos linguísticos, tradução, travessias. Trabalhos, enfim, que dizem sobre si mesmos, certamente, reunindo importantes materiais – no sentido aqui discutido – para a construção de outros e outros mais trabalhos, mas não somente. São esforços de produção de dobras sobre um tipo caro, porém cada vez mais insuficiente, de registro, de observação do Outro. O que deseja, afinal, o IPHAN com o volume que, por ora, se apresenta? Não é somente ocupar um lugar novo, marcar um espaço delimitado que seja diferente daquele já preenchido. Trata-se do desafio de lidar com sistemas de conhecimento diversos e atravessados pelo desafio da comunicação, pela chance – como chave, alternativa política – de uma ciência transversal, atravessada, multissensorial e, possivelmente o mais importante, politicamente comprometida.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz & Terra, 1999.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Entre a herança e a presença: o patrimônio cultural de referência negra no Rio de Janeiro. *In:* **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material.** São Paulo, v. 28, 2020.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória.** Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida.** Porto Alegre: Revista Horizontes Antropológicos, 2012.

JEUDY, Henri-Pierre. "Crítica da estética urbana" *In:* **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MONTECHIARE, Renata. Colecionando arte e antropologia: controvérsias nos museus de Barcelona. *In:* **Horizontes Antropológicos.**[online]. 2019, v. 25, n. 53, pp. 107-132.

PEIXOTO, Paulo. "Porto Feliz": património em segurança. *In:* **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 145-161, 2005.

_____. **Patrimônios Mundiais**. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra [s.n.], 2010

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In:* SOUSA SANTOS, Boaventura de & MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001 por THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.







O corpo do texto deste livro foi composto com a fonte da família
Roboto e títulos com a fonte Titillium, disponibilizadas por Google Fonts.

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA
MINISTÉRIO DO TURISMO

Edições IPHAN